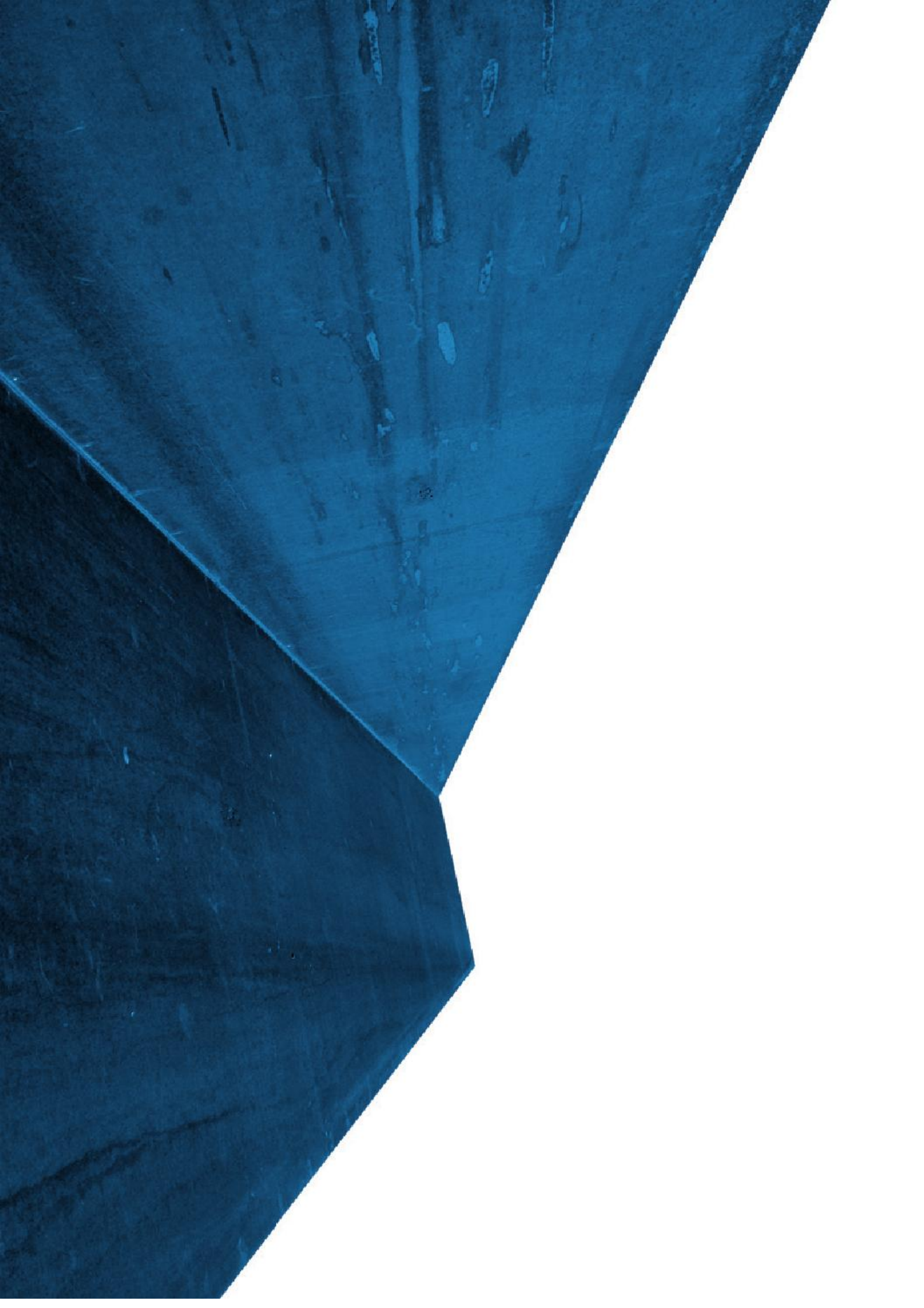


ISSN 1519-7786

REVISTA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

INCNP

VOLUME 14



ISSN 1519-7786

REVISTA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

INCNP

VOLUME 14

© 2014, by Centro Universitário Newton Paiva

Volume 14 | 2014

CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
ESCOLA DE DIREITO
ESCOLA DE ODONTOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ISSN 1519-7786

INC

Revista Iniciação Científica INCNP / [Periódico] / Coordenador Jussaty Luciano Cordeiro Júnior; Centro Universitário Newton Paiva, Pró - Reitoria Acadêmica. -- Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2014.

v. 14

ISSN 1519-7786

1. Iniciação científica. 2. Pesquisa científica. 3. Ciência - Pesquisa.
I. Cordeiro Júnior, Jussaty Luciano. II. Centro Universitário Newton Paiva.
IV. Títulos.

CDU: 001.891

Catálogo pela Bibliotecária: Kênia Amaral da Silva – CRB/6:2053

Todo conteúdo é de inteira responsabilidade de seus autores.

EXPEDIENTE

EDITOR

Dr. Jussaty Luciano Cordeiro Junior

CONSELHO CONSULTIVO

Dra. Ângela Maria da Silva Gomes (Geografia-UNI/BH)
Dr. Cesar Augusto M. Estanislau (Ciências Biológicas-Centro Universitário Newton Paiva)
Cinara Alves Clemente (Zootecnia-Centro Universitário Newton Paiva)
Dra. Daniela Goursand de Oliveira (Odontologia-Centro Universitário Newton Paiva)
Dra. Leida Calegário de Oliveira (Ciências Biológicas-UFVJM)
Leonardo Bastos Ávila (Administração-Centro universitário Newton Paiva)
Dra. Livia da G. A. Avelar de Lima (Ciências Biológicas-Centro Universitário Newton Paiva)
Dr. Michael Cesar Silva (Direito-Centro universitário Newton Paiva)
Dr. Rogério Alexandre Alves de Mello (Engenharia Química-UFVJM)
Dra. Veridiana Salles Furtado de Oliveira (Odontologia-Centro Universitário Newton Paiva)
Veronica Alves Mota (Ciências Agrárias-FEAD)

REVISÃO

Bernardo Silva Martins Ribeiro
Maria de Lourdes Soares Monteiro Ramalho

PROJETO GRÁFICO

Wagner Correa

APOIO

Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular - Funadesp

EDIÇÃO

NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA
<http://npa.newtonpaiva.br/npa>

EDITORA DE ARTE

Helô Costa – Registro profissional 127/MG

DIAGRAMAÇÃO

Ariane Lopes
Marina Pacheco
(estagiárias do Curso de Jornalismo)

ESTRUTURA FORMAL DA INSTITUIÇÃO

PRESIDENTE DO GRUPO SPLICE

Antônio Roberto Beldi

REITOR

João Paulo Beldi

VICE-REITORA

Juliana Salvador Ferreira de Mello

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Cláudio Geraldo Amorim de Sousa

SECRETÁRIA GERAL

Jacqueline Guimarães Ribeiro

COORDENADOR DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Dr. Jussaty Luciano Cordeiro Júnior

REITORIA

Rua José Cláudio Rezende, 420 - Bairro Estoril

Belo Horizonte - Minas Gerais

www.newtonpaiva.br/pesquisa

inc@newtonpaiva.br

APRESENTAÇÃO

Partindo da perspectiva de que a pesquisa científica é essencial e importante instrumento de aprendizagem, sobretudo no ensino superior, o Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva fomenta projetos de pesquisa no sentido de construir as bases de um ensino crítico sobre a sociedade e seus problemas.

Alinhando-se às finalidades do Ensino Superior, preconizadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que nos estabelece como meta, “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo e incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”, o Programa é organizado com a coordenação de nossos docentes visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e do pensamento crítico.

O 14º volume da Revista de Iniciação Científica apresenta os trabalhos concluídos no ano de 2014. Foram 17 projetos desenvolvidos: alguns foram publicados em revistas de congressos científicos; Os demais projetos desenvolvidos compõem a edição da Revista. Desta forma, esperamos contribuir, mais uma vez, para a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Jussaty Luciano Cordeiro Junior
COORDENADOR DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

SUMÁRIO

IDENTIDADE DE GÊNERO FAMILIA POLIPARENTAL: POLIGAMIA E POLIANDRIA	8 - 19
Geysa Parreira Silva; Carlos Augusto Teixeira Magalhães; Willian Ken Aoki; Raquel Lima de Abreu Aoki.	
AS COMPETÊNCIAS GERENCIAIS NECESSARIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRATICAS DE GOVERNANÇA COORPORATIVA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	20 - 37
Felipe Gouvêa Pena; Juliana Oliveira Braga; Maria Eugênia Monteiro Castanheira; Míriam de Fátima Moreira Felício Braga.	
AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA COMBINAÇÃO DA PAROMOMICINA TÓPICA COM O FEXINIDAZOL ORAL NO TRATAMENTO DA LEISHMANIOSE CUTÂNEA EXPERIMENTAL CAUSADA POR LEISHMANIA (VIANNIA) BRAZILIENSIS	38 - 45
Líndicy Leidicy Alves; Suely Lima Dias; Eliane de Moraes Teixeira; Ana Lúcia Teles Rabello; Lucas Antônio Miranda Ferreira; Marta Marques Gontijo de Aguiar.	
PREVALÊNCIA DE PARASITÓSES INTESTINAIS EM CRIANÇAS DE UMA CRECHE DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS.....	46 - 50
Camila Moraes Semião; Deborah Liz de Moura Fernandes; Jéssica Zampier Teixeira de Resende; Marcela Elisa Pena Belém; Rafaela de Oliveira Valadares Coelho; Roberta Dias Rodrigues Rocha; Gisele Santos Gonçalves.	
HIGIENIZAÇÃO BUCAL EM PACIENTES ENTUBADOS SOB VENTILAÇÃO MECÂNICA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO NA SANTA CASA DE BELO HORIZONTE.....	52 - 60
Jamylla Rodrigues do Carmo Freitas; Joseane Alves Valois; Júnia Noronha Carvalhais Amorim; Karine Ribeiro Siqueira Chaves; Lucinete Duarte dos Santos; Santuza Maria Souza de Mendonça; Diele Carine Barreto Arantes.	
ANÁLISE COMPARATIVA DA EFICIÊNCIA DO RESFRIAMENTO EVAPORATIVO POR PAINÉIS COMPOSTOS DE BUCHA VEGETAL (LUFFA AEGYPTIACA) E ARGILA EXPANDIDA PARA ACONDICIONAMENTO TÉRMICO DE AMBIENTES.....	62 - 69
Carlos Martins Viana; Eduarda Barbosa Oliveira; Isla Rosa de Mendonça Machado; José Francisco Vilela Rosa.	
CONHECIMENTO DE PUÉRPERAS ALOJADAS NA MATERNIDADE DO HOSPITAL MUNICIPAL ODILON BEHRENS SOBRE OS CUIDADOS COM A SAÚDE BUCAL DO BEBÊ.....	70 - 79
Israela Sâmia Mendes Terrinha; Lidiane Rodrigues de Souza; Priscila Thais Rodrigues de Abreu; Camilla Aparecida Silva de Oliveira; Fernando Sartori; Keli Bahia Felicíssimo Zocratto.	
DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA ATIVA APLICADA AO ENSINO DE QUÍMICA: EXPERIMENTOS ÚTEIS PARA PRÁTICAS DE QUÍMICA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO.....	80 - 93
Amanda Eller Ribeiro; Ana Flávia Arantes Pereira; Deborah Santos Silvério; Liege Aparecida Mapa; Anderson Hollerbach Klier.	
ESTÓRIAS CONTAM HISTÓRIAS: OLHARES SOBRE A EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA EM NARRATIVA DE IDOSOS ASILADOS.....	94 - 109
André Luiz de Carvalho; Aline Aparecida Tenório Rodrigues; Myrella Carvalho Silva; Maria do Carmo de O. M. dos Santos.	
PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE BELO HORIZONTE: ESTUDO DE CASO DO BAIRRO BURITIS.....	110- 122
Marina Brandão Braga; Ana Caroline Lage Castilho; Gracielle Mara Cruz; Rita de Cássia Wardi Brasil Dias; Rafael Márcio Horta; Regina Andrea Martins; Fernanda Palhares; Wanessa Pires Lot	
NORMAS DE PUBLICAÇÃO	125

IDENTIDADE DE GÊNERO FAMÍLIA POLIPARENTAL: POLIGAMIA E POLIANDRIA¹

Geysa Parreira Silva²
Carlos Augusto Teixeira Magalhães³
William Ken Aoki⁴
Raquel Abreu-Aoki⁵

Resumo: O ordenamento jurídico brasileiro passou por mudanças inovadoras nas últimas décadas. Após o advento da Constituição de 1988 que remodelou o Direito brasileiro, houve a ratificação de tratados internacionais em matéria de Direitos Humanos, os quais incluíram, expressamente, na legislação interna, as garantias fundamentais elevadas ao status de cláusulas pétreas. Contudo, apesar de tais inovações, o ordenamento jurídico brasileiro se distancia da realidade fática, revelando-se por diversas vezes um panorama não garantista. Dentre esses direitos suprimidos está a falta de reconhecimento da constitucionalidade das famílias poliparentais. Essas carecem da efetivação de seus direitos, pois tais estruturas familiares têm amparo legal – conforme será demonstrado no presente trabalho - mas não social, por ser um modelo de família minoritário. Contudo, o Estado Democrático de Direito tem o dever de efetivar socialmente tais direitos e garantias trazidos pela Constituição de 1988, não podendo oprimir a minoria sob consequência de estar violando a tão ponderada Democracia.

Palavras-Chave: Família poliparental, identidade de gênero, princípio da dignidade humana, afeto, Constituição de 1988.

Abstract: The Brazilian legal system passed by through innovative changes in the last decades. After the advent of the Constitution of 1988 that reshaped the Brazilian Law, there was the ratification of international treaties whose specificity are human rights wich included expressly in internal law the fundamental guarantees to the status of immutable clauses. However, despite these innovations, the Brazilian legal system is too far from the factual reality several times, revealing itsel not so guarantor. Among those supressed right lies the lack of acknowledgment what concerns to the constitutionality of the families with more than one pole. These lack the realization of their rights because this family structure has legal grounds - as demonstration in this graduation work - but not social, because it is a minority life choice. However, the democratic state have a duty to implement those rights and guarantees brought by the Constitution of 1988, not allowing the minorities to be suppressed, under the charge of violation such a reasonable democracy.

Keywords: poliparental family; gender indentity; human dignity; affection; Constitution of 1988.

1. INTRODUÇÃO

O advento da Constituição de 1988 inovou o Direito brasileiro consagrando direitos fundamentais e garantias que inseriu no ordenamento jurídico. Tais inovações, conseqüentemente, remodelaram diversos ramos do Direito, que tiveram que se adequar ao novo texto constitucional, dentre esses o Direito das famílias.

O Direito de Família que era focado nas questões patrimoniais, passou a ser movido pelo afeto devido a inserção de vários princípios, dentre eles o Princípio da Dignidade Humana e o Princípio da Afetividade.

Houve uma quebra de paradigmas. Se antes da CR/88 só se considerava família a relação que se submetesse ao casamento, após o advento da “nova” Constituição passou-se a considerar família as relações movidas pelo afeto. Tal inovação permitiu o reconhecimento de várias estruturas familiares, tais como a estrutura anaparental (que se caracteriza pela inexistência da figura dos pais, ou seja, constitui-se basicamente pela convivência entre parentes do vínculo da colateralidade), a estrutura familiar monoparental (ocorre quando apenas um dos pais arca com as responsabilidades de criar o filho ou os filhos), dentre outras.

Dessa forma, o que se passa a considerar são as famílias de fato, não há mais um modelo de família para se seguir. Contudo, apesar dessa nova concepção de família, há estruturas familiares que ainda são discriminadas. Dentre esses modelos estão às famílias poliparentais. A estrutura familiar poliparental é caracterizada pelo poliafeto, consiste na relação amorosa de mais de duas pessoas que dividem um único núcleo familiar.

A doutrina se divide acerca da constitucionalidade da família poliparental, no entanto, ao analisar as justificativas daqueles que entendem ser inadmissível essa estrutura familiar, percebe-se que esses são respaldados simplesmente por argumentos religiosos e morais, carecem, portanto, de argumentos jurídicos.

Ora, o art 226 da CR/88 ao dispor que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, gerou, conseqüentemente, o desaparecimento da cláusula de exclusão de qualquer estrutura familiar, deixando o Texto Maior de proteger apenas um tipo de família, passando a proteger toda e qualquer família. Com base nesse direito fundamental, a interpretação seguida pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais Internacionais em matéria de Direitos Humanos, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, leva em consideração o Princípio da Máxima Efetividade. Esse critério de interpretação deve levar em consideração a interpretação do preceito constitucional que dê a máxima efetividade do direito em

questão, no caso a que amplia a concepção de família. Nessa hipótese, cabe ao Judiciário efetivar os direitos e garantias individuais trazidos pela CR/88 e reconhecer tal estrutura familiar, adequando os direitos já positivados à atual era social. O que não se pode admitir é a omissão legislativa e judiciária quanto à existência de novas estruturas de famílias, que estão em conformidade com os princípios e garantias constitucionais por caracterizarem a minoria, sob pena de se violar a democracia.

2. A FAMÍLIA POLIPARENTAL NO BRASIL – RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Há registros que ao descobrir o território brasileiro os colonizadores que aqui adentraram puderam perceber a prática do poliafeto entre os índios. Na obra Casa grande e senzala, de Gilberto Freyre, há uma passagem em que a personagem Vespúcio narra que os índios tinham a quantidade de mulheres que queriam. (FREYRE, 1992).

Ocorre que, os colonizadores influenciados pela cultura cristã dominante nos países de suas nacionalidades, oprimiram a cultura indígena e inseriram a ideia da família tradicional cristã, comparando a cultura dos índios com a dos animais selvagens.

O modelo de família inserido no Brasil, desde os fatos supracitados, é o modelo da família hierárquica, patriarcal, com o objetivo de gerar filhos e constituir um patrimônio a ser herdado por eles. Marise Soares Corrêa (2009, p.81) completa:

Assim, deve-se comentar também que a família brasileira guardou as marcas de suas origens: da família romana, a autoridade do chefe de família; e da medieval, o caráter sacramental do casamento. Desta maneira, a submissão da esposa e dos filhos ao marido, ao tornar o homem o chefe de família – que, fincada na tradição, vem resistindo, na prática, a recente igualdade legal que nem a força da Constituição conseguiu sepultar – encontra a sua origem no poder despótico do *pater familias* romano. Ainda, o caráter sacramental do casamento advém do Concílio de Trento, do século XVI.

Ainda sobre tal questão, Chaves e Rosenvald (2008, p. 23) observam:

Sob a égide do Código Civil de 1916, cuja estrutura era exclusivamente matrimonializada (somente admitida a formação da família pelo casamento), dizia-se que o Direito de Família era o complexo de normas e princípios que regulam a celebração do casamento, sua validade e os efeitos que dele resultam, as relações entre pais e filho, o vínculo de parentesco e os institutos complementares da tutela, curatela e da ausência.

Apesar desse modelo familiar, desde os tempos primitivos já era comum a prática da bigamia e até mesmo do adultério, tais ações foram tipificadas como crimes no Código Penal brasileiro de 1940, o art. 240 – crime de adultério e o art. 235 – crime de bigamia. Uma vez que o direito é fruto do momento histórico-social vivenciado pela sociedade que o segue, eram coerentes essas tipificações penais naquele contexto. Contudo, tais condutas se tornaram tão frequentes e indiscretas, que começaram a ser aceitas socialmente, levando a diminuição da valoração como conduta reprovada ao nível da punição de normas de natureza penal, gerando a revogação do art. 240 que aconteceu em 2005, mesmo que tardiamente. Atualmente, o crime de bigamia ainda vigora, muito influenciado pela tradição religiosa de origem católica que é o principal motivo da manutenção do crime se casar duas vezes.

O Brasil, de forma incoerente, proíbe a bigamia, mas permite o adultério, tendo em vista que a conduta que não for expressamente proibida é juridicamente permitida.

Atualmente, a prática do “poliafeto” é comum dentre a sociedade, mas é repudiada pelas convicções morais e sociais de cada indivíduo. O Direito, portanto, não pode permitir a supressão de direitos da minoria por convicções não jurídicas, conforme demonstrado posteriormente.

3. O NOVO PARADIGMA DE FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O Brasil é caracterizado por ser um país de costumes tradicionais e conservadores, que ainda mantém tradições advindas da época da colonização. A estrutura de família matrimonializada e patriarcal é um exemplo desta tradição ainda mantida. Muitos modelos de família ainda não são reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, sendo assim, diversos cidadãos ainda sofrem preconceitos e discriminações por construírem uma estrutura familiar que não é aceita pela sociedade. Nesse sentido, Talavera (2004, p. 33) adverte:

O Estado atrelado à concepção de função social, define os parâmetros que devem nortear a noção de família, institucionalizando as que convêm ao modelo social majoritário e suprimindo da proteção estatal os grupos minoritários que pugnam por seu reconhecimento na órbita do Direito.

O Direito tem o condão de acompanhar as evoluções sociais e adequar a legislação baseando-se em casos concretos. Assim sendo, no cenário marcado pelo pós-positivismo, o fenômeno conhecido como “boca da lei” em que o magistrado deveria seguir a legislação à risca foi deixado de lado e ganhou espaço o ativismo judicial.

Dessa forma, o julgador passou a ter liberalidade para adequar cada caso à sua realidade fática, interpretando a lei, bem como suas lacunas, de acordo com o cada caso concreto, recorrendo-se à hermenêutica jurídica. E dessa forma, a legislação antiga e já inadequada foi ganhando ajustes até chegarmos ao advento da Constituição Federal de 1988, grande marco histórico que inseriu as garantias no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse contexto, Silva (2010, p. 15) considera que,

A tarefa da hermenêutica constitucional consiste em desvendar o sentido mais profundo da Constituição pela captação de seu significado interno, da relação de suas partes entre si e, mais latamente, de sua relação com o espírito da época – ou seja, a compreensão histórica de seu conteúdo, sua compreensão gramatical na sua relação com a linguagem e sua compreensão espiritual na sua relação com a visão total da época. Em outras palavras, o sentido da Constituição se alcançará pela aplicação de três formas de hermenêutica: a) a hermenêutica das palavras; b) a hermenêutica do espírito; c) a hermenêutica do sentido – segundo Richard Palmer – que prefiro chamar de ‘hermenêutica contextual.

A partir deste ponto, o que passa a ser observado não é mais o modelo tradicional de família, mas as famílias de fato cuja principal característica é o afeto. A liberdade religiosa, possibilitando tantas pessoas a seguir a religião que se identifica; a liberdade de crença e de pensamento, deixando livre a escolha de acreditar ou não em dogmas religiosos cristãos ou em qualquer dos demais segmentos, permitem que as pessoas façam escolhas acerca da família que irá construir.

Ademais o paradigma patriarcal introduzido pelo Direito Romano se rompeu, a imagem do homem como pai e provedor não mais se sustenta. A realidade social é outra. Inúmeras mulheres que criam sozinhas seus filhos (família monoparental), mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho afastam a família patriarcal, com o homem como eixo da relação parental.

A Constituição de 1988 remodelou diversos ramos do Direito, haja vista que inovou o ordenamento jurídico com seu conteúdo garantista, marcado pelos traumas oriundos da Ditadura Militar que acabara de assolar o país. Instaurou-se, assim, um Estado Democrático de Direito.

Antes desse contexto, somente o modelo de família matrimonializada era reconhecida juridicamente no Brasil. Com o advento da CR/88, houve a quebra desse paradigma de família. Passou-se a considerar família aquelas relações movidas pelo afeto e com esse intuito. Nesse momento, o Direito de Família, que até então se voltava à proteção do patrimônio e por isso, apenas reconhecia as famílias matrimonializadas, passou a se

focar no afeto, “a família despe-se da sua condição de unidade econômica e passa a ser uma unidade afetiva, uma comunidade de afetos, relações e aspirações solidárias” (SILVA, 2002, p. 451).

Diante disso, aquela legislação que traçava distinção entre filhos legítimos ou ilegítimos, biológicos ou adotivos; entre casados e aqueles que viviam sob o regime da união estável; dentre outras diferenças tanto quanto discriminatórias, foram afastadas do ordenamento jurídico. Não havia mais razão dessa legislação vigorar, uma vez que o afeto passou a ser o princípio basilar do Direito de Família.

Tais mudanças, portanto, foram positivadas no Código Civil de 2002, à luz da CR/1988, este também adotou severas mudanças, trazendo garantias e inovando a legislação de acordo com a realidade social. Assim nos esclarece Gonçalves (2005, p. 33 – 34):

Todas as mudanças sociais havidas na segunda metade do Século passado e o advento da Constituição Federal de 1988 levaram a aprovação do Código Civil de 2002, com a convocação dos pais a uma paternidade responsável, e a assunção de uma realidade familiar concreta, onde os vínculos de afeto se sobrepõem à verdade biológica, após as conquistas genéticas vinculadas e aos estudos do DNA. Uma vez declarada a convivência familiar e comunitária como direito fundamental, prioriza-se a família sócio-afetiva, a não discriminação do filho, a corresponsabilidade dos pais quanto ao exercício do poder familiar e se reconhece o núcleo monoparental como entidade familiar.

Os fatos históricos acontecidos juntamente com tais mudanças, no âmbito judicial, influenciaram tais mudanças, haja vista que o Direito acompanha tais evoluções.

A expansão da globalização, ampliou as possibilidades de se conhecer diversas culturas, em muitos países. Exemplos disso, encontramos na cultura holandesa, que em 2001 foi pioneira no reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo; Na cultura turca, em que o Estado coíbe a poligamia, mas a religião consente; E ainda, a cultura marroquina que aceita a poligamia amplamente - dentre outras culturas), nos trazendo a curiosidade de descobrir se aquelas, sejam mais democráticas ou mais ditatoriais, não podem contribuir para enriquecer a nossa cultura.

A revolução sexual, que através da globalização se fortificou, culminando nos movimentos sociais - tais como as paradas gays, dentre outros acontecimentos - fez com que a figura da gênese da família cristã, cultivada pelo Direito Canônico também entrasse em declínio.

Esses fatores afetam o Direito, que está sob a influência de todos os fenômenos histórico-sociais e revelam a necessidade de alteração das leis em conformidade com a

Carta Magna e ao mesmo tempo com os acontecimentos sociais, de modo a adequar o Direito aos tempos atuais. Tendo em vista que seu maior objetivo é a organização social. Entretanto, Rodrigo da Cunha Pereira observa:

Com a alteração desses princípios estruturadores, que são a base e o esteio da organização jurídica de família, a Constituição da República revolveu mais de uma centena de artigos do Código Civil brasileiro. Mas isso, por si só, não solucionou o descompasso da lei brasileira com a nossa realidade social. Faz-se necessário, ainda, uma adequação do ordenamento jurídico às novas representações sociais de família. (PEREIRA, 2001, p. 31).

Contudo, ainda se tem muito a evoluir. O Código Civil que entrou em vigor em 2003 já não é mais novo e as evoluções sociais, cercadas de garantias constitucionais num Estado Democrático de Direito, atribuem ao povo maior liberalidade, assim, abriu-se um leque de opiniões e de opções do que se entende viver com dignidade.

Nesse sentido, Rauls (2010, p. 202) considera que

“(…) numa democracia constitucional a concepção pública de justiça deveria ser: tanto quanto possível, independente de doutrinas religiosas e filosóficas sujeitas à controvérsia”.

Dessa forma, esse Estado que a partir de 1988 foi considerado garantista deve interceder por essas pessoas atribuindo a elas dignidade mediante os direitos da dignidade humana e da inviolabilidade da intimidade e da vida privada e assim, permitindo que essas sejam felizes, valendo-se do ativismo judicial como maior ferramenta para tanto, afinal, a partir do Código Civil de 2002, o que se considera para reconhecer uma estrutura familiar é o afeto dentre os seus membros.

3.1 O princípio da dignidade humana

O princípio da dignidade humana foi inserido no ordenamento jurídico com a CR/88, sendo um dos princípios basilares da democracia que possibilitou a quebra do paradigma da família matrimonializada e tradicional.

Isso porque, o princípio constitucional da dignidade, poderoso fator de afirmação e elevação pessoal,

“concede unidade aos direitos e garantias fundamentais, sendo inerente às personalidades humanas. Afasta a noção de predomínio das concepções transpessoalistas de Estado e Nação, em detrimento da liberdade individual” (MORAES, 2011, p. 24.).

Sendo assim, as pessoas podem usufruir dos seus direitos, sobretudo o direito a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, de acordo com seus interesses e convicções individuais. Tais convicções não podem ser suprimidas em detrimento do interesse coletivo.

Contudo, uma vez que o princípio da dignidade huma-

na confere ao indivíduo o usufruto de seus direitos de acordo com suas convicções pessoais, havendo afetividade entre as pessoas, essas têm o direito de constituir uma família dispersa de paradigmas. Sendo a família poliparental um dos modelos de família. Nesse sentido considera que:

Sob o ponto de vista do melhor interesse da pessoa, não podem ser protegidas algumas entidades familiares e desprotegidas outras, pois a exclusão refletiria nas pessoas que as integram, por opção ou circunstância da vida, comprometendo a realização do princípio da dignidade humana (...). Onde houver numa relação ou comunidade, unida por laços de afetividade, sendo esta sua causa originária e final, haverá família. (LÔBO, 2002 p. 46-47).

Da mesma forma que a família não pode ser limitada pela identidade do sexo, como brilhantemente decidiu o STF na ADI 4277, não é justificável rejeitar o reconhecimento do instituto familiar movido pelo poliafeto, sob pena de severa supressão de direitos individuais daqueles que optarem por esse modelo familiar.

4. O MODELO DE FAMÍLIA POLIPARENTAL

A união poliafetiva é a relação amorosa que envolve mais de duas pessoas com o intuito comum de constituir família.

Essa união pode ser estruturada através das famílias paralelas ou das famílias poliparentais. As famílias paralelas são as que formam dois ou mais núcleos familiares conjugais distintos; famílias poliparentais formam um único núcleo familiar conjugal, com mais de duas pessoas.

Contudo, uma vez que o Judiciário já apreciou diversos casos de família paralela, admitindo na minoria das vezes essa modalidade de família, limito este trabalho as famílias poliparentais das mais variadas espécies (dois homens e uma mulher, duas mulheres e um homem, duas mulheres e dois homens, etc) por entender que o reconhecimento da constitucionalidade dessa estrutura familiar é o primeiro passo para legitimá-la. A existência das famílias poliparentais ainda esta muito mais escondida que as famílias paralelas na jurisprudência.

Na apelação cível nº. 19048/2013 (728-90.2007.8.10.0115), o TJMA entendeu pela constitucionalidade das famílias paralelas. O relator Lourival Serejo assinalou que “entre as novas formas de famílias hoje existentes despontam-se as famílias paralelas. Se a lei lhes nega proteção, a Justiça não pode ficar alheia aos seus clamores. O enunciado normativo não encerra, em si, a Justiça que se busca. Não se

pode deixar ao desamparo uma família que se forma ao longo de muitos anos, principalmente existindo filhos”. O brilhante entendimento do relator deve ser entendido às famílias poliparentais uma vez que essas são discriminadas por motivos similares às discriminações sofridas pelas famílias paralelas: o poliafeto, isto é, uma relação que se difere da monogamia.

4.1 Identidade de gênero

Primeiramente, importante se faz esclarecer o que se entende por identidade de gênero. Gênero é um conceito interligado ao sexo biológico, quais sejam masculino e feminino (GROSSI, 2008). Entretanto, os papéis do gênero são todas as condutas atribuídas a determinado gênero, essas atribuições irão variar de acordo com a cultura da sociedade em que o indivíduo é inserido e, por sua vez, vão se modificando ao longo do tempo. Miriam Grossi ainda completa:

(...) penso que, em linhas gerais, gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual. (GROSSI, 2008. p.5)

Já a identidade de gênero é o sentimento que cada indivíduo traz dentro de si, trata-se de um conjunto de convicções subjetivas pelas quais se considera o que seria masculino e o que seria feminino. Ou seja, a identidade de gênero é o que cada indivíduo acredita que seria papel do seu gênero.

Assim, a identidade de gênero pertence ao psicológico de cada um e determina a que gênero as pessoas pertencem, é a certeza que cada pessoa tem sobre si, de qual gênero pertence.

Essas crenças, entretanto, podem oscilar. Pode um homem se enxergar com o gênero masculino e apenas em alguns pontos, se atribuir papéis comuns ao sexo oposto. Recorro ao exemplo do marido que não trabalha para se dedicar ao lar e aos filhos. Socialmente falando, este papel já pertenceu às mulheres, atualmente é comum a mulher que se dedica exclusivamente ao lar. Entretanto, é perfeitamente possível que o marido acredite que este papel pertence ao seu gênero, ainda que fosse comum, nos dias atuais, que as mulheres se excluíssem do mercado de trabalho para se dedicar ao lar.

Em contrapartida, também é possível que uma pessoa que pertence a determinado gênero masculino tenha a consciência de que todos os seus papéis são do gênero oposto, havendo um confronto entre o gênero biológico e o gênero psicológico (identidade de gênero).

Assim, a explicação para a existência das famílias poliparentais é a identidade de gênero das pessoas que

a compõe. Essas pessoas acreditam num complexo de ideias que diverge da maior parte da população, tal complexo de ideias forma a identidade de gênero de cada uma destas pessoas. Dessa forma, essas pessoas acreditam que determinados papéis cabem a elas.

Pegamos como exemplo a família poliândrica, em que mais de um marido gere economicamente a família, em contrapartida, a mulher tem deveres sexuais com todos os maridos. Tanto a mulher quanto os maridos acreditam nos deveres ao qual se prestam, crendo que realmente aqueles são papéis do seu gênero. Estranho para essas pessoas, muitas vezes, é a família que conta apenas com um marido e uma mulher, assim os deveres econômicos e sexuais são compartilhados apenas entre os dois.

Na mesma ótica se encontra a família poligâmica, nessa o marido tem mais de uma mulher. Este homem gere economicamente a família e tem várias mulheres com as quais compartilha amor e companheirismo. Estas acreditam que são papéis delas compartilhar o marido com as demais. Ainda que muitas vezes a convivência entre as mesmas se torne difícil, elas toleram porque acreditam que aquele papel de esposa deve ser compartilhado.

Dessa forma, desrespeitar o gênero psicológico de uma pessoa, isto é, a identidade de gênero, pode eclodir em graves problemas. Sobretudo pelo fato da formação psicológica ser uma longa construção. Muitas vezes a própria pessoa ao se deparar que tal formação se diverge do que é comum, tenta resistir aos seus próprios conceitos e princípios para não sofrer as penalidades impostas socialmente àqueles que são diferentes.

Entretanto, nem a própria pessoa consegue mudar suas convicções para se adequar ao que a sociedade impõe tampouco o Estado conseguirá mudar. A não aceitação das famílias poliparentais, portanto, só pode gerar sofrimento, discriminação e preconceito, haja vista que não é possível mudar as convicções de alguém se não for possível, de fato, convencê-la de que suas crenças são erradas – o que não é o caso da identidade de gênero.

4.2 Exemplos de famílias poliparentais

Sem a intenção de se esgotar as diversas modalidades de famílias poliparentais, mas com o intuito de ilustrar esse modelo familiar bem como demonstrar a benignidade do poliafeto, irei abordar a poliandria e a poligamia. Ademais, resta esclarecer que os institutos citados são modelos de casamento e, conforme já mencionado, a bigamia no Brasil não é permitida, ainda que de modo antiquado. Contudo, o que se defende é o reconhecimento da união estável pelo Judiciário entre as pessoas que compõe a família poliparental para, posteriormente, o legislador perceber que o art. 235 do CP há um bom tempo se

tornou incompatível com a realidade social e revogá-lo.

Em algumas comunidades localizadas na região do Himalaia (compartilhada pela Índia, Nepal e Tibete) e nas Ilhas Marquesas - Ilhas no Pacífico Sul, é tradicional a união poliândrica; entende-se por poliandria a relação afetiva entre uma pessoa do gênero feminino e duas ou mais pessoas do gênero masculino, em que a mulher tem direitos sexuais compartilhados com seus maridos e esses, em contrapartida, têm deveres econômicos, para com a esposa. Há sociedades que acreditam que cada marido deve ter a sua casa, outras defendem o lar comum entre eles.

As causas histórico-culturais que culminaram nesse tipo de família são inúmeras, mas são singulares em cada sociedade que adota a legalidade dessa relação. Um dos motivos mais apontados é a escassez de terras, isto é, propriedades imóveis que representavam – e ainda representam – *status*, assim, é comum vários irmãos se casarem com a mesma mulher, garantindo a indivisibilidade da propriedade, haja vista que dividir o imóvel entre os irmãos constituiriam vários imóveis de pequeno valor econômico e social.

Outro fator gerador da poliandria é a baixa produtividade rural, visando às limitações da terra e da mão-de-obra, como não vai gerar boas rendas, às vezes é preciso dois maridos para garantir uma vida confortável à mesma mulher.

A pequena população de mulheres, tendo em vista o grande número de homens, é fator geográfico que muito contribui para a poliandria. Tais raízes culminam na relação de paternidade divisível para os filhos advindos da relação poliândrica o que, segundo pesquisas, garantem filhos mais educados, com uma estrutura familiar mais completa.

Outro exemplo de família poliparental seria a poligamia, que é uma estrutura familiar mais comum que a poliandria, mas não menos criticada. A poligamia era muito comum em âmbito internacional, basta analisar os vestígios das primeiras estruturas familiares existentes no mundo.

No Ocidente foi a expansão do Cristianismo que expulsou dos costumes a família poliparental, baseando-se na estrutura familiar bíblica de Adão e Eva e na estrutura Greco-Romana.

Ocorre que ao ler os textos bíblicos do velho testamento é possível observar várias passagens evidenciando a existência da estrutura familiar poliparental. Tais passagens tornam incoerente o argumento de que a estrutura familiar correta perante aos olhos de Deus é a família constituída por um homem e uma mulher, pois nas passagens bíblicas é possível observar que várias pessoas

que viveram cronologicamente após Adão e Eva mantinham a poligamia. “Chegando a Hedron, Davi tomou ainda mais concubinas e esposas de Jerusalém e mais filhos e filhas nasceram para Davi” (SAMUEL, 1980, 5:13).

Em contrapartida, no Oriente, sobretudo na África, o Alcorão, que é a base religiosa, política e jurídica dos países que seguem a religião Islâmica. Os países de cultura islâmica defendem a estrutura familiar poligâmica:

“Casai com mulheres de sua escolha, duas ou três ou quatro vezes; mas se temerdes que não sereis capazes de conviver juntamente com elas, então casai somente com uma” (ALCORÃO, 4:13)

Atualmente, mais de cinquenta países aceitam a poligamia, dentre eles não só os que aderem a religião Islâmica. Santo Agostinho e Martinho Lutero não repreenderam a prática da poligamia, segundo eles, não contradiz a escritura sagrada. Em 726 d.C., o Papa Gregório II demonstrou certa simpatia às famílias poligâmicas mediante determina situação “(...) quando um homem tem uma esposa doente, incapaz das funções conjugais, pode tomar uma segunda, contando que tenha cuidado na primeira” (TARAVELA, 2002, p.9). Dessa forma, há seguidores e estudiosos do cristianismo que não encontram fundamentos religiosos para a vedação da família poliparental. Outras religiões como o Budismo, não repreendem nem incentivam a poligamia, mas a aceita desde que tal laço familiar não prejudique a terceiros e siga às regras morais religiosas.

Os cristãos que não concordam com a família poligâmica, sustentam sua crença dizendo que antes de Cristo as pessoas não tinham esclarecimentos religiosos, por isso várias personagens no velho testamento praticavam a poligamia. Salientam os críticos do poliafeto que tal a prática não é correta, apontando fundamentos morais e religiosos (mas não jurídicos) que fundamentam a opinião de que compartilham “o ciúme que as irmãs Raquel e Leia tinham do marido Jacó causou problemas familiares a elas, aos 30 filhos e ao patriarca” (GÊNESIS, 1980, 30.1-24; 37.1-4; 17-36).

Outros afirmam que a prática da poligamia é contrária à igualdade de gêneros, porque inferioriza a mulher em relação ao homem. Porém, temos as sociedades que defendem a poliandria, sendo assim tal argumento não merece prosperar.

5. A CONSTITUCIONALIDADE DA FAMÍLIA POLIPARENTAL NO BRASIL

Em meados do ano de 2012, foi nacionalmente divulgada a notícia que um homem e duas mulheres deram

publicidade a união poliafetiva que mantinham. Tal publicidade ocorreu por meio de escritura pública, lavrada no Cartório de Notas e Protestos da cidade de Tupã/SP, cujo objetivo era atribuir a essa relação as mesmas regras atribuídas a um casamento. A divulgação da notícia gerou uma discussão entre os especialistas em Direito de Família. Alguns, como Maria Berenice Dias, concluíram que não há irregularidades nas famílias poliparentais, outros concluíram que a família poliparental carece de fundamentos legais para existir, como Regina Beatriz.

Apesar desse trio (conhecido como trio de Tupã) serem os primeiros a declarar, através de instrumento público, a constituição de uma família poliparental, tal prática não é novidade na sociedade brasileira. Basta analisar, brevemente, os casos em que o STJ analisa pedidos de rateio do benefício previdenciário em razão de morte do companheiro em comum das demandantes.

Os argumentos mais utilizados para fundamentar a ilegalidade das relações poliafetivas, incluindo a ilustre Regina Beatriz Tavares da Silva, acima citada, são argumentos religiosos e morais afirmando que tal relação se compara com a orgia. Quanto a esses, não podemos nos esquecer de que, apesar do preâmbulo constitucional citar Deus, o Estado brasileiro é laico, garantindo, inclusive, a liberdade de crença (art. 5º VI); quanto aos princípios morais, desde que a união poliparental seja movida pela boa conduta e pelos bons costumes, não há que se falar em imoralidade. Juridicamente tais fundamentos são fracos e evasivos.

Paulo Lôbo afirma que o artigo 226º, caput, da CR/88, ao não repetir a redação do artigo 175 da CF/67-69 que condicionava a proteção da família à consagração ao casamento — dito dispositivo aduzia que “a família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção (...)” e inserir no ordenamento jurídico que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, gerou, conseqüentemente, o desaparecimento da cláusula de exclusão, deixando o Texto Maior de proteger apenas um tipo de família para se proteger toda e qualquer família (LÔBO, 2008, p. 60-61). Pois, conforme Carlos Cavalcanti de Albuquerque Neto, “não cabe ao Estado predeterminar qual a entidade familiar que se pode constituir, mas apenas, declarar a sua formação, outorgando-lhe a proteção social, por considerá-la base da sociedade” (CAVALCANTI; ALBUQUERQUE NETO, 2002, p. 150).

Entendimento em sentido contrário ou que interprete o rol de famílias descritas da CR/88 como taxativo configuraria o que o ministro Roberto Barroso chamou de “*interpretação retrospectiva*”. Que consiste na interpretação de um novo texto normativo da forma mais parecida possível com o antigo, contrariando a lógica

segundo a qual a mudança do texto denotaria um desejo de mudança da norma jurídica dele decorrente (BARROSO, 2006, p. 71).

A Suprema Corte brasileira, ao julgar a Ação de Direta de Inconstitucionalidade 4277, em 05 de maio de 2011, brilhantemente decidiu que não deve se limitar o reconhecimento de uma família pela igualdade de sexo entre seus membros. Da mesma forma não é plausível limitar o reconhecimento de uma família pela pluralidade de membros que irá compor essa união.

O Relator na ADI 4277 – ministro Ayres Brito, inicia sua fundamentação dizendo que a sexualidade não é um fator de desigualdade jurídica, ou, pelo menos, não deveria ser. Coloca o direito à preferência sexual como direta emanção do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Ainda acrescenta que a liberdade sexual é um direito potestativo (aquele que não admite contestação nem depende de comportamento de terceiros), pois é fruto de liberdades individuais tais como o direito à intimidade e à vida privada. Cita o art. 226 da Constituição Federal, que assegura que a família terá a proteção do Estado e afirma que o papel do estado em uma sociedade democrática é o de assegurar o desenvolvimento da personalidade de todos os indivíduos, permitindo que cada um realize os seus projetos pessoais lícitos.

Pois bem, analisemos. Não seria a família poliparental uma opção de estrutura familiar, protegida pelas garantias constitucionais supracitadas? Sim. O reconhecimento da união estável poliafetiva, nada mais é que reconhecer tais direitos. Desde que seja uma união movida pela boa conduta social e que não prejudique a terceiros, esta união é lícita. Como reconhecido pelo ministro Brito, trata-se de direito potestativo, não cabendo a terceiros contestar esse direito.

Em seu voto, o Ministro Ayres Brito, apontou a consequência do não reconhecimento pelo Estado da identidade do indivíduo: discriminação, que gerará ódio materializado em violência física, moral e psicológica.

O Ministro Luiz Fux fundamenta seu voto com sábios argumentos, observa que o Estado não fica obrigado, apenas, a abster-se da violação dos direitos fundamentais, como também a atuar positivamente na proteção de seus titulares diante de lesões e ameaças provindas de terceiros, seja no exercício da atividade legislativa, administrativa ou jurisdicional.

Observa, ainda, que o que constitui uma família é a identidade, a certeza de seus integrantes quanto à existência de um vínculo inquebrantável, além do amor e de um projeto coletivo, permanente e duradouro de vida em comunhão.

A posição do Estado quanto às famílias poliparentais

ainda é inerte. Dessa forma, o Judiciário bem como as demais esferas de poder estatal devem deixar de se abster quanto à existência dessa estrutura familiar. O Estado tem o dever de atuar, protegendo essas famílias, fazendo valer as garantias que a própria Carta Magna lhes confere e oportunizando que as pessoas optem por esse estilo de vida sem medo de preconceitos e críticas.

Não respeitar a identidade do outro é sinônimo de não reconhecer o direito do outro à intimidade, à liberdade, à vida privada, à honra, tão pouco a igualdade e a dignidade.

A Ministra Carmem Lúcia em seu voto ponderou que a conquista de direitos é tão difícil quanto curiosa (...) e parece uma obviedade, quase que uma banalidade, para as gerações que os vivem como realidades conquistadas e consolidadas. Considera ainda que definir a união estável entre um homem e uma mulher e excluir outras opções contrariam preceitos constitucionais fundamentais, como os princípios de liberdade, da intimidade, da igualdade e da proibição da discriminação (BARROSO, 2006). Para ser digno há que ser livre, prossegue a ministra, e a liberdade perpassa a vida de uma pessoa em todos os seus aspectos, incluindo o da liberdade de escolha sexual, sentimental e de convivência com outrem. O que é indigno leva ao sofrimento socialmente exposto, e esse sofrimento abrigado pelo Estado é antidemocrático.

O art. 3º da Constituição da República inclui nos objetivos fundamentais da mesma promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Ocorre que não se vê o empenho do Estado em cumprir tal objetivo, tendo em vista que as pessoas enxergam a liberdade com temor, pois se realmente revelarem sua identidade, irão sofrer diante da discriminação que lhes aguarda. Preferindo se reprimir quanto aos seus direitos de dignidade, de liberdade, de intimidade, de vida privada, da igualdade etc. Assim, o próprio Estado contribui para a discriminação, uma vez que não reconhece a união poliparental.

É inegável que a união poliparental existe e continuará existindo, as pessoas vivem em busca de seus direitos na constante luta pela cidadania. Atualmente, a estrutura de família poliparental já tem sido notada socialmente, porém, concomitantemente, vem crescendo uma corrente ideológica que repudia tal estrutura familiar; líderes cristãos são os maiores adeptos desta ideologia.

Na década de 30 era inimaginável a conquista obtida pelo movimento gay de reconhecimento das uniões homoafetivas e daqui a algumas décadas será algo comum, pois é nítido o direito de duas pessoas do mesmo sexo se apaixonarem e poder revelar sua identidade à sociedade. Não precisamos permitir que o mesmo aconteça com as uniões poliafetivas, somente as reconhecendo após

as pessoas que optem por esse estilo de vida tomarem coragem por revelar sua identidade e lutarem pela conquista do reconhecimento.

Afinal, se for assim, estaremos provando que em nada evoluímos. Atualmente, para muitas pessoas é inimaginável tal reconhecimento, mas se tornará algo comum após certo lapso temporal, haja vista que tal prática já é comum em diversas regiões do Brasil, como se sabe. As pessoas não devem temer à revelação de sua identidade, ao contrário, pois têm expressamente direito à liberdade e a dignidade, portanto, devem se orgulhar da coragem de revelá-la.

O Ministro Joaquim Barbosa considerou, na ADI em análise, que houve um descompasso entre o mundo real e o Direito, que não foi capaz de acompanhar as profundas e estruturais mudanças não só no Brasil, mas em escala global. Tal descompasso insta em se repetir, em relação às famílias poliparentais.

6. A FAMÍLIA POLIPARENTAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Analisando o paradigma de família em âmbito internacional é possível compreender que o surgimento de diversos modelos contemporâneos de família vem se sobrepondo às famílias tradicionais, ainda que cada cultura tenha suas peculiaridades. Como já demonstrado, a publicidade cultural provocada por diversos acontecimentos ao longo da história apresentou às pessoas diferentes maneiras de viver e encorajou a serem diferentes. Contudo, vários Estados soberanos vêm reconhecendo o direito à diferença.

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto São José da Costa Rica – Tratado constitutivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos –, cujo objetivo é consolidar entre os países da América a justiça social e a liberdade pessoal com fulcro no respeito aos Direitos Humanos, ampliou a efetividade desses direitos inerentes ao homem.

O Brasil ratificou ao tratado em 1992, pelo Decreto 678, alçando o status de norma supralegal na ADI 1480/2001. O Supremo Tribunal Federal interpretando o conflito normativo do tratado com normas de natureza ordinária, entendeu que a norma emanada do tratado em matéria de Direitos Humanos está em um patamar superior a todas as normas ordinárias do ordenamento jurídico interno brasileiro. Esse fato gera uma consequência curiosa, pois a Corte Interamericana de Direitos Humanos é o tribunal competente para interpretar as normas do tratado, e como consequência, as interpretações daquele tribunal acabam influenciando a aplicação normativa no ordenamento jurídico interno brasileiro. É

importante pontuar que essa questão da identidade de gênero é um tema que já foi levado à discussão daquele tribunal internacional, muito antes do surgimento dessa temática no ordenamento interno brasileiro ou nos tribunais nacionais. As demandas são levadas por pessoas de nacionalidades distintas, o que prova que as quebras de paradigma dos modelos familiares tradicionais ocorrem em escala internacional.

É inegável, também, que ao levar tais demandas à Corte Interamericana de Direitos Humanos, os autores revelam a insatisfação por ter de optar entre coibir sua identidade ou sofrer o preconceito por ser diferente daquilo que é imposto socialmente, apostando no Judiciário como a única esperança de viverem em paz e seguros.

Nesta senda, o conceito de família, cada vez mais, ganha amplitude e sinais de que tal extensão será cada vez mais célere. Para que se faça justiça, é imprescindível reconhecer os direitos humanos e efetivá-los, ainda que parte da sociedade não concorde, pois a opinião é algo pessoal, mas, apesar disso, o reconhecimento dos direitos inerentes ao homem alcança o âmbito de um dever social. Assim, o Direito deve ao cidadão a legitimação dos seus direitos, atribuindo a esses, consequentemente, uma vida digna.

6.1 Caso “Atala Riffo e filhas vs. Chile”

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2012) foi provocada para se posicionar em relação ao “caso Atala Riffo e filhas” que se relaciona com a responsabilidade internacional do Estado do Chile pela atitude discriminatória e pela interferência arbitrária na vida privada e familiar que havia sofrido a senhora Karen Atala Riffo devido a sua orientação sexual em um processo judicial que resultou na perda da guarda de suas três filhas.

Em novembro de 2002, a senhora Emma, companheira sentimental de Atala, começou a conviver na mesma casa com ela, suas três filhas e seu filho maior que adveio de um matrimônio anterior.

Em janeiro de 2003, o pai das meninas ajuizou uma ação requerendo a guarda das mesmas, sob as alegações de que o desenvolvimento físico e emocional das meninas estava em sério perigo e que a senhora Atala não estava capacitada para cuidar e zelar pelas meninas devido sua nova opção sexual somada a uma convivência lésbica com outra mulher estaria produzindo consequências danosas para o desenvolvimento das menores. Alegou, ainda, que o incentivo dentro do ordenamento jurídico para casais do mesmo sexo irá desnaturalizar o sentido do casal, homem mulher, e, portanto, altera o sentido natural da família, o que afeta os valores fundamentais da família como núcleo da sociedade.

A senhora Atala apresentou contestação dizendo que a leitura das imputações feitas a ela e como descreveu seu relacionamento familiar e sua vida privada lhe causou tristeza. Disse ainda que as alegações apresentadas a comoveram por sua agressividade, pelo prejuízo, pela discriminação e pelo desconhecimento ao direito à identidade sexual e pela distorção dos fatos que expôs. Por último, ainda alegou o desprezo ao superior interesse de suas filhas e que as alegações que fez sobre sua identidade sexual nada tem a ver com sua função de mãe.

A Comissão, primeiramente, ponderou o desrespeito ao art. 11 da Convenção, que dispõe o direito à vida privada, o qual abarca várias esferas da autonomia e da intimidade, dentre elas a identidade e as relações sexuais e pessoais. Reconhece a Corte que a orientação sexual da autora em nada afeta o exercício do pátrio poder.

Prosseguindo a análise do caso, a Corte considera um dos argumentos centrais para a Justiça: a proteção da família, prevista no art. 17 da Convenção Interamericana de Justiça, segundo a qual insere a obrigação estatal de dispor e interferir diretamente na proteção dos filhos e do núcleo familiar. Mediante sua construção de opinião, a Corte cita os art. 11.2 e 17.1 da Convenção Interamericana, que positivam o direito de receber a proteção contra-acusações ilegais relativas à sua família, o que nada mais é que o direito a proteção da família. Sendo assim, a Sra. Atala também tem direito a receber a proteção familiar estatal. Declara, portanto, a Corte que o Chile violou os art. 11.2 e 17.1 do Pacto São José da Costa Rica.

Em seguida a Corte faz a brilhante consideração: “diversos órgãos de direitos humanos criados por tratados, vem indicando que não existe um modelo único de família, este pode variar” (tradução nossa) (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2012, p.55), cita jurisprudência de outros Tribunais Internacionais que se posicionaram nesse sentido, tais como o tribunal Europeu de Direitos Humanos.

A Corte considera demais direitos como o direito à igualdade e a proibição da discriminação, direito a vida privada e as garantias judiciais. Dispõe, ainda, sobre a obrigação da sociedade em respeitar as garantias fundamentais com relação ao outro e esclarece que houve uma evolução na concepção do conceito de família, e que essas devem ser reconhecidas, desde que respeitem a Convenção.

Desse modo, a própria Corte Interamericana de Justiça, em sua ilustre jurisprudência, reconhece a legalidade dos variados modelos de família surgidos contemporaneamente que estão de acordo com o Pacto São José da Costa Rica, formando, assim, uma lacuna, haja vista que não elabora um rol para enumerá-los.

O modelo de família poliparental mais uma vez é nitidamente reconhecido, ainda que implicitamente, pois se encaixa nos princípios contidos nesse Tratado, dentre eles os considerados pela Corte no caso Atala Riffo e filhas vs. Chile.

A identidade de gênero nada mais é que um direito testamentário, que diz respeito somente ao indivíduo dentre sua intimidade e autonomia de escolha. Uma família que preza pelo respeito, pela sinceridade e pelo amor, como tantas famílias poliparentais, não pode ser desprezada, pois a estas, o Direito deve atribuir a proteção familiar.

O Código Civil brasileiro preza pela preservação da família. Entretanto, o Poder Judiciário interno vem desrespeitando a legislação vinculante bem como as demais fontes do Direito, dando margem ao preconceito e a indignidade das pessoas que optam por um modelo familiar diverso dos modelos aceitos socialmente. Ao tentar desconstituir essas famílias e as desestruturando, como fez a Suprema Corte brasileira ao proferir uma sentença de repercussão geral que negou o rateio da pensão por morte previdenciária entre a mulher casada com o falecido e a companheira do mesmo. Decisão, esta, que possibilita a credibilidade popular de “positivação” e apoio por parte do Poder Judiciário às críticas à família poliparental, ao preconceito e ao desrespeito aos demais direitos fundamentais dessas pessoas, que foram aniquilados pelo Poder Soberano que dispõe o Estado Democrático de Direito.

Os integrantes das famílias poliparentais, no cenário atual, são cobrados excessivamente pelos seus deveres e pelo disfarce da sua identidade, mas não dispõe de nenhum direito sob a ótica social. As garantias constitucionais bem como aquelas previstas nos Tratados internacionais não são a elas, efetivamente, garantidas.

O Poder Judiciário brasileiro, dessa forma, vem dilapidando o ativismo judicial, ao passo que em algumas decisões invés de utilizar sua autonomia para efetivar socialmente os direitos fundamentais, opta por coibi-los, se perdendo, os julgadores, em suas próprias convicções e em fundamentos políticos, enquanto deveriam se preocupar, apenas, com sua responsabilidade social na busca pela justiça. O Poder Judiciário tem o dever de utilizar a “Ditadura do Judiciário” para suprir a omissão legislativa no que tange a supressão de direitos dos integrantes das famílias poliparentais, utilizando do princípio da máxima efetividade para tanto.

O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para valer intenções, mas para revelar realidades e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar novas realidades. (ARENDRT, 2007, p. 212).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado deve se atentar à efetivação das normas por ele positivadas, se tal cumprimento não se faz pelo Poder Legislativo, o Poder Judiciário deve suprir tais lacunas diante das demandas que diariamente batem a sua porta.

Atualmente, o ativismo judiciário confere ao Poder Judiciário, tanto ao Juízo “a quo” quanto ao Juízo “ad quem”, a possibilidade de arbitrar a máxima efetividade dos direitos fundamentais positivados. Entretanto, o Estado, incorretamente, ainda se prende nas convicções políticas, morais e religiosas presentes em grande parte da sociedade, o que provoca a efetivação dos direitos de alguns e a supressão dos direitos de outros, variando de acordo com a calamidade social que a demanda irá causar.

Sendo assim, o Estado que se afirma, a todo o momento, democrático, se demonstra desigual e opressor em diversos momentos em que lhe era oportuno exercer a democracia, de fato, agindo de maneira cruel e indiferente com aqueles cuja sua vontade seja compatível com a minoria.

A sociedade tampouco o Estado, ainda que comparilhe de opinião majoritária, não tem o poder de impor regras de conduta que delimitem e/ou oprimam a identidade de gênero do indivíduo. Ademais, utilizar do tripé do Direito (fato, valor e norma) para justificar tais discriminações, interpretando as garantias à luz da Constituição da República de maneira opressora, é monopolizar a sociedade, característica essa contrária a democracia.

Entretanto, as justificativas religiosas e morais são passíveis de sustentar os argumentos daqueles que são contra ao reconhecimento da família poliparental, afinal a liberdade de pensamento é uma das garantias constitucionais. Ocorre que o Estado jamais pode se valer de tais justificativas subjetivas para apurar o reconhecimento desse modelo familiar devido a todas as questões legais aqui já elencadas, sobretudo o princípio da dignidade humana e o princípio da afetividade.

Dessa forma, os ordenamentos jurídicos interno e internacional demonstram, implicitamente, que nada impede o reconhecimento das famílias poliparentais, sendo estas pautadas, equivocadamente, com muito mais deveres que direitos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE NETO, Carlos Cavalcanti de. *Famílias simultâneas e concubinato adúltero*. In Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: IBDFAM, 2002.

ANDRADE; André Gustavo Correa de. *O princípio fundamental da*

dignidade humana e sua concretização judicial. Disponível em: <http://www.tj.rj.gov.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_const/0-principio_fundamental_da_dignidade_humana_e_sua_concretizacao_judicial.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ARENDE, Hannah. *A condição Humana*. 10ª ed. Editora Forense Universitária. 2007. Disponível em <<http://direitasja.files.wordpress.com/2012/05/a-condic3a7c3a3o-humana-hannah-arendt.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e Aplicação da Constituição*, 6ª Ed., São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

BERZIN; Alexander. 1998. *Os sistemas éticos ocidentais: legalista e humanista*. Disponível em: <http://www.berzinarchives.com/web/pt/archives/approaching_buddhism/world_today/issues_buddhist_sexual_ethics.html>. Acesso em: 13 mar. 2014.

CHAVES, Cristiano de Farias; ROSENVALD, Nelson. *Direito das Famílias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CORRÊA, Marise Soares. *A história e o discurso da lei: o discurso antecede à história*. Porto Alegre: PUCRS, 2009. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso Atala Riffo y niñas vs Chile*. 2012. Disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_254_esp.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992. 28ª ed.

Gênesis. Português. In: *Bíblia sagrada*. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. p. 389-412. Edição Ecumênica. Bíblia.

GONÇALVES, Carlos Alberto. *Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2005. (Direito de Família, v. 6).

GROSSI, Miriam Pilar. *Identidade de gênero e sexualidade*. Disponível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil: Famílias*. 4.ed: Saraiva, 2012.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades Familiares Constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*. In: *Revista Brasileira de Direito de Família*. Porto Alegre: Síntese, a. III, n. 12, jan./fev./mar. 2002.

MAIA; Diones Souza. *O crime de bigamia na sociedade moderna*. Disponível em: <http://meuartigo.brasilescola.com/atualidades/o-crime-bigamia-na-sociedade-moderna.htm>. Acesso em: 12 mar. 2014.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 5ª ed. Editora Revista dos Tribunais. 2010.

MORAES, Alexandre de. *Curso de Direito Constitucional*. 27ª. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREIRA; Rodrigo da Cunha. *A sexualidade vista pelos Tribunais*, editora Del Rey; 2001.

PESSOA, Daniel Alves; LIMA, Ricardo José da Costa; MACEDO, Sérgio Gouveia de. *O método literal na interpretação jurídica*. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/15573-15574-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

RAWLS, Jonh. *Justiça e Democracia*. São Paulo, 2010. Editora Martins Fontes. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/jrjed.pdf>> acesso em 22/05/2014>. Acesso em: 22 mai. 2014.

Samuel. Português. In: *Bíblia sagrada*. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. p. 389-412. Edição Ecumênica. Bíblia.

SILVA, José Afonso da – *Comentário contextual à Constituição*. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 15.

SILVA, Eduardo. A dignidade da pessoa humana e a comunhão plena de vida: o direito de família entre a Constituição e o Código Civil. In: MARTINS-COSTA, Judith. *A reconstrução do direito privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

STARKWEATHER; Katherine E. & HAMES; Raymond. *A Survey of Non-Classical Polyandry - Human Nature An Interdisciplinary Biosocial – Perspective*. Disponível em: <http://www.unl.edu/rhames/Starkweather-Hames-Polyandry-published.pdf>. Acesso em: 08 Jan. 2015.

Supremo Tribunal Federal. *ADI 4.277*. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 19 abr. 2014.

TARAVELA; Glauber Moreno. *União Civil entre pessoas do mesmo sexo*; editora Forense, 2004.

TARTUCE, Flávio. *Novos princípios do Direito de Família brasileiro*. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1069, 5 jun. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8468>. Acesso em: 11 mar. 2015.

TELES; Bolivar da Silva. *O Direito de Família no ordenamento jurídico na visão codificada e constitucionalizada*. 2011. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_1/

[bolivar_telles.pdf](#)>. Acesso em: 19 abr. 2014.

TORRACA; Sylvia Pozzobon. *Princípio do equilíbrio financeiro e autoral – uma breve análise do princípio insculpido no caput do art. 201 da Constituição Federal*. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7908. Acesso em: 22 abr. 2014.

VALENTIM; Fábio. *Poligamia e religião*. 2002. Disponível em: <http://www.baudovalentim.net/2012/10/poligamia-e-religiao-parte-ii.html>. Acesso em: 12 mar. 2014.

NOTAS

1 Este trabalho é vinculado à linha de pesquisa: "Direito Internacional dos Direitos Humanos" do Grupo de Estudos em Direito Internacional da Newton Paiva – GEDINP.

2 Graduanda do curso de Direito pelo Centro Universitário Newton Paiva, integrante do GEDINP e bolsista da FUNADESP - geysapareira.gp@gmail.com.

3 Doutor em Filosofia pela UFMG, professor do Centro Universitário Newton Paiva e colaborador desta Pesquisa - carlosatmagalhaes@gmail.com

4 Mestre em Direito Internacional pela UFMG, MBA em Direito Tributário FGV/RJ, coordenador do GEDINP (Grupo de Estudos em Direito Internacional da Newton Paiva) e desta pesquisa, Juiz Federal - williamkenaoki@gmail.com

5 Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UFMG, pesquisadora do CNPq e colaboradora desta pesquisa – abreuaoqui.raquel@gmail.com

AS COMPETÊNCIAS GERENCIAIS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Felipe Gouvêa Pena¹
Juliana Oliveira Braga²
Maria Eugênia Monteiro Castanheira³
Míriam de Fátima Moreira Felício Braga⁴

Resumo: No Brasil, observa-se um movimento crescente de novos negócios do porte de Micro e Pequenas Empresas, a partir de dados da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Nesse sentido, a busca por uma gestão profissionalizada é fator determinante para o sucesso das organizações, principalmente, tendo em vista a vulnerabilidade que permeia esse tipo de negócio. Neste contexto, as boas práticas de Governança Corporativa atuam como elementos norteadores e propulsores de uma gestão profissionalizada. Sendo assim, este artigo tem como objetivo identificar o modelo de desenvolvimento de competências gerenciais, capaz de nortear a gestão das micro e pequenas empresas a partir das premissas da Governança Corporativa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa aplicada, por meio de um estudo bibliográfico, que permitiu identificar os modelos de competências gerenciais e estabelecer uma relação com os pilares da Governança Corporativa. Os dados coletados foram tratados de forma qualitativa e permitiram orientar o Modelo de Fleury e Fleury (2001) como ferramenta gerencial norteadora das ações das Micro e Pequenas Empresas, em função da Governança Corporativa.

Palavras-chaves: Governança Corporativa; Competências Profissionais; Gestão.

Abstract In Brazil, there is a growing movement of new business from Micro and Small Enterprises, based on data from the National Confederation of Micro and Small Businesses. In this sense, the search for a professional management is a determining factor for the success of organizations, especially in view of the vulnerability that pervades this kind of business. In this context, good corporate governance practices act as guiding elements and drivers of a professional management. Thus, this article aims to identify the model of development of managerial skills able to guide the management of micro and small enterprises from the premises of Corporate Governance. For this, a survey was conducted applied through a bibliographic study which identified the models of management skills and establish a relationship with the pillars of Corporate Governance. The data collected was treated qualitatively and allowed to guide the model Fleury and Fleury (2001), as guiding management tool for the shares of Micro and Small Enterprises, depending on Corporate Governance.

Key-words: Corporate governance; Professional competence; Management.

INTRODUÇÃO

Em meio à competitividade e ao ambiente de mudanças, que influenciam a gestão das empresas, é demandado que essas organizações adotem um modelo de gestão que favoreça o seu desenvolvimento sustentável, por meio de boas práticas. Essas, segundo Dutra (2008) deixaram de ser uma escolha e tornaram-se uma situação inerente às empresas que desejam se manter no mercado. Um desses modelos, que contribui para o alcance de diferenciais competitivos para a organização, é a Governança Corporativa.

O movimento das boas práticas de Governança Corporativa tomou força na década de 1980 e tinha como objetivo otimizar o desempenho das empresas, a partir dos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. A aplicação deste pode proporcionar um conjunto eficiente de mecanismos de incentivo e de monitoramento a fim de assegurar o correto comportamento e alinhamento de interesses de todos os públicos, com os quais a organização se relaciona.

A concepção deste modelo de gestão teve como foco a sua aplicação às grandes empresas. Contudo, pouco se aborda deste tema com ênfase para a gestão das micro e pequenas empresas- MPE.

Paralelo a este contexto, observa-se um movimento crescente de novos negócios do porte de MPEs, a partir de dados da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte- COMICRO. Esses apresentam que, hoje, o Brasil tem quase 8 milhões de MPEs cadastradas no Simples Nacional. Observa-se uma evolução, dessas organizações, pois, no ano de 2007, correspondiam apenas a 1,3 milhão de negócios. Essas informações reforçam a relevância dessas empresas para o desenvolvimento da economia do país, exigindo, assim, maior atenção para o modelo de gestão adotado para a administração desses negócios.

Nesse sentido, a busca por uma gestão profissionalizada é fator determinante para o sucesso das organizações. Quando se trata das micro e pequenas empresas, tal fator ganha uma dimensão ainda maior, tendo em vista a vulnerabilidade que permeia esse tipo de negócio. Assim, as boas práticas de Governança Corporativa atuam como elementos norteadores e propulsores de uma gestão profissionalizada.

Rodriguez e Brandão (2010, p.10) ratificam essa ideia ao afirmarem que “agregar boas políticas e práticas de governança adequadas ao tamanho da empresa e às suas disponibilidades financeiras parece fazer sentido para uma trajetória empresarial bem-sucedida”. Essa

trajetória, no entanto, só é possível quando se pode contar com gestores capacitados para exercê-la, o que demanda um desenvolvimento gerencial contínuo.

Nesse sentido, é necessário dispor de conhecimentos, habilidades e atitudes de forma planejada e sistemática para o aperfeiçoamento do desempenho atual e futuro dos gestores organizacionais. Esse processo envolve a busca pelo autodesenvolvimento. O gerente deve assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento. A organização pode incentivar e dar condições para o desenvolvimento de cada gestor, mas a este cabe o esforço extra pessoal para aproveitar e buscar desenvolvimento (MOSCOVICI, p. 120, 2011).

Desse modo, considera-se relevante a concepção de um modelo de competências gerenciais que contribua para o aprimoramento dos gestores, de forma que possam conduzir os seus negócios em função dos pilares da Governança Corporativa. Este modelo de competências pode orientar e capacitar os gestores para uma gestão profissionalizada das micro e pequenas empresas.

Diante deste contexto, o objetivo geral deste estudo foi identificar o modelo de desenvolvimento de competências gerenciais, capaz de nortear a gestão das micro e pequenas empresas a partir das premissas da Governança Corporativa. Espera-se poder contribuir para estimular o desenvolvimento de competências gerenciais, que possibilitem a efetivação das práticas de Governança Corporativa nas micro e pequenas empresas, impulsionando a perenidade dos negócios.

Rodriguez e Brandão (2010) conceituam que a governança das empresas define-se como um conjunto de condicionantes que afetam a vida das pessoas, mas, também, porque o investimento bem realizado, focado nas práticas de governança corporativa, pode fazer diferença no patrimônio futuro. Isso implica a observação de um gestor com maior responsabilidade diante de suas decisões e ações gerenciais.

É válido destacar, ainda, a relevância desta pesquisa, pois possibilitou a continuidade do Projeto de Iniciação Científica, desenvolvido em 2013, já que proporcionou o aprofundamento do tema Governança Corporativa em Micro e Pequenas Empresas, sobre o qual ainda há pouco conhecimento sistematizado, requerendo o avanço de pesquisas científicas. Além disso, ressalta-se o significado de estudar dois constructos teóricos inicialmente independentes, mas que demandam uma integração, em prol da otimização dos resultados organizacionais.

Por fim, para os discentes e docentes envolvidos, este trabalho de investigação, oportunizou o amadurecimento acadêmico e o aprimoramento das competências como pesquisadores.

METODOLOGIA

De acordo com Vergara (2013), esta investigação pode ser caracterizada como pesquisa aplicada, pois foi motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, como a carência de uma gestão profissionalizada nas micro e pequenas empresas. A identificação de um modelo de competências gerenciais, focado nos princípios da Governança Corporativa, constitui uma proposta de solução deste problema. Nesse sentido, a investigação foi conduzida a partir de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Vergara (2013), é um estudo sistematizado e desenvolvido com base em material publicado, seja em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas.

Os dados coletados serão tratados de forma qualitativa, pois permite uma amplitude de análise e maior clareza na interpretação das particularidades, quanto a comportamento e atitudes de determinado grupo (OLIVEIRA, 1998).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conforme Andrade e Rossetti (2004), o termo Governança Corporativa foi empregado pela primeira vez em 1991. O primeiro código de melhores práticas de governança corporativa foi definido em 1992 e editado três anos depois, em 1995. Os autores defendem que a terminologia ainda não está amplamente difundida e internalizada no mundo corporativo, devido a três razões básicas: por ser ainda recente, pela sua abrangência e pela diversidade de modelos.

Em meio à falta de concordância dos pressupostos

deste modelo de gestão, Steinberg (2003) ressalta que a Governança Corporativa vem sendo constituída como um conjunto de práticas e de relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselho de administração, diretoria executiva, auditoria independente e conselho fiscal, com o objetivo de aprimorar o desempenho da empresa e facilitar o acesso do capital.

Corroborando, Silveira (2005, p. 94) afirma que a “Governança é a medida pela qual o conselho de administração consegue ser ativo e independente e representar o interesse dos acionistas, incluindo-se os minoritários.” Tal modelo de gestão, também, pode ser considerado como uma ferramenta fundamental no processo de agregar valor à imagem da organização e deve ser prioridade para empresas que almejam competir globalmente. Pois, conforme Rodrigues e Mendes (2004, p. 113), a “Governança Corporativa trata das relações entre os acionistas e Administração Superior de uma empresa, no sentido de gerenciamento da organização resultar em aumento do seu Valor de Mercado”.

Observa-se, nos diversos conceitos apresentados, que todos se unem nas funções de proteção aos direitos dos acionistas e às relações de ética que a empresa mantém com todos os envolvidos e impactados pela organização. Rodriguez e Brandão (2010) reforçam que não existe um conceito pronto e acabado sobre a Governança Corporativa, daí a importância de se abordar o tema de diferentes formas, a fim de formar a melhor ideia possível sobre a expressão. Considera-se, no entanto, como melhor forma de expor as premissas do modelo, a estruturação deste a partir de quatro pilares, conforme o QUADRO 1.

QUADRO 1 – Conceito e Pilares da Governança Corporativa

Entidade	Conceito
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa	<p>Sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/ Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho fiscal. Este modelo de gestão deve pautar em quatro premissas básicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transparência: disponibilização às partes envolvidas de informações que não são apenas as impostas por meio de legislações e regulamentos internos, mas também as que sejam de interesse individual. Devem contemplar o que está relacionado à saúde financeira e a outros fatores que agregam valor e estejam relacionados às diretrizes estratégicas da organização, resultando assim em um clima de confiabilidade dentro da empresa e na relação desta com os agentes externos. • Equidade: isonomia no tratamento na relação da organização com os seus públicos internos e externos. • Prestação de contas: tem o intuito de obrigar os agentes da governança a evidenciar as demais partes interessadas às diretrizes de seu plano de ação, arcando com a ilação de suas atitudes e omissões. • Responsabilidade Corporativa: reflete uma gestão que visa gerar alto impacto positivo nos processos internos e em sua representativa participação com seu macro ambiente. Os processos devem estar pautados pela sustentabilidade e perenidade da organização, além de incorporar ações socioambientais com seu meio externo, que agreguem valor a imagem da organização e legitimem seus processos.

Fonte: elaborado a partir de IBGC (2009)

De forma complementar ao quadro, Alves (2001) indica que governança corporativa relaciona-se aos assuntos ligados ao poder de controle e direção de uma empresa, às diferentes formas e esferas de seu exercício e, também, aos diversos interesses relacionados à vida das organizações. O autor complementa o significado deste modelo na atualidade, pois o apresenta como uma melhor maneira de gerenciar o ambiente organizacional, identificando processos, definindo responsabilidades e estabelecendo de forma clara os resultados conquistados para a corporação, na busca de garantir transparência para a gestão dos negócios.

Para compreender o processo de desenvolvimento das boas práticas de Governança Corporativa é necessário entender os fatores que deram origem a este modelo de gestão. O mesmo surgiu com o objetivo de minimizar os conflitos de agência que ocorrem quando o acionista delega à direção executiva as decisões para gestão da empresa e o agente executor age de forma oportunista ou diferente dos objetivos dos acionistas. Os conflitos de agência podem ocorrer por causa de remunerações e bônus elevados aos altos executivos, por uma gestão focada em resultados de curto prazo, que são insustentáveis ou não visam à perenidade da organização, preferência por investimentos de baixo risco, pouco propensos a erros, os investimentos mais arriscados, que exijam mais estudo e análise, porém com retornos financeiros muito mais interessantes à organização. Trata-se de situações em que os gestores da organização se beneficiam de seu poder e colocam os objetivos pessoais à frente dos objetivos da empresa como um todo (ANDRADE E ROSSETTI, 2004).

De forma a corrigir essa conduta inadequada por parte da alta gestão, ocorrida em meados dos anos 80, com mais intensidade no final do século XX, surgiram pressões por melhores práticas de Governança Corporativa. Andrade e Rossetti (2004) afirmam que essas reações partiam de acionistas organizados ou proprietários institucionais. “Em contrapartida aos vícios corporativos, estabeleceu-se uma espécie de um movimento dos acionistas, que se configurou uma força que se posicionou favoravelmente às mudanças que levaram ao despertar da governança corporativa.” (ANDRADE E ROSSETTI, 2004, p. 46).

Silveira (2005) afirma que o entendimento da dificuldade da governança corporativa passa pela compreensão de como acontece o problema de agência nas empresas e de quais mecanismos podem ser utilizados para minimizar este processo.

De acordo com Rodriguez e Brandão (2010), escândalos financeiros, que ocorreram no final dos anos 90,

alertaram os governos e acionistas não apenas para uma melhor fiscalização do controle das empresas, mas também para a criação de leis que regulamentassem suas práticas. A Lei Sarbanes–Oxley (Lei SOX), foi aprovada pelo Congresso norte-americano em julho de 2002 e

[...] regulamentou de forma rigorosa a vida corporativa, imprimindo nova coerência às regras da governança corporativa e apresentando-se como um elemento de renovação das boas práticas de conformidade legal (*compliance*), prestação responsável de contas (*accountability*), transparência (*disclosure*) e senso de justiça (*fairness*) (IBGC).

Paralelamente a este cenário identificava-se na época e observa-se, ainda, muito mais, neste século XXI, a preocupação com os riscos do mercado globalizado, que ampliou as ofertas de produtos e serviços aos clientes. Esses fatos, bem como os investidores e demais partes envolvidas com o processo organizacional passaram a se organizar como entidades de defesa de seus interesses e a exigir maior clareza quanto às transações comerciais, principalmente pressionando por transparência, responsabilidade social e sustentabilidade empresarial (MEIRELES E RODRIGUEZ, 2007).

De acordo com Rodriguez e Brandão (2010), o movimento das boas práticas de governança disseminou-se por todo o mundo, contudo, apresentou diferenças significativas quanto ao enfoque e a estrutura, devido a aspectos culturais, sociais e econômicos específicos de cada país.

Os diferentes estilos, porém, convergem todos para a necessidade de prestação de contas, considerando escândalos de fraudes em grandes organizações que vieram a público, e para a transparência, necessária para a tomada de decisão e direcionamento estratégico. Os modelos caracterizam-se ainda como familiar, com alto grau de concentração do poder acionário e limitação do processo decisório, ou com capital difuso, com investidores institucionais mais ativos e maior distribuição das ações.

De acordo com Rodriguez e Brandão (2010), com as mudanças que aconteciam no mundo, a abertura da economia brasileira e consequente aumento da entrada de capital estrangeiro no país, o Brasil necessitava de transformações para atender a essa nova demanda. Os investidores exigiam remodelação tecnológica das bolsas de valores do país para agilizar as negociações, reduzir custos, garantir as operações e ter maior segurança dos investimentos.

Sendo assim, mudanças voltadas para a governança corporativa tornaram-se indispensáveis para a perenidade das empresas brasileiras. Era necessária a aderência às regras e valores da boa governança, adaptações finan-

ceiras para padrões contábeis internacionais, planejamento estratégico dos negócios, devido ao aumento da competitividade proveniente da abertura de mercado, adoção de conselhos eficazes, com a contratação de profissionais experientes. Só assim as organizações do país poderiam estar na agenda de competitividade internacional.

Todo o movimento para a governança corporativa iniciou-se com as grandes empresas. Entretanto, deve e precisa ser melhor compreendido também pelas micro e pequenas empresas. Observa-se uma carência de estudo do tema de governança corporativa nas micro e pequenas empresas, demandando mais pesquisas. Empresas desse porte não possuem conselhos de administração, conselhos fiscais, comitês e afins. Portanto, não se enquadram na maioria dos exemplos citados em livros e materiais de referência sobre o tema (RODRIGUEZ E BRANDÃO, 2010). Entretanto, este fato, não pode servir de barreiras, de forma a impedir o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

[...] grandes empresas um dia foram pequenas e o tamanho de uma empresa será do tamanho do sonho de quem a empreende. Agregar boas políticas e práticas de governança adequadas ao tamanho da empresa e às suas disponibilidades financeiras parece fazer sentido para uma trajetória empresarial bem sucedida. (RODRIGUEZ E BRANDÃO, 2010, p. 10).

Rodriguez e Brandão (2010) afirmam que as demais organizações da economia também são merecedoras de funções da governança, pois, estas permitem melhorar a definição de padrões éticos, políticas e práticas de condução administrativa, definição e administração da estratégia, relacionamento com públicos estratégicos e equacionamento de riscos. Depreende-se, então, que se as pequenas empresas querem crescer, elas não podem ficar à margem desta realidade. Tais empresas que buscam estabilidade no mercado e se preocupam com seus públicos envolvidos tendem a traçar um caminho de sucesso.

Essas organizações, quando atuam de acordo com a Governança Corporativa são mais éticas, transparentes valorizam o capital humano e têm maior possibilidade de expansão e sustentabilidade no mercado. Contudo, a pesquisa realizada por Suppion (2009) apresenta uma necessidade de conscientização dos gestores das micro e pequenas empresas quanto aos valores da Governança Corporativa. Este autor identificou que os gestores das empresas de pequeno e médio porte, muitas vezes, identificam a organização apenas como um meio de subsistência. Esses acabam por não perceber, que ao introduzir os conceitos de Governança Corporativa poderão obter uma organiza-

ção mais estruturada, com possibilidades de buscar um crescimento sustentável e maior competitividade no mercado no qual a empresa está inserida.

Rodriguez e Brandão (2010) esclarecem que os micros e pequenos empresários assimilam a preocupação com a governança, quando buscam a profissionalização da empresa, abordando questões como definição de uma missão e visão de futuro, aproveitamento de oportunidades, perenidade da organização, gerenciamento de riscos, aumento de lucros, diminuição máxima dos custos e padrões éticos na condução administrativa e na abordagem de problemas tanto com os clientes internos como os externos. A Governança Corporativa, nas micro e pequenas empresas, existe a partir do momento em que o proprietário consegue distinguir o governo da empresa da gestão da mesma.

Segundo Andrade e Rosetti (2004), os elementos-chave do processo de governança corporativa envolvem o relacionamento entre as partes interessadas, propósitos estratégicos, estrutura de poder e práticas de gestão. Todos esses sistemas de valores aplicados de forma eficiente podem corrigir as possíveis causas de falhas na gestão empresarial. A governança, por meio de suas premissas básicas, possibilita o saneamento destes impactos, uma vez que possui uma abordagem específica para cada área da empresa.

Percebe-se que os problemas referentes ao macro ambiente da organização, como juros elevados, perda de mercado, consumidor restrito, fraca competitividade, recessão econômica, dívidas demasiadas, entre outros, podem ser minimizados, ou mesmo extintos, por meio de ações congruentes com as práticas da boa governança corporativa. A gestão profissionalizada fortalece a organização no que tange à integridade, à competência e ao envolvimento de seus colaboradores, convergindo para uma cultura susceptível à aplicação das linhas mestras da Governança Corporativa e, conseqüentemente, solvência de suas causas de insucesso.

Suppion (2009, p.20) reforça esta linha de raciocínio, apresentada pelos autores supracitados, quando afirma que os tópicos da Governança Corporativa trazem a profissionalização da organização, os objetivos e as metas alcançadas por meio de projetos. Todas as empresas, num futuro bem próximo, “deverão prestar contas aos *stakeholders* e a quem estiver interessado, colocando sempre à prova a profissionalização que as empresas necessitam para sobreviverem no mercado onde estão inseridas”.

Os valores da Governança Corporativa, principalmente o que diz respeito ao princípio da responsabilidade corporativa

[...] introduz na organização uma forma positiva de se observar a empresa com seus demais envolvidos (*stakeholders*). Com este conceito sobre a responsabilidade pode-se imaginar que as empresas que não administram com responsabilidade ética são fadadas a serem economicamente inviáveis, então boas práticas de Governança, podem contribuir e alinhar a organização com os demais agentes envolvidos. (SUPPION, 2009, p. 22).

Assim, compreende-se que a governança corporativa tem e terá papel fundamental para a estruturação e profissionalização das micro e pequenas empresas a partir do momento em que sua utilização como modelo de práticas gerenciais se efetivarem. As organizações precisam de uma atuação gerencial que pode ser efetivada a partir do envolvimento de todas as partes interessadas de forma a traduzir esse desenvolvimento em uma vantagem competitiva e a busca pelo sucesso empresarial.

O efetivo crescimento dessas organizações no cenário brasileiro, no período de 2000-2011, fez com que ultrapassassem o número de 6 milhões de estabelecimentos. Isto pode ser comprovado pela FIGURA 1 (Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa- SEBRAE, 2012). O crescimento médio foi de 3,7% a.a.

Ressalta-se, ainda, que, nesse mesmo período estuda-

do, 2000-2011, as micro e pequenas empresas criaram 7 milhões de empregos com carteira assinada, o que elevou o total de empregos nessas empresas de 8,6 milhões de postos de trabalho em 2000, para 15,6 milhões em 2011. O crescimento médio de todo o período foi de 5,5% a. a. (Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa-SEBRAE, 2012). Diante deste contexto, que caracteriza o bom desenvolvimento das micro e pequenas empresas no país, é possível confirmar a sua relevância para o crescimento da economia.

Uma importante contribuição das micro e pequenas empresas no crescimento e desenvolvimento do País é a de servirem de colchão amortecedor do desemprego. Constituem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte. (IBGE, 2003, p.17).

Esse fato é reforçado pelo Portal Brasil (2013) ao identificar um importante papel exercido pelas micro e pequenas empresas, em relação à responsabilidade social no país. Essas são reconhecidas pela absorção de mão de obra, incluindo aquela com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

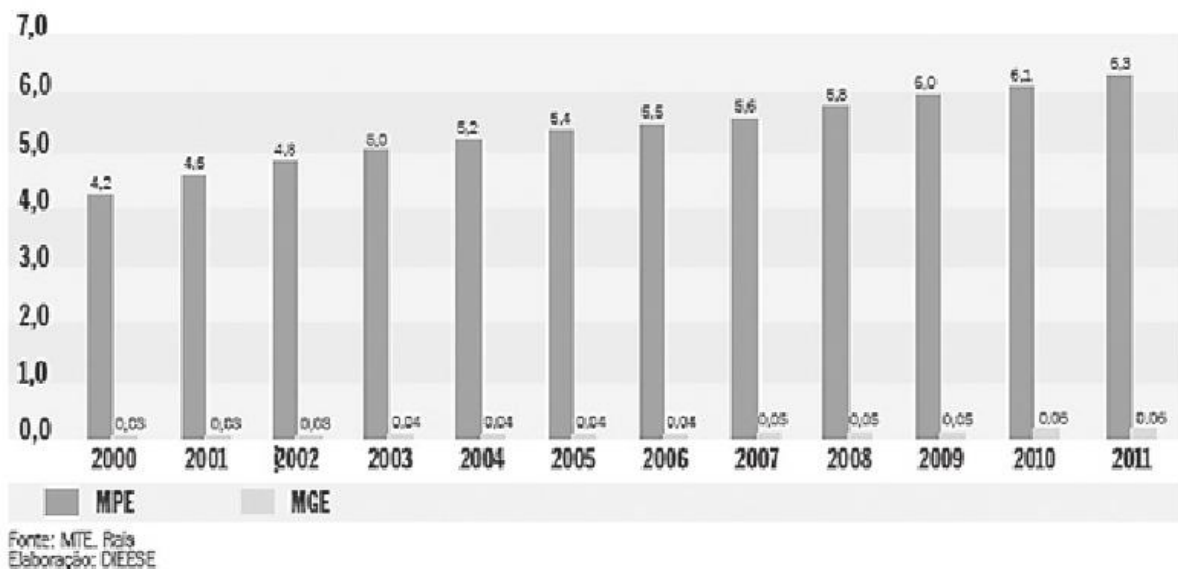


FIGURA 1 - Evolução do número de estabelecimentos por porte

Fonte: Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa- SEBRAE, 2012.

O cenário apresentado se torna relevante, principalmente num país que, a partir da década de 60, identifica a importância das micro e pequenas empresas para a geração do Produto Interno Bruto. (Jornal do Brasil, 2013). Esses números podem ser identificados na TABELA 1. O Portal Brasil reconhece que as micro e pequenas empresas são fundamentais para o crescimento econômico em qualquer lugar do mundo.

Apesar de toda essa relevância, observa-se que estas

organizações não são dirigidas com a mesma profissionalização de uma grande empresa. Percebe-se, muitas vezes, que não seguem e nem fazem um planejamento, que vise à gestão profissionalizada, capaz de contribuir para a perenidade dos negócios. Dieste (1997, p. 45) afirma que “quanto menor a empresa, maior é a sua tendência de se informalizar”. O QUADRO 2 mostra algumas das principais características das microempresas, que reforçam este contexto de fragilidade para com a gestão.

TABELA 1- Dados gerais das MPEs brasileiras

As MPEs no Brasil	O que isso representa
20% do PIB	R\$ 700 bilhões
99% das empresas	5,7 milhões de MPEs
60% dos empregos	56,4 milhões de empregos

Fonte: IBCE, Dieste, SEBRAE Nacional, citado por Portal do Brasil.

QUADRO 2 – Aspectos característicos das microempresas

Informalidade ou semi-informalidade
Baixa relação capital-trabalho
Aplicação de tecnologia e métodos tradicionais
Baixa produtividade
Marginalidade com relação aos espaços que ocupam no mercado (o destinatário de sua produção é sempre e exclusivamente o mercado interno)

Fonte: Dieste, 1997, p. 45.

Para Longenecker *et al.* (2011), a vulnerabilidade das pequenas empresas está na busca de soluções alternativas, mas nem sempre lícitas dos empresários, como estratégias de competição. O autor defende que a pressão sofrida por eles é bem maior do que a sofrida pelas grandes corporações, o que favorece um comportamento antiético ou incorreto para a sociedade.

Visto que uma empresa está em desvantagem em relação aos seus concorrentes maiores, que possuem recursos superiores, seu proprietário talvez se sintam tentado a racionalizar que o suborno é um meio de compensar o que parece ser uma desvantagem competitiva e assegura um campo de jogo mais uniforme (LONGENECKER, *et al.*, 2011, p. 33).

É nesse momento que se percebe a necessidade da utilização das boas práticas da Governança Corporativa para a gestão das micro e pequenas empresas. Marinelli (2005) afirma que o conceito da governança tem como ponto de partida a busca do aperfeiçoamento do comportamento das pessoas e instituições.

Longenecker *et al.* (2011) explicam, também, que

pequenas empresas são carentes de uma equipe profissional especializada e a maioria de seus gestores é generalista. A falta de suporte especializado em pesquisas de mercado, análises financeiras, publicidade e gestão de recursos humanos, fazem com o que o gestor tome decisões sem o suporte e diligência necessários. Essa constatação reafirma a necessidade dos micro e pequenos empresários buscarem mais o conhecimento para aplicarem as práticas de governança corporativa, demandando assim o desenvolvimento de competências gerenciais que sustentem as suas ações e diretrizes.

Moscovici (2011) reforça que a competência interpessoal é um princípio fundamental do comportamento gerencial e do sistema humano, uma vez que está diretamente atrelada à motivação, realização de potencialidades, preocupação em compatibilizar o âmbito familiar e o profissional, estando o indivíduo orientado e comprometido com os valores organizacionais, enquanto as competências técnicas relacionam-se à aquisição e aplicação dos conhecimentos técnicos, gerenciais e organi-

zacionais, que favoreceram a adoção dos preceitos da Governança Corporativa.

Carrieri e Pinheiro (2012) reforçam a ideia supracitada ao apresentar as conclusões de pesquisas com diferentes autores (Jensen e Meckling, 1976; Shleifer; Vishny, 1997); afirmando que a Governança Corporativa relaciona o controle sobre os gestores ao garantir uma maior responsabilidade diante da tomada de decisão.

A Governança aparece como mecanismo estruturante de regras e normas formais que os indivíduos da organização deveriam se submeter. O que sustenta a estrutura de regras seria justamente a fixação de comportamento [...] dos sujeitos à instituição da Governança. (CARRIERI e PINHEIRO, 2012, p.8).

COMPETÊNCIAS GERENCIAIS

Segundo Ruzzarin e Simionovschi (2010, p.15), a função executiva na organização tem como papel fundamental: gerir adequadamente os seus ativos. Espera-se, no contexto atual, a expansão administrativa além dos tradicionais ativos físicos e financeiros para uma gestão direcionada para os ativos intangíveis. Os autores observam que

[...] a garantia da prosperidade e do sucesso dos empreendimentos é o engenho humano, como capacidade única e especial de criar soluções, arregimentar e organizar recursos e canalizar energias para transformar realidades ao nosso redor, atendendo, assim, as nossas necessidades individuais, à sociedade que nos cerca e aos respectivos *Stakeholders*. (RUZZARIN e SIMIONOV-SCHI, 2010, p.15).

Os valores éticos passam a integrar o processo decisório dessas organizações, que, além de terem a possibilidade de expandir-se no mercado, alcançando sua perenidade, passam a valorizar o capital humano. Segundo Ruzzarin e Simionovschi (2010), o capital humano é um dos componentes ditos intangíveis que agregam valor à empresa, além de ser caracterizado como um instrumento de geração de riqueza e prosperidade

dessas organizações. Para os autores é necessário resgatar a ideia de que pessoas não devem ser caracterizadas como recursos perecíveis, que serão desgastadas nos processos de negócios, e sim como um bem valioso que deve ser desenvolvido.

Tal noção parte do pressuposto de que cada ser humano tem um valor intrínseco. No mundo dos negócios, esse valor é materializado na contribuição que cada um traz para o empreendimento quando coloca suas competências a serviço da organização. (RUZZARIN e SIMIONOV-SCHI, 2010, p.16).

Todo este contexto apresentado reforça os princípios da Governança Corporativa. Sendo assim, para que estes valores se tornem uma prática gerencial, observa-se a necessidade de desenvolvimento de competências gerenciais, atreladas a este modelo de gestão. Nesse sentido, serão apresentados, em seguida, modelos de competências gerenciais que poderão nortear a gestão das MPes a partir das premissas da Governança Corporativa.

Modelo de Competências: Quinn *et al* (2003)

Segundo Quinn *et al* (2003), os modelos de gestão adotados pelos gestores, refletem as tendências alimentadas pela sociedade ao longo do tempo. Novos modelos e definições sobre gestão emergem à medida que mudam os valores da sociedade e encontram-se em permanente evolução. Compreendê-los torna-se fundamental e pode proporcionar aos gerentes um maior entendimento do gerenciamento, bem como um leque maior de escolhas. Nesse sentido, os modelos gerenciais possibilitam a ampliação do desenvolvimento profissional dos gestores a partir do estudo das competências.

Quinn *et al* (2003) elencam outras competências a partir de quatro modelos de gestão em uma matriz com oito papéis gerenciais, apresentando métodos de gerenciamento e de desenvolvimento de tais competências, conforme FIGURA 2.

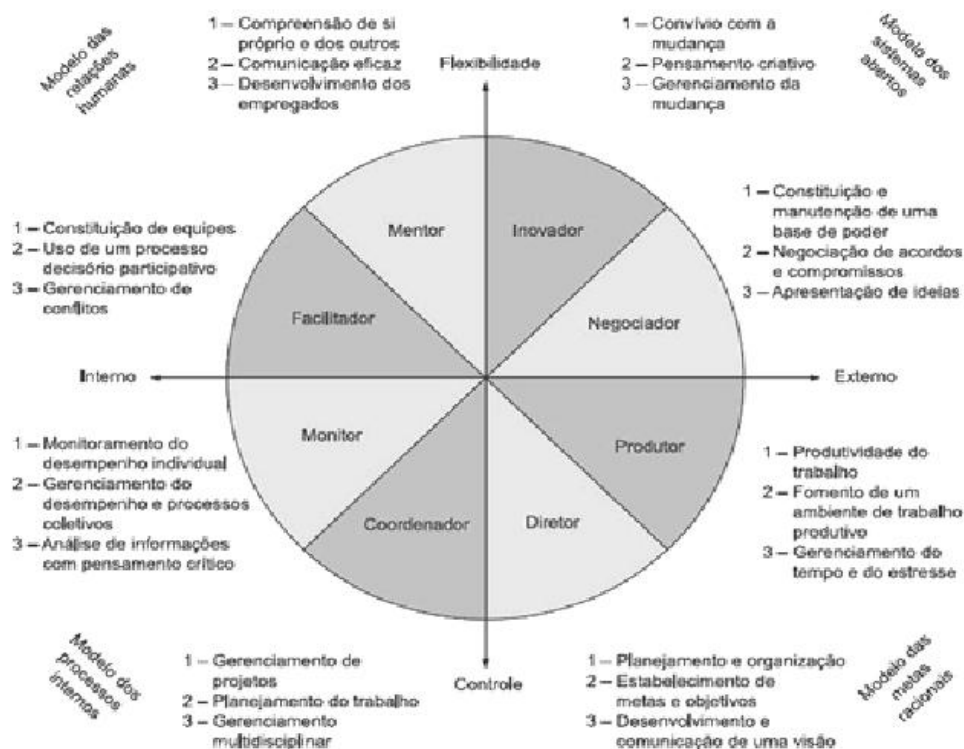


FIGURA 2 – As competências e papéis dos líderes no quadro de valores competitivos

Fonte: QUINN et al (2003)

O modelo dos sistemas abertos compreende os papéis de inovador e negociador, e abordam as competências de: convivência com a mudança, pensamento criativo, gerenciamento da mudança, constituição e manutenção de uma base de poder, negociação de acordos e compromissos e apresentação de ideias. O inovador está sempre atento às mudanças ambientais, sabendo que elas são inevitáveis em qualquer cenário organizacional, sendo necessário ter habilidade em gerenciá-las. O gestor organizacional como inovador deve, em primeiro lugar, se adaptar às mudanças, para que desta forma esteja preparado para auxiliar os membros de sua equipe a superá-las, pois, na maioria das vezes, as mudanças causam algum desconforto emocional. Contudo, é possível que a capacidade de convivência com a mudança seja aprendida por meio das decisões tomadas.

O pensamento criativo, segundo Quinn *et al* (2003), é um pensamento que envolve a geração de novas ideias e soluções. O gestor, quando reconhece seu potencial criativo, pode incentivar a equipe a trabalhar e agir de forma inovadora, possibilitando novas formas de tomada de decisão frente aos problemas. Outra abordagem do autor é relativa à necessidade de gerenciar as mudanças. Ao identificar as mudanças necessárias, o gestor deve planejar as alterações, agindo de forma a preparar os envolvidos e, para, só depois disso, executá-las.

Quinn *et al* (2003) tratam da construção e manutenção da base de poder e afirmam que todo indivíduo possui certo poder, e é influenciado por outro de alguma forma. Sendo assim, um gestor autoritário pode ser decepcionante, do mesmo modo que gestores pouco influentes podem ter dificuldades de representar as necessidades de seus liderados. Os autores citam quatro fontes de poder desses líderes organizacionais como negociadores: o poder do papel que exerce, o poder pessoal, que envolve as características pessoais que podem influenciar os outros, o poder do especialista, baseado no conhecimento em determinado assunto e o poder dos relacionamentos, que engloba as informações, que são repassadas e que geram confiança nas pessoas.

Sobre a negociação, Quinn *et al* (2003) descrevem quatro princípios para conseguir o “SIM”, entre eles: distinguir as pessoas do problema, manter o foco nos interesses, gerar outras possibilidades e persistir em critérios objetivos. Os autores abordam que, ao apresentar ideias, o gestor deve realizar uma preparação em relação ao modo de lidar com o comportamento e expectativas dos ouvintes. Esse deve também ter conhecimento do assunto que está abordando de modo a se antecipar a objeções e contra – argumentos.

Já no modelo das metas racionais, são citados os papéis de diretor e produtor e descritas as competências ge-

renciais necessárias: produtividade do trabalho, fomento de um ambiente de trabalho produtivo, gerenciamento do tempo e estresse, desenvolvimento e comunicação de uma visão, estabelecimento de metas e objetivos e planejamento e organização. Quinn *et al* (2003) conceituam a produtividade como a medida da eficácia do indivíduo, equipe e organização como um todo salientando que as empresas, por estarem em um ambiente cada vez mais competitivo, necessitam trabalhar de forma a alcançar alta produtividade e desempenho maior em suas tarefas. Os autores pontuam, ainda, que o gestor, em muitas vezes, obtém desempenho superior ao buscar o alcance de seus objetivos pelo sentimento de realização, seja pessoal ou profissional.

Destaca-se, ainda, a importância de se criar e manter um ambiente que fomente o trabalho produtivo ao tratar da motivação como elemento influenciador para alterações no desempenho. Além dos esforços da organização para oferecer ao colaborador motivos para ser mais produtivo, existem algumas forças intrínsecas que também contribuem para a satisfação desse indivíduo.

Outra questão abordada por Quinn *et al* (2003) é relativa ao estresse e seu gerenciamento. O estresse, além de causar problemas físicos ao colaborador, ainda dificulta o sucesso na execução das atividades do mesmo, influenciam os relacionamentos interpessoais na organização e contribuem para o absenteísmo e alta rotatividade de pessoal. Sendo assim, o gestor, como produtor, deve ter tal consciência e criar estratégias para administrar seu próprio estresse e contribuir para minimizar as situações em que alguns indivíduos de sua equipe tenham predisposição para desenvolver patologias emocionais que prejudiquem o desempenho organizacional, atentando também para a administração do tempo, que está relacionado ao estresse. O gestor pode auxiliar os membros do grupo, conforme o princípio da equidade, acompanhando o andamento das atividades urgentes e dando prioridades às atividades críticas.

Quinn *et al* (2003) expõem que o gestor deve ser capaz de comunicar sua visão, e a define como uma forma de estabelecimento de meta. Relata-se que esta, deva ser comunicada após ser desenvolvida, de forma a conquistar seus liderados, e adquirir argumentos para defendê-la. Após desenvolver e comunicar a visão, deve-se realizar o planejamento de metas e objetivos. Os autores ressaltam que metas específicas e que envolvam desafios, geralmente, causam maior desempenho e minimizam as ocorrências de falhas na organização. Outro fator importante relacionado às metas refere-se aos feedbacks, que contribuem para o controle das metas traçadas. Por último, os autores enfatizam que o planejamento e

a organização fornecem ferramentas necessárias para atingir os resultados almejados.

O modelo de processos internos é composto pelos papéis de monitor e coordenador, que se traduzem nas seguintes competências: administração de informações por meio do pensamento crítico, administração da sobrecarga de informações, administração dos processos essenciais, gerenciamento de projetos, planejamento do trabalho e gerenciamento funcional. Quinn *et al* (2003) descrevem a importância do líder como monitor para a manutenção do desempenho do indivíduo e da equipe.

Citam ainda, a importância de se desenvolver a capacidade de argumentar suas afirmações por meio de um raciocínio crítico, frente às informações recebidas. Em relação ao volume de informações que o gestor deve gerir, os autores abordam que é viável que essas devem ser priorizadas por ordem de importância de forma a aprimorar a qualidade do trabalho. Supõem ainda que os processos nas organizações devem ser mapeados, de modo a facilitarem a análise desses e contribuírem para a melhoria contínua das atividades organizacionais.

Como coordenador, o gestor deve ser capaz de gerir projetos e equipes. Em alguns momentos, o indivíduo, ao exercer cargos de liderança, deverá coordenar vários recursos, sejam eles financeiros, humanos, ou outros. Para tal atividade, é necessário que haja o planejamento das atividades e tarefas, objetivando o desempenho máximo dos recursos. Ao planejar, o líder eficiente divide o trabalho em tarefas especializadas e auxilia sua equipe na execução dos projetos e objetivos, fornecendo treinamento e desenvolvendo os colaboradores. Outra competência do coordenador diz respeito ao gerenciamento multifuncional, tratando da gestão de equipes por meio do esclarecimento de metas, treinamento e desenvolvimento dos indivíduos envolvidos nos processos.

Por fim, Quinn *et al* (2003), no modelo das relações humanas, abordam os papéis de mentor e facilitador, e as competências seguintes: compreensão de si próprio e dos outros, comunicação eficaz, desenvolvimento dos empregados, constituição de equipes, uso de um processo decisório participativo e gerenciamento de conflitos. Para uma liderança eficaz é necessário que o indivíduo seja capaz de compreender a si mesmo, reconhecendo suas próprias emoções e o impacto que elas causam em suas atitudes, e as peculiaridades de cada membro de sua equipe. Ao identificar as competências de cada liderado, é possível que o gestor auxilie sua equipe a se desenvolver e alcançar os objetivos almejados. Para o papel de mentor, é vital que esse líder expresse suas ideias com clareza e seja formal e impessoal nas relações interpessoais. Conforme os autores supracitados, espera-se

que o gestor desenvolva a capacidade de se comunicar de forma completa, isto é, que saiba se expressar corretamente e seja um bom ouvinte. O gestor, como mentor, também deve se atentar para sua responsabilidade de desenvolver seus liderados por meio do aprimoramento de suas habilidades e delegando-lhes funções que contribuam para que os membros do grupo estejam prontos para assumir responsabilidades na organização.

O gestor, como facilitador, abordado por Quinn *et al* (2003), tem a incumbência de construir equipes formadas por pessoas que estejam comprometidas com um objetivo comum. Além disso, deve estar ciente de que as necessidades do grupo se alteram ao decorrer das atividades, sendo necessário promover o estímulo ao máximo desempenho. Tendo em vista que o líder facilitador propicia o desenvolvimento do grupo, é importante salientar também que este deve adotar uma postura de gestão participativa, que envolva os liderados nas tomadas de decisões, gerenciando os conflitos, quando necessário, e atuando de forma transparente.

Quinn *et al* (2003) ressaltam que, em qualquer contexto organizacional, os conflitos são inevitáveis, sendo que podem surgir por diferenças individuais, relacionadas a atitudes, valores, percepções, necessidades e crenças, assim como erros de comunicação. Para desenvolver essa competência é necessário *a priori* que o gestor saiba lidar, primeiramente, com seus próprios conflitos e, ao lidar com os demais atritos, seja imparcial e justo, envolvendo-se com a situação para solucionar o problema.

Diante dos pressupostos de Quinn *et al* (2003), infere-se que tal modelo de competências gerenciais está diretamente correlacionado ao cotidiano dos gestores organizacionais, pois, na rotina administrativa, os indivíduos responsáveis pela condução dos negócios, se recriam em meio aos oito papéis gerenciais, em uma construção contínua de uma forma de atuação. A adoção de um dos papéis propostos por este modelo, e, por consequência, a afirmação de tais competências, não elimina a possibilidade de interação de variados papéis ao mesmo tempo.

Modelo de Competências: Fleury e Fleury (2001)

FLEURY & FLEURY (2001) estabelecem uma proposta de desenvolvimento de novas competências para os gestores, assumindo o movimento das mudanças e

contextualizando os processos atuais por meio da identificação dos atores envolvidos, seus objetivos, processos de interação e os indicadores de *performance*. Esses autores acreditam que a construção deste conceito percorre a análise das estratégias que definem as competências e, por sua vez, estas refletirão na escolha das estratégias por meio do processo de aprendizagem. Os autores citam MCLAGAN (1997:41)⁵ que consideram o uso do termo vindo do senso comum, designando pessoa qualificada para uma determinada finalidade. No mundo do trabalho, competência assume significados ligados às características das pessoas, como conhecimentos, habilidades, atitudes e outros significados ligados à tarefa, por exemplo: os resultados.

Já PARRY (1996)⁶, citado por FLEURY & FLEURY (2001: 19), afirma que os profissionais de recursos humanos designam competência como:

[...] conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes que afetam a maior parte do trabalho de uma pessoa, e que se relacionam com o desempenho no trabalho; a competência pode ser mensurada, quando comparada com padrões estabelecidos e desenvolvida por meio de treinamento.

FLEURY & FLEURY (2001: 20) ainda citam LE BOTERF (1994)⁷, que conceitua competência com três elementos formadores: pessoa (biografia, socialização), formação educacional e experiência profissional. Este autor afirma que a competência advém de aprendizagens sociais, comunicacionais, alimentadas de um lado pela aprendizagem e formação, e de outro, pelo sistema de avaliação.

Competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado. LE BOTERF (1994)⁸ citado por FLEURY & FLEURY (2001: 20).

Assim, tendo como base referencial o conceito de LE BOTERF, FLEURY & FLEURY (2001:21) conceituam competência como “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”.

FLEURY & FLEURY (2001) dedicaram-se à análise dos significados desses verbos e os definiram como competências do profissional. Esses autores propõem um quadro que conceitua estes termos e estabelecem as competências necessárias para os gestores atuais.

QUADRO 3 – Competências do Profissional

Competências do Profissional	
Saber agir	<ul style="list-style-type: none"> Saber o que e por que faz. Saber julgar, escolher, decidir.
Saber mobilizar	<ul style="list-style-type: none"> Saber mobilizar recursos de pessoas, financeiros, materiais, criando sinergia entre eles.
Saber comunicar	<ul style="list-style-type: none"> Compreender, processar, transmitir informações e conhecimentos, assegurando o entendimento da mensagem pelos outros.
Saber aprender	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhar o conhecimento e a experiência. Rever modelos mentais. Saber desenvolver-se e propiciar o desenvolvimento dos outros.
Saber comprometer-se	<ul style="list-style-type: none"> Saber engajar-se e comprometer-se com os objetivos da organização.
Saber assumir responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> Ser responsável, assumindo os riscos e as consequências de suas ações, e ser, por isso, reconhecido.
Ter visão estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer e entender o negócio da organização, seu ambiente, identificando oportunidades, alternativas.

FONTE: FLEURY & FLEURY (2001: 22)

Diante de um caráter sistêmico, FLEURY & FLEURY (2001) apontam três eixos principais para as competências do indivíduo na sua relação com toda a organização, conforme o quadro a seguir.

FLEURY & FLEURY (2001: 22) conferem os seguintes significados a essas competências, conforme expostas no QUADRO 5.

QUADRO 4 – Competências do Indivíduo

Competências do Indivíduo	
Competências do negócio	Compreender o negócio, os objetivos em relação ao mercado, clientes e competidores, bem como o ambiente político e social.
Competências técnico-profissionais	Competências específicas para certa operação, ocupações ou atividades.
Competências sociais	Competências requeridas para relacionar com as pessoas, como: comunicação, negociação, mobilização para mudança, sensibilidade cultural, trabalho em equipes

FONTE: FLEURY & FLEURY (2001:24)

QUADRO 5 – Significados das Competências

Significados das Competências	
Competências do Negócio	<ul style="list-style-type: none"> Visão Estratégica: conhecer o negócio, ambiente interno e externo da organização, identificar oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos. Ter nítida compreensão e comprometimento sobre os objetivos e valores organizacionais e ajudar aos demais colegas na busca do entendimento de suas atividades, responsabilidades e metas esperadas. Identificar as necessidades de mudança, as competências necessárias para atingi-las e mobilizar os outros profissionais em prol destes objetivos. Planejamento: habilidade de sistematizar ações aproveitando os pontos fortes e minimizando os pontos fracos. Estabelecer mecanismos de controle das ações, otimizando os recursos existentes.
Competências Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimentos específicos: ter informações e conhecimentos técnicos da sua área de atuação; utilizá-los e atualizá-los constantemente. Disponibilizar os novos conhecimentos desenvolvidos interna ou externamente, garantindo a troca com os outros profissionais.
Competências Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação: ter uma boa compreensão da totalidade do processo de comunicação e garantir o entendimento por todos os membros da organização. Habilidade de expressar suas ideias de maneira clara, utilizando de recursos apropriado de comunicação. Negociação: Possuir capacidade de discutir, estimular e influenciar positivamente os demais profissionais em função dos objetivos organizacionais, conduzir processos de obtenção de consenso, buscando resultados satisfatórios, ter bom argumento de modo a persuadir as pessoas na venda de idéias e aceitar pontos divergentes dos seus. Trabalho em equipe: saber trabalhar com grupos de pessoas que detenham conhecimentos e habilidades diversas, favorecendo o surgimento de sinergia. Habilidade em promover o trabalho em conjunto de todos os membros do grupo, administrando os conflitos

FONTE: FLEURY & FLEURY (2001:25-28)

Modelo de Competências: Zarifian

Zarifian (2001) reitera que as competências podem manifestar-se a partir da tomada de iniciativa coerente a uma situação profissional em que o indivíduo assume a responsabilidade. Porém, é necessária a definição dos critérios que estabeleçam a correta relação entre as competências mobilizadas e o desempenho agregado.

Modelo de Competências: Cripe e Mansfield

Na concepção de Cripe e Mansfield (2003, p. 14), “competências são habilidades e características pessoais que contribuem para se atingir um desempenho de alto nível” e, partindo desse pressuposto, consideram que as competências para exercer uma função incluem, além das habilidades técnicas, as qualidades pessoais.

Para esses autores, o desenvolvimento de competências não ocorre por meio de situações que, quando vivenciadas, levam a certos comportamentos, que podem

ser novos ou não. Estes, quando produzem resultados bem sucedidos, tendem a se tornar hábitos e habilidades, criando um processo natural de desenvolvimento de competências.

Além desse processo natural, Cripe e Mansfield (2003) acreditam que é possível desenvolver competências por meio de um programa de desenvolvimento profissional. Nesse caso, o processo compreende sete etapas, que são: identificação das competências necessárias, autoavaliação, observação e estudo, prática, *feedback*; estabelecimento de objetivos, suporte e esforço.

Apoiados no entendimento de que “competências são habilidades, capacidades, traços e comportamentos que contribuem para um alto desempenho no trabalho”, Cripe e Mansfield (2003, p.2), identificaram 31 competências essenciais para o desenvolvimento profissional e as classificaram em três categorias, a saber: Competências ao Lidar com Pessoas, Competências de Negócios e Competências de Autogestão. A FIGURA 3 esquematiza as Competências ao Lidar com Pessoas, que se dividem em dois grupos: Lidar com os Outros e Comunicar e Influenciar.

COMPETÊNCIAS AO LIDAR COM PESSOAS			
LIDAR COM OS OUTROS		COMUNICAR E INFLUENCIAR	
Estabelecer o foco	Dar autonomia aos outros	Atenção à comunicação	Consciência interpessoal
Oferecer suporte motivacional	Gerenciar a mudança	Comunicação oral	Habilidade de influenciar os outros
Incentivar o trabalho em equipe	Desenvolver os outros	Comunicação escrita	Construir relacionamentos de colaboração
	Gerenciar o desempenho	Comunicação persuasiva	Orientação para o cliente
COMPETÊNCIAS AO LIDAR COM NEGÓCIOS			
PREVENIR E RESOLVER PROBLEMAS		ATINGIR RESULTADOS	
Coleta de informações para diagnóstico	Pensamento analítico	Iniciativa	Empreendedorismo
Antecipação	Pensamento conceitual	Estímulo à inovação	Orientação para resultados
Pensamento estratégico	Conhecimento técnico	Eficácia	Determinação
COMPETÊNCIAS DE AUTOGESTÃO			
Autoconfiança	Gestão do stress	Credibilidade pessoal	Flexibilidade

FIGURA 3 – Modelo de Competências Cripe e Mansfield

Fonte: criado a partir de Cripe e Mansfield (2003).

A partir da identificação, classificação e sistematização das competências que consideram essenciais, Cripe e Mansfield (2003) criaram este modelo para nortear o desenvolvimento dessas competências, fundamentado em uma visão sistêmica, cujo cerne são as pessoas, mas que leva em conta as influências do meio.

De acordo com esses autores, desenvolver as próprias competências e as competências de outros é requisito fundamental para melhoria de desempenho. No entanto, há outros fatores que precisam ser considerados, dentre os quais o ambiente da empresa, que deve propiciar às pessoas o uso eficaz de suas competências.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PESQUISADO

A partir da pesquisa bibliográfica realizada foi possível estabelecer uma relação do desenvolvimento das competências gerenciais para a efetividade da gestão em função dos pilares da Governança Corporativa. Dessa forma, foi realizada uma análise em função de cada modelo teórico apresentado anteriormente.

Para a demonstração do Modelo de Quinn *et al* (2003), estabeleceu-se o QUADRO 6, que apresenta a relação das competências gerenciais com os pilares da Governança Corporativa.

QUADRO 6 - Modelo de Quin *et al* (2003) e os pilares da Governança Corporativa

Pilares da Governança Corporativa	Competências de acordo com Quin <i>et al</i> (2003)
Transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Convívio com a mudança (INOVADOR) • Negociação de acordos e compromissos (NEGOCIADOR) • Apresentação de ideias (NEGOCIADOR) • Desenvolvimento e comunicação de uma visão (DIRETOR)
Equidade	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição e manutenção de uma base de poder (NEGOCIADOR) • Produtividade no trabalho (PRODUTOR) • Fomento de um ambiente de trabalho produtivo (PRODUTOR) • Planejamento do trabalho (COORDENADOR) • Constituição de equipes (FACILITADOR) • Gerenciamento de conflitos (FACILITADOR) • Compreensão de si próprio e dos outros (MENTOR)
Responsabilidade Corporativa	<ul style="list-style-type: none"> • Negociação de acordos e compromissos (NEGOCIADOR) • Planejamento e organização (DIRETOR) • Uso de um processo decisório participativo (FACILITADOR) • Comunicação eficaz (MENTOR) • Desenvolvimento dos empregados (MENTOR)
Prestação de Contas	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento da mudança (INOVADOR) • Estabelecimento de metas e objetivos (DIRETOR) • Análise de informações com pensamento crítico (MONITOR) • Gerenciamento do desempenho e processos coletivos (MONITOR) • Monitoramento do desempenho individual (MONITOR)

Fonte: autores do trabalho (2014), criado a partir do modelo de competências de Quinn *et al* (2003) e dos pilares da Governança Corporativa segundo o IBGC (2009).

dos bons princípios da governança.

A responsabilidade corporativa, associou-se às competências expostas por Quinn *et al* (2003) que se relacionam aos deveres da organização, sobretudo ao desenvolvimento do seu capital intelectual. Já o pilar da prestação de contas encontra-se relacionado às competências exigidas para a condução dos processos organizacionais. Destacaram-se, assim, as competências de gerenciamento de desempenho, em nível individual e grupal, além do monitoramento no cumprimento de metas e objetivos organizacionais.

Outras, porém, não se correlacionam diretamente aos pilares da Governança, por apresentarem grande especificidade, como pensamento criativo (inovador), gerenciamento do tempo e estresse (produtor). Enquanto as competências de gerenciamento de projetos e multi-

Percebe-se que a maioria das competências, expostas no modelo de Quinn *et al* (2003), estão relacionadas com os pilares da Governança Corporativa, considerando a adoção de tais competências na condução gerencial dos micro e pequenos negócios.

O pilar da equidade foi o que melhor se relacionou às competências, em função principalmente da dupla de competências nos papéis do produtor e facilitador. Destaca-se, assim, a necessidade de um gerenciamento de conflitos e de um ambiente de trabalho produtivo. Já o pilar da transparência se apresenta relacionado às competências de negociação de acordos e compromissos, que sejam realizados e vigorem diante

disciplinar (coordenador), por serem mais generalistas, apresentam-se relacionadas com maior ênfase a todo o processo de gestão e não aos pilares, mas em uma abordagem mais holística.

Ao relacionar os conceitos da Governança Corporativa com o modelo de desenvolvimento de competências, proposto por Fleury e Fleury (2001), observa-se uma estreita relação, pois a gestão embasada nos pilares da Governança Corporativa tem por princípio aperfeiçoar o governo das organizações, tornando-as propensas a conquistar melhores resultados (BRANDÃO, 2010). Esse processo vai ao encontro do que Fleury e Fleury (2001) estabelecem como proposta de desenvolvimento para os gestores, pois este advém do movimento das mudanças e contextualização dos processos atuais, buscando as melhorias por meio da identificação dos atores envolvidos,

seus objetivos, processos de interação e os indicadores de *performance*, da mesma forma que ocorre na gestão sustentada pelos pilares da Governança Corporativa.

Dessa forma, pode-se observar que é possível identificar, no modelo proposto por Fleury e Fleury (2001), competências necessárias para o desenvolvimento do profissional, que atua em prol da Governança Corporativa, como o saber agir, saber mobilizar, saber comunicar, saber aprender, saber comprometer-se, saber assumir responsabilidades e ter visão estratégica. Ressalta-se que todas estão interligadas umas às outras, mas é possível destacar a importância que cada uma exerce para a gestão em função da Governança Corporativa.

Para começar, identifica-se que todo gestor deve estar engajado e comprometido com os objetivos da organização - saber comprometer-se com os valores que regem a cultura para a gestão baseada na Governança Corporativa. Isso demanda uma atitude de interesse e esforço dos líderes organizacionais para saber aprender, trabalhando o conhecimento e revendo os seus modelos mentais, de forma a atualizarem-se com novos modelos de gestão. Assim, de forma a trabalhar com os conceitos de Governança Corporativa, os gestores necessitam aprender, repensando políticas e práticas de condução administrativa, desenvolvendo-se e mobilizando os colaboradores para aprender e atuar de acordo com estes princípios também.

Ao pensar na atuação em função da transparência, observa-se a competência saber comunicar - compreender, processar, transmitir informações e conhecimentos, assegurando o entendimento da mensagem por todos os *stakeholders*. A comunicação está na base da transparência. Esta envolve saber comunicar com todos os *stakeholders* envolvidos com o negócio, seja para informar ou ouvir. Por isso, os líderes precisam ter clareza do que deve ser informado e de como fazer isto. Contudo, não basta informar. De acordo com os princípios básicos da Governança Corporativa, é preciso que esta comunicação esteja pautada na lei e na ética (RODRIGUEZ e BRANDÃO, 2010). Para tanto, o gestor deve saber agir, ao saber o que e por que faz, saber julgar, escolher e decidir, o que demanda outra competência que é saber assumir responsabilidades ao ser responsável pelas suas ações.

O princípio de Responsabilidade Corporativa exige ter visão estratégica- Conhecer e entender o negócio da organização, seu ambiente, identificando oportunidades e alternativas. Observar o longo prazo. Para garantir a perenidade dos negócios é necessário que o gestor esteja atento para identificar oportunidades no seu negócio e as do macro ambiente, buscando alternativas, que visem à sustentabilidade organizacional. Perguntas que buscam

entendimento da missão e visão da empresa, das forças e fraquezas, dos riscos do negócio devem estar sempre na pauta do dia. Para tanto, exige-se o desenvolvimento do saber agir e do saber assumir responsabilidades, pois, os gestores precisam saber o que e porque fazem, assumindo os riscos e as consequências de suas ações.

Ao estabelecer a Prestação de Contas, os gestores devem saber agir, sendo responsáveis e assumindo os riscos e as consequências das suas ações. Para tanto, precisam buscar o conhecimento do seu negócio, das leis que devem seguir e da postura ética, que precisa estar presente na condução da gestão organizacional. Dessa forma, podem estabelecer com mais eficácia o saber comunicar, evidenciando as demais partes interessadas às diretrizes das ações organizacionais.

O tratamento com equidade exige saber agir, julgar, decidir, de maneira a possibilitar a isonomia no tratamento que a organização estabelece com os seus públicos internos e externos. Para isso o gestor precisa ser responsável, repensando as suas ações para com os mesmos.

Por fim, ainda de forma a reforçar a importância do desenvolvimento do modelo de desenvolvimento de competências proposto por Fleury e Fleury (2001), observa-se que os gestores precisam saber mobilizar pessoas, recursos, materiais, criando sinergia entre eles. Visto que a Governança Corporativa visa a uma convergência de interesses de vários públicos é necessário que o gestor saiba conduzir, trabalhar, ajustar e integrar todos estes em prol de uma melhora contínua da *performance* organizacional.

Zarifian (2001) analisa a noção de competências quando essa é manifestada pela tomada de iniciativa que vem derivada de uma situação profissional. Isso caracteriza, portanto, uma ação imediata e necessária, ao assumir responsabilidades de forma a estabelecer a busca por uma correta maneira de se conduzir uma atuação gerencial.

Nesse sentido, a noção de competência se encontra com o pilar da Transparência na medida em que ela define a disponibilização de informações, não somente quando impostas, mas quando se revestem de interesse das partes envolvidas. Podem abranger desde a saúde financeira até as diretrizes estratégicas, com vista a gerar um clima de confiabilidade.

Já para o pilar da equidade, o sentido do termo competência traduzido pelo mesmo autor, se relaciona com o propósito da responsabilidade em tomar iniciativas, quando a isonomia requerida para os diferentes públicos se torna um direcionamento ou uma política da atuação gestora.

Considerando também o pilar de prestação de contas, o conceito de competência cunhado por Zarifian (2011) traduz a conexão necessária para a tomada de iniciativa coerente a uma situação profissional e o assumir responsabilidade sobre ela, uma vez que há a intenção de obrigar os agentes da governança a apresentarem as diretrizes de seu plano de ação, compartilhando informações com as demais partes.

Por fim, o autor respalda o pilar da governança relacionada à responsabilidade corporativa ao propor que, a partir do sentido dado à competência, as

questões gerenciais possam gerar impacto positivo nos processos internos, bem como caracterizar a representatividade das ações gerenciais no macro ambiente pautados pela sustentabilidade e perenidade desses atos gerenciais.

Estabelecendo uma interface do modelo de competências de Cripe e Mansfield (2003) com a proposta de gestão da Governança Corporativa, foram identificadas 23 competências, dentre as 31 definidas no modelo, que claramente contribuem com a aplicação dos seus pilares nas organizações, conforme QUADRO 7.

QUADRO 7 – Interface do modelo de Cripe e Mansfield com os pilares da Governança Corporativa

PILAR	CATEGORIA	COMPETÊNCIAS
Transparência	Competências ao lidar com pessoas	Lidar com os outros: <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer o foco • Gerenciar o desempenho
		Comunicar e influenciar <ul style="list-style-type: none"> • Atenção à comunicação <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação oral • Comunicação escrita
	Competências ao lidar com negócios	Prevenir e resolver problemas <ul style="list-style-type: none"> • Pensamento conceitual • Conhecimento técnico
		Atingir resultados <ul style="list-style-type: none"> + Iniciativa
Equidade	Competências ao lidar com pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Credibilidade pessoal
		Lidar com os outros: <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o trabalho em equipe • Dar autonomia aos outros
	Competências ao lidar com negócios	Comunicar e influenciar <ul style="list-style-type: none"> • Atenção à comunicação
		Prevenir e resolver problemas <ul style="list-style-type: none"> • Pensamento conceitual • Conhecimento técnico
Prestação de Contas	Competências ao lidar com pessoas	Atingir resultados <ul style="list-style-type: none"> + Iniciativa
		<ul style="list-style-type: none"> • Autoconfiança
	Competências ao lidar com negócios	Comunicar e influenciar <ul style="list-style-type: none"> • Atenção à comunicação • Comunicação escrita
		Prevenir e resolver problemas <ul style="list-style-type: none"> • Pensamento conceitual • Conhecimento técnico
Responsabilidade Corporativa	Competências ao lidar com pessoas	Atingir resultados <ul style="list-style-type: none"> • Eficácia
		<ul style="list-style-type: none"> • Credibilidade pessoal
	Competências ao lidar com negócios	Lidar com os outros: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver os outros
		Comunicar e influenciar <ul style="list-style-type: none"> • Construir relacionamentos de colaboração <ul style="list-style-type: none"> • Orientação para o cliente
Competências de autogestão	Prevenir e resolver problemas <ul style="list-style-type: none"> • Coleta de informações para diagnóstico <ul style="list-style-type: none"> • Pensamento analítico <ul style="list-style-type: none"> • Antecipação • Pensamento conceitual • Pensamento estratégico • Conhecimento técnico 	
	Atingir resultados <ul style="list-style-type: none"> + Iniciativa 	
Competências de autogestão	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedorismo • Estimulo à inovação 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação para resultados <ul style="list-style-type: none"> • Eficácia • Flexibilidade 	

Fonte: Elaborados pelos autores a partir do de Cripe e Mansfield (2003)

Cripe e Mansfield (2003) entendem que as organizações buscam melhorar seu desempenho e as competências as ajudam a fazer isso. Nesse sentido, a profissionalização de micro e pequenas empresas, por meio da Governança Corporativa, requer de sócios, gestores e colaboradores o desenvolvimento de competências que propiciem, não apenas a execução de processos e a realização de práticas, mas também o estabelecimento de uma cultura alicerçada nos quatro pilares que sustentam esse modelo de gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de identificar o modelo de desenvolvimento de competências gerenciais, capaz de nortear a gestão das micro e pequenas empresas a partir das premissas da Governança Corporativa. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa teórica, embasada em estudiosos do tema proposto e, assim, foi possível identificar um modelo de competências gerenciais, que pode orientar e capacitar os gestores das MPEs para uma gestão profissionalizada sustentada nos conceitos da Governança Corporativa.

A reflexão e conclusão sobre o pesquisado indicou como resposta ao objetivo proposto a utilização do modelo de Fleury e Fleury (2001) como ferramenta gerencial capaz de nortear os gestores das MPEs a partir dos valores da Governança Corporativa, tais como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Este se mostra pertinente, tendo em vista o respaldo que o mesmo traz para o gestor na condução dos negócios das MPEs, em função da Governança Corporativa.

A definição de cada saber, explícita no significado dos verbos, que retratam as competências profissionais dos estudos de Fleury e Fleury (2001), possibilita uma simplicidade da linguagem e clareza do modelo, de forma a poder ser compreendido e desenvolvido pelos gestores das MPEs. Ressalta-se que este estudo teórico não é o fim em si mesmo. As teorias dos vários modelos se complementam, se integram, mas destacou-se esta como uma sugestão viável para o desenvolvimento da atuação dos gestores na condução dos negócios das MPEs, em função dos princípios da Governança Corporativa.

É possível, ainda, destacar que a análise das diversas teorias estudadas permitiu perceber que o significado apresentado por Fleury e Fleury (2001, p. 21) de “[...] um saber agir responsável e reconhecido, que implica saber mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e social ao indivíduo, com ênfase na ação e no resul-

tado”, se aproxima mais ao significado da proposta de um modelo de gestão focada na Governança Corporativa na medida, que este propõe ações gerenciais com responsabilidade, visando boas práticas de governança, de forma estratégica, alavancando os resultados organizacionais e crescimento dos colaboradores.

Para finalizar, orienta-se aos gestores das MPEs uma reflexão sobre a necessidade do desenvolvimento da aprendizagem continuada, envolvendo ações que os permitam dar continuidade ao seu processo educacional. Essas devem contemplar a busca contínua do conhecimento para que possam estabelecer uma relação mais madura com o seu autodesenvolvimento e consigam, assim, compreender melhor a realidade do mercado no qual atuam. Só, assim, poderão construir uma gestão profissionalizada para os seus negócios.

Considera-se que esta pesquisa representa um avanço no sentido de estabelecer uma reflexão sobre a profissionalização das MPEs diante do desenvolvimento das competências profissionais dos seus gestores. Sendo assim, acredita-se, que o presente estudo contribuiu para este fim: orientar às MPEs em prol do seu desenvolvimento.

Destaca-se, também, o crescimento acadêmico, profissional e pessoal que um trabalho científico pode proporcionar à vida do pesquisador.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L.E.S. Governança e cidadania empresarial. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 78-86, out/ dez, 2001.
- ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. São Paulo: Atlas, 2004.
- COMICRO. *Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas de Pequeno Porte*. Disponível em: <<http://www.comicro.org.br/portal/noticias/406-brasil-tem-quase-8-milhoes-de-mpes-cadastradas-no-simples-nacional.html>>. Acesso em 12 jul. de 2014
- CRIFE, Edward; MANSFIELD, Richard. *Profissionais disputados: as 31 competências de quem agrega valor nas empresas*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- DUTRA, Joel Souza Dutra. *Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna*. 1. ed.- 5. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. SEBRAE (Org.). *Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2012*. Brasília: SEBRAE, Dieese, 2013.
- DIESTE, Juan Francisco. *Relações de trabalho nas pequenas e médias empresas*. São Paulo: LTR, 1997.
- FLEURY, Afonso; Fleury, Maria Tereza Leme. *Estratégias Empresariais e Formação de Competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001
- IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Disponível em <<http://ibgc.org.br/>> Acesso em: 08, 09, 13 jun. 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

Jornal do Brasil. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2013/03/24/pequenas-empresas-ainda-sofrem-entrevista-para-expansao-no-brasil>> Acesso em: 14 jun. 2013.

LONGENECKER, Justin G. et al. *Administração de pequenas empresas*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MARINELLI, Marcos. Um estudo exploratório sobre o estágio da governança corporativa nas empresas brasileiras. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios- FECAP*. ano 7, n.19, p. 57-66, set./dez. 2005.

MEIRELES, Cláudio Lopes; RODRIGUEZ, Martius Vicente Rodriguez y. *Governança corporativa, ética, transparência, equidade e prestação de contas em uma empresa de concessões rodoviárias no Brasil*. VI Conferência Regional de ISTR para a América Latina y el Caribe. Salvador, 2007.

MENEZES, Larissa Noll; BONATTO, Heitor. *Auxílio Da Governança Corporativa Para Micro E Pequenas Empresas No Brasil*. Disponível em: <http://biblioteca.fadegs.edu.br/TCC_Larissa_final_2009.pdf> Acesso em: 15 jun. 2013.

MOSCOVICI, Fela. *Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo*. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. 393 p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de Metodologia Científica*. São Paulo: Pioneira, 1998. 320p.

Portal do Brasil. Empreendedor. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/empreendedor/empreendedorismo-hoje/o-mapa-das-micro-e-pequenas-empresas>> Acesso em: 14 jun. 2013.

Portal do Brasil. Economia e emprego. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/o-mapa-das-micro-e-pequenas-empresas>> Acesso em: 7 dez. 2013.

QUINN, Robert E. et al. *Competências Gerenciais: princípios e aplicações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 416 p.

RODRIGUES, José Antonio; MENDES, Gilmar de Melo. *Governança corporativa: estratégia para a geração de valor*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

RODRIGUEZ, Gregorio Mancebo; BRANDÃO, Mônica Mansur. *Visões da Governança Corporativa: a realidade das sociedades por ações e a sustentabilidade*. São Paulo: Saraiva, 2010.

RUZZARIN, Ricardo; SIMONOVSKI, Marcelo. *Competências: uma base para a Governança Corporativa*. Porto Alegre: AGE, 2010.

SEBRAE (2007) – *Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresa no Brasil 2003-2005*.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. *Governança corporativa: desempenho e valor da empresa no Brasil*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2005.

STEINBERG, Herbert. *A dimensão humana da governança corporativa: pessoas criam as melhores e as piores práticas*. São Paulo: Editora Gente, 2003.

SUPPION, Klaus Haacke. *A relação das práticas de governança corporativa em empresas prestadoras de serviços de portaria e limpeza na região do abc*. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 94 p.

ZARIFIAN, Philippe; tradução Maria Helena C. V. Trylinski. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

NOTAS

¹Graduando do curso de Administração do Centro Universitário Newton Paiva.

²Professora do curso de Administração do Centro Universitário Newton Paiva.

³Professora do curso de Administração do Centro Universitário Newton Paiva.

⁴Professora do curso de Administração do Centro Universitário Newton Paiva.

⁵MCLAGAN, P A. Competencies: the next generation. *Training and development*, p. 40-47, May 1997.

⁶PARRY, S B. The quest for competences. *Training*, p. 48-56, July 1996.

⁷LE BOTERF, G. De la compétence. Paris: Les Editions d' Organization, 1994.

* *Idem. Ibidem.*

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA COMBINAÇÃO DA PAROMOMICINA TÓPICA COM O FEXINIDAZOL ORAL NO TRATAMENTO DA LEISHMANIOSE CUTÂNEA EXPERIMENTAL CAUSADA POR LEISHMANIA (VIANNIA) BRAZILIENSIS

Líndicy Leidicy Alves¹

Suely Lima Dias¹

Eliane de Moraes Teixeira²

Ana Lúcia Teles Rabello²

Lucas Antônio Miranda Ferreira³

Marta Marques Gontijo de Aguiar⁴

Resumo: A leishmaniose tegumentar constitui um grave problema de saúde pública no Brasil, podendo ser encontrada em praticamente todos os estados. O tratamento convencional para essa doença utiliza compostos antimoniais de administração parenteral, desenvolvidos há mais de 60 anos, esses apresentam elevada toxicidade e taxa de abandono do tratamento pelos pacientes. O programa de Pesquisa de Doenças Tropicais da Organização Mundial de Saúde tem recomendado o desenvolvimento de tratamentos alternativos. A paromomicina tópica e o fexinidazol oral têm sido investigados separadamente. A associação desses dois fármacos aparenta ser interessante para o tratamento da leishmaniose tegumentar causada por espécies que provocam infecções disseminadas, como as encontradas no Brasil. Esse estudo busca avaliar a eficácia da combinação da paromomicina tópica com o fexinidazol oral a partir da infecção experimental de hamsters com *L. (V.) braziliensis*. Para avaliar a eficácia foram utilizados como parâmetros, o acompanhamento do diâmetro da lesão e a determinação da carga parasitária na lesão e no baço. Os animais foram inoculados com uma suspensão de amastigotas e tiveram o desenvolvimento das lesões monitorado. Os animais foram separados em quatro grupos: controle (sem tratamento), combinação paromomicina tópica com fexinidazol oral, paromomicina tópica e fexinidazol oral. Os animais foram tratados durante vinte dias consecutivos, recebendo o gel de paromomicina tópica duas vezes ao dia e a suspensão de fexinidazol oral uma vez ao dia. O maior diâmetro da lesão dos animais foi monitorado a cada sete dias, três dias após o final do tratamento, os animais foram eutanasiados, a lesão e o baço removidos e processados para posterior análise pela técnica de qPCR. A combinação paromomicina tópica com fexinidazol oral foi capaz de reduzir o diâmetro da lesão em relação aos grupos controle e paromomicina tópica ($p < 0,05$), levando a redução de 100% das lesões, enquanto os fármacos isolados: paromomicina ou fexinidazol levaram a reduções inferiores. Houve redução significativa da carga parasitária na lesão, quando comparado, o grupo tratado com a combinação em relação a todos os outros grupos ($p < 0,05$). Quanto à carga parasitária no baço, houve diferença estatística significativa entre a combinação e o grupo controle ($p < 0,05$). Os resultados mostram que a combinação paromomicina tópica com fexinidazol oral foi eficaz no tratamento da leishmaniose causada pela espécie *L. (V.) braziliensis*, sendo uma alternativa promissora para o tratamento da leishmaniose tegumentar causada por esta espécie.

Palavras-chave: Leishmaniose Cutânea. Fexinidazol. Paromomicina.

Abstract: The tegumentary leishmaniasis is a serious public health problem in Brazil, can be found in virtually all states. Conventional treatment for this disease uses of antimony compounds parenteral administration, developed over 60 years, these have high toxicity and rate of noncompliance by patients. The Research of Tropical Diseases of the World Health Organization has recommended the development of alternative treatments. The topical paromomycin and oral fexinidazole have been investigated separately. The combination of these two drugs appears to be interesting for the treatment of cutaneous leishmaniasis caused by species that cause disseminated infections, such as those found in Brazil. This study aimed to evaluate the effectiveness of combination of topical paromomycin with oral fexinidazole from the experimental infection of hamsters with *L. (V.) braziliensis*. To assess efficacy were used as parameters, monitoring of the diameter of the lesion and determination of parasite load in spleen and lesions. The animals were inoculated with a suspension of amastigotes and the development of the lesions was monitored. The animals were separated into four groups: control (no treatment), combination topical paromomycin with oral fexinidazole, topical paromomycin and oral fexinidazole. The animals were treated for twenty days consecutive, receiving paromomycin topical gel twice daily and oral suspension fexinidazole once. The largest diameter of the lesions of the animals was monitored every seven days, three days after the end of treatment, animals were euthanized, the spleen and the lesions removed and processed for analysis by qPCR technique. The combination topical paromomycin with oral fexinidazole was able to reduce lesion size compared with control and topical paromomycin groups ($p < 0.05$), leading to 100% reduction in lesions, whereas drug isolates: paromomycin or fexinidazole led to smaller reductions. A significant reduction of the parasite load in the lesion compared, the group treated with the combination compared to all other groups ($p < 0.05$). In case of parasite load in spleen, the significant difference was only observed in combination compared to the control group ($p < 0,05$). The results show that the topical combination paromomycin with fexinidazole was effective in the treatment of leishmaniasis caused by species *L. (V.) braziliensis*, a promising alternative for the treatment of cutaneous leishmaniasis caused by this species.

Key-words: Cutaneous leishmaniasis. Fexinidazole. Paromomycin.

INTRODUÇÃO

As leishmanioses constituem um grupo de doenças causadas por várias espécies de protozoários do gênero *Leishmania*. Estas são clinicamente divididas em leishmaniose visceral (LV) e leishmaniose tegumentar (LT), a qual inclui as formas cutâneas (LC), mucosa e mucocutânea (DESJEUX, 2004). Mundialmente distribuídas, as leishmanioses estão presentes em 88 países em quatro continentes e compreendem uma das seis endemias mundiais prioritárias da Organização Mundial da Saúde. Mais de 90% dos casos de LT ocorrem no Irã, Afeganistão, Síria, Arábia Saudita, Brasil e Peru. (WHO, 2013)

A LT nas Américas é causada principalmente pelas espécies *L. (V.) braziliensis*, *L. (L.) amazonensis* e *L. (V.)*

guyanensis que produzem a forma clínica mais frequente, a LC, caracterizada por lesões cutâneas em áreas expostas do corpo tais como face, braços e pernas. Além disso, a infecção causada por espécies do sub-gênero *Viannia* pode evoluir para envolvimento da mucosa (LM). (MINODIER & PAROLA, 2007)

Os compostos antimoniais pentavalentes (Sb^V), estibogluconato de sódio (PentostamTM) e antimoniato de meglumina (Glucantime[®]) vêm sendo utilizados como fármacos de primeira escolha para o tratamento das leishmanioses (FRÉZARD & DEMICHELI, 2010), embora evidências recentes demonstrem uma eficácia variável, dependendo das espécies, região geográfica, presença de cepas resistentes e esquema terapêutico (ROMERO *et al.*, 2001; CROFT & COOMBS, 2003).

Assim, os fármacos, atualmente considerados como primeira escolha, estão longe de ser satisfatórios. As dificuldades relacionadas a aplicações injetáveis em seguimentos populacionais de baixo nível sócio-econômico e acesso restrito aos serviços de saúde constituem as principais causas de não adesão ao tratamento. Como fármacos alternativos estão disponíveis a anfotericina B e as pentamidinas, também de administração parenteral e alta toxicidade (AMATO *et al.*, 2007).

A prática de combinação de fármacos é bastante usual e pode contribuir para aumentar a eficácia do tratamento e evitar o surgimento de resistência. No caso das interações medicamentosas para as doenças infecto-parasitárias, essa prática é empregada com sucesso para o tratamento de malária, tuberculose, AIDS, entre outras (GRIENSVEN, *et al.*, 2010). Para as leishmanioses, estudos experimentais, *in vivo*, realizados com *L. (L.) major* e *L. (L.) amazonensis* têm demonstrado uma maior eficácia da combinação de fármacos e sugerido esta estratégia para a terapêutica clínica dessas doenças (AGUIAR *et al.*, 2009; AGUIAR *et al.*, 2010).

A combinação de fármacos a partir de diferentes classes químicas pode reduzir a duração do tratamento ou doses totais, resultando em menos efeitos tóxicos e também reduzir o custo global direta e indiretamente (GRIENSVEN *et al.*, 2010). Isto é particularmente relevante para o tratamento da LC se considerada a possibilidade de que um dos fármacos possa ser administrado diretamente sobre a lesão, minimizando as reações adversas sistêmicas.

A paromomicina (PA), um antibiótico aminoglicosídeo, é o fármaco mais investigado para o tratamento tópico da LC. Estudos têm demonstrado que um gel tópico de PA foi efetivo no tratamento de camundongos infectados com *L. (L.) major* e *L. (L.) amazonensis*, assim como em hamsters infectados com *L. (V.) braziliensis* (GONÇALVES *et al.*, 2005; MUSSI *et al.*, 2007). A associação do gel PA tópico com um fármaco de administração oral, a miltefosina, foi investigada experimentalmente e mostrou-se eficaz em reduzir tamanho de lesão e carga parasitária sistêmica de animais infectados com *L. (L.) amazonensis* e *L. (L.) major* (AGUIAR *et al.*, 2009; AGUIAR *et al.*, 2010).

O fexinidazol (Fex) é um antimicrobiano originalmente desenvolvido na década de 1980, pela Hoechst, apresentando atividade contra tripanosomas. Atualmente, o fexinidazol encontra-se em estudo clínico fase I, sendo previsto início da fase II para o tratamento da doença do sono na África (MASER *et al.*, 2012).

Avaliação prévia *in vitro* do fexinidazol mostrou que seus metabólitos sulfóxido de fexinidazol e sulfonato de fexinidazol foram mais ativos em macrófagos murinos

infectados com *L. donovani*. O estudo *in vivo* mostrou a atividade deste fármaco em camundongos infectados com *L. donovani* e tratados por cinco dias consecutivos por via oral.

Nesse estudo, a dose de 200mg/Kg/dia levou a uma redução de 98,4% carga parasitária no fígado (WYLLIE *et al.*, 2012). O resultado desse estudo demonstrou o potencial do fexinidazol no tratamento da leishmaniose como fármaco para uso oral. Estudos prévios *in vitro* realizados no Laboratório de Pesquisas Clínicas do Centro de Pesquisas René Rachou tem demonstrado a atividade do fexinidazol contra as espécies de importância médica no Brasil (*L. (L.) amazonensis*, *L. (V.) braziliensis* e *L. (L.) infantum chagasi* – dados não publicados).

O conjunto destes resultados mostra que a PA tópica e fexinidazol oral apresentam eficácia, assim a combinação entre os dois fármacos poderia ser uma alternativa interessante para o tratamento da LC. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é avaliar a eficácia da paromomicina (PA) tópica (gel) em associação com a fexinidazol oral em hamsters experimentalmente infectados com *L. (V.) braziliensis* através do acompanhando do tamanho da lesão em função do tempo e da determinação da carga parasitária na lesão e no baço através da técnica de qPCR.

MATERIAIS E MÉTODOS

Parasitas: *L. (V.) braziliensis* (MHOM/BR/75/M2903).

Animais: Hamsters (*Mesocricetus auratus*) machos pesando aproximadamente 100 g provenientes do Biotério do Centro de Pesquisas René Rachou – Fiocruz.

Meios de Cultura: meio Schneider (Sigma Chemical Co, St Louis, MO, USA), Soro fetal bovino (Gibco, Alemanha), solução contendo 100 UI penicilina potássica e 10 mg/mL de sulfato de estreptomicina (Merck, Alemanha).

Fármacos e medicamento: Sulfato de Paromomicina 757 mg/mg (Antibióticos, Itália), Fexinidazol (Ceti-pharm), Glucantime® (Antimoniato de meglumina 300 mg/mL - Sanofi Aventis).

Reagentes: hidroxietilcelulose, propilenoglicol, metilparabeno, bissulfito de sódio, polissorbato 80.

Infecção dos animais

Hamsters (*Mesocricetus auratus*) machos, pesando aproximadamente 100g foram tricotomizados na base da cauda e anestesiados (xilazina/ketamina). Estes animais foram inoculados por via subcutânea com uma suspensão de amastigotas (1x10⁶/100mL) de *L. (V.) braziliensis* recentemente isoladas. O desenvolvimento das lesões foi monitorado semanalmente com auxílio de pa-

químetro digital (Digimess-Brasil).

Este estudo foi aprovado pelo comitê de ética no uso de animais (FIOCRUZ), protocolo número P- 36/2012 -2.

Preparo das formulações

Preparo do gel PA

Para o preparo do gel hidrofílico de PA, o metilparabeno (0,2%) foi solubilizado em propilenoglicol (10%) e em seguida esta solução foi adicionada à água destilada. A mistura foi aquecida a 70°C e, em seguida, o bissulfito de sódio (0,1%) e a hidroxietilcelulose (1,5%) foram adicionados. A mistura foi mantida sob agitação constante até formação do gel e completa dispersão do polímero. A PA (10%), previamente solubilizada em parte da água, foi adicionada após o resfriamento do gel, aos poucos sob agitação constante, até obtenção de uma preparação límpida (AGUIAR *et al.*, 2010).

Preparo da suspensão oral de Fex

Para o preparo da suspensão do Fex (16 %), este foi pesado em tubo de 50mL. No mesmo tubo foi pesado o polissorbato 80 (1,5%). Foram adicionadas esferas de vidro no tubo e realizada homogeneização em vortex (Genie 2, EUA). Em seguida, o volume foi completado com água purificada e novamente homogeneizado em vortex. A suspensão foi mantida sob refrigeração por 7 dias.

Tratamentos

Após o desenvolvimento das lesões homogêneas (diâmetro médio das lesões em torno de 9mm), os animais foram divididos em quatro grupos (Controle, Fex + PA, PA e Fex) com quatro animais cada (n=4). Os tratamentos foram realizados por 20 dias consecutivos, sendo o gel de PA 10% administrado via tópica: duas vezes ao dia através de pipeta Eppendorf® (0,1 mL) tanto nos animais do grupo PA, quanto nos animais do grupo Fex + PA (AGUIAR *et al.*, 2010). A suspensão de Fex 200mg/Kg/dia administrada via oral: uma vez ao dia através de gavagem (0,2 mL) tanto nos animais do grupo Fex, quanto nos animais do grupo Fex + PA, e o grupo controle não recebeu tratamento. A dose de Fex foi previamente determinada em estudos experimentais de dose resposta realizados no Laboratório de Pesquisas Clínicas do Centro de Pesquisas René Rachou – Fiocruz (dados não publicados).

Avaliação da eficácia dos tratamentos

Tamanho da lesão

Durante o tratamento o maior diâmetro das lesões foi monitorado por meio de medidas semanais com o paquímetro digital (Digimess/Brasil).

Avaliação da carga parasitária

Os animais foram sacrificados em câmara de gás carbônico (CO₂) três dias após o término do tratamento e, em seguida, a lesão e o baço foram removidos para determinação da carga parasitária. A lesão e o baço foram pesados, triturados (Ultra-turrax, IKA) em meio Schneider contendo 20% de soro fetal bovino e 10 mL/mL de solução contendo 100 UI penicilina potássica e 10 mg/mL de sulfato de estreptomicina.

Em seguida, a lesão e o baço foram centrifugados a 50g por dois minutos para sedimentação (IEC, Centra® GP8R). Os sobrenadantes foram separados e novamente centrifugados: a lesão a 1700g por 15 minutos e o baço a 1620g por 2 minutos (IEC, Centra® GP8R). Cada pellet foi ressuspenso em 1mL de meio de Schneider contendo 20% de soro fetal bovino e 10 mL/mL de solução contendo 100UI penicilina potássica e 10 mg/mL de sulfato de estreptomicina (AGUIAR *et al.*; 2009).

Em seguida, o material foi congelado (-20° C) para posterior análise por técnica qPCR. A técnica de qPCR foi realizada através da extração do DNA total utilizando o kit QIAamp Mini (Qiagen – Alemanha). Para o ensaio de qPCR, foi utilizado como DNA alvo a pequena subunidade do gene RNA ribossomal (SSU rRNA). O ensaio qPCR *Leishmania* TaqMan 1X consistiu na amplificação dos primers LEIS. U1 0,3mM (5'-AAGTGCTTTCCCATCGCAACT-3') e LEIS.L1 0,3mM (5'-GACGCACTAAACCCCTCGAA-3'), desenhados para amplificar um fragmento de 67 pb e a sonda fluorogênica LEIS.P1 0,25mM (FAM-CGGTTCGGTGTGTGGCGCC TAMRA 5'-3') (GOMES *et al.*, 2012). O limiar de detecção e de linha de base foram determinados automaticamente usando o StepOne Software™ v2.1. A análise da curva Melt foi realizada por uma temperatura inicial de 95°C por 15 segundos, seguido de 60°C por minuto e aquecimento contínuo de 0,3°C/segundo a 95°C. A temperatura de fusão dos amplicons foi automaticamente determinada pela análise do software. As amostras de amplificação foram realizadas em duplicata em uma placa de 96 poços.

Cada placa possuiu um controle negativo que consiste na mistura da reação com água em vez de DNA amostral (GIULIETTI *et al.*, 2001; RAMA *et al.*, 2006). Diluições seriadas de plasmídeos recombinantes foram empregados para

o ensaio, 160 cópias do gene SSU rRNA de *Leishmania* representaram uma única célula do parasito. A quantificação da carga parasitária foi determinada após a normalização dos dados (OVERBERGH *et al.*, 1999, GOMES *et al.*, 2012).

As reações foram padronizadas utilizando a curva padrão plasmidial de *L. (V.) braziliensis* e, como branco, foi utilizado uma amostra de pele e baço de um hamster saudável (REIMÃO *et al.*; 2011).

Análise estatística

A análise estatística foi realizada utilizando o programa Prism 4.0. Os dados obtidos para carga parasitária, na lesão e no baço, foram transformados em log +1 e submetidos ao teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov (KS). Estes dados foram avaliados por análise de variância (ANOVA), e em caso de diferença estatística, os resultados foram submetidos ao teste de Tukey. Os diâmetros médios das lesões foram submetidos ao teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov (KS). As diferenças observadas foram consideradas significativas quando o valor de p foi menor que 0,05.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alternativas terapêuticas para o tratamento tópico ou oral das leishmanioses têm sido investigadas por oferecer vantagens em relação ao tratamento convencional. A associação de fármacos também é uma alternativa interessante, pois pode promover: aumento da atividade, prevenção do aparecimento de resistência e administra-

ção de doses menores, com consequente diminuição da toxicidade e dos custos (SEIFERT & CROFT, 2006).

Esse último fator é relevante no tratamento da leishmaniose cutânea, já que um dos fármacos pode ser administrado diretamente sobre a lesão, minimizando as reações adversas sistêmicas. A PA (gel) vem sendo amplamente pesquisada no tratamento da leishmaniose cutânea, estudos mostraram alta efetividade da nova formulação hidrofílica de PA a 10% contra diferentes espécies de leishmanias causadoras de LC (GONÇALVES *et al.*, 2005; MUSSI *et al.*, 2007), sendo sua eficácia foi maior do que o antimônio em camundongos infectados com *L. (L.) amazonensis* (GONÇALVES *et al.*, 2005).

O fexinidazol tem se mostrado eficaz contra a doença do sono (MASER *et al.*, 2012) e no tratamento via oral da leishmaniose experimental causada por *L. donovani* (WYLLIE, *et al.*, 2012). Assim, a combinação entre os dois fármacos pode ser uma alternativa interessante para o tratamento da LC.

Para avaliar a eficácia da combinação do Fex oral com a PA tópica foram utilizados como parâmetros a medida do maior diâmetro da lesão (em mm) e a determinação da carga parasitária (mg/tecido ou órgão) na lesão e no baço.

A Figura 1 apresenta o diâmetro médio da lesão a partir do início do tratamento, em função do tempo. Do início até sete dias de tratamento não houve diferença estatística significativa no tamanho da lesão entre todos os grupos avaliados (Controle, combinação Fex + PA, PA e Fex) ($p > 0,05$).

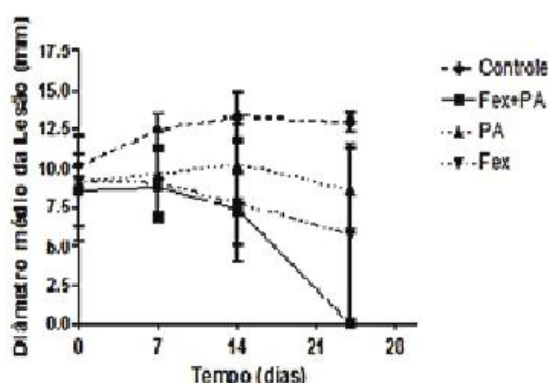


FIGURA 1: Avaliação do diâmetro médio das lesões em hamsters infectados com *L. (V.) braziliensis*. Os animais foram divididos em 4 grupos: sem tratamento (controle), associação de fexinidazol oral 200mg/kg/dia e gel de paromomicina 10% pela via tóptica (Fex + PA), gel de paromomicina 10% pela via tópica (PA) e fexinidazol oral 200mg/kg/dia (Fex). Os animais foram tratados por 20 dias consecutivos e eutanasiados três dias após o fim do tratamento. As barras verticais representam o desvio padrão da média do diâmetro das lesões (maior diâmetro) para cada grupo. Diferenças estatísticas significativas foram observadas 14 dias após o início do tratamento e se mantiveram até o dia da eutanásia para o grupo de animais tratados com a associação Fex + PA quando comparados com o grupo controle ($p < 0,05$). Ainda em nesse tempo, para essa associação, houve diferença estatística significativa quando comparada com o grupo de animais tratados com PA isolada ($p < 0,05$), porém não houve diferença estatística significativa quando comparada com o grupo tratado com Fex isolado ($p > 0,05$).

Redução estatística significativa, no tamanho da lesão foi observada a partir do décimo quarto dia, após o início do tratamento, somente para o grupo de animais tratados com a combinação Fex + PA, quando comparado ao grupo controle (sem tratamento) ($p < 0,05$) (FIG 1). No dia da eutanásia, a diferença estatística entre a combinação (Fex + PA) e o controle se manteve signifi-

ficativa ($p < 0,05$) e a combinação apresentou redução estatística significativa também em relação ao grupo PA isolada. A combinação se mostrou tão eficaz quanto ao Fex isolado ($p > 0,05$) na redução da lesão neste tempo (FIG 1). Entretanto, quando observada a redução percentual do diâmetro da lesão, no dia da eutanásia em relação ao tempo inicial do tratamento (Tabela 1),

TABELA 1 – Percentual de redução do diâmetro da lesão de animais infectados com *L. (V.) braziliensis* e tratados

Grupos	% Redução do tamanho da lesão
Controle	0,0
Fex + PA	100,0
PA	5,2
Fex	36,6

Fonte: elaborada pelo autor

Pode ser observado, que o Fex levou a uma pequena redução, enquanto a combinação (Fex + PA) levou a 100% de redução, com cicatrização completa da lesão em todos os animais.

Um baixo percentual de redução da lesão nos animais tratados somente com PA tópica ou com o Fex oral pôde ser observada. A doença se mostra mais agressiva em animais infectados com amastigotas, quando comparada com aqueles infectados com promastigotas, e os resultados da terapia podem ser marcada-

mente influenciados por isso (GARNIER *et al.*, 2007). No entanto, mesmo nesta condição a combinação Fex + PA mostrou-se eficaz, mostrando uma interação positiva na associação destes fármacos.

Quando avaliado o parâmetro carga parasitária na lesão, os animais infectados experimentalmente tratados com combinação Fex + PA apresentaram uma redução significativa, quando comparados àqueles tratados com regimes monoterápicos e ao controle ($p < 0,05$) (FIG 2).

O presente estudo foi realizado em hamsters infectados

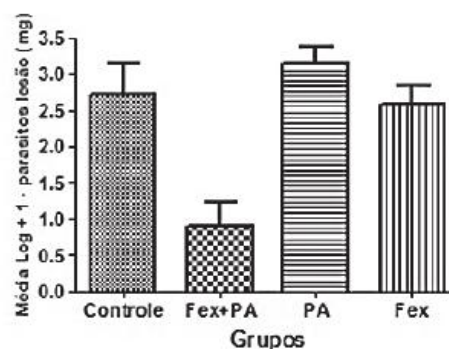


FIGURA 2: Avaliação da carga parasitária das lesões em hamsters infectados com *L. (V.) braziliensis*. Os animais foram divididos em 4 grupos: sem tratamento (controle), associação de fexinidazol oral 200mg/Kg/dia e gel de paromomicina 10% pela via tópica (Fex + PA), gel de paromomicina 10% pela via tópica (PA) e fexinidazol oral 200mg/Kg/dia (Fex). Os animais foram tratados por 20 dias consecutivos e eutanasiados três dias após o fim do tratamento. As barras verticais representam o desvio padrão da média do Log + 1 da quantidade de DNA real de parasitos nas lesões dos animais de cada grupo. Diferenças estatísticas significativas foram observadas quando a associação Fex + PA foi comparada ao grupo controle e aos grupos tratados com as drogas isoladas ($p < 0,05$).

por *L. (V.) braziliensis*, um dos agentes etiológicos da CL do Novo Mundo. No Novo Mundo, a CL pode ser associada com a disseminação de parasitas, uma situação que normalmente requer tratamento sistêmico (SCHRIEFER *et al.*, 2008). A eficácia sistêmica da combinação Fex

+ PA também foi avaliada, através da determinação da carga parasitária no baço, foi possível verificar redução significativa quando comparado a combinação Fex + PA com o grupo controle ($p < 0,05$) (FIG 3).

COMPETÊNCIAS AO LIDAR COM PESSOAS			
LIDAR COM OS OUTROS		COMUNICAR E INFLUENCIAR	
Estabelecer o foco	Dar autonomia aos outros	Atenção à comunicação	Consciência interpessoal
Oferecer suporte motivacional	Gerenciar a mudança	Comunicação oral	Habilidade de influenciar os outros
Incentivar o trabalho em equipe	Desenvolver os outros	Comunicação escrita	Construir relacionamentos de colaboração
	Gerenciar o desempenho	Comunicação persuasiva	Orientação para o cliente
COMPETÊNCIAS AO LIDAR COM NEGÓCIOS			
PREVENIR E RESOLVER PROBLEMAS		ATINGIR RESULTADOS	
Coleta de informações para diagnóstico	Pensamento analítico	Iniciativa	Empreendedorismo
Antecipação	Pensamento conceitual	Estímulo à inovação	Orientação para resultados
Pensamento estratégico	Conhecimento técnico	Eficácia	Determinação
COMPETÊNCIAS DE AUTOGESTÃO			
Autoconfiança	Gestão do stress	Credibilidade pessoal	Flexibilidade

FIGURA 3 – Modelo de Competências *Cripe e Mansfield*

Fonte: criado a partir de *Cripe e Mansfield (2003)*.

CONCLUSÃO

O tratamento convencional das leishmanioses apresenta alguns fatores que favorecem a não adesão, como o fato de os fármacos apresentarem alta toxicidade e aplicações injetáveis, além do acesso restrito da população de menor nível sócio-econômico aos serviços de saúde (AMATO *et al.*, 2007). Diante dessa realidade, a associação de fármacos de uso oral ou tópico se torna interessante, contribuindo para o aumento da adesão ao tratamento, redução da resistência e toxicidade elevando, assim, a eficácia do tratamento (GRIENSVEN *et al.*, 2010).

Em resumo, nossos dados mostraram que a combinação Fex oral + PA tópica proporciona uma maior eficácia no tratamento, por sua vez, apresenta uma atividade significativamente maior do que a observada para os regimes monoterápicos em Hamsters infectados por *L. (V.) braziliensis*, um dos principais agentes etiológicos da LC do Novo Mundo. Estes resultados sugerem que a combinação Fex oral + PA tópica representa uma alternativa promissora no tratamento da LC.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. G.; SILVA D; NUNAN F.A.; FERNANDES A.P., FERREIRA, L.A. *Combined topical paromomycin and oral miltefosine treatment of mice experimentally infected with Leishmania (Leishmania) major leads to readuction in both lesion size and systemic parasite burdens. J Antimicrob Chemother*, v. 64, p.1234-1240, 2009.
- AGUIAR, M.G.; PEREIRA, A.M.; FERNANDES, A.P.; FERREIRA, L.A. *Reductions in Skin and Systemic Parasite Burdens as a Combined Effect of Topical Paromomycin and Oral Miltefosine Treatment of Mice Experimentally Infected with Leishmania (Leishmania) amazonensis. Antimicrob Agents Chemother*, v. 54, p. 4699-4704, 2010.
- AMATO, S. A.; TUON, F. F.; BACHA, H. A.; NETO, V. A.; NICODEMO, A. C. *Mucosal leishmaniasis current scenario and prospects for treatment. Acta Tropica*, v. 105, p.1-9, 2007.
- CROFT, S. L.; COOMBS, G. H. *Leishmaniasis – current chemotherapy and recent advances in the search for novel drugs. Trends in Parasitology*, v. 19, p. 502-508, 2003.
- DESJEU, P. *Leishmaniasis: current situation and new perspectives. Comparative Immunology Microbiology & Infectious Diseases*, v. 27, p. 305-318, 2004.
- FRÉZARD, F.; DEMICHELI, C. *New delivery strategies for the old pentavalent antimonial drugs. Expert Opinion on Drug Delivery*, v. 7, p. 1343-58, 2010.
- GANIER, T.; MANTYLA, A.; JARVINEN, T.; LAWRENCE, J.; BROWN, M.; CROFT, S. *In vivo studies on the antileishmanial activity of buparvaquone and its prodrugs. Journal of Antimicrobial Chemotherapy*, v. 60, p. 802-10, 2007.
- GIULIETTI, A.; OVERBERGH, L.; VALCKX, D.; DECALLONNE, B.; BOUILLON,

- R., MATHIEU, C. An overview of real-time quantitative PCR: applications to quantify cytokine gene expression. *Methods*, v. 25, p.386–401, 2001.
- GOMES, L.I.; GONZAGA, F.M.; MORAIS-TEIXEIRA, E.; SOUZA-LIMA, B.S.; FREIRE, V.V.; RABELLO, A. Validation of quantitative real-time PCR for the in vitro assessment of antileishmanial drug activity. *Exp Parasitol*, v. 131, p.175-192, 2012.
- GONÇALVES, G. S.; FERNANDES, A. P.; SOUZA, R. C. C.; CARDOSO, J. E.; OLIVEIRA-SILVA, F.; MACIEL, F. C.; RABELLO, A.; FERREIRA, L. A. M. Activity of a paromomycin hydrophilic formulation for tropical treatment of infections by *Leishmania (Leishmania) amazonensis* and *Leishmania (Vianna) braziliensis*. *Acta Tropica*, v. 93, p. 161-167, 2005.
- GRIENSVEN VAN, J.; BALASEGARAM, M.; MEHEUS, F.; ALVAR, J.; LYNEN, L.; BOELAERT, M. Combination therapy for visceral leishmaniasis. *The Lancet Infectious Diseases*, v. 10, p. 184-194, 2010.
- MASER, P.; WITTLIN, S.; ROTTAMANN, M.; WENZLER, T.; KAISER, M.; BRUN, R. Antiparasitic agents: new drugs on the horizon. *Current Opinion in Pharmacology*, v.5, p. 522-526, 2012.
- MINODIER, P.; PAROLA, P. Cutaneous leishmaniasis treatment. *Travel Medicine Infectious Disease*, v. 5, p. 150-158, 2007.
- MUSSI, S. V.; FERNANDES, A. P.; FERREIRA, L. A. M. Comparative study of the efficacy of formulations containing fluconazole or paromomycin for topical treatment of infections by *Leishmania (Leishmania) major* and *Leishmania (Leishmania) amazonensis*. *Parasitology Research*, v. 100, p. 1221-1226, 2007.
- RAMA, I. S.; DEA-AYUELA, M. A.; SANCHEZ-BRUNETE, J. A.; TORRADO, J. J. ALUNDA, J. M.; BOLAS-FERNÁNDEZ, F. Real-time reverse transcription-PCR quantification of cytokine mRNA expression in golden Syrian hamster infected with *Leishmania infantum* and treated with a new amphotericin B formulation. *Antimicrobial Agents Chemotherapy*, v. 50, p. 1195-1201, 2006.
- REIMÃO, J. Q.; COLOMBO, F.A.; PEREIRA-CHIOCCOLA, V.L.; TEMPONE, A. G. *In vitro* experimental therapeutic studies of calcium channel blocker bepridil: Detection of viable leishmania (*L. chagasi*) by real-time PCR. *Experimental Parasitology*, v. 128, p.111-115, 2011.
- ROMERO, G. A. S.; GUERRA, M. V. F.; PAES, M. G.; MACÉDO, V. O. Comparison of cutaneous leishmaniasis due to *Leishmania (Vianna) braziliensis* and *L. (V.) guyanensis* in Brazil: clinical findings and diagnostic approach. *Clinical Infectious Diseases*, v. 32, p 1304-12, 2001.
- SCHRIEFER, A.; WILSON, M. E.; CARVALHO, E. M. Recent developments leading toward a paradigm switch in the diagnostic and therapeutic approach to human leishmaniasis. *Current Opinion in Infectious Disease*, v. 21, p. 483-488, 2008.
- SEIFERT, K.; CROFT, S. L. *In vitro* and *in vivo* interactions between miltefosine and other antileishmanial drugs. *Antimicrobial Agents and Chemotherapy*, v. 50, p. 73-79, 2006.
- OVERBERGH L.; VALCKX D.; WAER M.; MATHIEU C. Quantification of murine cytokine mRNAs using real time quantitative reverse transcriptase PCR. *Cytokine*, v. 11, p. 305-312, 1999.
- WYLLIE S.; PATTERSON, S.; STOJANOVSKI, L.; SIMEONS, F. R.; NORVAL, S.; KIME, R.; READ, K. D.; FAIRLAMB, A.H. The anti-trypanosome drug fexinidazole shows potential for treating visceral leishmaniasis. *Sci Transl Med*, p. 1-16, 2012.
- WHO – Disponível em: <www.who.int/neglected_diseases/diseases/en> Acesso em: 28 jan. 2013.

NOTAS

- ¹ Bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.
- ² Pesquisadoras colaboradoras da pesquisa do Centro de Pesquisa René Rachou – Fiocruz.
- ³ Professor colaborador da pesquisa, docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- ⁴ Professora orientadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

PREVALÊNCIA DE PARASIToses INTESTINAIS EM CRIANÇAS DE UMA CRECHE DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS

Camila Morais Semião¹
Deborah Liz de Moura Fernandes¹
Jéssica Zampier Teixeira de Resende¹
Marcela Elisa Pena Belém¹
Rafaela de Oliveira Valadares Coelho¹
Roberta Dias Rodrigues Rocha²
Gisele Santos Gonçalves³

Resumo: As parasitoses acometem um alto percentual da população humana, principalmente comunidades de baixa renda que possuem precárias condições socioeconômicas e de saneamento básico, além do baixo nível educacional. Crianças matriculadas em creches públicas aparentemente possuem características socioeconômicas e culturais que refletem peculiaridades na incidência de parasitoses intestinais. Diante deste contexto, amostras de fezes de 69 crianças da creche “Centro Educacional Infantojuvenil Crescer Sorrindo” da cidade de Belo Horizonte/MG foram avaliadas utilizando o sistema COPROPLUS® (NL Diagnóstica, Comércio Exterior, São Paulo/SP). Os resultados apontaram, entre crianças de dois a doze anos, uma prevalência de 13,04% (9/69), sendo observado como agente etiológico um protozoário em 100% dos casos positivos: *Giardia lamblia* (33,3%), *Entamoeba coli* (33,3%) e *Endolimax nana* (33,3%). Admite-se que o pequeno número amostral (n=69) decorrente da baixa adesão dos pais ou responsáveis, a dificuldade de comprometimento dos mesmos na realização das coletas múltiplas, bem como o caráter de resultados falso-negativos, podem ter comprometido o resultado final do percentual de positividade nesta amostragem avaliada.

Palavras-chave: Parasitoses intestinais. Crianças. Creche. Exame parasitológico de fezes. Protozoários. Prevalência.

Abstract: Parasitic infections affect a high percentage of the human population, especially low-income communities that have poor socioeconomic and sanitation conditions in addition to the low educational level. Children enrolled in public day care centers apparently have socioeconomic and cultural characteristics that reflect peculiarities of the incidence of intestinal parasites. Given this context, stool samples from 69 children in a day care center “Centro Educacional Infantojuvenil Crescer Sorrindo”, of the city of Belo Horizonte, Minas Gerais state were evaluated using COPROPLUS® (NL Diagnostics, International Commerce, São Paulo/SP) system. The results showed, among children from two to 12 years of age, a prevalence of 13.04% (9/69), being observed as a protozoan etiologic agent in 100% of positive cases: *Giardia lamblia* (33.3%), *Entamoeba coli* (33.3%) and *Endolimax nana* (33.3%). It is accepted that the small sample size (n=69) due to the low adherence of parents or legal guardians, the difficulty of compromise these in the realization of multiple collections, as well as the character of false-negative results may have compromised the final result of the percentage of positivity in this sample evaluated.

Key-words: Intestinal parasites; Children; Day Care Center; Exams parasitological stool; Protozoa; Prevalence.

INTRODUÇÃO

As enteroparasitoses, infecções intestinais causadas por helmintos ou protozoários, representam um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo, uma vez que são responsáveis por quadros de diarreia crônica e desnutrição, comprometendo, o desenvolvimento físico e mental, especialmente de crianças e adolescentes (LUDWIG et al., 1999).

No Brasil, e em países em desenvolvimento, a ocorrência de parasitoses é frequente e as variações de prevalência decorrem das condições de saneamento básico, nível socioeconômico, grau de escolaridade, idade e hábitos de higiene (BASSO et al., 2009). O saneamento básico insatisfatório ou inexistente, o desconhecimento de princípios de higiene pessoal e de cuidados na preparação dos alimentos facilita a infecção e predispõe a reinfecção em áreas endêmicas (De CARLI & CANDIA, 1992).

O estudo epidemiológico das infecções por enteroparasitoses é um importante indicador das condições de saneamento em que vive uma determinada população, pois fornecem dados como o grau de insalubridade do meio, nível e extensão do saneamento básico de uma região, bem como os hábitos de higiene da população em estudo (SANTOS et al., 2003).

Crianças com baixo nível socioeconômico, principalmente as que frequentam creches, são mais propensas a parasitoses e a sofrer consequências patológicas das infecções por parasitos: emagrecimento, dificuldades no aprendizado e no crescimento (TAVARES & GIARDINI, 1999). O que se observa é que, em função da maior urbanização e maior participação feminina no mercado de trabalho, as creches passaram a ser o primeiro ambiente externo ao doméstico em que as crianças frequentam, fazendo com que estes locais se tornem potentes disseminadores de parasitoses. São lugares fechados onde há grande concentração de crianças e nos quais elas passam a maior parte do dia. Por isso, normalmente, nestes ambientes, a prevalência de infecções é alta (ARONSON, 1990; BARROS et al., 1998; GURGEL et al., 2005).

Diante deste contexto, o objetivo desse estudo foi avaliar a prevalência de parasitos intestinais em crianças de dois a 12 anos assistidas pela creche Centro Educacional Infantojuvenil Crescer Sorrindo em Belo Horizonte/MG. Estudos de prevalência são necessários não só para se mensurar o problema, bem como para gerar dados para o planejamento de ações preventivas, uma vez que a escola pode ser um centro de debates e de informação para a população periférica, envolvendo as crianças como agentes multiplicadores de saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal de avaliação de parasitoses intestinais em crianças de dois a 12 anos de idade, regularmente matriculadas na creche Centro Educacional Infantojuvenil Crescer Sorrindo em Belo Horizonte/MG. A creche é uma instituição conveniada a prefeitura municipal de Belo Horizonte/MG, localizada na região oeste do município e responsável pelo cuidado, em tempo parcial e integral, de 265 crianças de baixo nível socioeconômico. A creche foi selecionada devido a uma uniformidade em relação à dieta e cuidados de saúde no atendimento as crianças.

Através de palestras e material informativo os pais ou responsáveis receberam informações sobre parasitoses intestinais e foram orientados quanto aos aspectos voluntários da pesquisa, seus benefícios e repercussões e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE.

No Laboratório Escola de Análises Clínicas da Newton Paiva, durante o período compreendido entre agosto de 2013 e dezembro de 2013, foram executados 69 exames parasitológicos de fezes de crianças da creche.

A coleta das amostras de fezes das 69 crianças foi realizada pelos pais, utilizando o frasco Coproplus® (NL Diagnóstica, Comércio Exterior, São Paulo/SP). O Coproplus® é uma metodologia eficaz de análise parasitológica de fezes para a pesquisa de ovos e cistos por microscopia óptica e permite uma conservação da amostra por até 30 dias, sem a necessidade de refrigeração e permitindo a coleta padronizada e reduzida de amostra. O método minimiza o contato com as fezes, tanto na coleta, quanto na execução do exame. A obtenção da amostra possui instruções simples, sendo importante a recomendação da coleta de três amostras em dias alternados para se evitar o conhecido período negativo dos parasitos. Para a análise, as amostras foram processadas conforme instruções do fabricante - Coproplus® (NL Diagnóstica, Comércio Exterior, São Paulo/SP), com posterior pesquisa de ovos e cistos por microscopia óptica sendo que a avaliação do sedimento foi realizada em triplicata.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Newton Paiva via a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE foi obtido das mães ou responsável e eles foram informados dos resultados do exame. Os pais ou responsáveis das crianças que participaram do estudo receberam o laudo do exame parasitológico de fezes e foram orientados a procurarem o Centro de Saúde mais próximo para o prosseguimento do tratamento medicamentoso.

A análise estatística foi realizada utilizando o *software* GraphPad Prism 5 (San Diego, CA, EUA). Foram utilizados inicialmente os seguintes testes para comparação entre grupos: ANOVA, Kruskal Wallis, Mann Whitney, Qui-quadrado de Pearson assintótico (20% do valor esperado entre 1 e 5 e 80% do valor esperado maior que 5).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi realizado em um total de 69 crianças, entre dois a doze anos, sendo o percentual médio de participação de crianças da creche de 26,03% (69/265). Todos os pais ou responsáveis com crianças matriculadas na creche foram convidados a participarem da palestra sobre as parasitoses intestinais, os objetivos do estudo e a importância da realização do exame parasitológico de fezes. Compareceram a palestra trinta pais ou responsáveis. Considerando a pequena participação, com o intuito de aumentarmos o número de participantes, os responsáveis foram abordados no momento que buscavam as crianças e informados sobre os objetivos e importância da pesquisa, bem como de forma lúdica em sala de aulas as crianças também foram informadas e convidadas a participarem do estudo. Com este procedimento foi possível a entrega de 150 frascos Coproplus®.

De 150 amostras, inicialmente previstas para análise,

que representam o número de pais ou responsáveis que receberam as instruções, o TCLE e o frasco Coproplus®, houve o retorno de 69 frascos com amostras de fezes para o exame. Sendo assim, conclui-se que houve uma baixa adesão dos pais. O fato revela que o baixo número de amostras recebidas se deve a falta de consciência da importância do diagnóstico e do problema que os parasitos intestinais representam para a criança, bem como para a saúde coletiva, ou mesmo dificuldade no procedimento de coleta da amostra. A necessidade de se ter comprometimento e cuidado para realizar adequadamente o conjunto de três coletas em dias alternados ou até mesmo o esquecimento foram os fatores que contribuíram para a baixa adesão. Tal fato também demonstra os desafios de se praticar educação em saúde.

Ao avaliar o gênero desse universo de 69 amostras de fezes, verificou-se que 57,97% (40/69) eram do sexo masculino e 42,03% (29/69) do feminino e do total de avaliadas foi possível identificar que 13,0% (9/69) apresentou positividade no Exame Parasitológico de Fezes (EPF).

Ao se avaliar os resultados levando-se em consideração o gênero das crianças não houve diferença estatisticamente significativa (Tabela 1). A ocorrência de parasitose segundo o gênero apresentou comportamento homogêneo.

Tabela 1 - Distribuição de resultados dos Exame Parasitológico de Fezes (EPF), de acordo com o sexo, de crianças matriculadas em uma creche do município de Belo Horizonte/MG

Gênero	EPF positivo	EPF negativo	EPF realizados	P
	n	n	n total	
Masculino	5	35	40	1,000 ¹
Feminino	4	25	29	
Total	9	60	69	

¹Teste Qui-quadrado de Pearson assintótico.

Dentre as crianças que apresentaram resultado positivo no EPF, foi observada a presença de três protozoários de forma uniforme, a saber: *Giardia lamblia*, *Entamoeba coli*, *Endolimax nana* (Tabela 2). Esse resultado também foi encontrado no tra-

balho desenvolvido por TASHIMA & SIMÕES (2005) que dentre as crianças que apresentaram monoparasitismo, *Giardia lamblia* foi o mais frequente, seguido de *Entamoeba coli*, *Endolimax nana* e *Enterobius vermicularis*.

Tabela 2 - Frequência dos protozoários encontrados em nove amostras EPF positivos de crianças matriculadas em uma creche do município de Belo Horizonte/MG

Protozoários identificados	% positividade por protozoário	P
<i>Giardia lamblia</i>	33,33 (3/9)	1,000 ¹
<i>Entamoeba coli</i>	33,33 (3/9)	
<i>Endolimax nana</i>	33,33 (3/9)	
Total	100 (9/9)	

¹Teste Qui-quadrado de Pearson assintótico.

Cabe ressaltar que o monoparasitismo e os protozoários como agentes etiológicos das enteroparasitoses foi semelhante a outros estudos (VIANA et al., 2011; TASHIMA & SIMÕES 2005; SATURNINO et al., 2005; SIQUEIRA et al., 2005).

A prevalência de 13,0% de enteroparasitoses em crianças que frequentam creche no presente trabalho foi inferior aos relatados na literatura. SATURNINO e colaboradores (2005) encontraram uma prevalência de 84,9% ao examinar amostras de fezes de 350 alunos de uma escola estadual da cidade de Natal/RN. Em outro trabalho realizado em Presidente Prudente/SP com 1000 amostras estudadas, 21,3% apresentou alguma espécie de parasito (TASHIM & SIMÕES, 2005). A análise de estudos brasileiros evidencia que a prevalência de enteroparasitoses em crianças de idade escolar pode variar aproximadamente de 31% a 67%, possuindo como variáveis importantes: saneamento básico, higiene pessoal e nível socioeconômico (MELO et al., 2010).

Em um estudo piloto realizado em 2011-2012 com 39 amostras na mesma creche (dados não publicados) foi encontrada uma prevalência de 12,8% (5/39), semelhante ao encontrado no presente estudo. Foram também identificados os mesmos protozoários: *Giardia lamblia*, *Entamoeba coli* e *Endolimax nana*. Neste estudo piloto, através de um questionário básico foi possível identificar que a população atendida tinha acesso a saneamento básico (água tratada e esgoto).

A baixa frequência de parasitoses intestinais na amostra populacional avaliada neste presente estudo sugere boas práticas de higiene e/ou saneamento básico satisfatório como também o resultado pode ter influenciado pelo baixo número de amostras avaliadas considerando o total de crianças que frequentam a creche. Informações sobre as condições sócio-econômicas, hábitos de higiene e saneamento básico não foi possível coletar neste estudo. Embora os pais tenham recebido um questionário que abordavam estas questões, poucos entregaram o mesmo preenchido.

Resultados falso-negativos podem ser sempre considerados, devido a ocorrência do período de negatividade inerente aos parasitos, daí a necessidade de três amostras coletadas em dias alternados. Além disto, se considerarmos a possibilidade de que em alguns frascos a coleta ter sido realizada em apenas um dia, e o fato de não ter sido relatado pelos pais, os resultados de negatividade em uma pequena amostragem podem ter sido influenciados por este período de negatividade dos parasitos, inerente ao seu ciclo biológico. Dessa forma, a baixa positividade de enteroparasitoses em crianças que frequentam creche encontrada neste estudo poderia ser também explicada por estes motivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretende ter respondido os objetivos propostos, mesmo apresentando algumas limitações. Os resultados apontaram, entre crianças de dois a doze anos estudandes da creche Centro Educacional Infantojuvenil Crescer Sorrindo em Belo Horizonte/MG, uma prevalência de 13,04%, sendo observado como agente etiológico um protozoário em 100% dos casos positivos: *Giardia lamblia* (33,3%), *Entamoeba coli* (33,3%) e *Endolimax nana* (33,3%).

Entamoeba coli e/ou *Endolimax nana* apesar de não serem patogênicos para o homem, sua presença indica a ingestão de água e/ou alimentos contaminados por material fecal de origem humana, sendo estes protozoários utilizados como indicadores das condições socio-sanitárias locais (SATURNINO et al., 2003).

Admite-se que o pequeno número amostral (n=69) decorrente da baixa adesão dos pais ou responsáveis, a dificuldade de comprometimento dos mesmos na realização das coletas múltiplas, bem como o caráter de resultados falso-negativos, muito frequente entre os exames de fezes - comumente devido ao período negativo dos parasitos inerente ao seu ciclo biológico - podem ter comprometido o resultado final do percentual de positividade nesta amostragem avaliada.

As parasitoses intestinais ainda são um grande problema de saúde pública, sendo as crianças com baixo nível socioeconômico as mais atingidas e de grande importância o conhecimento da prevalência de enteroparasitoses em crianças em idade escolar. Desta forma, mesmo diante das dificuldades metodológicas fica como de grande valia a participação dos estudantes de iniciação científica nesta pesquisa, no que diz respeito à formação do seu espírito científico bem como oferecendo apoio social às comunidades carentes.

REFERÊNCIAS

- ARONSON, S. S. Political and social aspects of child care. *Seminar of Pediatric Infectious Disease*, Houston, v.1, n. 2, p.195-203, jul. 1990.
- BARROS A.J.D., HALPERN R., MENEGON O.E. Creches públicas e privadas em Pelotas, RS: aderência à norma técnica. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 74, p. 397-403, 1998.
- BASSO, Rita Maria Callegari et al. Evolution of the prevalence of intestinal parasitosis among school children in Caxias do Sul, RS. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, v. 41, n. 3, p. 62-66, 2008.
- De Carli G.A., CANDIA E.F. Prevalência de geohelmintos entre escolares residentes nas vilas periféricas de Porto Alegre, RS. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, v. 73, n. 1, p. 7-8, 1992.
- GURGEL R.Q., CARDOSO G.S., SILVA A.M., SANTOS L.N., OLIVEIRA R.C.V. Creche: ambiente expositor ou protetor nas infestações por parasitas intestinais em Aracaju, SE. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina*

Tropical, Uberaba, v. 38, p. 267-269, 2005.

LUDWING, K. M.; FREI, F.; ALVARES FILHO, F. & RIBEIRO-PAES, J. T. Correlação entre saneamento básico e parasitoses intestinais na população de Assis Estado de São Paulo. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, v. 32, n. 5, p. 547-555, set/out 1999.

MELO, E. M.; FERRAZ, F. N.; ALEIXO, D. L. Importância do estudo da prevalência de parasitos intestinais de crianças em idade escolar. *SaBios-Revista de Saúde e Biologia*, Campo Mourão, v. 5, n. 1, ago. 2010.

SANTOS, D. E.; WIEBBELLING, A. M. P.; MEZZARI, A. Parasitos intestinais: aspectos gerais e prevalência em uma escola da periferia de Porto Alegre -RS. *NewsLab*, v. 60, p. 118-134, 2003.

SATURNINO A.C.R.D., NUNES J.F.L., SILVA E.M.A. Relação entre a ocorrência de parasitas intestinais e sintomatologia observada em crianças de uma comunidade carente de Cidade Nova, em Natal – Rio Grande do Norte, Brasil. *Revista Brasileira de Análises Clínicas*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 85-87, 2003.

SATURNINO, A. C. R. D.; MARINHO, E. J. C.; NUNES, J. F. L.; SILVA, E.M. A. Enteroparasitoses em escolares de 1º grau da rede pública da cidade de Natal, RN. *Revista Brasileira de Análises Clínicas*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 85-87, 2005.

SIQUEIRA, A. B. S.; TOSCANO, M. G.; IRMÃO, J. I., GIAMPAOLI, V.; QUEIROZ, L. A. Dermatomicoses e enteroparasitoses em escolares da comunidade de Brasília Teimosa, Recife – PE, Brasil. *Revista Brasileira de Análises Clínicas*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 73-77, 2005.

TAVARES-DIAS, M.; GIARDINI, A. A. Prevalência e aspectos epidemiológicos de enteroparasitoses na população de São José da Bela Vista, São Paulo. *Revista*

da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Uberaba, v. 32, n. 1, p. 63-65, 1999.

TASHIMA, N. T. & SIMÕES, M. J. S. Parasitas intestinais – prevalência e correlação com a idade e com os sintomas apresentados de uma população infantil de Presidente Prudente – SP. *Revista Brasileira de Análises Clínicas*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 35-39, 2005.

VIANA, W. P.; FILHO OLIVEIRA, A. A.; FREITAS, F. I. S. Estudo comparativo do perfil enteroparasitológico de pacientes atendidos pelo SUS e por convênios particulares. *Pharmacia Brasileira*, Brasília, v. 23, n. 9, p. 47- 51, 2011.

NOTAS

¹ Discentes do curso de Farmácia, estudantes de iniciação científica do XIV Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva-BH/MG.

² Professora colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva -BH/MG

³ Professora Coordenadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva - BH/MG.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à creche comunitária Centro Educacional Infantojuvenil Crescer Sorrindo em Belo Horizonte/MG – ao Coordenador Pedagógico Hudson Arcanjo Brum, a seus funcionários, aos pais e crianças.

HIGIENIZAÇÃO BUCAL EM PACIENTES ENTUBADOS SOB VENTILAÇÃO MECÂNICA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO NA SANTA CASA DE BELO HORIZONTE

Jamylla Rodrigues do Carmo Freitas¹
Joseane Alves Valois¹
Júnia Noronha Carvalhais Amorim¹
Karine Ribeiro Siqueira Chaves¹
Lucinete Duarte dos Santos¹
Santuza Maria Souza de Mendonça²
Diele Carine Barreto Arantes³

Resumo: É essencial que pacientes entubados, internados nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) recebam cuidados de higiene bucal. Este procedimento deve promover a limpeza eficaz das estruturas bucais e do tubo orotraqueal, zelando pela saúde dos pacientes. A pneumonia associada à ventilação mecânica (PAVM) é uma das principais causas de morte e permanência no leito, com aumento de custos de internação. Evidências científicas correlacionam essa alta incidência à má condição de higiene bucal, tornando premente a necessidade de padronização de cuidados bucais na rotina dos hospitais. Este trabalho se propõe a avaliar o conhecimento da equipe de enfermagem do Hospital Santa Casa de Belo Horizonte acerca da importância da higiene bucal, elaborar e implementar um protocolo de cuidados bucais para pacientes entubados e internados na UTI adulto do referido hospital. Para a avaliação do conhecimento da equipe de enfermagem aplicou-se um questionário com abordagem qualitativa e quantitativa. Foram analisados 50 profissionais de enfermagem, dentre eles 48 técnicos e 2 enfermeiros. Para implementação da higiene bucal nas UTIs, elaborou-se um protocolo de cuidados bucais, baseado em evidências científicas, e realizaram-se treinamentos teóricos e práticos para a capacitação da equipe de enfermagem. As respostas ao questionário mostraram divergências em relação aos materiais e produtos utilizados para higienização bucal, a frequência da higiene e as doenças sistêmicas provocadas pela falta de higiene bucal. Os resultados do questionário sugerem que não existia uma rotina de cuidados bucais no Hospital Santa Casa de Belo Horizonte. Participaram da implementação do protocolo de higiene bucal 50 pacientes entubados e sob VM. Durante a implementação do protocolo de higiene bucal, diversas dificuldades foram encontradas e relatadas em um diário de campo. As principais dificuldades encontradas foram ausência dos familiares ou indecisão na participação na pesquisa, adesão da equipe técnica quanto à realização do protocolo de higiene bucal, contraindicação da higiene bucal pela condição sistêmica do paciente, óbito do paciente e traqueostomia. Conclui-se com esse trabalho que se faz necessária a ampliação do conhecimento sobre higiene bucal pela equipe de enfermagem. Além disso, o trabalho demonstra que são grandes os desafios para implementação de um protocolo de higiene bucal na UTI hospitalar.

Palavras-chave: Pneumonia Nosocomial. Entubação Orotraqueal. Higiene Oral. Unidades de Terapia Intensiva.

Abstract: Intubated patients in Intensive Care Units (ICUs) must receive oral care in order to clean oral structures and orotracheal tube. This procedure is

essential to oversee patients' health. Ventilator-associated pneumonia (VAP) is common, costly, and associated with increased morbidity and mortality. Scientific findings relate the high incidence of VAP to non-efficient oral hygiene, bringing the need to standardize oral care into hospital's routine. This study is aimed in assessing the knowledge of Santa Casa de Belo Horizonte Hospital nursing professionals about the importance of oral hygiene, and also, to develop and implement a protocol for oral care to intubated patients from Santa Casa's adult ICU. The data was assessed using a survey with both quantitative and qualitative approach. Fifty nursing professionals – 48 technicians and 2 RNs – were analyzed. In order to implement oral hygiene procedures in ICUs, an oral care protocol based in scientific evidences was developed. In addition to that, nursing professionals participated in theoretical and practical training sessions. The answers diverged in many aspects, especially regarding materials and products used for oral hygiene, the frequency of the procedures, and systemic conditions caused by lack of oral hygiene. The results suggest that, in Santa Casa Hospital of Belo Horizonte, a routine of oral care was lacking. Fifty intubated, mechanically ventilated patients were part of the protocol implementation. Many difficulties were faced during this part of the study; they were registered in a field diary. Among these problems were: the absence of relatives or indecision concerning participation, nursing team's commitment, contraindications given the systemic condition of the patient, patient's death or tracheostomy. In conclusion, there is a need to improve the oral health care knowledge of ICUs nursing professionals. In addition, there are many challenges to be faced in order to implement an oral hygiene protocol in adult ICUs.

Key words: Nosocomial Pneumonia. Orotracheal Intubation. Oral Hygiene. Intensive Care Units.

INTRODUÇÃO

É essencial que pacientes internados nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) recebam cuidados de higiene bucal. Este procedimento deve promover a limpeza eficaz dos dentes, gengiva, bochechas e língua, com material adequado, zelando pela saúde dos pacientes e prevenindo o desenvolvimento de infecções (SCHELESENER, ROSA e RAUPP, 2012).

A higiene bucal é uma das condições básicas para a saúde e bem estar do paciente, pois muitas doenças que acometem dentes e gengiva podem propiciar o surgimento de infecções bacterianas, principalmente bucais, digestivas e respiratórias (SCHELESENER, ROSA e RAUPP, 2012).

As infecções respiratórias são as mais comuns, principalmente, a pneumonia nosocomial. Esse tipo de pneumonia se desenvolve após 48 horas de internação hospitalar sem estar presente ou incubada no momento da admissão (LODE *et al.*, 2000; OLIVEIRA *et al.*, 2007; PINHEIRO *et al.*, 2007; SCANNAPIECO, 2006).

Trata-se da segunda infecção hospitalar mais comum

e a causa mais prevalente de morte entre as infecções adquiridas em ambiente hospitalar (RICHARDS *et al.*, 1999; WEBER *et al.*, 2007). A pneumonia nosocomial tem sido classificada em pneumonia adquirida em hospital (PAH) e pneumonia associada à ventilação mecânica (PAVM). A PAH não está relacionada à entubação oro-traqueal, enquanto a PAVM surge entre 48 e 72 horas após a entubação oro-traqueal e ventilação mecânica invasiva (SCHELESENER, ROSA e RAUPP, 2012).

Nas UTIs, a PAVM é a infecção hospitalar que acomete mais comumente os pacientes (LODE *et al.*, 2000; MORAIS *et al.*, 2006). Sua incidência pode variar de 6 a 52%, dependendo da população estudada, do tipo de UTI e do critério diagnóstico utilizado. As taxas de mortalidade por PAVM podem variar de 24 a 76% (CAVALCANTI, VALENCIA e TORRES, 2005; CUTLER e DAVIS, 2005). Além disso, tem sido demonstrado que a infecção hospitalar prolonga a duração da ventilação mecânica (VM), os dias de internação e leva a um consumo abusivo de antimicrobianos, aumentando consideravelmente os custos do tratamento (TEIXEIRA *et al.*, 2004). Esses medicamentos podem selecionar grupos de microrganismos, tornando-os

resistentes. A implementação de um protocolo de cuidados bucais na UTI, que seja simples e com baixo custo, pode levar a uma diminuição significativa na incidência PAVM (SONA *et al.*, 2009).

Evidências associam a colonização microbiana da orofaringe e da placa dental à PAVM (MORAIS *et al.*, 2006; MUNRO e GRAP, 2004; OLIVEIRA *et al.*, 2007; PINHEIRO *et al.*, 2007; SCANNAPIECO, 2006; CAVALCANTI, VALENCIA e TORRES, 2005). Em pacientes internados em UTI, a higiene bucal é normalmente precária. Esses indivíduos não se beneficiam da limpeza natural da boca que é promovida pela mastigação dos alimentos e a movimentação da língua e das bochechas durante a fala. Há também redução do fluxo salivar pelo uso de medicamentos, o que contribui para o aumento do biofilme e da sua complexidade (PACE *et al.*, 2008). Com a utilização da VM, o paciente está sujeito ao risco de microaspiração de patógenos. Além das estruturas bucais, o tubo oro-traqueal é uma superfície inerte, na qual as bactérias podem aderir e colonizar, formando biofilme que, posteriormente, poderá ser aspirado. Em adultos saudáveis, o microrganismo que predomina na cavidade bucal é *Streptococcus viridans*. Nos pacientes em estado de saúde crítico, a flora bucal altera-se e passa a ser composta também por microrganismos gram-negativos, mais agressivos (MUNRO e GRAP, 2004; RAGHAVENDRAN, MYLOTTE e SCANNAPIECO e RETHMAN, 2003).

Em UTIs, a deficiência na higiene bucal deve-se, possivelmente, ao desconhecimento de técnicas adequadas pela equipe de enfermagem e pela ausência do relacionamento interprofissional odontologia e enfermagem (PETTIT *et al.*, 2012; YING-SIOU *et al.*, 2011). De acordo com a lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, o cuidado cotidiano de higiene e conforto, incluindo a higiene bucal, é uma atribuição da equipe de enfermagem com capacidade técnica, sob orientação e supervisão do enfermeiro (BRASIL, 1986). É de fundamental importância a elaboração e implementação de protocolos de higiene bucal e a realização de treinamentos com as equipes de enfermagem orientadas por cirurgiões-dentistas para a execução correta desses protocolos.

Este trabalho se propõe a elaborar e implementar um protocolo de cuidados bucais para pacientes entubados sob VM internados na UTI adulto do hospital Santa Casa de Belo Horizonte.

METODOLOGIA

Local da Pesquisa:

A pesquisa foi realizada no Hospital Santa Casa de

Belo Horizonte, Minas Gerais.

Sujeitos da pesquisa:

Equipe de enfermagem e pacientes internados na UTI do 5º e 10º andares do Hospital Santa Casa.

Critérios de Inclusão:

Pacientes maiores de 18 anos, entubados e sob ventilação mecânica na UTI adulto do Hospital Santa Casa de Belo Horizonte no 5º e 10º andares.

Pacientes cuja família aceite participar da pesquisa e assine o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Equipe de enfermagem: técnicos e enfermeiros contratados pelo hospital que aceitaram participar da pesquisa.

Critérios de exclusão:

Pacientes que não estejam em tratamento no Hospital Santa Casa de Belo Horizonte;

Pacientes que não estejam entubados e sob ventilação mecânica, mesmo que estejam em tratamento na UTI adulto do Hospital Santa Casa;

Pacientes cujas famílias recusam participar da pesquisa;

Pacientes menores de 18 anos de idade;

Pacientes que possuem alguma restrição médica;

Pacientes que estão com diagnóstico de pneumonia;

Equipe de enfermagem: técnicos e enfermeiros contratados pelo hospital que não aceitaram participar da pesquisa.

Questionário

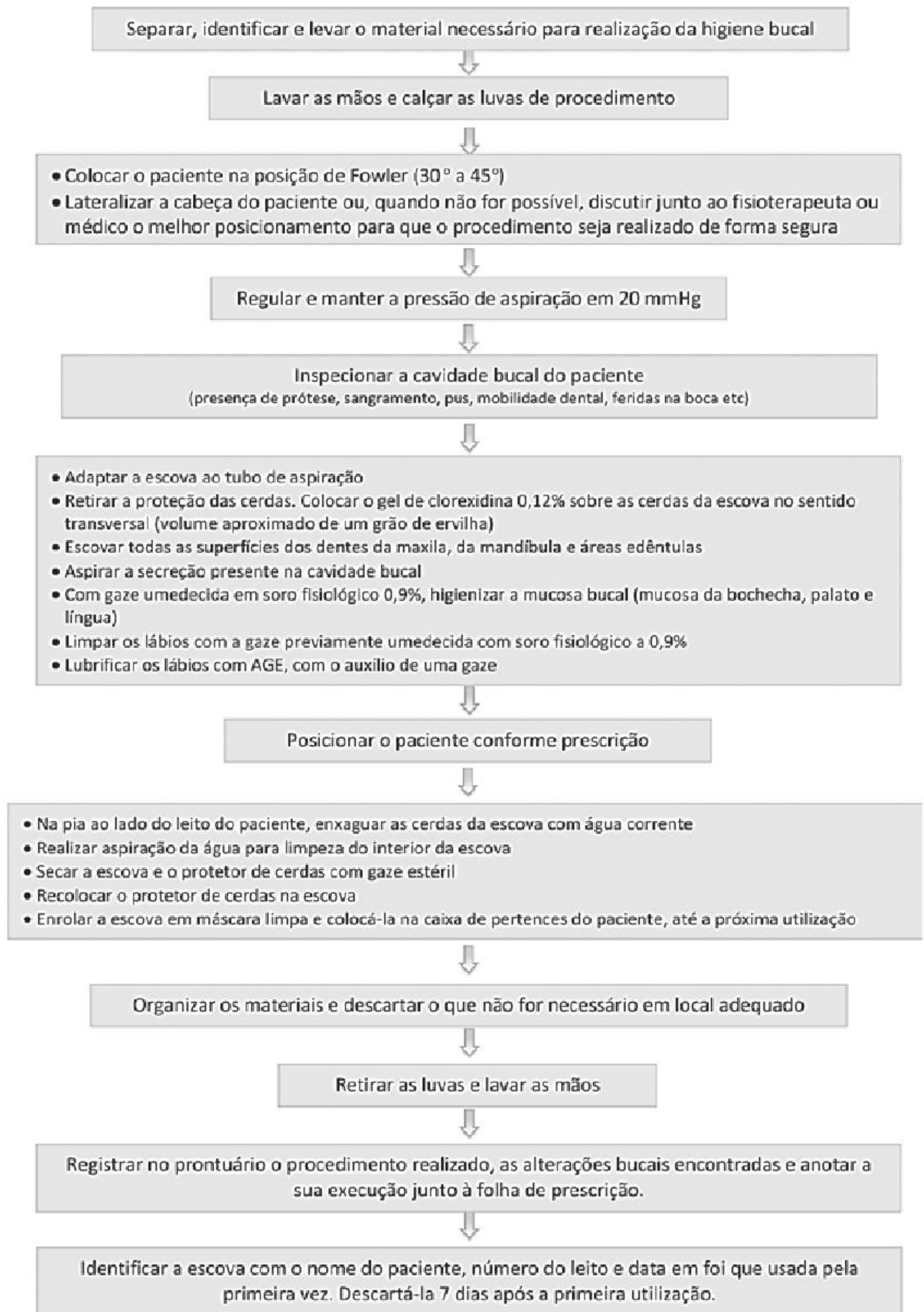
Trata-se de uma pesquisa de campo descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa que utilizou um questionário semiestruturado (adaptado de MANGIARDO, 2007) para identificação do grau de conhecimento da equipe de enfermagem sobre higiene bucal. O questionário, previamente validado, foi composto por 17 perguntas (15 objetivas e 2 dissertativas).

Protocolo

Elaborou-se um protocolo de higienização bucal de acordo com a realidade da UTI adulto da Santa Casa. Esse protocolo foi aprovado pela equipe multidisciplinar e, a partir dele, criou-se um fluxograma que foi afixado à prancheta dos técnicos. Além disso, cartazes explicativos foram colocados em pontos estratégicos do setor.

Treinamento

O protocolo foi apresentado à equipe por meio de um vídeo explicativo mostrando todos os passos do procedi-

FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS DE 12 EM 12 HORAS

mento. O treinamento *in loco* foi realizado pela equipe de pesquisadores, previamente calibrada, composta por profissionais e estudantes de Odontologia e de Enfermagem.

Implementação do protocolo

Após o consentimento da família, o leito dos pacientes participantes da pesquisa foi identificado com um sinalizador. Esses pacientes deveriam ser submetidos, de 12 em 12 horas, à higiene bucal pela equipe de enfermagem seguindo o protocolo. A equipe de pesquisadores monitorou a execução da higiene bucal, verificando o registro nos prontuários diariamente. Os dados foram anotados em um diário de campo, ao qual todos os pesquisadores tinham acesso.

A sequência de procedimentos descrita acima encontra-se ilustrada na figura 2.

Análise de dados

Análise do questionário

Foi realizada uma análise descritiva por meio da distribuição de proporções.

Os dados foram armazenados e analisados no programa Excel.

Implementação do protocolo de higiene bucal

Diário de campo

Durante a implementação do protocolo de cuidados bucais, realizaram-se anotações em um diário de campo, em que as atividades desenvolvidas e os problemas encontrados foram descritos diariamente.

As dificuldades foram identificadas e agrupadas em: dificuldades relacionadas ao paciente, aos familiares, à equipe de enfermagem, às condições estruturais da UTI e à falta de materiais.

Figura 2 - Sequência de atividades realizadas para a implementação do protocolo de higiene bucal



Fonte: elaborado pelo autor

Considerações éticas

O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Newton Paiva e do Hospital Santa Casa sob o número do CAAE 0034.0.273.003-11.

A inclusão dos pacientes na pesquisa deu-se por meio da assinatura do TCLE por um membro da família ou responsável, que foi abordado apenas após o consentimento do psicólogo.

RESULTADOS

Conhecimento da equipe de enfermagem sobre a higiene bucal

Responderam o questionário 51 profissionais de enfermagem, dentre eles 49 técnicos e 2 enfermeiros.

Quando questionados se os pacientes internados na instituição recebiam higiene bucal, 43 (84,3%) responderam que sim. Sobre a existência de uma rotina definida para higienização, 45 (88,2%) responderam que existia. Perguntou-se sobre os materiais utilizados

para avaliação da cavidade bucal, 8 (15,7%) profissionais responderam abaixador de língua e 7 (13,7%) antisséptico bucal. Com relação aos produtos utilizados para realização da higiene bucal e a frequência com que deve ser feita, 40 (78,4%) indicaram gluconato de clorexidina como substância de escolha e a frequência diária. Contudo, nove produtos diferentes foram citados como utilizados para higiene bucal, entre eles: gluconato de clorexidina, creme dental, solução aquosa, enxaguante bucal, gaze, limpador de língua, clorexidina, antisséptico e Cepacol®.

A maioria (82,3%) afirmou que se sente capacitada para a realização da higiene. Contudo, 30 (58,2%) profissionais não receberam nenhum tipo de treinamento para a execução do cuidado. Questionados sobre as doenças que a falta de higienização pode causar, 36 (70,6%) entrevistados responderam pneumonia nosocomial e 28 (54,9%) relacionaram com as doenças coronarianas.

Todos os profissionais consideraram de extrema importância a implementação de um protocolo de cuidados bucais para pacientes internados em UTI.

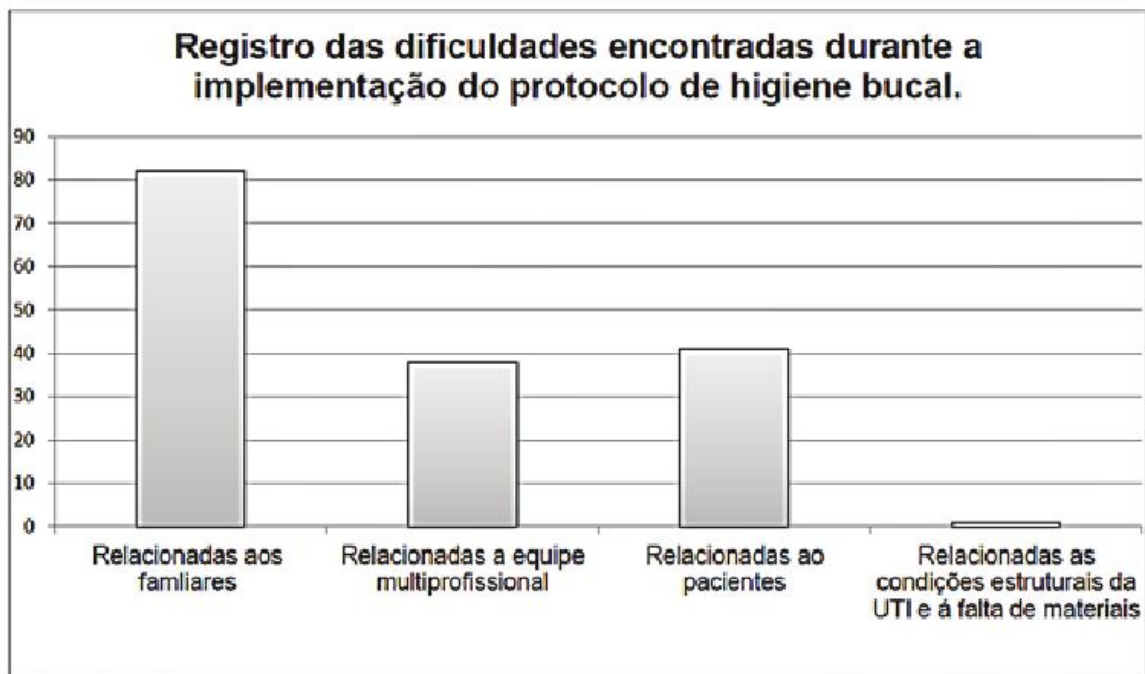
Perfil dos pacientes que participaram da implementação do protocolo de higiene bucal

Participaram desta pesquisa 50 pacientes entubados sob ventilação mecânica, 33 homens e 17 mulheres. A média de idade dos pacientes participantes foi de 55 anos e o tempo médio de participação do paciente no estudo foi de aproximadamente 5 dias. Do total de pacientes pesquisados, 26 (52%) apresentaram como motivo de admissão a suspeita e/ou diagnóstico de sepse, com focos já estabelecidos ou a esclarecer.

Dificuldades durante a implementação do protocolo

Durante oito meses, o protocolo de higiene bucal foi aplicado e monitorado nos pacientes da UTI que estavam entubados sob ventilação mecânica. Nesse período, 180 registros de dificuldades foram encontrados no diário de campo, sendo 82 (45,5%) relacionados aos familiares, 56 (31,1%) à equipe multiprofissional, 41 (22,7%) ao paciente, 2 (1,1%) às condições estruturais da UTI e à falta de materiais (gráfico 1).

GRÁFICO 1 – Registro de dificuldades encontradas durante a implementação do protocolo de higiene bucal



Fonte: elaborada pelo autor

Dos 82 registros relacionados aos familiares, em 6 (7,3%) houve recusa em participar, em 20 (24,4%) os familiares não apresentavam condições emocionais para serem abordados e em 56 (68,3%) situações, os familiares estavam ausentes ou indecisos.

Dentre as 56 dificuldades relacionadas à equipe multiprofissional, 38 (67,9%) relacionaram-se a não execução do protocolo de higiene bucal, 11 (19,6%) ao não preenchimento do prontuário e 7 (12,5%) à ausência de técnicos treinados no setor.

Quanto aos 41 registros relacionados aos pacientes, 14 (34,2%) indicaram a traqueostomia, 14 (34,2%) óbito, 11 (26,8%) extubação, 1 (2,4%) diagnóstico de pneumonia nosocomial e 1 (2,4%) morte encefálica.

Em relação à infraestrutura para aplicação do protocolo, mencionou-se uma vez que a condição estrutural da UTI poderia afetar a execução do protocolo e, em outro momento, foi relatada à falta de escovas no setor.

DISCUSSÃO

Este trabalho fornece informações relacionadas ao conhecimento da equipe de enfermagem do Hospital Santa Casa de Belo Horizonte sobre cuidados bucais e dificuldades encontradas durante a implementação do protocolo. Discute-se também a importância da higiene bucal na qualidade de vida dos pacientes e na prevenção de doenças infecciosas, como a pneumonia nosocomial.

Respostas divergentes foram encontradas durante a análise do questionário. Verificou-se que alguns profissionais de enfermagem não compreendiam a diferença existente entre avaliação e higienização da cavidade bucal. Foram diversas as respostas sobre a frequência e os produtos utilizados para a higienização, evidenciando a ausência de uma rotina de cuidados bucais na UTI. Resultados semelhantes foram encontrados por Westphal e Leitão (2008). No questionário aplicado por esses autores, quando perguntaram à equipe de enfermagem e médicos sobre os colutórios usados para higiene bucal, 57,6% dos funcionários das instituições públicas e 43,8% da rede privada não responderam. Os principais colutórios mencionados foram clorexidina, bicarbonato de sódio e Cepacol®.

Os resultados dos questionários nortearam a elaboração do protocolo de higiene bucal adequado às características do hospital, bem como o treinamento da equipe. De acordo com Schelesener, Rosa e Raupp (2012), este é o caminho ideal para se inserir a rotina da higienização bucal nas UTIs, uma vez que o dentista geralmente não se encontra inserido nesses serviços. É consenso entre os estudos a importância da adesão e colaboração da equipe de enfermagem para o sucesso das manobras preventivas (SOLE *et al.*, 2003; YING-SIOU, 2011).

Em relação à higienização bucal, foi realizada uma revisão de literatura para verificar qual o melhor método a ser implantado. Existem duas maneiras de remover o biofilme dental em pacientes com déficit do autocuidado, são elas: ações mecânicas e/ou farmacológicas (LODE *et al.*, 2000; RELLO *et al.*, 2007). As ações mecânicas contemplam a escovação dentária e limpeza dos tecidos moles adjacentes (LODE *et al.*, 2000; WESTPHAL e LEITÃO, 2008). A ação farmacológica consiste na descontaminação por meio do uso tópico de antissépticos. A necessidade de utilização de um desses meios tornou-se evidente quando estudos comprovaram que, após 48 horas de internação hospitalar, todos os pacientes apresentaram a orofaringe colonizada por microorganismos gram-negativos (KOLLEF, 1993; MUNRO e GRAP, 2004; PINHEIRO *et al.*, 2007). A limpeza promovida pela ação mecânica e química já demonstrou eficácia no estudo de Paju e Scannapieco (2007) em que uma diminuição de até 40% de casos de pneumonia foi encontrada ao melhorar a higiene bucal dos pacientes através desses recursos. Portanto, nesse estudo, optou-se pela associação de ambas as ações para melhor eficácia na remoção do biofilme (RELLO *et al.*, 2007).

O fármaco de escolha para a realização da higiene bucal em pacientes críticos vem sendo a clorexidina (BERALDO e ANDRADE, 2008). Em um estudo realizado

com 353 pacientes submetidos à cirurgia cardíaca, observou-se até 65% de decréscimo nas infecções nosocomiais em pacientes que utilizaram a clorexidina quando comparados com o grupo placebo. No Hospital Episcopal Luke em Houston, TX, EUA, a clorexidina obteve melhores resultados na redução das pneumonias nosocomiais em comparação a outro enxaguatório bucal fenólico (DERISO, 1996; HOUSTON *et al.*, 2002).

Os desafios enfrentados nesse estudo foram vários, uma vez que a maioria dos hospitais não possui dentistas na equipe multiprofissional (PETTIT *et al.*, 2012) e a higienização bucal, principalmente com o uso de escova dental, não faz parte da rotina hospitalar (RELLO *et al.*, 2007; SILVA *et al.*, 2012). Encontrar todo o material necessário, como a escova com adaptador para sucção; capacitar e motivar a equipe a realizar o procedimento registrando a sua execução; adequar o ambiente para a realização das manobras necessárias e armazenar o material adequadamente foram algumas das dificuldades superadas.

Outro trabalho também relatou desafios similares, como o de Grap, Munro e Ashtiani (2003) que analisaram o impacto dos cuidados bucais na prevenção da PAVM. Nesse estudo, utilizou-se escovação com swabs e escovas dentárias nos pacientes recebendo VM. Observou-se que a adesão e o relato documentado do cuidado da equipe de enfermagem foi menor que o necessário.

O presente estudo utilizou-se de limpeza promovida pela ação mecânica através de uma escova com sucção (Power Clean®) e química com uso de gel de digluconato de clorexidina 0,12%, sendo a higienização finalizada pela lubrificação dos lábios com AGE (ácidos graxos essenciais – óleo de girassol). O procedimento deveria ocorrer de 12 em 12 horas somente em pacientes que se encontravam entubados e sob ventilação mecânica. O mesmo foi descrito por Pettit *et al.* (2012), que preconizaram limpeza bucal diária com escova ou swab em pacientes entubados. Para os autores, solução salina ou clorexidina devem ser utilizadas como agentes de limpeza, seguida por remoção com sucção e lubrificação dos lábios (PETTIT *et al.*, 2012).

Para adesão ao protocolo, torna-se necessária a motivação do técnico de enfermagem e a supervisão constante pelo enfermeiro (SCHELESENER, ROSA e RAUPP, 2012). Em vários momentos, identificou-se a não execução do protocolo. Como forma de motivação, os integrantes da pesquisa realizaram novos treinamentos e, sempre que possível, discutiam com a coordenadora do setor de enfermagem a melhor forma para melhorar a adesão dos técnicos ao protocolo.

Outro grande dificultador, vivenciado na pesquisa,

relacionou-se com a aceitação do familiar em assinar o TCLE, permitindo assim a participação do paciente. As condições emocionais desses familiares, constantemente influenciadas pelo quadro de saúde do paciente, foram levadas em consideração pela equipe de pesquisa e pelos psicólogos do referido hospital. Ausência dos familiares no momento da visita, indecisão, falta de compreensão dos motivos da pesquisa e condição emocional fragilizada foram os principais motivos para não abordagem do familiar ou para que o mesmo recusasse participar da pesquisa.

CONCLUSÃO

Conclui-se, com este estudo, que o conhecimento e o preparo da equipe de enfermagem para execução da higiene bucal de pacientes entubados ainda é precário.

Dentre as dificuldades experimentadas para a implementação do protocolo de higiene bucal neste hospital, destaca-se a necessidade de maior adesão da equipe de enfermagem ao procedimento.

Esse estudo possibilitou, pela primeira vez, implementar um protocolo de higiene bucal na Santa Casa de Belo Horizonte, criando a perspectiva de novos estudos que possam comprovar a eficácia desse protocolo por meio da redução dos níveis de pneumonia nosocomial nos pacientes entubados sob ventilação mecânica.

REFERÊNCIAS

- BERALDO, Carolina Contador; ANDRADE, Denise. *Higiene bucal com clorexidina na prevenção de pneumonia associada à ventilação mecânica*. São Paulo. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*; v. 34, n. 9, p. 707-714, setembro, 2008.
- Brasil. *Lei nº 7498 de 25 de junho de 1986*. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 25 de junho de 1986.
- CAVALCANTI, Manuela; VALENCIA, Mauricio; TORRES, Antônio. *Respiratory nosocomial infections in the medical intensive care unit*. Barcelona. *Clinical Institute de Pneumologia and Cirurgia Toracica, Hospital Clinical de Barcelona*, v. 7, n. 2, p. 292-301, 2005.
- CUTLER, Constance J; DAVIS, Nancy. *Improving oral care in patients receiving mechanical ventilation*. *American Journal Critical Care, Clinical Excellence Department, Advocate Health Care, Oak Brook, IL, USA*, v. 14, n. 5, p. 389-394, September, 2005.
- DeRISO II, Anthony J.; LADOWSKI, Joseph S.; DILLON, Todd A.; JUSTICE Jonh W.; PETERSON Alan C. *Chlorhexidine gluconate 0.12% oral rinse reduces the incidence of total nosocomial respiratory infection and nonprophylactic systemic antibiotic use in patients undergoing heart surgery*. *Chest*, v. 109, n. 6, p. 1556-1561. June, 1996.
- GRAP, Mare Joe; MUNRO, Cindi L.; ASHTIANI, Behzad. *Oral care interventions in critical care: frequency and documentation*. *American Journal Critical Care, Chicago*, v. 12, n. 2, p. 113-118, March, 2003.
- HOUSTON, Susan; HOUGLAND, Paul; ANDERSON, Jacqueline; LAROCCO, Mark; KENNEDY, Virginia; GENTRY, Layne. *Effectiveness of 0.12% chlorhexidine gluconate oral rinse in reducing prevalence of nosocomial pneumonia in patients undergoing heart surgery*. *American Journal Critical Care*, v. 11, n. 6, p. 567-570, November, 2002.
- KOLLEF, Marin. *Ventilator-associated pneumonia*. *The Journal of the American Medical Association*, v. 270, n.16, p. 1965-1970, 1993.
- LODE, Hartmut; RAFFENBERG, Manfred; ERBES, Reiner; GEERSDES, Hilde; MAUCH, Harald. *Nosocomial pneumonia epidemiology, pathogenesis, diagnosis, treatment and prevention*. *Current Opinion in Infectious Diseases*; v. 13, n. 4, p. 377-384, August 2000;
- MANGIARDO, Elen de Saboya. *Avaliação do controle de infecção oral nos pacientes internados em hospitais situados na cidade do Rio de Janeiro: uma abordagem direcionada aos médicos intensivistas e cardiologistas [dissertação]*. Rio de Janeiro: Faculdade de Odontologia, Universidade Veiga de Almeida, 2007.
- MORAIS, Teresa Márcia Nascimento; SILVA, Antonio da; AVI, Ana Luiza Ribeiro de Oliveira; SOUZA, Patrícia Helena Rodrigues de; KNOBEL, Elias; CAMARGO, Luiz Fernando Aranha. *A importância da atuação odontológica em pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva*. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, v. 18, n. 4, p. 412-417, outubro-dezembro, 2006.
- MUNRO, Cindy ; GRAP, Mary Jo. *Oral health and care in the intensive care unit: state of the Science*. *American Journal Critical Care*, v.13, n.1, p. 25-34, January, 2004.
- OLIVEIRA, Luiz Cláudio Borges; CARNEIRO, Pedro Paulo; FISCHER, Ricardo Guimarães; TINOCO, Eduardo Muniz. *A presença de patógenos respiratórios no biofilme bucal de pacientes com pneumonia nosocomial*. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, v. 19, n. 4, p. 428-433, outubro-dezembro, 2007.
- PACE, Mariângela Aparecida; WATANABE, Evandro; FACETTO, Marcela Padilha; ANDRADE, Denise. *Staphylococcus spp. na saliva de pacientes com intubação orotraqueal*. *Revista Panamericana de Infectologia, Ribeirão Preto – São Paulo*, v.10, n. 2, p. 8-12, maio, 2008.
- PAJU, Susanna; SCANNAPIECO, Frank. *Oral biofilms, periodontitis, and pulmonary infections*. *Oral Diseases*, v.13, n.6, p.508-512, November, 2007.
- PETTIT, Stacy L., McCANN, Ann L., SCHNEIDERMAN, Emet D., FARREN, Elizabeth A., CAMPBELL, Patricia R. *Dimensions of oral care management in Texas hospitals*. *The Journal of Dental Hygiene*, v.86, n.2, p.91-104, Spring, 2012.
- PINHEIRO, Paula Goes; SALANI, Rosa; AGUIAR, Andréa Sílvia Walter; PEREIRA, Sérgio Luis Silva. *Perfil periodontal de indivíduos adultos traqueostomizados com pneumonia nosocomial*. *Revista de Periodontia*, v.17, n. 3, p. 67-72, setembro, 2007.
- RAGHAVENDRAN, Krishnan; MYLOTTE, Joseph; SCANNAPIECO, Frank. *Nursing home-associated pneumonia, hospital-acquired pneumonia and ventilator-associated pneumonia: the contribution of dental biofilms and periodontal inflammation*. *Periodontology* 2000, v. 44, n.1, p. 164-177, June 2007.
- RELLO, Jorge; KOULENTI, Despoina; BLOT, Stijn; SIERRA, Rafael; DIAZ, Emilí, WAELE, Jan J. de; MACOR, Antonio; AGBAHT, Kemal; RODRIGUEZ, Alejandro. *Oral care practices in intensive care units: a survey of 59 European ICUs*. *Intensive Care Medicine*, v. 33, n. 6, p.1066-1070, 2007.
- RICHARDS, Michael; EDWARDS, Jonathan; CULVER, David; GAYNES, Robert. *Nosocomial infections in medical intensive care units in the United States: National Nosocomial Infections Surveillance System*. *Critical Care Medicine*; v. 27, n. 5, p. 887-892, May, 1999.
- SCANNAPIECO, Frank; *Pneumonia in nonambulatory patients. The role oral bacterium and oral hygiene*. *American Journal Dentist Association*, v.33, n.4, p. 339-347, October/December, 2006.
- SCANNAPIECO, Frank; RETHMAN, Michael P. *The relationship between periodontal diseases and respiratory diseases*. *Dentist Today*, v. 22, n.8; p. 79-83, August, 2003.

SCHLESENER, Vânia Rosimeri F; ROSA, Uyara Dalla; RAUPP, Suziane Maria M. *O cuidado com a saúde bucal de pacientes em UTI*. *Cinergis* v.13, n.1, p.73-77, Jan/Mar, 2012.

SILVA, Athaluama Pires; GOYATÁ, Frederico Reis; RICHA, Adriane; QUEIROZ, Ana Paula Grimião. *Protocolo bucal para prevenção de pneumonia em UTI – estudo piloto do HUSF de vassouras, RJ*. *Jornal Brasileiro de Periodontologia*, v. 22, n.2, p. 57-62. Junho, 2012

SOLE, Mary Lou; BYERS, Jacqueline F.; LUDY, Jeffery E; YING ZHANG; BANTA, Christine M; BRUMMEL, Kathy. *A multisite survey of suctioning techniques and airway management practices. University of Central Florida, Orlando, USA*. *American Journal Critical Care*, v. 12, p. 220-232. May, 2003.

SONA, Carrie S; ZACK, Jeanne E. ; SCHALLOM, Marily E; MCSWEENEY, Maryellen; MCMULLEN, Kathellen; THOMAS, James; COOPERSMITH, Craig M. ; BOYLE, Walter A.; BUCHMAN, Timothy G.; MAZUSKI, John E.; SCHUERER, Douglas J. E. *The impact of a simple, low-cost oral care protocol on ventilator-associated pneumonia rates in a surgical intensive care unit*. *Journal Intensive Care Medicine*. v. 24, n. 1, p. 54-62, January, 2009.

TEIXEIRA, Paulo José Zimermann; HERTZ, Felipe Teixeira; CRUZ, Dennis Baroni; CARAVER, Fernanda; HALLAI, Ronaldo Campos; MOREIRA, José Silva. *Pneumonia associada à ventilação mecânica: impacto da multirresistência bacteriana na morbidade e mortalidade*. *Jornal*

Brasileiro de Pneumologia, v. 30, n.6, p. 540-548. novembro-dezembro, 2004.

WESTPHAL, Miriam Raquel Ardigo; LEITÃO, Natasha Silva. *Avaliação dos protocolos de higiene bucal nas Unidades de Terapia Intensiva de hospitais públicos e privados*. *Revista do Hospital Universitário Getúlio Vargas*; v 7, n. 1-2. janeiro - dezembro, 2008.

WEBER, David J; RUTALA, Willian A.; BENNETT, Emily; SAMSA, Gregory P.; BROWN, Vickie; NIEDERMAN, Michael S. *Microbiology of ventilator associated pneumonia compared with that of hospital-acquired pneumonia*. *Infection Control Hospital Epidemiology*, v. 28, n.7, p. 825-83, July – 2007.

YING-SIOU, Lin; CHANG, Jung-Chen; CHANG, Tsy-Huei; LOU, Meei-Frang. *Critical care nurse's knowledge, attitudes and practices of oral care for patients with oral endotracheal intubation: a questionnaire survey*. *Journal of Clinical Nursing*, v 20, n 21-22, p 3204-3214. November, 2011.

NOTAS

¹Discentes do curso de odontologia, alunos bolsistas do XIII programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

²Colaboradora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

³Coordenadora da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

ANÁLISE COMPARATIVA DA EFICIÊNCIA DO RESFRIAMENTO EVAPORATIVO POR PAINÉIS COMPOSTOS DE BUCHA VEGETAL (LUFFA AEGYPTIACA) E ARGILA EXPANDIDA PARA ACONDICIONAMENTO TÉRMICO DE AMBIENTES¹

Carlos Martins Viana²
Eduarda Barbosa Oliveira³
Isla Rosa de Mendonça Machado⁴
José Francisco Vilela Rosa⁵

Resumo: Com a finalidade de melhorar as condições ambientais internas das instalações para produção animal, em climas quentes – como no Brasil – tem sido utilizado o Sistema de Resfriamento Evaporativo, que é uma das formas de climatização mais comuns e em expansão, no caso é utilizado um sistema de ventilação em modo túnel, associado aos sistemas de resfriamento evaporativo composto por painéis de material poroso umedecido por gotejamento, através do qual o ar que o atravessa é resfriado antes de adentrar o alojamento. Nos painéis, usualmente são empregadas placas de celulose, que apresentam desempenho bastante satisfatório no arrefecimento do ar. Entretanto, alguns problemas estão associados à utilização desse material: baixa durabilidade, vulnerabilidade, dificuldade de aquisição e custo elevado. Muitos estudos mostram que é viável o uso de materiais alternativos em substituição à celulose, contudo, nenhum desses trabalhos finalizou a questão relativa ao melhor material e às dimensões adequadas que possibilitem eficiências de resfriamento do ar similar à conseguida com o material-padrão. Diante do exposto, objetiva-se em resumo com este trabalho: analisar e comparar a argila expandida e a bucha vegetal em painéis evaporativos, obter modelos estatísticos para cálculo da eficiência de resfriamento do ar e aplicar os princípios da conservação de massa e energia nesse dimensionamento para validação dos modelos do experimento, comparando-os com o painel evaporativo comercial de celulose. Nesta pesquisa será dada uma sequência aos estudos realizados anteriormente no programa de Iniciação Científica sobre o tema de arrefecimento térmico de ambientes em parceria com o Departamento de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa.

Palavras chave: Argila expandida, Bucha vegetal; Resfriamento evaporativo, Eficiência do painel.

Abstract: In order to improve environmental internal conditions of facilities for animals livestock production in warm climates – like in Brazil – has been used The Evaporative Cooling System is one of air-conditioned and the most common and expanding, of air- conditioning has been used, if you use a wind systems in tunnel, the associated evaporative cooling panels consist

of material porous in humid drip, through, when the air passes through it is cooled before entering the property. On panel put in the cellulose plate and present satisfactory performance in air temperature reduce. However, some problems are associated with the use of this material: low durability, vulnerability, hard and high cost of acquisition. Many studies show that it is feasible to use alternative materials to replace cellulose, however, none of these works completed the question regarding the best material and appropriate size that enable efficiencies of cooling similar to that achieved with the standard equipment air. Given the above, the objective is to abstract of this work was to analyze and compare the expanded clay and vegetable loofah in evaporative panels, obtain statistical models for calculating the cooling efficiency of the air and apply the principles of conservation of mass and energy into this sizing to model validation experiment, comparing them with commercial cellulose evaporative panel. This research will be given a sequence to previous studies in scientific initiation program on the subject of thermal temperature reducing cooling environments in partnership with the Department of Agricultural Engineering, Federal University of Viçosa.

Keywords: Expanded clay, Vegetable loofah, Evaporative cooling, Efficiency of panel.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de materiais de origem animal do mundo, apresentando melhorias importantes nas áreas da genética, nutrição, manejo e sanidade. Contudo, em decorrência de fatores climáticos adversos em grande parte do ano, associados à tipologia aberta e sem isolamento térmico dos alojamentos, muitos animais não conseguem atingir todo o seu potencial produtivo, resultando na perda de peso médio dos animais, mortalidade e queda de rendimento financeiro das indústrias. (ROSA, 2009)

Assim, é necessário a utilização de métodos para o acondicionamento térmico dos recintos, a fim de reduzir eventuais efeitos negativos sobre os animais. Uma técnica de modificação ambiental usualmente empregada no arrefecimento de instalações é o resfriamento evaporativo do ar.

O sistema de resfriamento utilizando a argila expandida e a bucha vegetal com uma superfície umedecida ou aspergida, utilizando-se meios de para aperfeiçoar esse contato, como ventiladores e exaustores. Por troca simultânea de calor e massa ocorre a vaporização da água e o umedecimento do ar.

Além do arrefecimento térmico, o sistema de resfriamento evaporativo é utilizado para a umidificação e purificação de ambientes, tratamento do ar em locais poluídos e tem larga aplicação na indústria de produção animal e no acondicionamento de grandes espaços.

Este trabalho: tem por objetivo obter um modelo es-

tatístico que permita comparar e analisar placas porosas em argila expandida (cinasita) com a bucha vegetal para todas as condições de temperaturas e velocidades das correntes de ar, e condições de espessuras, painéis e granulometrias das argilas, para identificar qual tem melhor eficiência. Além disso, aplicar os princípios da conservação de massa e energia no dimensionamento de placas evaporativas de argila expandida e validação por meio do experimento e comparações com o painel evaporativo comercial e de bucha vegetal.

Influência do clima na produção animal

O ambiente é caracterizado por um conjunto de fatores climáticos que exercem influência de maneira favorável ou desfavorável ao desenvolvimento biológico e desempenho produtivo dos animais (CURTIS, 1983).

A intensa radiação solar e os altos valores de temperatura e umidade de ar, em regiões com climas tropicais e subtropicais, afetam negativamente o desempenho produtivo dos plantéis por se mostrarem limites à atividade de produção animal (TINÔCO, 1988).

Segundo Bond *et al.* (1954), um ambiente é considerado confortável pelos homeotérmicos quando o calor produzido pelo metabolismo animal é perdido para o meio ambiente sem prejuízo do rendimento animal. De acordo com Souza (1996), para compensar a produção de calor de maneira a garantir a homeotermia, involuntariamente os animais perdem o apetite, ingerem menos ração, com conseqüente redução do ganho médio de peso, aumento da mortalidade e prejuízo na eficiência

produtiva esperada.

Visando o equilíbrio térmico entre o animal e o ambiente, artifícios são utilizados para se chegar a uma faixa estabelecida como ótima de conforto animal. Entre eles destaca-se o sistema de resfriamento adiabático evaporativo do ar ambiente em modo túnel (TINÓCO, 1988, 1996).

RESFRIAMENTO ADIABÁTICO EVAPORATIVO DO AR

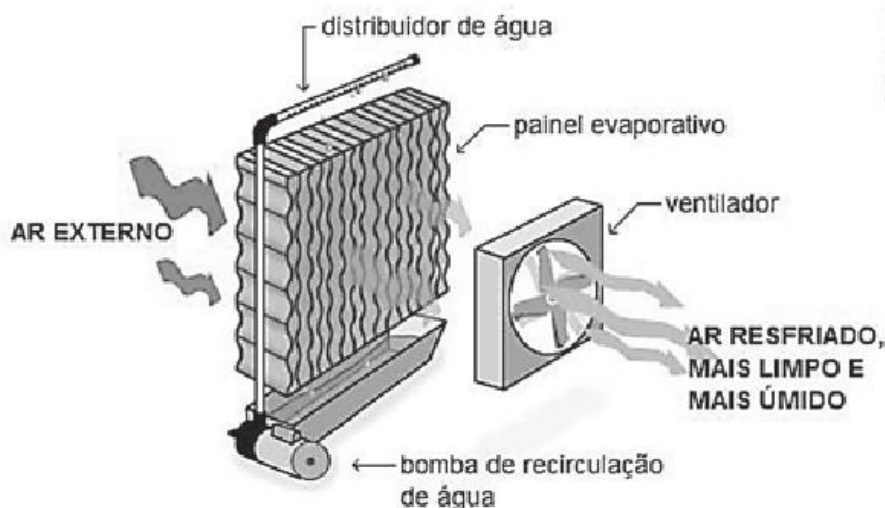
O resfriamento evaporativo é um processo natural que consiste na redução da temperatura do ar e elevação de sua umidade relativa a partir da incorporação de água ao ar, por meio de mecanismos artificiais e/ou naturais que promovem simultânea transferência de calor e massa entre o ar e a água por ele incorporada (PIMENTA; CASTRO, 2003).

Devido à perda de energia latente no processo de

evaporação, ocorre um abaixamento na temperatura da água, que por sua vez é compensado pelo calor passado do entorno para a superfície do líquido, sob regime permanente. Nessas características, quando o ar ao redor transfere a mesma energia cedida pela água, ele atingiu a temperatura de bulbo úmido (TBU), não variando a temperatura. Em decorrência do calor cedido, o ar sofrerá um decaimento em sua temperatura. (ROSA, 2009)

O resfriamento evaporativo é considerado adiabático tendo em vista que quando a água evapora em uma corrente de ar livre, sem suprimento externo de calor, a temperatura de bulbo seco (TBS) do ar é reduzida e seu conteúdo de umidade é elevado, enquanto sua temperatura termodinâmica de bulbo úmido (TBU) permanece constante. Esse processo, que ocorre sem adição ou extração de calor, é denominado adiabático, pois a quantidade total de calor do ar (sensível e latente) permanece constante. (ROSA, 2009)

FIGURA 1 - Sistema de resfriamento adiabático evaporativo do ar



Fonte: Acervo digital empresa Climatizas

Nesse processo de resfriamento, a evaporação da água ocorre quando suas moléculas próximas à superfície recebem energia do interior em quantidade superior à necessária para manter as ligações moleculares da fase líquida. Essa energia latente, cedida pela água, resulta num resfriamento, que, no entanto, em regime permanente, é compensado pela energia transferida do entorno para a superfície do líquido. (ROSA, 2009)

O processo de evaporação, em resumo, depende da velocidade do ar, da umidade relativa do ar, da temperatura da água e da superfície de contato entre a água e o ar.

Teoricamente, nos sistemas de resfriamento evaporativo, a temperatura da água permanece constante. Sendo assim, toda a evaporação serve para resfriar o ar e

não a água. Entretanto, na prática, a água adquire calor sensível. Esse calor pode ter como fonte a transferência de calor ambiente e radiação solar. Dessa forma, a maioria dos “comportamentos adiabáticos” em resfriamento evaporativo representa apenas uma aproximação. (WATT; BROWN, 1997)

Classificação dos sistemas de resfriamento evaporativo

Segundo GIVONI(1994), os sistemas de resfriamento evaporativo podem ser classificados quanto ao contato da água evaporada com ar a ser resfriado e quanto à energia requerida para promover a evaporação. Sendo eles:

- Resfriamento evaporativo direto: quando a água evapora com o ar que se deseja resfriar, umidificando-o;
- Resfriamento evaporativo indireto: quando o ar a ser resfriado mantém-se separado do processo evaporativo e sem receber umidade;
- Resfriamento evaporativo em duplo estágio: sistemas que utilizam o processo direto e indireto;
- Resfriamento passivo: quando a evaporação ocorre naturalmente, sem consumo de energia, como no caso do uso de vegetação, de fontes d'água, torres de resfriamento e tanques na cobertura;
- Resfriamento semipassivo: sistemas em que a evaporação é promovida ou intensificada através de dispositivos mecânicos.

Classificação dos sistemas de resfriamento evaporativo

Os sistemas de resfriamento evaporativo podem, segundo Givoni (1994), ser classificados quanto ao contato da água evaporada com ar a ser resfriado e quanto à energia requerida para promover a evaporação:

- (a) Resfriamento evaporativo direto: quando a água evapora com o ar que se deseja resfriar, umidificando-o;
- (b) Resfriamento evaporativo indireto: quando o ar a ser resfriado mantém-se separado do processo evaporativo e sem receber umidade;

RESFRIAMENTO EVAPORATIVO DIRETO (RED)

O processo de resfriamento evaporativo direto atua com a conversão de calor sensível em calor latente. A corrente de ar (mistura ar seco e vapor de água) é resfriada por evaporação da água para o ar. A adição de vapor d'água aumenta o calor latente e a umidade relativa do ar. Considerando que as perdas de calor para o ambiente sejam desprezíveis,

o processo pode ser considerado adiabático e, dessa forma, o aumento do calor latente é compensado por uma redução do calor sensível e consequente diminuição da temperatura de bulbo seco do ar. (CASTRO, 2003)

O RED ocorre com um resfriamento que em contato direto com a superfície líquida ou superfície sólida molhada. A água vaporizada dentro da corrente de ar e o calor da massa a serem transferidos entre o ar e a água reduzem a temperatura de bulbo seco de ar e aumenta a umidade, reduzindo a temperatura: em razão disso, temos o resfriamento adiabático.

Para que haja bom funcionamento do sistema é necessária uma saída do ar adequada para o ambiente e aparelho utilizado, respeitando a mesma quantidade que entra. Equipamentos de refrigeração direta resfriam o ar por contato direto: com uma superfície líquida; com uma superfície sólida molhada; e por fim, por meio de sprays. (CAMARGO, 2003, 2004)

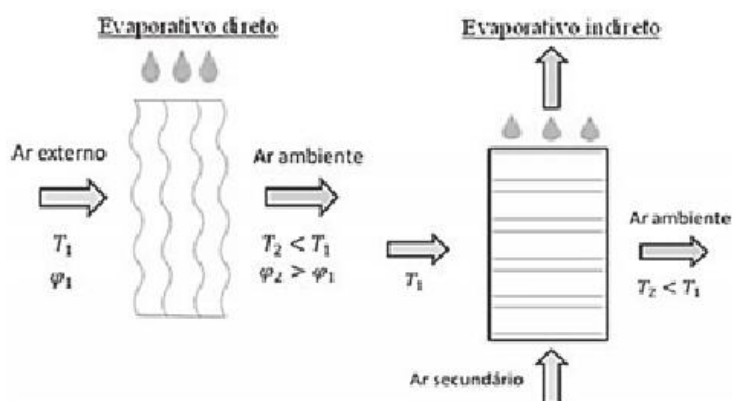
RESFRIAMENTO EVAPORATIVO INDIRETO

O resfriamento evaporativo indireto envolve duas correntes de ar que passam pelo trocador de calor simultaneamente, mas sem entrar em contato um com o outro. A Fig. (1) ilustra a diferença entre o resfriamento evaporativo direto e indireto. No evaporativo indireto, o ar principal e o ar secundário entram nas mesmas condições, porém seguindo caminhos diferentes. O ar principal é resfriado e entra nos ambientes que necessitam de climatização.

Este ar principal pode ser o ar de retorno do ambiente interno, ou ainda, pode se misturar com uma parcela do ar externo e ser resfriado logo em seguida.

O ar secundário é o ar que entra em contato com a água e que ajuda na evaporação, resfriando as superfícies do trocador de calor, que efetivamente resfriam

Figura. 2. Sistemas de resfriamento evaporativo



Fonte: (BASTOS, 2011);

o ar primário. O ar secundário normalmente é proveniente do ambiente externo ao edifício e é descartado após o seu uso, como pode ser observado na Fig (2). Este ar entra na parte inferior, e após trocar calor com a superfície externa do tubo, ele é descartado na parte superior através do uso de um ventilador secundário.

Os elementos de maior importância dos sistemas evaporativos indiretos são as superfícies do trocador de calor, que separam o ar de alimentação do ar secundário e da água em que este último ar está evaporando. As superfícies absorvem calor do ar de alimentação e transferem para o ar secundário úmido, que é descartado. As superfícies podem ser placas ou tubos, de metal ou de plástico, ou outras configurações. São exigidos das superfícies uma boa condutividade térmica, separação das duas correntes de ar e resistência à corrosão. (BASTOS, 2011)

Um avanço na tecnologia do resfriamento evaporativo deve-se à introdução dos equipamentos de resfriamento indireto, nos quais o ar, relativamente seco, (ar primário), é mantido separado do ar do lado molhado, (ar secundário), onde o líquido está evaporando, pela presença de um trocador de calor. Neste caso, o ar que será utilizado para condicionar o ambiente (ar primário) transfere calor para uma corrente de ar secundária ou para um líquido, onde foram resfriados evaporativamente, como podemos observar na figura 3 abaixo. (CAMARGO, 2004)

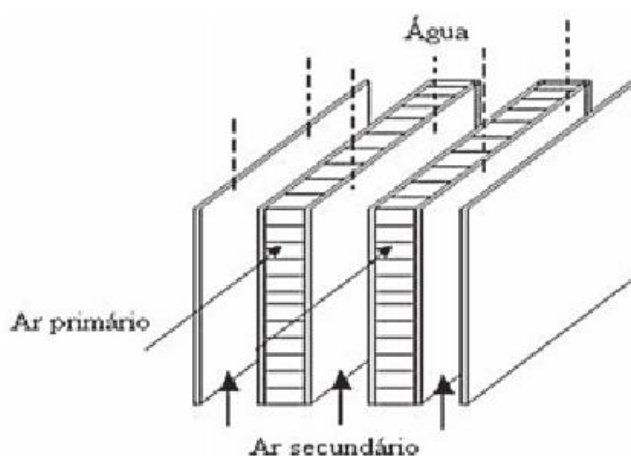
MATERIAIS UTILIZADOS NAS CÉLULAS EVAPORATIVAS

O sistema de resfriamento adiabático evaporativo tem sido aplicado com eficiência e economia para gerar redução da temperatura em construções agrícolas em países de clima quente e seco. Para isso, o material empregado no enchimento dos resfriadores evaporativos deve ser responsável por promover a evaporação da água pelo ar e filtrar partículas maiores. Usualmente, os materiais empregados nos painéis são: fibra de vidro, celulose, polipropileno e fibra de madeira. (ROSA, 2009)

Mundialmente, por apresentar uma boa eficiência no arrefecimento do ar, o material mais utilizado nos painéis evaporativos é a celulose. Entretanto, alguns problemas associados ao uso desse material no Brasil, como, por exemplo: a baixa durabilidade devido à vulnerabilidade a ataque de roedores e microorganismos; dificuldade de aquisição e alto custo. Esses fatores fazem com que seja viável a utilização de materiais alternativos. (ROSA, 2009)

Em estudos desenvolvidos por Tinôco *et al.* (2002) para a avaliação do conforto térmico ambiente através do índice de temperatura de globo negro e umidade (ITGU) e da umidade relativa do ar (UR), foi possível concluir que, dentre alguns materiais porosos encontrados no Brasil, a argila expandida poderia satisfazer, com vantagem econômica, a utilização da celulose no processo de resfriamento evaporativo.

Figura 3 – Resfriador evaporativo indireto



Fonte: (ALMEIDA, 2009)

ARGILA EXPANDIDA

A argila expandida é um material cerâmico, originado do tratamento térmico de um tipo de argila especial pré-histórica. Sua matéria-prima natural é triturada, de modo a formar partículas muito finas, e submetida a um choque térmico de 1000°C a 1200°C em grandes fornos rotativos. Próximo dessa temperatura, reações químicas internas ocorrem expandindo-a em até sete vezes o seu volume inicial. O resultado é um material

quimicamente inerte, de elevada resistência mecânica, incombustível e com uma estrutura altamente porosa. (GEA *et al.*, 2003)

É empregada na construção civil como agregado para a produção de concreto estrutural leve, concreto refratário, mistura asfáltica para pavimentação à quente e em blocos de concreto leves. Tais aplicações são fundamentadas no seu desempenho termoacústico e baixos valores de massa específica, como pode ser visto no quadro 1:

Quadro 1 – Características médias da argila expandida

Características Médias	Cinasita
Massa específica aparente (kg/m ³)	353
Massa específica seca (kg/m ³)	345
Massa específica saturada (kg/m ³)	610
Diâmetro máximo (mm)	25
Absorção (% vol / 24h)	8,3

Fonte: Rosa (2009)

Quadro 2 – Características granulométricas da argila expandida

Granulometrias			
Tamanho	Diâmetro	Equivalência	Densidade
Grande (3222)	22 a 32 mm	Brita 2	400/480 kg/m ³
Médio (2215)	15 a 22 mm	Brita 1	450/530 kg/m ³
Fino (1506)	6 a 15 mm	Brita 0	580/660 kg/m ³
Restolho	Abaixo de 6 mm	Areia grossa	800/880 kg/m ³

Fonte: Rosa (2009)

SISTEMA DE VENTILAÇÃO EM MODO TÚNEL

Entende-se por ventilação o processo de renovação do ar em um ambiente. Permite o controle da pureza do ar, eliminando ou reduzindo os níveis de gases nocivos, excesso de umidade e odores. É um artifício utilizado visando ao conforto ambiental. (ROSA, 2009)

A ventilação pode ser de dois tipos: natural ou forçada. Esta última, utilizada no modo túnel, pode ser realizada de duas formas: sistema de pressão negativa ou exaustão; e sistema de pressão positiva ou pressurização.

No sistema de ventilação negativa, o ar é succionado para dentro do ambiente por meio de exaustores. A eficiência desse processo depende de uma boa vedação do aviário, evitando perdas de ar. Já no sistema de ventilação positiva, o ar externo é insuflado para dentro da instalação por meio de ventiladores. (ROSA, 2009)

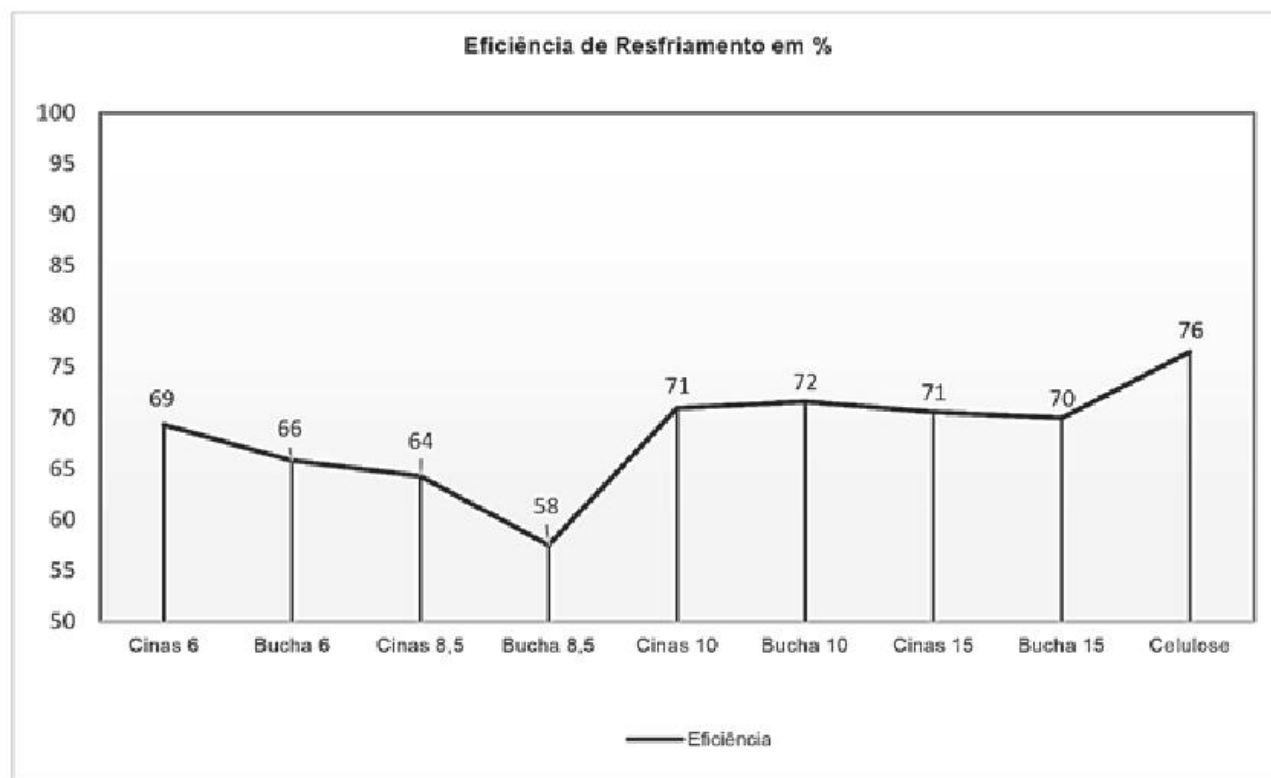
METODOLOGIA

O experimento foi realizado nos períodos: 19, 20 e 21 de Junho e 21 e 22 de Setembro de 2013, no Laboratório de Construções Rurais e Ambiente, gentilmente cedido pelo Departamento de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa – MG. Utilizando o túnel de vento já construído por equipes de pesquisas anteriores, adaptado exclusivamente para essa pesquisa. As coletas de dados foram realizadas em 3 repetições. Em cada uma delas foi realizada a medida mudando as espessuras do painel de argila expandida e bucha vegetal, entre 6,0cm; 8,5cm; 10cm e 15 cm. O material utilizado nesse experimento foram os painéis de celulose.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico abaixo mostra as eficiências de resfriamentos obtidas para cada painel, (Argila Expandida - Cinas e Bucha vegetal -Bucha) para cada espessura, sendo elas de 6 cm, 8,5 cm, 10 cm e 15 cm. O painel de celulose servia como a testemunha de comparação.

GRÁFICO 1 – EFICIÊNCIA DE RESFRIAMENTO



Fonte: elaborado pelo autor

CONCLUSÕES

Observamos que todos os painéis alcançaram resultados médios próximos ao da testemunha: 76% de resfriamento. Entretanto, os painéis com as espessuras de 10 e 15 cm, tanto para a argila expandida quanto para a bucha vegetal, mostraram uma excelente aproximação ao esperado nos momentos da realização das medidas.

O resfriamento adiabático evaporativo obtido nas maiores espessuras em comparação as menores, se explicam em função da massa líquida de água percorrer um caminho maior por entre os materiais que compõem os painéis.

Concluimos que estes dois materiais alternativos – argila expandida e bucha vegetal – podem substituir os materiais industrializados para esta finalidade de resfriamento de ambientes, como por exemplo, os painéis de celulose corrugada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Igor Marcel. Barbosa, Fontes. *Análise da viabilidade da aplicação do resfriamento evaporativo no estado do Rio Grande do Norte*. Disponível em: <http://connepi2009.ifpa.edu.br/connepi-anais/artigos/75_2521_914.pdf> Acesso em: 26 nov. 2013.

BASTOS, Alexandre. *Avaliação do uso de resfriamento evaporativo indireto em sistemas de climatização de edificações comerciais*. 2011. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/d/pme2600/2011/Artigos/Art_

TCC_002_2011.pdf> Acesso em: 27 nov. 2013.

BOND, T. EL; NEUBAUER, C.F.; ITTNER, N.R. *Radiation studies of painted shade materials*. Agricultural Engineering, v.35, n.6, p.389-392, 1954.

CAMARGO, José. *Resfriamento evaporativo: poupando a energia e o meio ambiente*. Universidade de Taubaté. Disponível em: <http://site.unitau.br/scripts/prppg/exatas/downloads/v_9_10/069.pdf> Acesso em: 27 nov. 2013.

CAMARGO, J.R. *Sistemas de resfriamento evaporativo e evaporativo-adsorativo aplicados ao condicionamento de ar*. 2003. 140 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá-SP, 2003.

CASTRO, W. P. *Projeto de sistemas de climatização por resfriamento evaporativo*. (2003). Disponível em: <http://www.laar.unb.br/Relatorios_PG/Relatorio_final_Wagner_Castro.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2011.

CURTIS, S. E. *Environmental management in animal agriculture*. Ames: The Iowa State University Press, 1983. 409p.

GEA, M.; HOYOS, D.; IRIARTE, A.; LESINO, G. *Estudio de arcila expandida como relleno de intercambiadores para estriamento evaporativo*. *Avances em Energia Renovables y Médio ambiente*, v.7, n.2, 2003, Argentina, p.8-37 a 8-42. Disponível em: <www.asades.org.ar/averna/7-2003/art085.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2013.

GIVONI, B. *Passive and low energy cooling of buildings*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1994.

PIMENTA, J. M. D.; CASTRO, W. P. *Analysis of different applications of evaporative cooling systems*. *Proceedings of the 17th International Congress of Mechanical Engineering*, São Paulo - SP. COBEM 2003.

ROSA, J. F. V. *Avaliação de painéis porosos constituídos de argila expandida em sistemas de resfriamento adiabático evaporativo*. Dissertação (Doutorado em Engenharia Agrícola). Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2009.

SILVA, J. G. *Introdução à tecnologia da refrigeração e da climatização*. São Paulo: Artliber Editora, 2003.

SOUZA, J.C. *Conforto ambiental para aves – ponto de vista do produtor (frangos de corte)*. In: SIMPOSIO GOIANO DE AVICULTURA, 2, 1996, Goiânia – GO. Anais, 1996, p.61-62.

TINÓCO, I. F. F. *Resfriamento adiabático (evaporativo) na produção de frangos de corte*. Tese (Mestrado em Engenharia Agrícola). Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 1988.

TINÓCO, I. F. F. *Efeitos de diferentes sistemas de condicionamento de ambiente e níveis de energia metabolizável na dieta sobre o desempenho de matrizes de frangos de corte*. Tese (Doutorado em Ciência Animal). Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

VIGODERIS, R. B. *Desenvolvimento de um protótipo para resfriamento adiabático evaporativo, em instalações climatizadas para animais, usando argila expandida*. Dissertação (Mestrado em

Engenharia Agrícola). Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2002.

WATT, J.R.; BROWN, W.K. *Evaporative air conditioning handbook*. 3rd edition. Lilburn, 1997.

NOTAS

¹O manuscrito insere-se dentro da pesquisa: "Análise comparativa da eficiência do resfriamento evaporativo por painéis compostos de bucha vegetal (*Luffa Aegyptiaca*) e argila expandida para acondicionamento térmico de ambientes".

²Discente do curso de Engenharia Química, voluntário de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

³Discentes do curso de Engenharia Química, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

⁴Discentes do curso de Engenharia Química, bolsistas de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

⁵Professor orientador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

CONHECIMENTO DAS PUÉRPERAS ALOJADAS NA MATERNIDADE DO HOSPITAL MUNICIPAL ODILON BEHRENS SOBRE OS CUIDADOS COM A SAÚDE BUCAL DO BEBÊ

Israela Sâmia Mendes TERRINHA¹
Lidiane Rodrigues de SOUZA²
Priscila Thaís Rodrigues de ABREU³
Camilla Aparecida Silva de OLIVEIRA⁴
Fernando SARTORI⁵
Keli Bahia Felicíssimo ZOCCRATTO⁶

Resumo: O objetivo do presente estudo foi descrever o conhecimento que as puérperas alojadas na Maternidade do Hospital Odilon Behrens apresentam em relação aos cuidados com a saúde bucal do bebê. Realizou-se um estudo de caráter descritivo e desenho transversal no Alojamento Mamãe- Bebê (Maternidade) do Hospital Municipal Odilon Behrens, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 2013. A amostra foi composta por 471 puérperas que estavam internadas no alojamento mamãe-bebê durante o período de agosto a novembro de 2013. As entrevistas foram conduzidas com auxílio de um questionário semi-estruturado; em seguida realizou-se análise descritiva dos dados, utilizando-se o programa estatístico Epi info. Dentre os resultados obtidos verificou-se que das entrevistadas, 312 (66,2%) acreditam que a cárie é uma doença, 143 (30,4%) acreditam não se tratar de uma doença. Caso viessem amamentar seu filho via mamadeira, 285 (60,5%) acrescentariam algo ao leite. Destas, 246 (86,6%) acrescentariam suplementos. O alerta sobre a presença do açúcar em suplementos alimentares, como mucilagens e achocolatados deve ser enfatizado, visto que uma parcela significativa das mães pretendia incluí-los na alimentação dos seus filhos. O desconhecimento de tal fato pode contribuir para o desenvolvimento da cárie precoce nesses bebês.

Palavras-chave: Saúde bucal; Recém-nascido; Conhecimento; Odontopediatria.

Abstract: The aim of this study was reported the knowledge that the mothers housed in the Maternity Hospital Odilon Behrens present in relation to oral health care of the baby. The descriptive study and cross-sectional design was developed in Maternity Hospital Municipal Odilon Behrens, Belo Horizonte, Minas Gerais, in 2013. The representative sample was composed of 471 puerperal mothers hospitalized in the housing mommy- baby during the period august-november 2013. Interviews were conducted with the aid of a semi-structured questionnaire and the data were tabulated in a database. Descriptive data analysis was realized using the statistical program Epi info. Among the results it was found that the respondents, 312 (66.2 %) believe that caries is a disease, 143 (30.4 %) believe that the decay is not a disease. Should they breastfeed her child with milk using bottle, 285 (60.5 %) said they would add something in the milk. Of those interviewed, 246 (86.6 %) said they would add supplements. The warning about the presence of sugar in food supplements as mucilage and chocolate should be emphasized, since a significant proportion of mothers wanted to include them in feeding their children. No knowledge of this fact may contribute to development of early childhood caries in these infants.

Key-words: Oral Health; Newborn; Knowledge; Pediatric Dentistry

INTRODUÇÃO

O conhecimento das mães quanto aos cuidados com os bebês durante os primeiros anos de vida é de extrema importância, pois quando a mãe tem capacidade de adotar ações positivas para educar o seu filho, há uma grande chance da criança adquirir hábitos saudáveis que repercutirão por toda sua vida (HANNA *et al.*, 2007). O conhecimento materno prévio sobre hábitos adequados reflete em atitudes saudáveis em relação à saúde bucal dos seus filhos (KUHN, 2002). Dentre esses conhecimentos, destaca-se a correta higienização da cavidade oral do bebê, fato que pode colaborar com a prevenção de doenças, principalmente a ocorrência de cárie (PINTO, 2008).

A cárie dentária é uma doença de caráter infeccioso e etiologia multifatorial, sendo um produto da associação de fatores determinantes como o hospedeiro, o substrato e os microorganismos (*Streptococcus mutans*). Trata-se de um complexo processo que se apresenta inclusive, com um caráter comportamental. A sacarose é, dentre os carboidratos fermentáveis, aquele que apresenta maior potencial cariogênico. Na presença deste substrato, forma-se uma placa bacteriana altamente acidogênica e acidúrica. A metabolização desta sacarose leva a formação de glucanos e frutanos. Os primeiros favorecem a adesão bacteriana às superfícies dentárias e os frutanos relacionam-se à reserva energética (LEITES, *et al.*, 2006). Ressalta-se que frutose e lactose também podem ser utilizadas como fontes energéticas no metabolismo dos microorganismos, gerando ácidos que levam à desmineralização dentária (DECKER e VAN LOVEREN, 2013).

As doenças que mais afetam os dentes e suas estruturas de suporte são a cárie e a doença periodontal. Uma vez que a placa bacteriana é fator primordial para o desenvolvimento destas enfermidades, destaca-se a importância do controle do biofilme dental para a prevenção de cárie, gengivite e periodontite. A remoção mecânica da placa realizada por meio de uma correta higienização oral com escova, fios/fitas dentais e dentifrícios constitui o meio mais eficaz de controle do biofilme supra e subgengival (PEDRAZZI *et al.*, 2009).

Oliveira *et al.* (2010) evidenciaram a importância dos pais na prevenção da cárie e salientaram que o conhecimento apresentado pelas mães quanto à higiene oral dos seus filhos ainda é deficitário. Esse conhecimento pode ser adquirido a partir de um conjunto de ações, em âmbito individual ou coletivo, com a inclusão de atividades de prevenção e promoção de saúde bucal nos grupos de gestantes no nível da atenção básica em saúde, com a atuação de uma equipe multiprofissional (BRASIL, 2008). A

abordagem e inclusão das gestantes neste processo são essenciais, uma vez que essas mulheres mostram-se interessadas em participar de palestras preventivo-educativas. Assim, além de assimilar hábitos saudáveis, estarão dispostas a executá-los e representarão um modelo de hábitos saudáveis, a partir do qual a criança formará suas atitudes e comportamentos (GARBIN *et al.*, 2011).

A promoção da saúde engloba atividades de educação em saúde e, ao ter as gestantes como público alvo, busca esclarecer as principais dúvidas destas e de seus familiares, destacando a importância do pré-natal, a necessidade de orientação higieno-dietética, a importância do aleitamento materno e os cuidados com o recém-nascido (BRASIL, 2000). Destaca-se também o valor do pré-natal odontológico, uma vez que durante a gravidez a mulher se mostra mais receptiva às informações e às mudanças de hábitos que culminarão em um bem para o seu bebê (BATISTELLA *et al.*, 2006). Desta forma, é preciso que já na primeira consulta do pré-natal a gestante seja referenciada para atendimento odontológico.

O objetivo do presente estudo foi descrever o conhecimento que as puérperas alojadas na Maternidade do Hospital Odilon Behrens apresentam em relação aos cuidados com a saúde bucal do bebê.

METODOLOGIA

O presente estudo de caráter descritivo e desenho transversal foi realizado no Alojamento Mamãe- Bebê (Maternidade) do Hospital Municipal Odilon Behrens, localizado no município de Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 2013.

A população deste estudo foi composta por 471 mães, as quais se encontravam em estado puerpério e estavam internadas no alojamento mamãe- bebê durante o período da coleta (agosto a novembro de 2013). Todas as mães, maiores de 18 anos, que se encontravam em plenas condições psicológicas para participarem do estudo e sem nenhuma restrição da equipe médica foram convidadas a participar desta pesquisa. Tornando-se então, parte de uma amostra de conveniência. Foram excluídas desta amostra, mães de natimortos, puérperas que se encontravam debilitadas e sentiam-se indispostas no momento da coleta e mães com quadro psicológico caracterizado por depressão pós-parto. Ao aceitarem participar da pesquisa as mães receberam o termo de consentimento livre e esclarecido e foram submetidas a uma entrevista relacionada ao conhecimento sobre a saúde bucal do seu bebê.

As entrevistas foram realizadas nos leitos e foram conduzidas com auxílio de um questionário semi-estruturado. Esse instrumento elaborado com base nos estudos de

Gunther, *et. al.* (2005) e Massoni *et. al.* (2009), abordou variáveis sociodemográficas (idade, escolaridade, estado civil, procedência, número de filhos, uso de drogas), características do parto (idade gestacional, tipo de parto), pré-natal (realização do pré-natal, informações obtidas sobre aleitamento materno e condutas durante a amamentação do lactente), conhecimento sobre a doença cárie (se considera a cárie uma doença transmissível e sua forma de transmissão) e sobre higienização e saúde bucal do bebê (forma de higienizar a cavidade oral do bebê, número de vezes que considera ideal para higienizar, época ideal para começar a utilizar escova de dentes e dentifrício, dentifrício ideal para o bebê, primeira consulta com o dentista, uso de chupeta e abandono da chupeta).

Para testar o instrumento de coleta de dados e realizar possíveis ajustes metodológicos realizou-se previamente, um estudo piloto. Em seguida, os dados obtidos foram tabulados em um banco de dados e a partir de então, foi realizada a análise descritiva dos dados através da distribuição de frequências. Utilizou-se o programa estatístico Epi info.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Newton Paiva, sob o número de registro 14819313.2.0000.5097.

RESULTADOS

Como resultado de adesão espontânea ao estudo, 471 puérperas alojadas no HOB aceitaram participar desta pesquisa. A idade dessas mulheres variou de 18 a 43 anos ($26,6 \pm 6,2$ anos), sendo que 25% da amostra apresentou idade até os 21 anos, 50% até os 26 anos e 75% até os 31 anos. Destas, 291 (61,1%) moravam em Belo Horizonte, 155 (32,9%) moravam na região metropolitana de Belo Horizonte, 21 (4,5%) eram moradoras de cidades do interior de Minas Gerais e 4 (0,8%) residiam em outros estados. Nenhuma delas relatou ser moradora de rua. Quanto ao estado civil, 247 (52,4%) puérperas disseram morar com seu parceiro, relatando ser casadas, amigas ou possuidoras de união estável, 214 (45,4%) relataram ser solteiras, 6 (1,3%) informaram ser divorciadas e 4 (0,8%) relataram ser viúvas. Com relação à escolaridade, a maioria das puérperas cursou o ensino médio, sendo que 198 (42,0%) o completaram e 118 (25,1%) disseram ter cursado, mas não o concluíram. Quanto ao uso de drogas, 398 (84,5%) não faziam uso de nenhum tipo de droga, 72 (15,3%) eram usuárias de drogas lícitas e 1 (0,2%) não declarou. A maioria das puérperas, 264 (56,0%) afirmou possuir outros filhos, enquanto 207 (44,0%) relataram ser o recém nascido, o seu primogênito.

Com relação à idade gestacional, observou-se 114

(24,2%) recém-nascidos pré-termos (antes da 38ª semana de gestação), 349 (74,1%) recém-nascidos a termo (38ª a 41ª semanas de gestação) e 5 (4,7%) recém nascidos pós-termo (acima de 42ª semanas de gestação) e 3 (0,6%) puérperas não souberam relatar a idade gestacional do seu bebê. A maioria das puérperas (58,6%), submeteu-se ao parto normal, 181 (31,4%) à cirurgia cesariana e 14 (3,0%) à cirurgia por meio do fórceps. Quando questionadas se haviam realizado o pré-natal, 455 (96,6%) relataram que haviam feito e 16 (3,4%) não o fizeram.

Duzentas e quarenta e duas (51,4%) puérperas relataram haver recebido informações sobre aleitamento materno ainda durante o pré-natal. Estas puérperas receberam informações pelas seguintes fontes: 123 (50,8%) pelo médico, 63 (26,0%) por enfermeiros, 44 (18,2%) pelas cartilhas do pré-natal, 13 (5,4%) por cursos, 12 (4,9%) pela mídia, 5 (2,1%) pelos agentes de saúde, 1 (0,4%) por estagiários de enfermagem e 3 (1,2%) por outros profissionais (fisioterapeutas, nutricionistas e voluntários).

Observou-se que 22 (9,0%) participantes receberam informações por mais de uma fonte. Quanto às informações recebidas, 200 (82,6%) puérperas obtiveram informações que abordavam exclusivamente temas relacionados à amamentação, dando ênfase à sua importância, ao tempo de duração, ao modo de amamentar, aos cuidados com a mama e ao banco de leite. Apenas 6 (2,5%) receberam informações que abordavam a importância do aleitamento materno para a saúde bucal do bebê, abordando temas como desenvolvimento orofacial e higienização bucal do recém-nascido. Uma delas (0,4%) recebeu informações que abordavam os dois temas e 34 (7,2%) não souberam informar quais informações receberam durante o pré-natal.

Das 471 puérperas entrevistadas, 468 (99,4%) pretendiam amamentar seus filhos no peito, as demais não pretendiam ou não sabiam. Caso viessem amamentar seus filhos com leite via mamadeira, 285 (60,5%) disseram que acrescentariam algo no leite para que a criança o aceitasse melhor. Destas entrevistadas, 246 (86,6%) disseram que acrescentariam suplementos, 21 (7,4%) chocolates, 17 (6,0%) açúcar, 9 (3,2%) frutas, 2 (0,7%) iogurtes, 2 (0,7%) cereais e 8 (2,5%) não souberam responder o que acrescentariam.

Observou-se que 20 (7,0%) entrevistadas mencionaram mais de um alimento a ser acrescentado. As outras 175 (37,1%) puérperas não acrescentariam nenhum tipo de substância ao leite da mamadeira e 11 (2,5%) participantes relataram que não usariam mamadeira para amamentar seus filhos. Trezentos e oitenta e três (81,3%) não acreditavam que o leite materno pudesse causar a doença cárie, enquanto 68 (14,4%) relataram que o leite da mãe

pode sim, causar a cárie. Apenas 20 (4,2%) não souberam responder a esta pergunta.

Das entrevistadas, 312 (66,2%) acreditam que a cárie é uma doença, 143 (30,4%) acreditam que a cárie não é uma doença, 16 (3,4%) disseram que não sabiam se era ou não uma doença. Dentre as entrevistadas que acreditam que a cárie é uma doença, 193 (41,0%) participantes não acreditam que seja transmissível, 22 (4,5%) não souberam opinar e 97(20,6%) creem em sua transmissibilidade. Das que acreditam em sua transmissibilidade, 33 (34,0%) responderam que a doença pode ser transmitida pelo beijo, 11 (11,3%) por saliva, 52 (53,6%) por compartilhamento de objetos, 6 (6,2%) por soprar alimentos do bebê, 6 (6,2%) por outros meios (como o sangue e o ar) e

6 (6,2%) não souberam informar o meio de transmissão.

A maioria das participantes, 327 (69,4%), acredita que o uso de antibióticos pode causar cárie, 104 (22,1%) acreditam que não, 39 (8,3%) relataram ter dúvida quando a isto e 1 (0,2%) não respondeu à pergunta. Para 340 (72,1%) puérperas a cárie pode ser prevenida por meio da higienização bucal (escovação, uso de fio dental), 10 (2,1%) pelo controle da dieta, 4 (0,8%) por meio de consultas odontológicas, 41 (8,7%) por meio da higiene bucal e controle da dieta, 26 (5,5%) pela higiene bucal e consultas odontológicas, 2 (0,4%) pela higiene bucal, controle da dieta e consultas odontológicas e 48 (10,2%) relataram não saber os meios de prevenção (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição das puérperas segundo conhecimento sobre a doença cárie.

Variável	n	(%)
Leite materno pode causar cárie		
• Sim	68	14,4
• Não	383	81,3
• Não sei	20	4,2
Cárie é uma doença		
• Sim	312	66,2
• Não	143	30,4
• Não sei	16	3,4
A cárie é transmissível		
• Sim	97	20,6
• Não	193	41,0
• Não sei	22	4,5
Meios de transmissibilidade da cárie		
• Beijo	33	34,0
• Compartilhamento de objetos (escovas de dente, creme dental, colheres, chupetas...)	52	53,6
• Saliva	11	11,5
• Compartilhamento de alimentos/ soprar alimentos do bebê	6	6,2
• Bactérias, ar, sangue	6	6,2
• Falta de higienização	6	6,2
Antibióticos causam cárie		
• Sim	327	69,4
• Não	104	22,1
• Não sei	39	8,3
• Não respondeu a esta pergunta	1	0,2
Medidas de prevenção da cárie		
• Higiene bucal (escovação, uso de fio dental)	340	72,1
• Dieta	10	2,1
• Consultas Odontológicas	4	0,8
• Higiene bucal e controle da dieta	41	8,7
• Consultas odontológicas e higiene bucal	26	5,5
• Higiene bucal, controle da dieta e consultas odontológicas	2	0,4
• Não sei	48	10,2

Fonte: elaborado pelo autor

Observou-se que 375 (79,6%) puérperas não receberam orientações sobre como cuidar da higiene bucal do filho que acabou de nascer, somente 96 (20,4%) tiveram acesso a este tipo de orientação (Tabela 2). Das mães que foram orientadas, 14 (3,0%) receberam orientações de dentistas, 12 (2,5%) por meio de enfermeiros, 5 (1,1%) por médicos, 6 (1,3%) por equipe multiprofissional, 9 (1,9%) por acadêmicos da área da saúde, 1 (0,2%) por técnicos de enfermagem, 19 (4,0%) pela mídia, 10 (2,1%) por meio de familiares, 8 (1,7%) por cursos durante a gestação, 4 (0,8%) por cartilhas, 3 (0,6%) no trabalho, 3 (0,6%) por familiares e profissionais da saúde e 2 (0,4%) não souberam dizer quem as orientou.

Quando arguidas sobre o momento em que acreditam que devem começar a higienização da boca do seu bebê, 290 (61,6%) responderam que deve ser antes do nascimento dos primeiros dentes, 116 (24,6%) disseram que deve ser no momento do nascimento dos primeiros dentes (6 meses a 1 ano), 8 (1,7%) disseram que deve ser quando todos ou a maioria dos dentes estiverem presentes no arco dentário (2 a 3 anos), 1 (0,2%) disse que deve ser quando seu filho sentir dor, 9 (1,9%) disseram não saber quando deve ser o início da higienização da boca do bebê e 47 (10,0%) deram respostas diferentes das opções do questionário. Quando arguidas sobre o modo de higienização da cavidade oral dos seus bebês, 271 (57,5%) responderam que deveriam utilizar apenas gaze ou fralda umedecida em água filtrada, 47 (10,0%) empregariam outros meios para limpar a boca dos seus bebês, tais como hastes flexíveis, algodões e escovas de dente, 45 (9,6%) disseram que não higienizariam enquanto não nascessem dentes, 107 (22,7%) não sabiam como realizar a limpeza da boca dos seus filhos e 1 (0,2%) relatou que utilizaria gaze ou fralda umedecida em água filtrada ou outro meio para limpar a boquinha de seu bebê (Tabela 2).

Quanto à higienização da cavidade bucal do bebê, 153 entrevistadas (32,5%) consideram que a boca do lactente deve ser higienizada três vezes ao dia, 118 (25,1%) responderam que duas vezes ao dia seria o ideal, 43 (9,1%) declararam que uma vez ao dia seria suficiente, 97 (20,6%) relataram que o ideal seria limpar mais de três vezes ao dia ou após cada mamada, 48 (10,2%) não souberam relatar qual o número de vezes seria ideal para limpar a boquinha do seu bebê e 12 (2,5%) relataram que fariam a higienização. Em relação ao início do uso de escova dental

para limpeza da cavidade oral dos seus filhos, 401 (85,1%) entrevistadas relataram que começariam a utilizar a escova de dente no momento do nascimento dos primeiros dentes do bebê (6 meses a 1 ano de idade), 43 (9,1%) responderam que utilizariam quando todos ou a maioria dos dentes estivessem presentes no arco (2 a 3 anos de idade), 20 (4,2%) relataram não saber quando começar a utilizar a escova de dente em seus filhos e 7 (1,5%) disseram que começariam a utilizar a escova dental antes mesmo do nascimento dos dentes.

Quanto ao início do uso de dentifrícios, 294 (62,4%) puérperas relataram que iniciariam seu uso no momento do nascimento dos dentes dos seus filhos (6 meses a 1 ano de idade), 108 (22,9%) iniciariam quando todos ou a maioria dos dentes estivessem presentes no arco (2 a 3 anos de idade), 64 (13,6%) disseram não saber quando iniciariam, 4 (0,8%) responderam que iniciariam o seu uso antes do nascimento dos dentes e 1 (0,2%) respondeu que iniciaria seu uso após a troca de todos os dentes decíduos. A maioria das puérperas, 294 (62,4%), respondeu que optaria pelo uso de dentifrício sem flúor, 129 (27,4%) optariam pelo creme dental com flúor e 48 (10,2%) não sabiam qual tipo de dentifrício utilizariam (Tabela 2).

No que se refere à primeira consulta ao dentista, 202 (42,9%) entrevistadas relataram que levariam os seus filhos após a erupção dos primeiros dentes (6 meses a 1 ano de idade), 135 (28,7%) levariam quando todos ou a maioria dos dentes estivessem presentes no arco (2 a 3 anos de idade), 96 (20,4%) não souberam relatar qual seria o momento ideal para realizar a primeira consulta, 22 (4,7%) levariam seus filhos antes do nascimento dos dentes, 15 (3,2%) levariam somente em caso de dor e 1 (0,2%) não respondeu a esta questão.

No que tange ao uso de chupetas, 372 mães (79,0%) consideram que seu uso pode trazer algum prejuízo aos seus bebês, 92 mães (19,5%) disseram não acreditar que o uso de chupetas possa ser prejudicial aos seus filhos e 7 mães (1,5%) disseram não saber se o uso de chupetas é prejudicial ou não. Do total de entrevistadas, 156 (33,1%) acreditam que o ideal é que seus filhos abandonem a chupeta até um ano de idade, 171 (36,3%) consideram que o abandono pode acontecer entre um e três anos de idade, 10 (2,1%) acreditam que o abandono pode acontecer entre quatro e sete anos de idade, 34 (7,2%) não sabiam qual seria a idade ideal e 100 (21,2%) declararam que não pretendiam utilizar a chupeta em seus filhos.

Tabela 2- Distribuição das puérperas segundo conhecimento sobre a saúde bucal do bebê.

Variável	n	(%)
Recebeu informações sobre higiene bucal do bebê durante o pré-natal		
• Sim	96	20,4
• Não	375	79,6
Início da higienização da boca do bebê		
• Antes do nascimento dos primeiros dentes	290	61,6
• No momento do nascimento dos primeiros dentes	116	24,6
• Quando todos os dentes ou a maioria estiverem presentes no arco	9	1,7
• Em caso de dor	1	0,2
• Não sabe	9	1,9
+ Outras respostas	47	10,0
Como higienizar a boca do bebê		
• Com gaze ou fralda umedecida em água filtrada	271	57,5
+ Não higienizaria enquanto não nascer dentes	45	9,6
+ Não Sabe	107	22,7
+ Outros meios	47	10,0
• Gaze ou fralda umedecida ou outro meio	1	0,2
Número de vezes que deve higienizar a boca do bebê lactante		
• Uma vez ao dia	43	9,1
• Duas vezes ao dia	118	25,1
• Três vezes ao dia	153	32,5
• Mais de três vezes ao dia	97	20,6
+ Não sabe	48	10,2
+ Não higienizará	12	2,5
Início da utilização da escova dental		
• Antes do nascimento dos dentes	7	1,5
• No momento do nascimento dos dentes	401	85,1
• Quando todos ou a maioria dos dentes estiverem presentes	43	9,1
• Não sabe	20	4,2
Início da utilização da pasta dental		
+ Antes do nascimento dos dentes	4	0,8
• No momento do nascimento dos dentes	294	62,4
• Quando todos ou a maioria dos dentes estiverem presentes	108	22,9
• Não sabe	64	13,6
• Após a troca de todos os dentes deciduos	1	0,2
Utilização do flúor na pasta dental		
• Com flúor		
• Sem flúor	129	27,4
• Não sabe	294	62,4
	48	10,2

Fonte: elaborado pelo autor

DISCUSSÃO

O pré-natal situa-se no nível da atenção básica da assistência à saúde e tem como objetivo promover saúde, incluindo ações educativas, com o intuito de informar e educar acerca do autocuidado (BRASIL, 2008). Espera-se que durante o pré-natal as gestantes recebam informações sobre os principais questionamentos levantados, como amamentação, cuidados com bebê e alimentação, preparando-as para influenciarem positivamente a saúde dos seus filhos (BRASIL, 2000). No presente estudo,

a maior parte das mães realizou o pré-natal e mais da metade delas relatou ter recebido informações sobre aleitamento materno, procedentes de médicos, enfermeiros e cartilhas.

O desconhecimento da relação entre amamentação e desenvolvimento orofacial do bebê foi observado entre a maioria das participantes do estudo, assim como o relato de não terem recebido informações sobre a higiene oral dos seus filhos, o que condiz com o estudo de Gonçalves *et.al.* (2007).

O aleitamento materno influencia no desenvolvimento

orofacial e existe uma estreita relação entre tipo e tempo de aleitamento com presença de hábitos de sucção não nutritivos (MOIMAZ *et al.*, 2011). Estudos demonstram que a maioria das crianças que não receberam aleitamento materno exclusivo ou receberam, porém num período menor que seis meses, apresentaram maior frequência de má oclusão. Fato que pode estar relacionado com a inserção da chupeta e da mamadeira para efetuar o desmame (MASSUIA *et al.*, 2012; SALIBA *et al.*, 2008).

No presente estudo, a maior parte das mães relatou possuir consciência que o uso da chupeta pode trazer algum malefício aos seus filhos, porém apenas uma pequena parcela (2,68%) tinha a intenção de não utilizá-las. Este resultado condiz com o estudo de Marques *et al.* (2009), no qual se observou que mesmo as mães possuindo consciência dos malefícios que a chupeta pode causar, insistiam em utilizá-la para “acalmar” seus filhos e aumentar o tempo disponível para os afazeres domésticos. O uso da chupeta é desaconselhado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e quando utilizada, deve ser removida ainda na dentição decídua. De preferência, não se devem ultrapassar os três anos de idade, pois se torna deletério e está fortemente ligado à presença de má oclusão na dentição permanente (SANTISO *et al.*, 2010; GÓES *et al.*, 2013; BRASIL, 2008).

A cárie é uma doença infecto-contagiosa e multifatorial que acomete a cavidade oral. O principal meio de a criança contrair as bactérias causadoras desta doença (*Streptococcus mutans* e *Streptococcus sobrinus*) é o contato frequente da mãe com os filhos (CASTILHO *et al.*, 2013). No presente estudo, a maioria das puérperas relatou que a cárie é uma doença, porém poucas sabiam que esta possui um caráter transmissível. Das que acreditavam na transmissibilidade, a maioria citou fontes de transmissão, tais como saliva, beijo e compartilhamento de objetos o que está de acordo com o estudo de Lima (2011). Este evidencia que a principal via de transmissão das bactérias causadoras da cárie para os bebês se dá por indivíduos que possuem contato direto e constante com eles, sendo a mãe, o principal agente. Podem ser transmitidas beijando-se a boquinha do bebê, provando a comida com o mesmo talher e bebendo no mesmo copo que a criança.

No presente estudo, a maior parte das mães não considerou que o leite materno seja capaz de causar cárie; porém, sabe-se que a lactose presente no leite materno também possui caráter cariogênico e pode resultar em lesões cariosas precoces nos bebês (DECKER & VAN LOVEREN, 2013).

Assim como no estudo de Rodrigues *et al.* (2008) e Simioni *et al.* (2005), a maioria das puérperas entrevistadas na presente pesquisa apresentava a pretensão de

amamentar seus filhos no peito, pois considerava o leite materno como o melhor alimento para o primeiro ano de vida. Todavia, mais da metade das entrevistadas relatou que, se viesse a utilizar a mamadeira, acrescentaria substâncias adocicadas ao leite, tais como mucilagens, achocolatados e iogurtes. Este fato não é favorável, já que estudos como o de Rodríguez *et al.* (2008) verificaram haver uma relação direta entre o consumo considerável de açúcar (principalmente sacarose) e a presença de lesões cariosas precoces em bebês de 0 a 36 meses. O Ministério da Saúde recomenda que os profissionais desmotivem essas práticas e incentivem as mães a oferecerem aos seus filhos alimentos contendo açúcar natural (frutas, leites) por serem menos significativos na etiologia da doença cárie (BRASIL, 2008).

O desenvolvimento da doença cárie está diretamente associado à higiene oral (NOGUEIRA *et al.*, 2010) e este fato já faz parte do conhecimento das puérperas do presente estudo. Visto que grande parte delas considera a realização de uma boa higiene oral como a principal forma de se prevenir a doença cárie. A pretensão de iniciar a higienização da boca dos seus filhos antes do nascimento dos dentes decíduos, utilizando gaze ou fralda umedecida em água filtrada também foi observada no presente estudo, em consonância com os resultados encontrados por Simioni *et al.* (2005); Ferreira *et al.* (2010) e Lima *et al.* (2011) e com o *Caderno de Saúde Bucal* (BRASIL/MS, 2008), o qual enfatiza que a higienização da boca dos bebês deve ser iniciada antes mesmo do nascimento dos dentes, utilizando-se gaze ou fralda umedecida em água filtrada.

Ainda nesse manual, recomenda-se que o uso de dentifrícios deve ser iniciado após a irrupção dos primeiros molares decíduos e sua quantidade deve ser equivalente a um grão de arroz cru, lembrando que não devem possuir flúor. A inserção dos fluoretos deve acontecer somente acima dos 2 anos de idade, em baixas concentrações (500 ppm de flúor) e, até os 06 anos de idade, recomenda-se que uso de dentifrícios fluoretados seja feito sob supervisão de um adulto consciente dos riscos da sua ingestão. No presente estudo, a maioria das puérperas relatou que iniciaria a escovação dental com o uso de escovas e de dentifrícios sem flúor, principalmente quando todos ou a maioria dos dentes estivessem presentes na boca. Esse relato coincide com o período indicado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2008), já que aos dois anos de idade praticamente todos os dentes decíduos já irromperam na cavidade oral.

A integração entre o pediatra e o cirurgião dentista é essencial para que o atendimento à criança aconteça em sua integralidade, proporcionando uma orientação adequada sobre a saúde bucal durante os primeiros anos de

vida (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOPEDIATRIA et al., 2008). Nunes et al. (2011) verificaram em seu estudo que a maioria dos pediatras entrevistados adota posturas que colaboram com hábitos saudáveis e positivos para a saúde bucal, tendo em vista que esses profissionais afirmaram informar aos pais sobre higiene oral de seus filhos, desaconselharam o uso de alimentos cariogênicos, chupetas e mamadeiras e indicaram que a primeira consulta ao dentista deveria ser por volta dos 6 meses de idade. No presente estudo, verificou-se que a maioria das mães considerava como momento ideal para levarem seus filhos à primeira consulta com o dentista, o período de nascimento dos dentes decíduos (6 meses a 1 ano) e apenas uma minoria buscava atendimento somente em casos de dor, o que é corroborado pelos resultados encontrados por Rodrigues et al. (2008).

CONCLUSÃO

O conhecimento das puérperas a respeito da higienização e cuidados com a cavidade oral dos bebês apresentou-se limitado. Há a necessidade de se reforçar às mães a importância da amamentação no desenvolvimento do sistema estomatognático, assim como alertá-las sobre a presença de açúcares em suplementos alimentares. Salienta-se assim, a importância de programas educativo-preventivos desenvolvidos por equipes multiprofissionais, especificamente voltados para o grupo de gestantes, contribuindo para o estabelecimento de hábitos saudáveis e consequentemente, para o bom desenvolvimento da saúde das mães e dos seus filhos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOPEDIATRIA; SOCIEDADE PARANAENSE DE PEDIATRIA; CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ. *Guia de orientação para saúde bucal nos primeiros anos de vida*. In: 1º Meeting de Odontologia para Bebês e Pediatria e 1º Encontro de Pós - Graduação em Odontopediatria da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina. 2008. Jul 17-18.

BATISTELLA, Fabiane Inês Dalcin et al. Conhecimento das gestantes sobre saúde bucal: na rede pública e em consultórios particulares. *RGO - Revista Gaúcha de Odontologia*. Porto Alegre, v.54, n.1, p. 67-73, jan- mar. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Assistência Pré-natal: Manual técnico*. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde -SPS/Ministério da Saúde. 2000. 66p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde Bucal*. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 92p.

CASTILHO, Aline Rogéria Freire de et al. Influence of family environment on children's oral health: a systematic review. *J Pediatr - Journal of Pediatrics*. Rio de Janeiro, n.89, n.2, p.116-123, mar-apr, 2013.

DECKER, Riva Touger; VAN LOVEREN, Cor. Sugars and dental caries. *Am J Clin Nutr - The American Journal of Clinical Nutrition*. v. 78, n.8, supl.4, p.881-892, oct.2003.

FERREIRA, Jainara Maria Soares et al. Conhecimento de pais sobre a saúde bucal na primeira infância. *Pediatria moderna*. São Paulo, v.46,

n.6, p. 224-230, nov.- dez. 2010.

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. Saúde coletiva: promoção de saúde bucal na gravidez. *Rev Odontol UNESP - Revista de Odontologia da UNESP*. Araraquara, v. 40, n.4, p. 161-165, jul-ago. 2011.

GÓES, Maira Pê Soares de et al. Persistência de hábitos de sucção não nutritiva: prevalência e fatores associados. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant. - Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*. Recife, v.13, n.3, p. 247-257, jul.- set. 2013.

GONÇALVES, Patrícia Elaine et al. Amamentamento versus hábitos bucais deletéreos: ¿Existe una relación causal?. *Acta odontol. Venez. - Acta Odontológica Venezolana*. Caracas, v.45, n.2, p.182-189. 2007.

GÜNTHER, Kären; TOVO, Maximiano Ferreira; FELDENS, Carlos Alberto. Avaliação dos conhecimentos sobre saúde bucal referidos por parturientes do Hospital Luterano - ULBRA. *Stomatol. Canoas*, v.11, n.20, p. 5-12, jan.-jun. 2005

HANNA, Leila Maués Oliveira; NOGUEIRA, Antônio José da Silva; HONDA, Vanna Yumi Souza. Percepção das gestantes sobre a atenção odontológica precoce nos bebês. *RGO - Revista Gaúcha de Odontologia*. Porto Alegre, v.55, n.3, p. 271-274, jul.-set. 2007.

KUNH, E. *Promoção de saúde bucal em bebês participantes de um programa educativo-preventivo na cidade de Ponta-Grossa-PR*. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública; 2002.

LEITES, Antonio Cesar Bortowski Rosa; PINTO, Márcia Bueno; SOUSA, Ezilmara Rolim de. Aspectos microbiológicos da cárie dental. *Salusvita*. Bauru, v. 25, n. 2, p. 239-252. 2006.

LIMA, Sandra Enedina Martins de. *Protocolo de atenção à saúde bucal de crianças de 0 a 3 anos na UBSF Marabá*. UFMS. Campo Grande - MS. 2011.

MARQUES, Emanuele Souza; COTTA, Rosângela Minardi Mitre; ARAUJO, Raquel Maria Amaral. Representações sociais de mulheres que amamentam sobre a amamentação e o uso de chupeta. *Rev. bras. enferm. - Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, v.62, n.4, p. 562-569, jul.-ago. 2009.

MASSONI, Andreza Cristina de Lima Targino et al. Conhecimento de gestantes sobre a saúde bucal dos bebês. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, João Pessoa, v.13, n.1, p. 41- 47, 2009.

MASSUIA, Juliana Mariano; CARVALHO, Wladithe Organ; MATSUO, Tiemi. Má Oclusão, Hábitos Bucais e Aleitamento Materno: Estudo de Base Populacional em um Município de Pequeno Porte. *Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada*, João Pessoa, v.11, n.3, p. 451-457, mar. 2012.

MOIMAZ, Suzely Adas Saliba et al. Relação entre aleitamento materno e hábitos de sucção não nutritivos. *Ciências e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n.5, p. 2477- 2484, mai. 2011.

NOGUEIRA, Lilian Capanema et al. Prevalência de cárie dentária em criança de seis a 60 meses e fatores associados, Diamantina, Minas Gerais, Brasil. *Pesquisa Brasileira de Odontopediatria Clínica Integrada*, João Pessoa, v.12, n.1, p. 13-17, jan.- mar. 2012.

NUNES, Osmar Pereira et al. Percepções e condutas de médicos pediatras com relação à promoção de saúde bucal. *RGO - Revista Gaúcha de Odontologia*, Porto Alegre, v.59, n.2, p.251- 257, abr.-jun. 2011.

OLIVEIRA, Ana Luísa Botta Martins de; BOTTA, Ana Carolina; ROSELL, Fernanda Lopez. Promoção de saúde bucal em bebês. *Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo*, São Paulo, v.22, n.3, p.247- 253, set.-dez. 2010.

PEDRAZZI, Vinicius et al. Métodos mecânicos para o controle do biofilme dentário supragengival. *Revista Periodontia*, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.26-33, set. 2009.

RODRIGUES, Hellen Batista et al. Conhecimento das gestantes sobre alguns aspectos da saúde bucal de seus filhos. *Universidade Federal do Espírito Santo Revista de Odontologia*, Vitória, v.10, n.2, p. 52-57, abr. 2008.

RODRÍGUEZ PEELM, Johanna C. *et al.* Influencia del consumo de azúcar, uso de medicamentos e higiene oral en la prevalencia de caries en bebés. *Acta Odontol. Venez.* – *Acta Odontológica Venezolana*. Caracas, v.46, n.2, p. 165-169, jun. 2008.

SALIBA, Nemre Adas *et al.* Frequência e variáveis associadas ao aleitamento materno em crianças com até 12 meses de idade no município de Araçatuba, São Paulo, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v.8, n.4, p. 481- 490, out.- dez. 2008.

SANTISO, Armando Cepero *et al.* Factores de mayor riesgo para maloclusiones dentarias desde la dentición temporal. *Mediciego*, Ciego de Avila, v. 16, n.16, jul. 2010.

SIMONI, Luciane Regina Gava; COMIOTTO, Mirian Sirley; RÉGO, Delane Maria. Percepções maternas sobre a saúde bucal de bebês: da informação à ação. *RPG - Revista de Pós-Graduação*, São Paulo, v.12, n.2, p. 167-73, abr.-jun. 2005.

NOTAS

1 Acadêmica do curso de Odontologia do Centro Universitário Newton Paiva.

2* Acadêmica do curso de Odontologia do Centro Universitário Newton Paiva.

3 * Acadêmica do curso de Odontologia do Centro Universitário Newton Paiva. Bolsista do CNPq- Brasil.

4** Cirurgião-dentista. Especialista em Microbiologia pela UFMG. Mestranda em Saúde Coletiva pela Faculdade de Odontologia da UFMG.

5*** Cirurgião-dentista do Hospital Municipal Odilon Behrens.

6**** Cirurgião-dentista. Doutora em Saúde Pública pela UFMG. Professora titular do Curso de Odontologia do Centro Universitário Newton Paiva.

DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA ATIVA APLICADA AO ENSINO DE QUÍMICA: EXPERIMENTOS ÚTEIS PARA PRÁTICAS DE QUÍMICA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Amanda Eller Ribeiro¹
Ana Flávia Arantes Pereira¹
Deborah Santos Silvério¹
Liege Aparecida Mapa²
Anderson Hollerbach Klier³

Resumo: Com o objetivo de facilitar a compreensão e reduzir a dificuldade de aprendizado na área da química aplicada, foram propostos experimentos que comprovam a relação quantitativa entre massa e volume de reagentes e produtos de uma reação química. Para tanto, a categoria metodológica estará centralizada na linha de problematização do projeto, de acordo com as cinco etapas do Arco de Maguerez (GEROSA, 2005). O intuito deste projeto é, através da prática laboratorial, envolver uma série de materiais e um processo dinâmico que tem como vantagem ser um trabalho expositivo, que facilita a compreensão dos estudantes nesse campo (GEROSA, 2005; SANTANA, 2012). Assim, almeja-se despertar o interesse de alunos do ensino superior na área de química, em um trabalho que envolve uma série de experimentos que tem como objetivo observar experimentalmente a correlação quantitativa entre consumo de reagentes e geração de seus respectivos produtos.

Palavras-chave: Educação; Metodologia de ensino; Ensino em química.

Abstract: To facilitate the understanding and the difficulty of learning in the area of applied chemistry, experiments proving the quantitative relationship between mass and volume of reagents and products of a chemical reaction were proposed. For thus, we were based on the methodological category centralized in the lines of project questioning, according to the five steps of Arco de Maguerez (GEROSA, 2005). The goal of this project is, through lab practices, involve a series of materials and a dynamic process with the advantage of being and exposure work, facilitating the comprehension of students in the field. (GEROSA, 2005; SANTANA, 2012). Therefore, the objective is to rise students interests, at graduate level in chemistry, in a work involving a series of experiments to observe the quantitative correlation between the consumption of the reagents and the generation of their respective products.

Keywords: Education; Teaching methodology; Chemistry teaching.

INTRODUÇÃO

No processo de ensino aprendizagem e nas práticas educacionais de maneira geral, decidir e definir os objetivos de aprendizagem significa estruturar, de forma consciente, a didática utilizada de modo a oportunizar mudanças de pensamentos, ações e condutas. Essa estruturação é resultado de um planejamento que está diretamente relacionado à escolha do conteúdo, de procedimentos, de atividades, de recursos disponíveis, de estratégias, de instrumentos de avaliação e de metodologia a ser adotada (ALVES, 2006; FERRAZ, 2010).

As metodologias ativas utilizam a problematização como estratégia de ensino-aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o discente, pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e inicia suas descobertas. (MITRE, 2007; BRITO, 2004).

O processo ensino-aprendizagem é complexo, apresenta um caráter dinâmico e não acontece de forma linear. O estudante precisa assumir um papel cada vez mais ativo, descondicionando-se da atitude de mero receptor de conteúdos, buscando efetivamente conhecimentos relevantes aos problemas e aos objetivos da aprendizagem. Iniciativa criadora, curiosidade científica, espírito crítico-reflexivo, capacidade para autoavaliação, cooperação para o trabalho em equipe, senso de

responsabilidade, ética e sensibilidade na assistência são características fundamentais a serem desenvolvidas em seu perfil. (MITRE, 2007, p. 2137).

A prática laboratorial envolve uma série de materiais e um processo dinâmico que tem como vantagem ser um trabalho expositivo, que facilita a compreensão dos estudantes nesse campo (GEROSA, 2005; SANTANA, 2012). Com o intuito de despertar o interesse de alunos do ensino superior na área química, foi proposto um trabalho que envolve uma série de experimentos cujo objetivo é observar empiricamente a correlação quantitativa entre consumo de reagentes e geração de seus respectivos produtos. A experimentação mostrou-se como principal aliado discente para demonstrações de conteúdos teóricos (LOPES, 2011).

Além disso, será oferecida, ainda, a demonstração de uma execução segura do procedimento experimental, garantindo boas práticas laboratoriais.

OBJETIVO

Como objetivos específicos propostos, conforme demonstrado na figura 1, podemos relacionar: a demonstração experimental de correlação entre massa e volume molar, a comprovação da proporção molar estequiométrica e uma introdução dos aspectos químicos envolvidos no equilíbrio ácido-base.

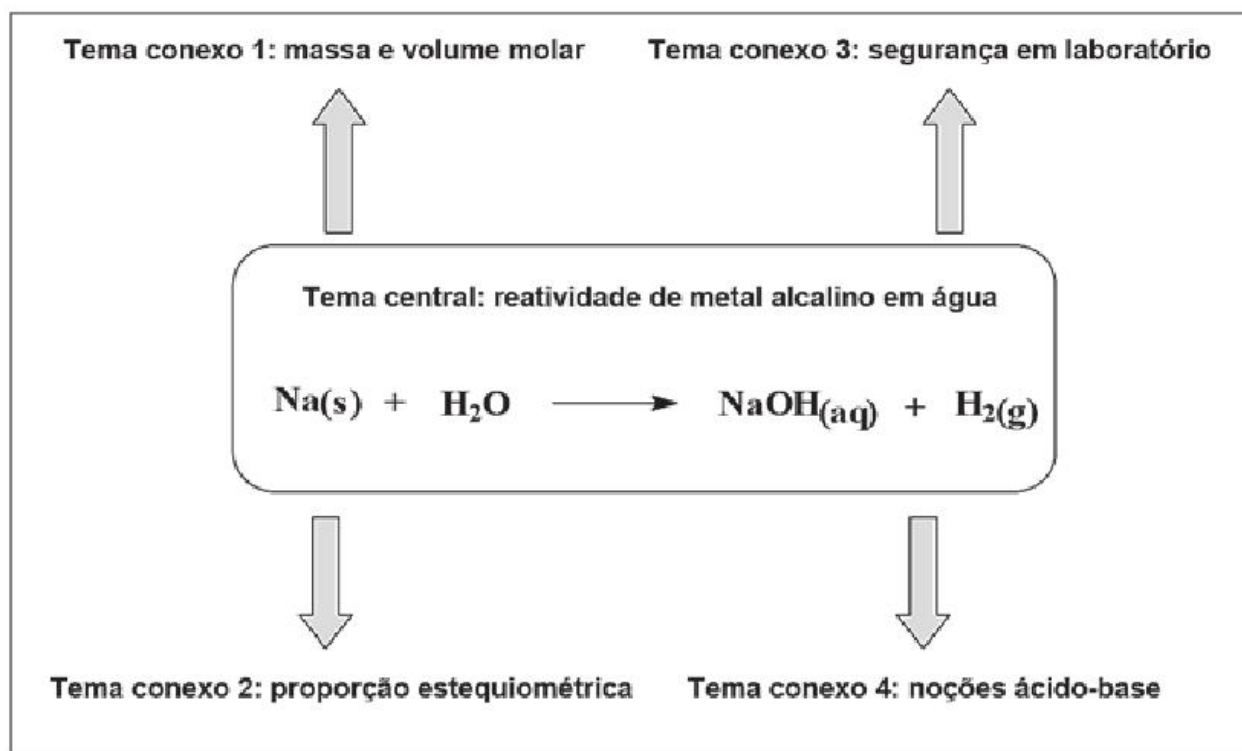


FIGURA 1 - Quadro expositivo dos temas envolvidos que são por consequência os objetivos específicos do projeto.

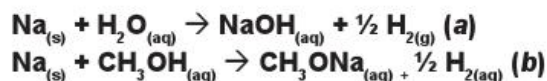
Fonte: elaborada pelos autores

METODOLOGIA

A metodologia adotada, do ponto de vista teórico, estará centralizada na linha de problematização proposta no projeto, com as cinco etapas do Arco de Magueréz (GEROSA, 2005) (figura 2):

- 1) Observação da Realidade;
- 2) Identificação dos Problemas-Pontos Chave;
- 3) Teorização;
- 4) Hipóteses de Solução – Planejamento;
- 5) Aplicação – Execução da ação (Prática).

Segundo a problematização proposta, a observação a ser comprovada foi a geração de efervescência, quando da reação do sódio metálico (Na) com água, reação *a*, ou etanol, reação *b*, descritas abaixo (ATKINS, 1998; LUZ, 2004).



Como problemas ou pontos chave identificados nestas reações, destacamos a liberação de gás hidrogênio,

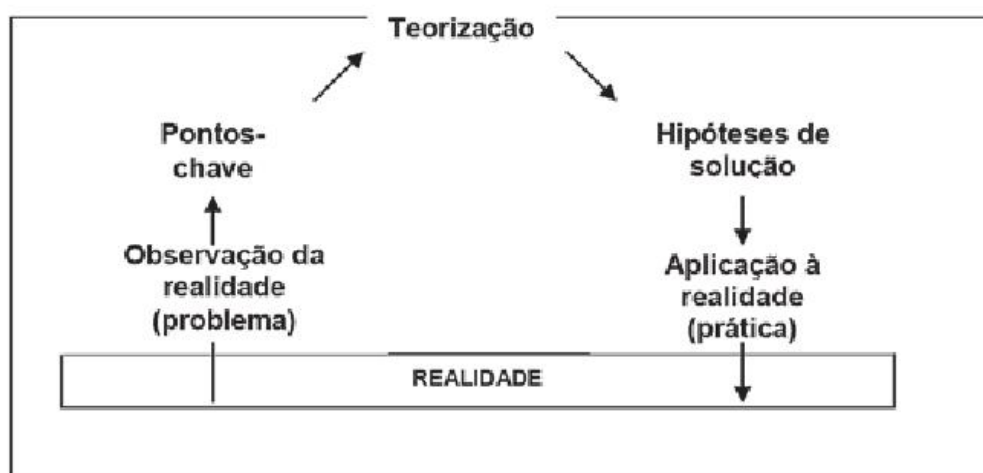


FIGURA 2 - Arco de Magueréz com as etapas do processo para realização do projeto.

Fonte: elaborada pelos autores

H₂, acompanhada da formação de compostos básicos em ambas as reações, sendo hidróxido de sódio (NaOH) na reação *a* e metóxido de sódio (CH₃ONa) na reação *b*. Na teorização aplicada às reações, sabe-se que num sistema químico balanceado, há uma proporção molar constante entre o consumo dos reagentes e formação dos produtos. Ou seja, nas reações apresentadas serão consumidos 1 mol de cada reagente envolvido, gerando 1 mol de cada uma das bases, hidróxido ou metóxido, acompanhado da geração de meio mol de hidrogênio gás.

A hipótese, a ser testada, foi de que o volume de gás liberado será proporcional à massa de reagente consumido e de produto gerado em ambas as reações. Como aplicação ou ação práticas, massas de sódio metálico, previamente determinadas, foram submetidas em capela a reações com água e metanol, determinando-se quimicamente as quantidades de produtos obtidos em cada reação. Os fragmentos de sódio metálico foram adicionados lentamente sobre o solvente em questão.

As reações *a* e *b*, já descritas, foram executadas por oito vezes, utilizando-se massas crescentes de sódio metálico equivalentes a 0,05 g; 0,1g; 0,15g; 0,20g; 0,25g, 0,30g; 0,35g e 0,40 gramas. O volume de água utilizado em cada reação foi de 30 mL e o de metanol foi de 20 mL. Cada sequência reacional foi realizada em triplicata com água e em triplicata com metanol, ou seja, cada reação foi realizada num total de vinte e quatro vezes, três sequências crescentes de massa de sódio metálico em cada solvente.

Para a determinação volumétrica das quantidades de hidróxido de sódio e metóxido de sódio gerados, foram feitas titulações ácido-base, utilizando-se HCl 0,1 mol/L padrão em todas as determinações.

Como medida de segurança, todas as reações foram executadas em capela, utilizando-se kitsatos de 250 mL. Os alunos utilizaram todo o equipamento de proteção individual (EPI) preconizado, óculos de proteção, luvas de borracha e de kevlar e jalecos de mangas compridas.

Para determinação das correlações lineares e otimização gráfica por regressão linear, foi utilizado o software *Origin 6.1*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A tabela 1, apresentada abaixo, expressa os valores de massa de sódio metálico, hidróxido de sódio e volume de ácido clorídrico consumido em cada titulação para a determinação do hidróxido de sódio gerado nos oito experimentos envolvendo a reação do sódio metálico em água. Foram utilizadas massas crescentes de sódio metálico, e cada uma das sequências reacionais tabeladas estão identificadas como **a**, **b** e **c**. Os rendimentos obti-

dos em cada um dos oito experimentos, de 1 a 8, foram acima de 91% em média.

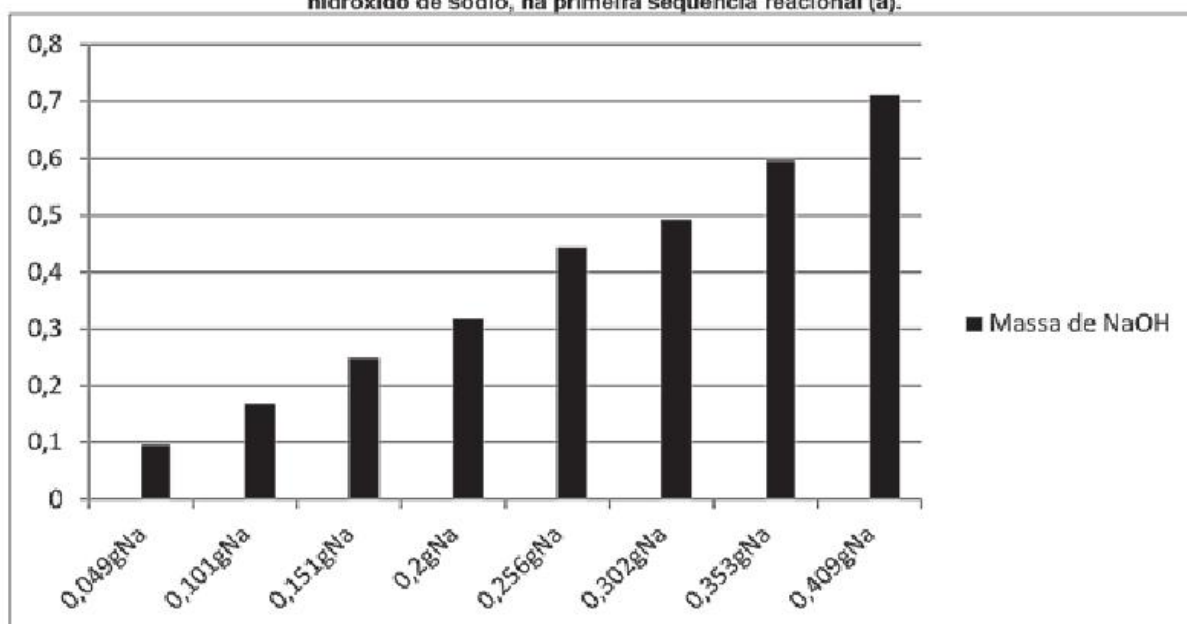
A relação de proporcionalidade entre a massa de sódio metálico consumido e a massa de hidróxido de sódio gerado, a partir dos dados da tabela 1, para cada sequência reacional, são representadas nos gráficos das figuras 1, 2 e 3. Com os mesmos dados tabelados já descritos, também foi possível avaliar a relação de proporcionalidade entre a massa de sódio metálico consumido e o volume de ácido clorídrico consumido na determinação do hidróxido de sódio gerado nas sequências reacionais. Estas relações estão representadas nos gráficos dos gráficos 3, 4 e 5.

TABELA 1 - Dados de massa e volume das reações do sódio metálico em água.

Exp.	Na (g)			HCl (mL)			NaOH (g)		
	a	b	c	a	b	c	a	b	c
1	0,049	0,053	0,049	18,4	21,6	18,4	0,095	0,092	0,095
2	0,101	0,103	0,101	45,2	39,8	43,6	0,168	0,1791	0,1812
3	0,151	0,153	0,157	67,6	59,3	61,5	0,248	0,2661	0,2730
4	0,200	0,205	0,200	78,2	78,7	77,2	0,318	0,3565	0,3478
5	0,256	0,252	0,250	119,1	97,4	103,5	0,444	0,4383	0,4343
6	0,302	0,303	0,299	121,0	115,4	116,7	0,492	0,5102	0,52
7	0,353	0,350	0,353	146,2	137,58	146,2	0,596	0,608	0,596
8	0,409	0,405	0,405	182,0	159,19	159,19	0,711	0,704	0,704

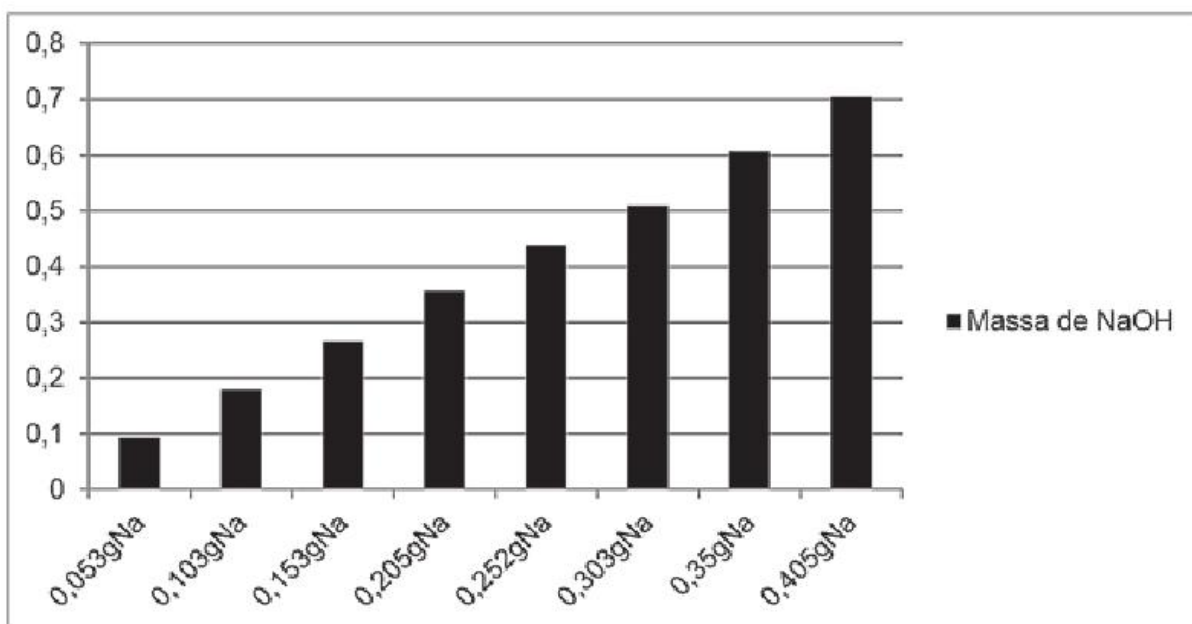
Fonte: elaborada pelos autores

GRÁFICO 1 – Gráfico de correlação entre as massas de sódio e de hidróxido de sódio, na primeira sequência reacional (a).



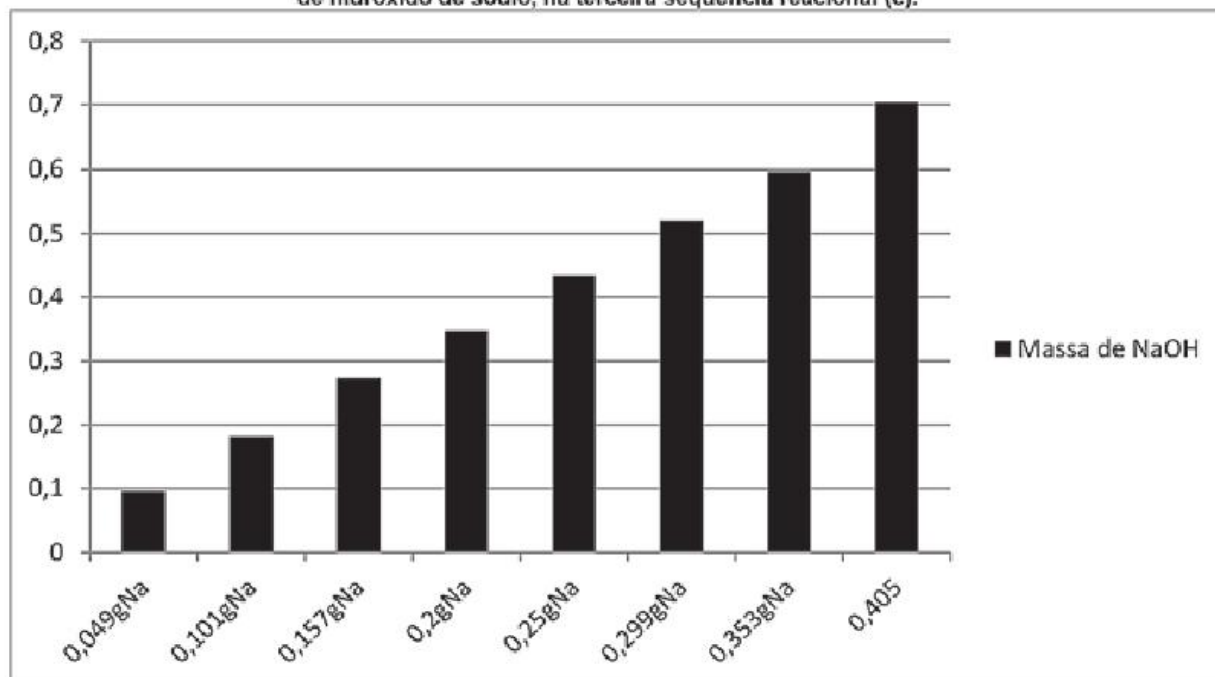
Fonte: elaborada pelos autores

GRÁFICO 2 – Gráfico de correlação entre as massas de sódio e de hidróxido de sódio, na segunda sequência reacional (b).

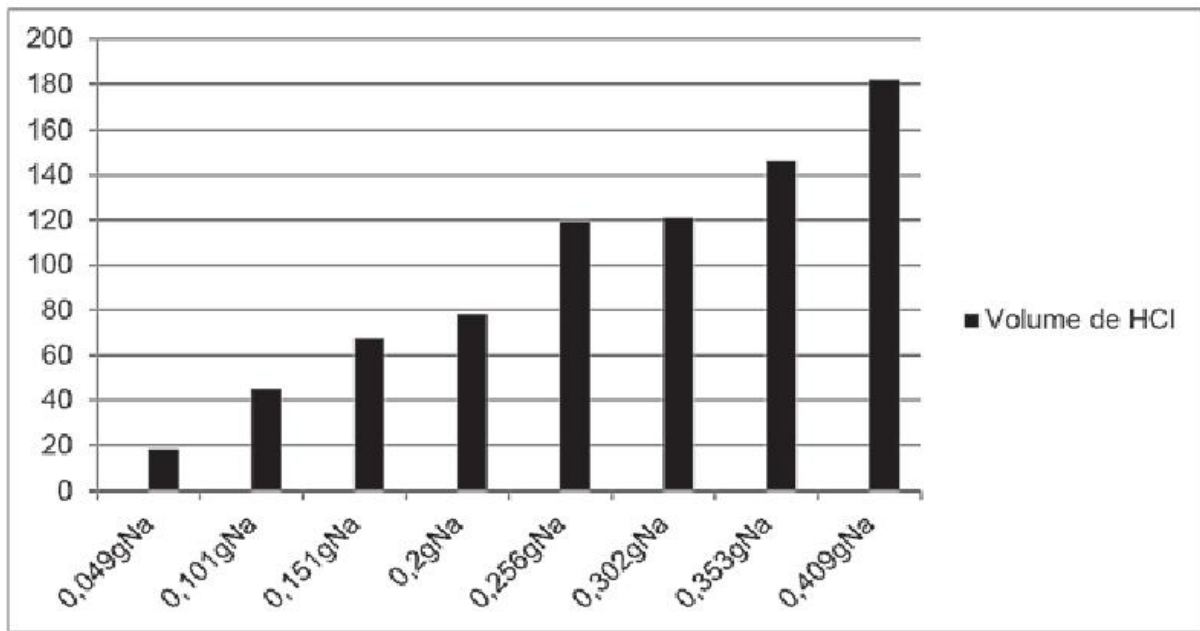


Fonte: elaborada pelos autores

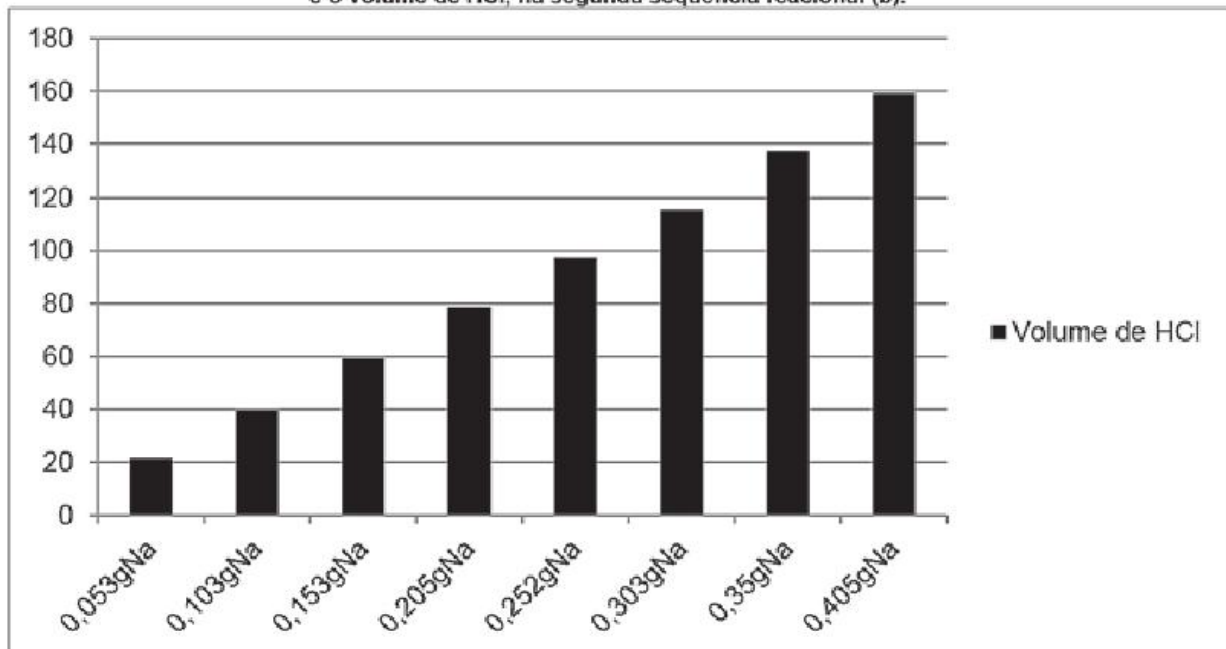
GRÁFICO 3 – Gráfico de correlação entre as massas de sódio e de hidróxido de sódio, na terceira sequência reacional (c).



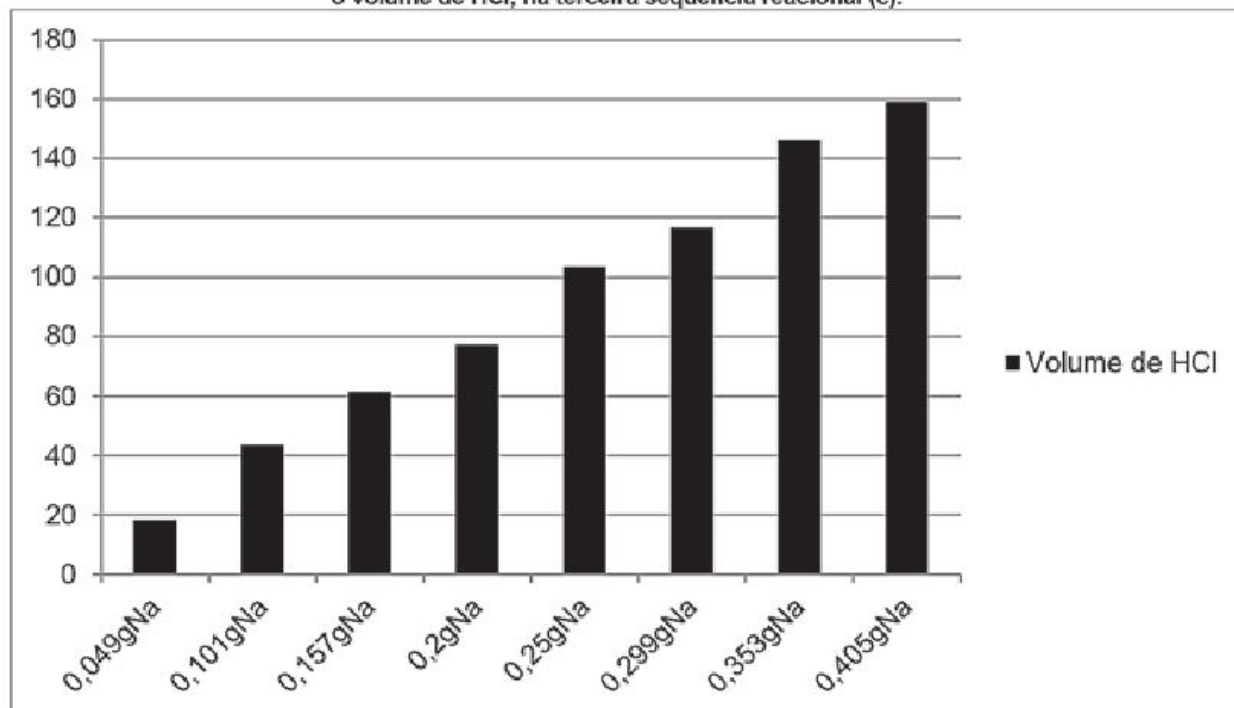
Fonte: elaborada pelos autores

GRÁFICO 4 – Gráfico de correlação entre a massa de sódio e o volume de HCl, na primeira sequência reacional (a).

Fonte: elaborada pelos autores

GRÁFICO 5 – Gráfico de correlação entre a massa de sódio e o volume de HCl, na segunda sequência reacional (b).

Fonte: elaborada pelos autores

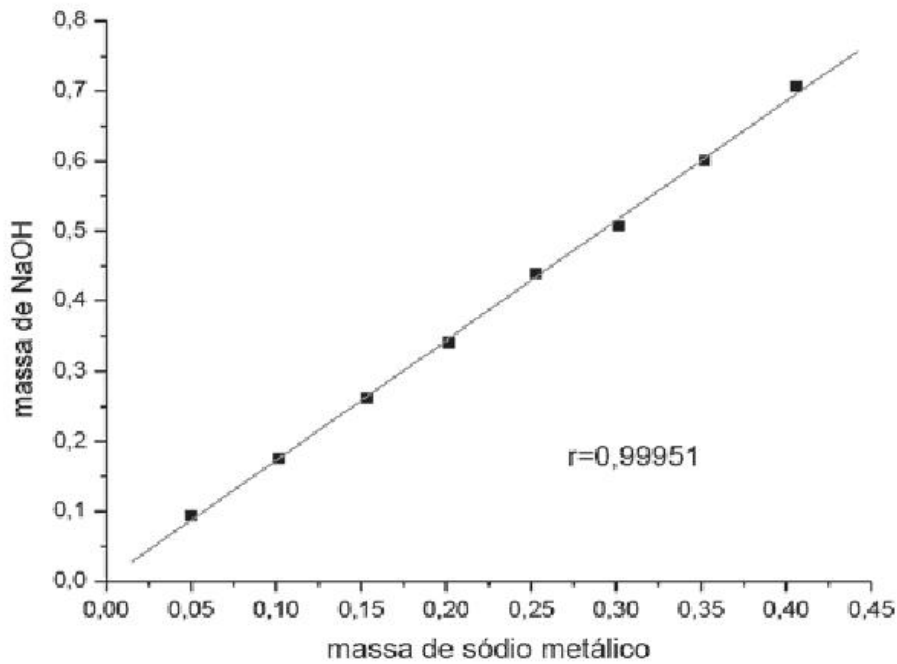
GRÁFICO 6 – Gráfico de correlação entre massa a de sódio e o volume de HCl, na terceira sequência reacional (c).

Fonte: elaborada pelos autores.

Tanto nas correlações massa-massa entre sódio metálico e NaOH (gráficos dos gráficos 1, 2 e 3), quanto nas correlações massa-volume entre NaOH e ácido clorídrico consumido (gráficos das figuras 4, 5 e 6), é possível perceber o perfil de linearidade entre estes parâmetros para a reação entre sódio metálico e água. Na correlação massa-massa, entre sódio e NaOH, a linearidade foi confirmada pelo cálculo de correlação linear, com valores de r iguais a 0,99776, 0,99964 e 0,99962 para as sequências reacionais **a**, **b** e **c** respectivamente.

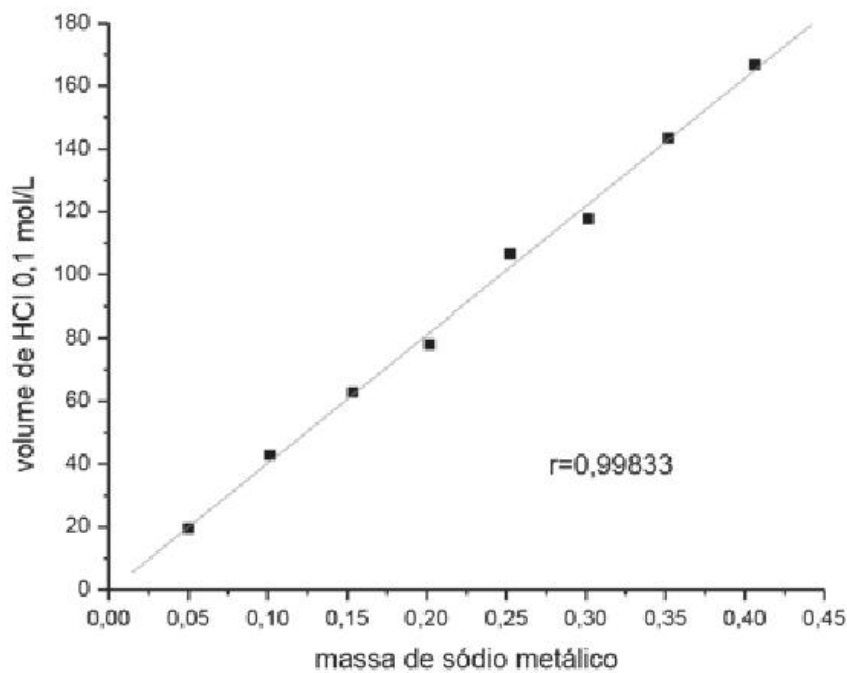
Considerando os valores médios obtidos, a partir das sequências reacionais, para as massas de sódio e de NaOH, foi obtido um novo valor de r igual a 0,99951, como demonstra o gráfico de correlação otimizado na figura 9. Na correlação massa-volume, entre sódio e HCl, os valores de r foram iguais a 0,99269, 0,99959 e 0,99677 para as sequências reacionais **a**, **b** e **c**, respectivamente. A partir dos valores médios na correlação massa-volume foi obtido um valor de r otimizado igual a 0,99833, conforme gráfico 7.

GRÁFICO 7 – Gráfico otimizado para a correlação linear entre as massas de NaOH e sódio metálico na reação sódio metálico e água



Fonte: elaborada pelos autores

GRÁFICO 8 – Gráfico otimizado para a correlação linear entre o volume de HCl e a massa de sódio metálico e na reação sódio metálico e água



Fonte: elaborada pelos autores

TABELA 2 - Dados de massa e volume das reações do sódio metálico em metanol.

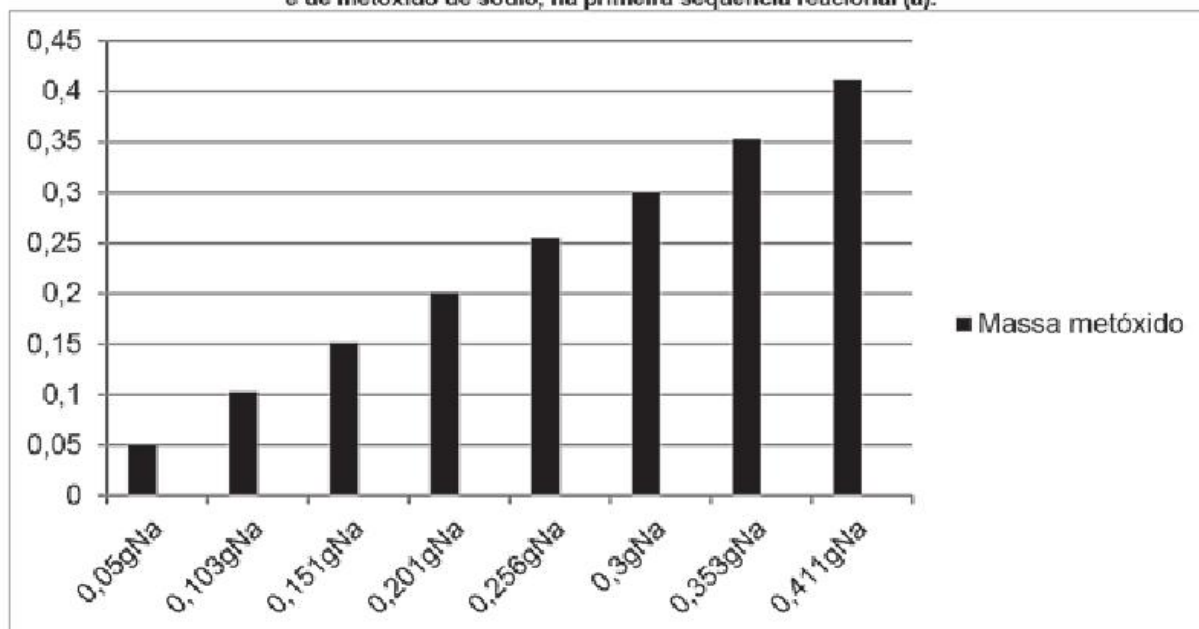
Exp.	Na (g)			HCl (mL)			CH ₃ ONa (g)		
	a	b	c	a	b	c	a	b	c
1	0,050	0,054	0,052	19,8	20,8	20,3	0,129	0,126	0,1275
2	0,103	0,095	0,100	37,5	37,0	40	0,242	0,223	0,253
3	0,151	0,155	0,153	64,1	60,9	62,5	0,354	0,363	0,359
4	0,201	0,201	0,206	81,2	72,7	80,4	0,491	0,471	0,484
5	0,256	0,253	0,257	101,6	99,4	97	0,601	0,594	0,603
6	0,300	0,305	0,302	126,8	119,9	100,3	0,704	0,716	0,709
7	0,353	0,352	0,357	148,0	138,3	100	0,829	0,826	0,838
8	0,411	0,405	0,406	176,1	159,2	163,2	0,965	0,950	0,953

Fonte: Elaborada pelos autores

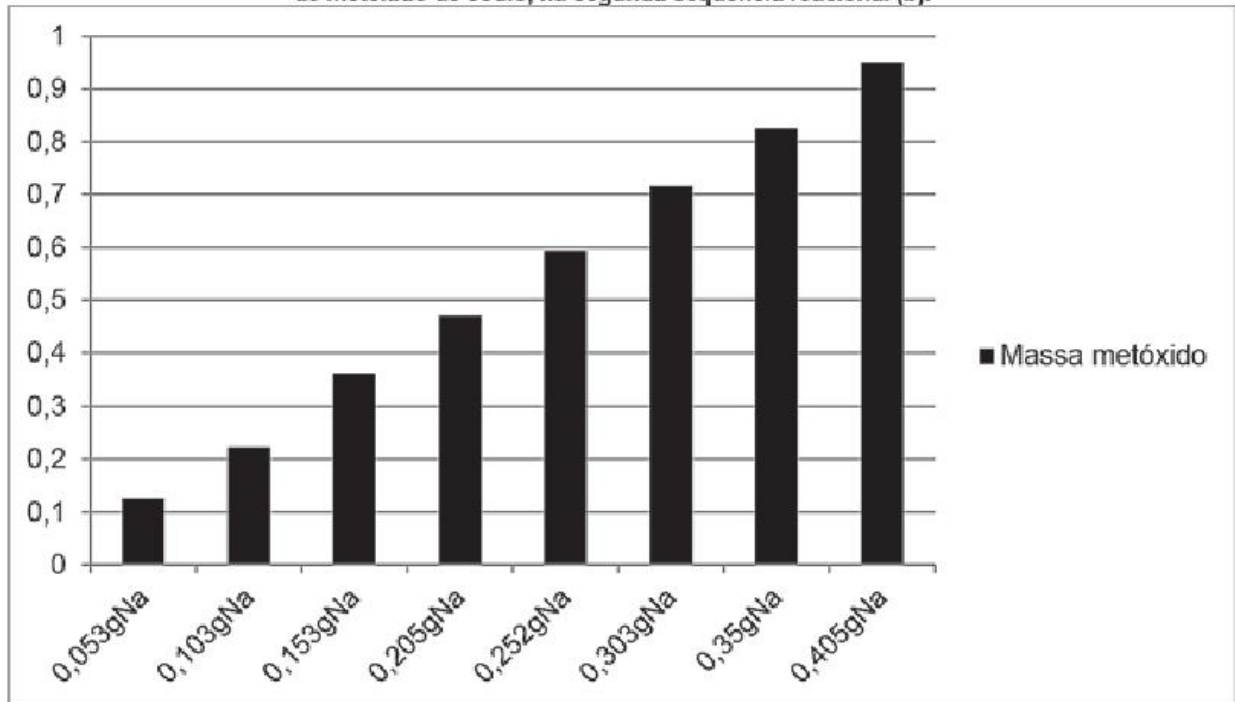
A tabela 2, representada acima, expressa os valores de massa de sódio metálico, metóxido de sódio e o volume de ácido clorídrico consumido em cada titulação para a determinação do metóxido de sódio, gerado nos oito experimentos envolvendo a reação do sódio metálico em metanol. Foram utilizadas massas crescentes de sódio metálico e cada uma das sequências reacionais tabeladas estão identificadas como **a**, **b** e **c**. Os rendimentos obtidos em cada um dos oito experimentos, de 1 a 8, semelhantemente ao já descrito para a reação anterior,

também foram acima de 91% em média.

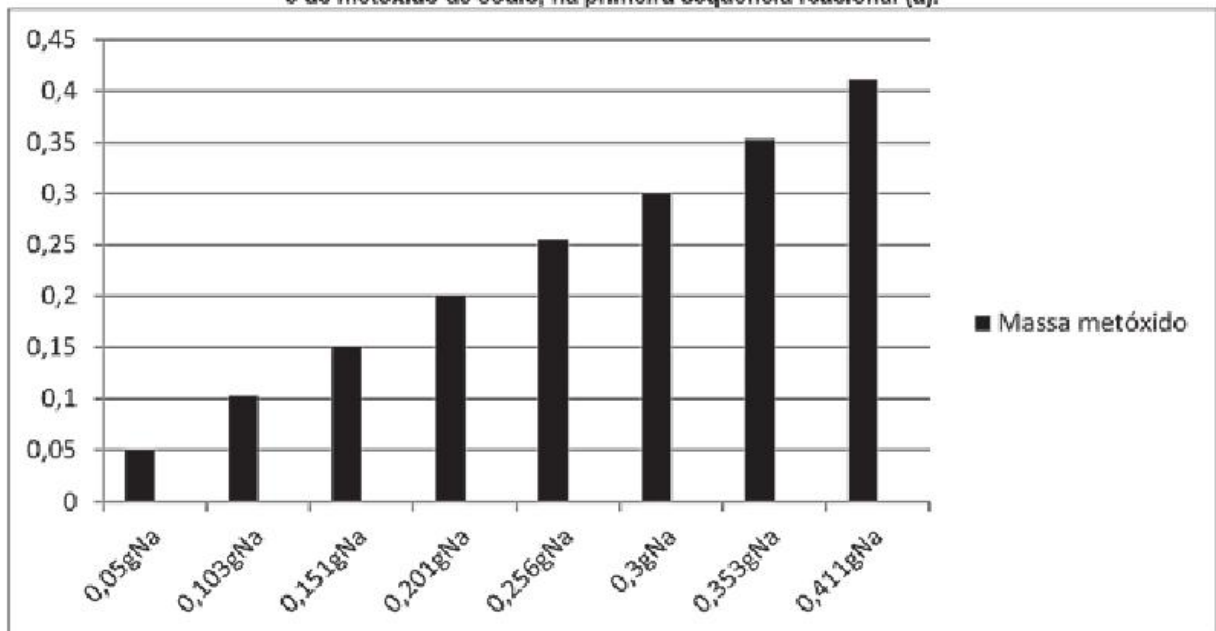
A partir dos dados da tabela 2, foram avaliadas as proporcionalidades entre as massas de sódio metálico e de metóxido de sódio, bem como entre as massas de sódio e os volumes de HCl 0,1 mol/L consumidos no doseamento do metóxido de sódio. Os gráficos 9, 10 e 11 relacionam as massas de sódio e de metóxido de sódio, assim como os gráficos 12,13 e 14 relacionam a massa de sódio e o volume de HCl para cada uma das sequências reacionais, **a**, **b** e **c**.

GRÁFICO 9 – Gráfico de correlação entre as massas de sódio e de metóxido de sódio, na primeira sequência reacional (a).


Fonte: elaborada pelos autores

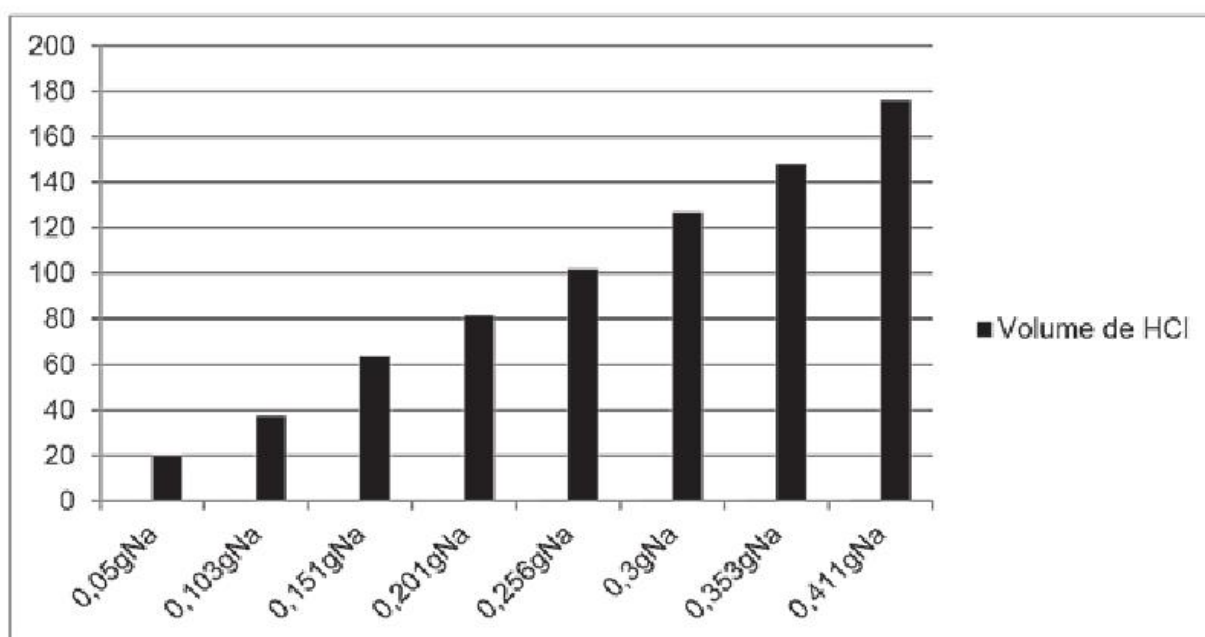
GRÁFICO 10 – Gráfico de correlação entre as massas de sódio e de metóxido de sódio, na segunda sequência reacional (b).

Fonte: elaborada pelos autores

FIGURA 11 – Gráfico de correlação entre as massas de sódio e de metóxido de sódio, na primeira sequência reacional (a).

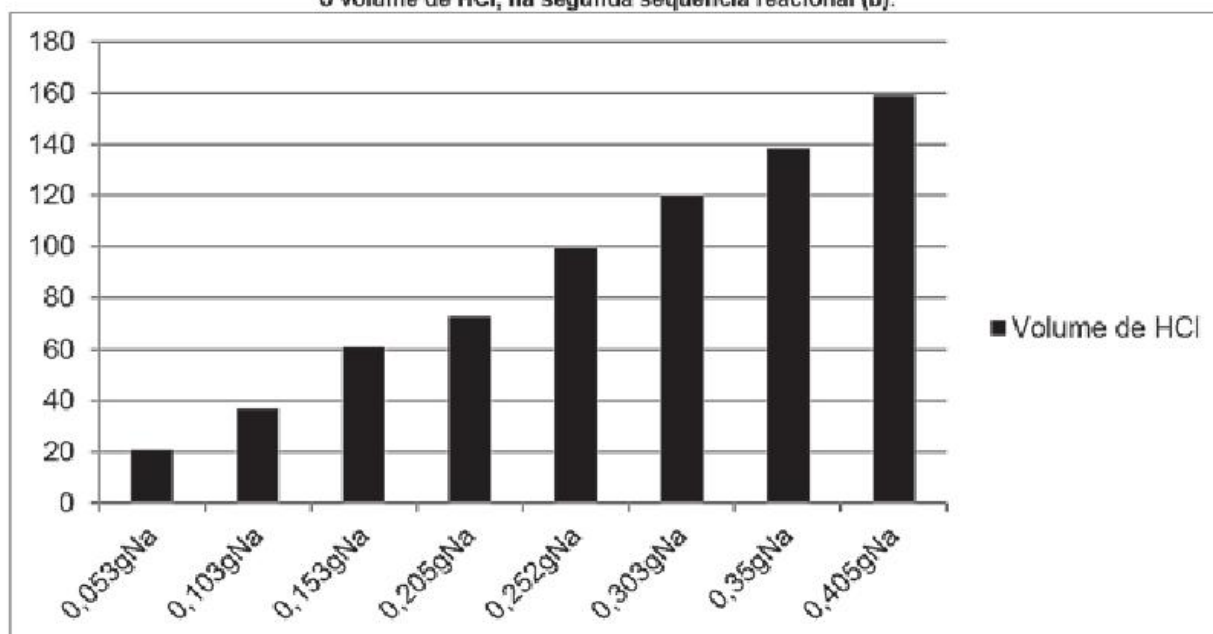
Fonte: elaborada pelos autores

GRÁFICO 12 – Gráfico de correlação entre a massa de sódio e o volume de HCl, na primeira sequência reacional (a).



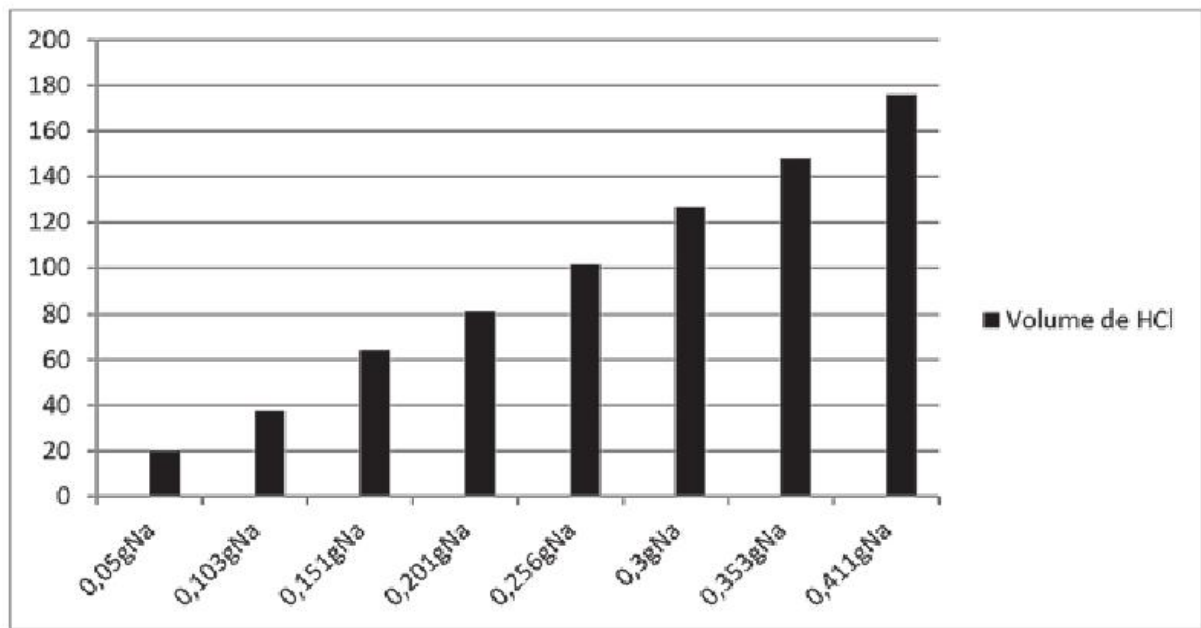
Fonte: elaborada pelos autores

GRÁFICO 13 – Gráfico de correlação entre a massa de sódio e o volume de HCl, na segunda sequência reacional (b).



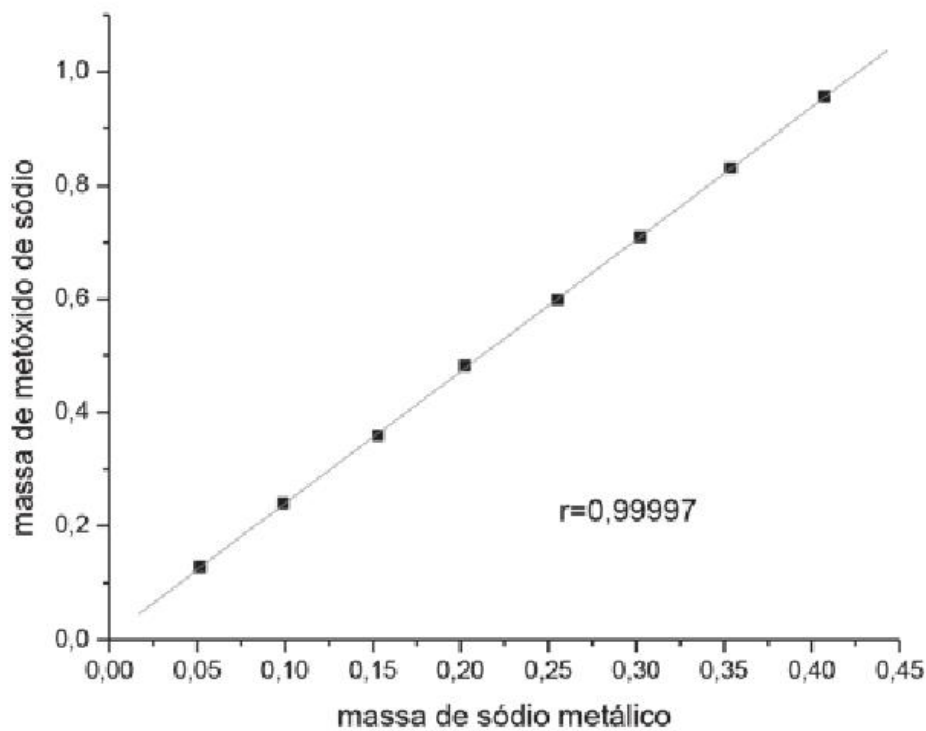
Fonte: elaborada pelos autores.

FIGURA 14 – Gráfico de correlação entre a massa de sódio e o volume de HCl, na primeira sequência reacional (a).



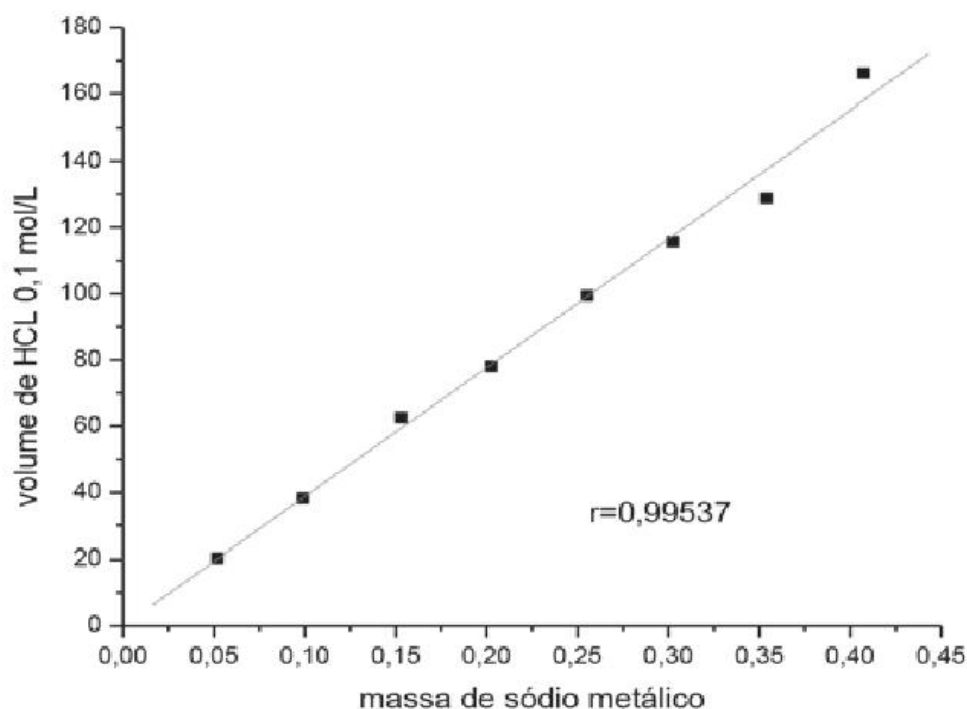
Fonte: elaborada pelos autores

GRÁFICO 15 – Gráfico otimizado para a correlação linear entre as massas de metóxido de sódio e de sódio metálico na reação sódio metálico e metanol



Fonte: elaborado pelos autores

GRÁFICO 16 – Gráfico otimizado para a correlação linear entre o volume de HCl e a massa de sódio metálico na reação sódio metálico e metanol



Fonte: elaborado pelos autores

Assim como na reação do sódio metálico em água, a reação deste em metanol também proporcionou a confirmação de linearidade a partir dos cálculos de correlação linear entre massas de sódio e metóxido de sódio e entre a massa de sódio e o volume de HCl. Na correlação massa-massa, os valores de r nas sequências reacionais **a**, **b** e **c** foram iguais a 0,99972, 1 e 0,9973 respectivamente. Nas correlações massa-volume, os valores de r nas mesmas sequências já descritas, foram iguais a 0,9986, 0,99902 e 0,95263. Ainda foram obtidos gráficos otimizados com os valores médios das sequências reacionais **a**, **b** e **c** para as massas de sódio e metóxido de sódio, gráfico 15, e também para a massa de sódio e o volume de HCl, gráfico 16. No gráfico 15, o valor de r foi igual a 0,99997, e no gráfico 16 o valor de r foi igual a 0,99537.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos propostos, os experimentos realizados permitiram comprovar experimentalmente a proporcionalidade existente entre reagentes e produtos em uma reação química balanceada. Em todos os experimentos, tanto a correlação massa-massa, quanto a correlação massa-volume se mostraram diretamente proporcionais para qualquer massa inicial utilizada dos reagentes. Os dados obtidos experimentalmente foram estatisticamente significativos quanto à linearidade.

Esta comprovação é confirmada pelos valores de coeficientes de correlação linear (r) calculados, em cada sequência reacional, e otimizados através das médias dos valores individuais, que foram superiores a 0,99 em todas as correlações propostas, exceto, na terceira sequência reacional do sódio metálico em metanol. Nesta sequência, a correlação linear r entre a massa de sódio reagente e o volume de HCl consumido no doseamento do metóxido de sódio foi igual a 0,95263. Como propostas experimentais a serem implementadas como metodologia ativa, as reações foram perfeitamente viáveis quanto à sua execução, desde que sejam respeitadas as normas básicas de segurança em laboratório.

REFERÊNCIAS

ALVES, V.S. *Suporte à percepção em Groupware Síncronos de Aprendizagem*. XXVII Simpósio de Informática na Educação (SBIE), Brasília, p.82-91, 2006.

ATKINS, P., JONES, L. *Chemistry: molecules, matter and change*. New York: Freeman and Company, 1998. 886p.

BRITO, R.F., PEREIRA, A.T.C. *Um estudo para ambientes colaborativos e suas ferramentas*. Em: CONAHPA – Congresso Nacional de Ambientes Hiperídia para Aprendizagem, 2004, Florianópolis: UFSC/CTC, v.1, 2004.

FERRAZ, A.P.C.M., BELHOT, R.V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. *Gestão & Produção*, v.17, n.2, 421-431, 2010.

GEROSA, M.A. *Suporte à percepção em ambientes de aprendizagem colaborativa*, Laboratório de Engenharia de Software (LES), PUC-RIO, 2005.

LOPES, R.M., SILVA FILHO, M.V., MARSDEN, M., ALVES, N.G. Aprendizagem baseada em problemas: uma experiência no ensino de química toxicológica. *Química Nova*, v.34, n.7, 1275-1280, 2011.

MITRE, S.M., BATISTA, R.S., MENDONÇA, J.M.G., PINTO, N.M.M., MEIRELLES, C.A.B., PORTO, C.P., MOREIRA, T., HOFFMANN, L.M.A. Metodologias ativas de ensino aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.13, sup.2, 2133-2144, 2008.

SANTANA, C.A., CUNHA, N.L., SOARES, A.K.A. Avaliação discente sobre a metodologia de ensino baseado em problemas na disciplina de farmacologia.

Revista Brasileira de Farmácia, v.93, n.3, 337-340, 2012.

LUZ Junior, G.E.; SOUSA, S.A.; MOITA, G.C.; NETO, J.M.M. Química Geral Experimental: uma abordagem didática. *Química Nova*, v.27, n.1 164-168, 2004.

NOTAS

¹ Discentes do curso de Farmácia, alunos bolsistas do XIII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

² Discentes do curso de Farmácia, alunos voluntários do XIII Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva.

³ Professor Pesquisador e Coordenador do projeto, Docente do Centro Universitário Newton Paiva.

ESTÓRIAS CONTAM HISTÓRIAS: OLHARES SOBRE A EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA EM NARRATIVAS DE IDOSOS ASILADOS¹

André Luiz de Carvalho²

Aline Aparecida Tenório Rodrigues³

Myrella Carvalho Silva⁴

Coord. Maria do Carmo de O. M. dos
Santos⁵

“Prá lá você vai, se não for, a vida há de lhe custar.”

Resumo: A pesquisa que deu origem a este artigo teve como objetivo apresentar uma reflexão sobre as narrativas de idosos, abrigados em asilos públicos, a fim de investigar a visão de mundo desse segmento social, observando o processo de exclusão e resistência à exclusão, tendo como referência a cena enunciativa de seus relatos. Partindo do princípio de que muitos idosos hoje vivem fora do seio familiar e “à margem da sociedade”, abrigados em ILPs (Instituições de Longa Permanência públicas ou filantrópicas), é pertinente pesquisar, pois, como se configura o imaginário de pessoas idosas social e economicamente excluídas. Os relatos demonstraram a complexidade do lugar a eles delegado por nossa sociedade.

Palavras-chave: Idoso. Narrativas. Sociedade. Exclusão. Resistência.

Abstract: The research that led to this article aims to present a reflection on the narratives of elders sheltered in public nursing homes in order to investigate the worldview of this social segment, noting the process of exclusion and resistance to exclusion, with reference the expository scene of their reports. The assumption that many elderly people, today, live outside the family environment and “in the margins of society”, housed in ILPS (Institutions of Long Permanence, public or philanthropic), it's relevant to search for, as you configure the imagination of elders socially and economically excluded. Reports showed the complexity of the place they delegated by our society.

Keywords: Elderly. Narratives. Society. Exclusion. Resistance.

APRESENTAÇÃO

O grupo de pesquisa “Estórias contam Histórias” constituiu-se a partir da coleta de histórias contadas por idosos abrigados em Instituições de Longa Permanência (ILPs), públicas ou filantrópicas. O objetivo principal, a priori, era coletar histórias ficcionais narradas por esse segmento social e, através das narrativas, perceber o processo de exclusão e resistência à exclusão, vivenciado pelo idoso. Os entrevistados tinham, em média, de 60 a 104 anos, sexo masculino e feminino. No momento, entendemos por idosos, pessoas que, apresentando características de envelhecimento e consequentes falências físicas, encontram-se morando nas “ILPs” e vivem limitadamente afastados da sociedade. Mesmo porque ao questionarmos quem pode ser chamado de idoso percebemos que, “[...] as tentativas de definição são sempre contrapostas com alguma objeção que faz valer a tese de que algo escapa àquilo que se constitui a velhice” (MUCI-DA, 2004, p. 27).

Talvez porque, hoje, existe uma clara negação do envelhecimento. Isso se tornou uma questão cultural em nossa sociedade. Haja vista os eufemismos utilizados para nos referirmos a esta etapa da vida, tais como: melhor idade, adulto maduro, meia idade, idade madura, maior idade, idade legal, terceira idade etc. (NERI e FREIRE, 2000). O uso de termos e expressões que se referem à velhice ratifica o medo e a negação do envelhecimento, fenômeno chamado de gerontofobia, que só acontece porque sentimos a problemática do lugar social a eles delegado em nossa sociedade, razão pela qual tememos os reveses e as vicissitudes da vida.

Sabemos pela própria experiência que a sociedade capitalista valoriza o cidadão em sua fase produtiva e com potencial de consumo. Ao entrar para a “terceira idade”, se o indivíduo não atende a essa demanda do mundo capitalista, ele é aliado da sociedade. Já há algum tempo que Néstor Cancline, em “Cidadãos e consumidores”, alertou-nos para essa falácia social, dizendo que somos considerados mais ou menos cidadãos dependendo de nossa capacidade de consumo. Nessa perspectiva, precisamos ter ciência de todas essas distorções, pois, segundo Neri e Freire (2000, p. 14), “Se as várias realidades da velhice e do processo de envelhecimento fossem bem conhecidas, não seria necessário temê-las, evitá-las ou negá-las.”

Papaléo Netto (1996) também comenta que a questão de ser velho é um fenômeno mundial. Porém, no Brasil, a discussão sobre envelhecer é algo novo e aparece como preocupação a partir dos anos 70. Hoje, a expectativa de vida está aumentando por causa dos programas de

prevenção às doenças, como a hipertensão, controle dos problemas cardíacos e outros. Além disso, a prática de exercícios físicos iniciada mais cedo e se prorrogando ao longo da vida leva as pessoas a viverem mais.

Acrescentamos a isso o consciente controle de natalidade, fazendo com que a camada social composta por pessoas de mais idade torne-se mais significativa. O último censo (2010) mostrou que há dez anos, o número de idosos representava 8% da população brasileira. Hoje, o Brasil tem 12% de pessoas acima dos 60 anos de idade. ⁶ Este processo está acontecendo desde o final da década de 1960, “quando o declínio da mortalidade passou a ser acompanhado por uma redução também das taxas de fecundidade”, sendo preciso buscar uma maturidade sociocultural para acompanhar essa novidade demográfica, pois histórica e culturalmente, o Brasil é marcado por desigualdades sociais e culturais.

Nesse contexto, Papaléo Netto (1996) questiona: Que lugar os idosos ocupam na sociedade brasileira? Que lugar as pessoas idosas construíram para si e os demais na sociedade brasileira? O autor diz que o papel da família é importante em dois estágios da vida: no período educativo e na senectude. Muitos idosos não estiveram ligados ao sistema previdenciário e estas pessoas hoje estão totalmente dependentes de parentes ou de ações do Estado. O teórico enfatiza que é importante considerar que não existe um só envelhecer, mas processos de envelhecimento e que estes variam de acordo com o gênero, a etnia, a classe social, a cultura e outros aspectos. Essa constatação também instigou a pesquisa, uma vez que refletir sobre esse segmento social levou os acadêmicos a conhecer melhor a realidade imutável da vida: o envelhecer. Repensar, pois, o lugar social destinado às pessoas nesta fase da vida constituiu um aspecto positivo e pertinente deste trabalho.

Quanto à metodologia, utilizamos a pesquisa teórico-metodológica a fim de nos ajudar nas coletas e nas análises das narrativas. No início da execução do projeto, vários encontros foram feitos, para estudo e discussão do referencial teórico. Em “Aprendendo a entrevistar”, Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma (2005) abordam a importância do método de entrevista “aberta” para coleta de histórias de vida na perspectiva científica. Além de ouvir as estórias, o aspecto observação também fez parte da investigação. Assim, os iniciantes aprenderam a técnica de ouvir, mas sem muitas interferências para manter a distância necessária a “objetividade científica”, como explicam as autoras.

Após a preparação dos componentes do grupo sobre a forma de abordagem, a partir da leitura de textos sobre tipos de pesquisa, especialmente sobre a pesquisa qua-

litativa, iniciamos as entrevistas que foram aplicadas em instituições de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Na fase exploratória, foram discutidos os objetivos gerais e específicos e algumas questões nortearam nossa pesquisa, tais como: quem são esses idosos? Suas “histórias” apontam para uma possível ruptura e esfacelamento de laços sociais? De que forma suas narrativas relacionam-se com a situação de marginalização ou exclusão? Quais os movimentos de resistência à exclusão são apresentados em seus discursos?

Desse modo, motivados por esses e outros questionamentos, partimos para a pesquisa de campo. Esse momento foi inteiramente enriquecedor, pois aprendemos muito sobre a vida dos idosos que vivem em ILPs. Conhecemos, inclusive, uma casa que fica no centro da cidade, em que as pessoas com mais idade, que ainda preservam sua saúde mental e física, podem sair e voltar, desde que respeitem regras que garantem a segurança dos abrigados. Constatamos que a prática asilar tem crescido cada dia mais na cultura brasileira e, juntamente com esta prática, observamos que, muitas vezes, essas pessoas vivem afastadas da vida familiar, social e cultural.

Dessa maneira, o fato de muitos idosos viverem, hoje, fora do seio familiar e “à margem da sociedade”, instigou-nos a pesquisar como se configura o imaginário de pessoas idosas social e economicamente excluídas. Os relatos, ficcionais ou não, serviram de objetos de análises e apontaram “o lugar a eles delegados por nossa sociedade.” Lugar este muitas vezes mascarado por um discurso social de “direitos humanos”. Sabemos que todo discurso é ideológico e marca um lugar de fala, porque é atravessado por “vozes”, no sentido bakhtiniano. Os discursos considerados, assim, denunciam conflitos, tensões, misérias nesta fase de vida.

O território densamente simbólico e descritivo da realidade de vida dessas pessoas levou-nos a perceber o sentimento de exclusão e resistência à exclusão, denunciados por seus discursos. Nessa perspectiva, a análise das narrativas teve como propósito desvelar os dilemas vivenciados pelos asilados. Os relatos, aqui, para ficar no universo bakhtiniano, são tomados como práticas sociais e, por isso mesmo, são sócio/histórico/culturalmente construídos. Dessa maneira, ao ler nas entrelinhas das histórias, usando como ferramenta operacionalizadora a análise do discurso, percebemos a exposição da miséria humana, e que ao relatar imbricadamente o factual e o ficcional, esses cidadãos deram-se a ler em seus sentimentos de abandono e carências afetivas. Nesse contexto, a pesquisa voltou os olhos para este grupo também como minorias, não em relação a números, mas em termos de força perante a sociedade, assim como o proces-

so de envelhecimento e suas implicações.

Ao analisarmos a produção cultural do grupo idoso e o papel de narrar a sociedade em seus movimentos de exclusão e resistência, analisamos as histórias no centro das discutidas relações entre texto e sociedade, por isso não perdemos de vista a questão do contexto sócio-histórico, uma vez que nos permitiu delinear a constituição dos sujeitos textuais e sociais, como norteia Antonio Candido (2010) em “Literatura e sociedade”. É sobre isso e outras constatações que iremos discorrer na exposição da parte analítica a seguir. Os relatos aqui analisados foram registrados apenas com as iniciais dos entrevistados, a fim de preservar a identidade dos idosos.

Em primeiro lugar, precisamos relatar nossa surpresa durante o percurso da coleta das histórias. O grupo percebeu que, longe do universo ficcional, (no projeto, pensávamos que os entrevistados facilmente contariam histórias ficcionais), os entrevistados estavam impregnados de suas histórias de vidas, a ponto de, no universo de 40 entrevistas, 10 histórias não serem consideradas pelo comprometimento cognitivo dos entrevistados, entre 30 histórias registradas, apenas 3 fizeram referência ou alusão a alguma história ficcional por eles ouvida ou contada. Contudo, isso não invalidou o trabalho, pois sabemos que contar histórias de vida (99% dos inquiridos falaram de histórias passadas), também é uma forma de desvelar seus conflitos, tensões e percursos.

Pertinente lembrarmos aqui Walter Benjamin (1993) ao defender que a memória não seria uma mera recordação, mas uma forma particular de juntar “cacos da história” particular e ou coletiva. A memória resgata, pois, acontecimentos, trazendo o passado para o presente e mostrando esse passado de modo inacabado, inesgotável, passível de novas leituras. No recontar suas histórias, o sujeito que narra identifica-se em um espaço e em um tempo, categorias também relacionadas ao imaginário, como percebemos no relato da Sra. M.: “Eu num sei nada de histórias [...] sei só da vida [...]”. Saber da vida, nesse caso, é presentificar um passado que os mantém vivos.

A partir disso, há duas ponderações importantes a fazer: a linguagem não dá conta da realidade, apenas a representa. Muito menos podemos afirmar que as reminiscências sejam fieis ao fato narrado, pois são construídas por fragmentos de memória. Nessa perspectiva, as narrativas aqui foram consideradas nesta imbricação do factual/imaginário/ficcional. Assim, podemos também lembrar

Derrida (2001) quando diz que o arquivo tem um lugar, um lugar da falta originária e estrutural chamada

memória. Podemos recorrer a este conceito de Derrida (2001) para estabelecer uma analogia do funcionamento da memória com a atividade dos arcontes que, além de guardar, também interpretam os arquivos. Nessa função árquica, o arquivo abriga, dissimula, reúne signos. A memória também “abriga” e “dissimula”, e foi nesta prática que a subjetividade, calcada na experiência comum do sujeito, manifestou-se, revelando os problemas cotidianos dos idosos asilados, representando também suas percepções sobre o “estar no mundo”.

Em algumas ILPs moram pessoas, muitas vezes, de idade avançada, aposentadas ou não, cuja capacidade de autonomia já se encontra corroída pelos anos e pelas vivências. Como é o caso do Sr. J., de apenas 62 anos:

Eu mesmo pensei que nunca eu vinha morar aqui [...] A vida a gente não sabe [...] A gente não sabe o fim da vida [...] Eu tenho dois filhos, e pensei que eles fosse cuidar de mim [...] Eles estão trabalhando, estudando [...] Num pode cuidar de mim. Eu não tenho histórias [...] Eu trabalhava com divisória, eu sofri um acidente de carro, o carro capotô, eu bati a cabeça [...] Lá nu anel.

Esse discurso ambíguo, que ao mesmo tempo denuncia, mas também isenta os familiares da responsabilidade de seu abandono, aparece de forma contundente. Foram poucos aqueles que têm filhos, parentes próximos que não repetiram argumentos referentes ao fato de os familiares não poderem cuidar deles por causa do trabalho. A Sra. M. J. (88 anos) também relatou:

Sou viúva, tive 5 fios. Um morreu, os outros tão bem [...] trabaíam [...] já tenho netos [...] mas eles trabaíam muito [...] de vez em quando vem aqui me vê [...] mas num vem muito porque aqui é longe e eles num tem tempo [...] ganhar a vida tá difícil [...].

Em outro relato, o Sr. M. diz: “Eu tô com a saúde muito abalada [...] Eu era porteiro de prédio e gostava, mas depois aposentei [...]. Aí eles me colocaram aqui[...]. Os mininos [...] Eu tava vivendo sozinho, eles me colocaram aqui, minha esposa faleceu [...]”. O físico sente o envelhecimento e o estado de saúde agravado por doenças que comumente acometem as pessoas idosas, levam-nos à necessidade de cuidados especiais. Porém, a impossibilidade de uma pessoa da família disponibilizar seu tempo para os devidos cuidados faz os familiares optarem pela internação.

[...] é. eu tenho minha casa, meu filho que trata de mim é o B. cabeleireiro. E ele vive só com esse casal de cachorros, e aí eu vim pra cá, porque ele vive sozinho, faz tudo [...] e [...] não pode cuidar de mim, por isso ele me pôs aqui [...] pra me cuidar, porque ele não tem jeito, ele é cabeleireiro e tem os negócios dele pra fazer, tem a casa, tem a roupa pra lavar, tem as coisas dele pra fazer, num

tem tempo de cuidar de mim...(Sra. J.)

Duas ideias estão implícitas nessa fala. Primeiro, a Sra. J. reconhece representar um “peso” na vida do seu filho, que a leva a um certo conformismo quanto à situação de ficar longe do filho, apesar de sentir a falta dele. O discurso, contraditoriamente, traz marcas de caráter identificador da ingenuidade de sua percepção. O próprio estado senil propicia uma limitação das forças propulsoras da vida, levando ao conformismo, causado por uma pseudoingenuidade.

“Dentro desse campo - o social- e, principalmente, nas terras do Ocidente, o velho caminha com dificuldade, impossibilitado pelos assim chamados passos sociais” que os levariam ao fim do percurso de forma menos carente (SENE, 1998, p. 50). A estudiosa diz que, no início, sua pesquisa foi desacreditada, pois os psiquiatras acreditavam que o aparelho psicofísico do idoso está estruturado de tal modo que qualquer intervenção seria estéril. Mas a autora defende firmemente que:

[...] por mais que o homem envelheça, por mais que a sociedade determine sua idade e classifique-o como velho, enquanto viver, ele não deixará de existir como pessoa e ter direito a um espaço na sociedade”. Não podemos, assim, ignorá-los. (SENE, 1988, p. 50)

Nos últimos anos, o número de idosos triplicou no Brasil, e segundo o IBGE ainda não existem políticas públicas que consigam oferecer recursos necessários para a melhoria da qualidade de vida do idoso. Sendo bem assistido, o idoso poderia, entre outros aspectos, ter acesso a um possível entendimento de suas necessidades. Conhecendo a dinâmica de suas vidas, as pessoas diminuem o sofrimento causado pela ausência de seus entes queridos. Na medida em que justificam para o outro o distanciamento dos familiares como comentávamos, essas pessoas não necessariamente estão aceitando passivamente o distanciamento.

Ao contrário, há nos discursos uma consciência do abandono, negada por não saberem lidar com o sentimento de rejeição. Não é fácil admitir que não somos amados por quem mais queremos. Por essa razão, a negação revela a dialética da resistência entre a estória/história e a realidade. Vejamos mais dois exemplos: a Sra. M. D. (88 anos) diz: “Sou viúva, tive 5 fios...um morreu, os outros tão bem...trabaíam...já tenho netos...mas eles trabaíam muito...de vez em quando vem aqui me vê...mas num vem muito porque aqui é longe e eles num tem tempo...ganhar a vida tá difícil...” E a Sra. R.P.S. revela: “Eu vim pra cá por necessidade, né? Porque eu não tenho mais família, né? Morreu toda. Tenho um sobrinho, mais sobrinho... cada um tá cuidando da sua vida, né?” A repetição do “né”, chamando o interlocutor a concordar

com sua fala, mostra uma tentativa de dar um tom de “normalidade” ao afastamento dos familiares. A nossa percepção a esse respeito é que o sujeito que fala tem clareza de seu abandono, porém, ouvir ou falar sobre isso só aumenta sua dor. Por essa razão, repetem o argumento de que seus entes precisam trabalhar, não disponibilizando tempo para eles.

Mais adiante, a senhora resolve se abrir e revelar, inclusive, a noção de que seria explorada: “Sobrinho... eu tenho bastante sobrinhos, mas eles tá lá e eu tô cá. Porque os sobrinhos têm as mulheres deles, os filhos deles. Eles quer tia velha, tia sem dinheiro, tia pobretona prá ser empregada da mulher deles... isso eu não aceito... eu trabalhei, ganho pouco mais é meu...” (Sra. R. P. S. – 88 anos). É a palavra que liberta quando se debruça sobre o descompasso do sentimento de exclusão e descaso. O fato de considerar aí a escolha de não aceitar a exploração como objeto de troca para se obter o convívio familiar comprova a clareza de sua percepção.

São histórias como essas que nos permitem vislumbrar o olhar melancólico do idoso diante de sua realidade, isto é, na contingência da exclusão social e familiar. Assim também corroborada pelas palavras de outra entrevistada: “Eu fui criada e fiquei só/// Uma tristeza morrer assim/// E queria ir pra casa... Prá casa, mas não tenho...” A casa representa o lar, a família e, simbolicamente, é o lugar seguro. As palavras casa, família, filhos, netos, pai, mãe, irmão aparecem repetidamente em todos os relatos. Vejamos alguns exemplos: “Eu não tenho quase que ... Nem família, nem irmão... Eu não tenho... É ruim...(...) Eu to aqui...Tinha uns menino... Tudo morreu... Tinha pai, mãe... (Sra. M., 87 anos).” Outro relato marcante foi o de um senhor de 86 anos:

Eu tô aqui esperando meu irmão que vem me buscar... Ele me trouxe aqui pra mim fazer um exame da minha vista... Mas eu não sei o que aconteceu, ele me deixou aqui falo que ia no centro da cidade resolver uns negócios... Eu to esperando ele... Ele não veio me buscar, eu já to aqui há uma semana e ele não veio eu pedi pra ligar pra ele, mas eu não entendo... Um lugar deste tamanho num tem um telefone pra gente ligar... Eu sinto muita falta dele. A gente ficava conversando muito... Na casa era só eu, ele e a filha dele. Eu não sei, porque na casa tinha um telefone, mas o pessoal daqui falô prá mim que ninguém atende... Num sei o que aconteceu ele também deve tar sentindo muito a minha falta, porque a gente só ficava coversando... Então eu fico aqui, mas eu não posso sair daqui, porque senão ele vai chegar e me procurar...

Ah, eu to muito triste, eu sinto falta do meu irmão... (Sr. E.)

Esta história comoveu-nos muito, pois todas as vezes em que estivemos nesta instituição para fazermos as

entrevistas, este senhor estava sentado no refeitório, no mesmo lugar. Pelo seu relato, percebemos que o “lugar” representa o elo que ele mantém com o irmão. “Então eu fico aqui, mas eu não posso sair daqui, porque senão ele vai chegar e me procurar...” Na esperança de que o irmão venha buscá-lo, o Sr. E. não se afasta daquela mesa, perto dos banheiros. O cheiro forte de urina, que exalava durante nossa conversa, somado às suas palavras, contribuiu para a percepção do cenário de solidão e abandono. Ainda que bem tratados nas clínicas de repouso, muitos percebem o asilo como um lugar onde são despejados para não se tornarem um fardo pesado para família.

Dessa maneira, os relatos analisados respondem à nossa questão: Os idosos têm percepção crítica quanto aos dilemas da discriminação, da exclusão, da cidadania ou eles se colocam como observadores passivos da sociedade contemporânea? Parece-nos que eles percebem as falácias a que estão submetidos, mas não possuem forças, nos mais diversos sentidos, de lutar contra elas. Assim, o que precisa ser mudado é o olhar da sociedade em relação a essa etapa de vida. Na verdade,

É necessário entender a velhice como um tempo de vida, com todas as suas implicações individuais e mudanças biológicas, psicológicas e também como um fato social, enquanto implicações sociais e culturais e sua repercussão no coletivo. (HERÁDIA e CASARA, 2000, p. 31).

Logo, a senilidade é um fato social que não pode ser percebido isoladamente e nem ser entendido como um problema. Ao contrário, as famílias precisam reconhecer a senilidade como contingência inevitável da vida e se prepararem para lidar com o envelhecimento de seus entes. Os cuidados com os idosos são prescritos pelo “Estatuto do idoso”, Art. 3º assim determinado:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.” E a lei é bem claro no parágrafo “V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência”. Mas, quando as pessoas se veem sozinhas nesta fase, depois de muitas perdas, agravados pelos problemas da decrepitude, a tendência é surgir a baixa da autoestima, acompanhado da depressão, como podemos notar em vários relatos:

Eu to aqui... Tinha uns meninos... Tudo morreu... Tinha pai, mãe... Eu fui criada e fiquei só... Uma tristeza mor-

rer assim... E queria ir pra casa... Pra casa, mas não tenho... Você já veio aqui uma vez... Eu sinto muita dor... Dói tudo...Sabe como é, né? A gente fica muito triste... Eu tomo muito remédio. Hoje eu queria ficar deitada... Tive... É que não gosto de ficar quietinha no meu canto... Ah... A vida é só isso... Quando acordo eu fico na cama, mas vem a moça e fala... Eu tenho que comer... É muito triste... A gente 'sozinha...(Sra. M.,)

"Tudo morreu...Tinha pai, mãe". A figura paterna remete à ideia da origem da vida. O "pai", simbolicamente, é o começo de tudo, inclusive de nossa civilização. Ao lembrar o pai, a mãe, a entrevistada diz querer voltar para casa. A palavra "casa" abre-se novamente para o "lugar de origem".

Pai, casa, família representam o lugar do acolhimento, da identificação, da segurança. Podemos notar uma certa tristeza em seu discurso, denotando a experiência da falta de sentido para a vida. Mesmo vivendo no meio de várias pessoas e recebendo os cuidados necessários para sua sobrevivência, a idosa fala com "dor" desse sentimento.

"Entrevistadora: Mas a Sra. Não está sozinha...não tem muita gente aqui...os amigos? - É que num gosto...num tenho encanto...Entrevistadora: Não tem encanto? É...encanto....a vida passou... nem me lembro mais..."(Sra. M.).

Neste caso, perder o encanto significa a entrega ao sentimento de carência e solidão. Para ela "a vida passou" e nem a lembrança a alimenta. A dor de que comumente falam, é a dor de se sentirem abandonados pelas mais diversas razões, justificáveis ou não.

O tempo para os idosos é ponto de análise instigante, a menção ao passado é constante em seus discursos. A nostalgia e a saudação da antiga época revelam-se expressões tristes para o ouvinte. As lembranças de outras épocas são recorrentes no discurso das pessoas de mais idade, como explica Pretti (1991, p. 62):

As informações sobre o passado, que transparecem constantemente no discurso dos idosos, muitas vezes são expressas por um léxico em que aparecem vocábulos, expressões, estruturas fórmulas arcaicas, formas de tratamento, relacionados com sua época.

Neste mesmo estudo, o teórico além de falar sobre a questão do tempo nas narrativas do idoso, também nos traz um importante estudo sobre a linguagem dos idosos.

Em "A linguagem dos idosos", esse autor chama-nos a atenção para aspectos observados nas entrevistas, tais como o excesso de pausas, os gaguejamentos, os lapsos de memória, as hesitações, as repetições (PRETTI, 1991). Essas disfluências comprometem o diálogo com os mais jovens, que não têm paciência para ouvi-los. Isso pode

levar ao distanciamento entre as gerações, acarretando a depressão no velho. Por isso, a linguagem do idoso é o ponto de análise importante em nossa pesquisa. As limitações também na fala decorrente da idade acentuam os preconceitos. Pretti (1991) alerta para o tratamento estigmatizado, sofrido pelo ancião.

Talvez seja essa a razão para que, em muitos, o tom de revolta fique literalmente verbalizado, como nas palavras do Sr. A. (92 anos):

"Este é o problema, o lado das coisas. O problema é que eu sou casado... É um problema... Minha mulher é FDP... Ela quis separar de mim e me colocou aqui... Ficou com minha casa, meu dinheiro, ficou com tudo... Eu não tenho nada."

É clara a denúncia de ter sido surrupiado pelos próprios familiares, "o lado das coisas", desabafa o Sr. A. A que "lado das coisas" este senhor se refere? Poderíamos entender aqui o fato de as "coisas" terem muitas perspectivas. Considerando sua ótica, a família que deveria amá-lo e considerá-lo rouba-lhe tudo, deixando-o sem nada.

Não mais sendo um provedor e consumidor, a família o rejeita e o deixa numa ILP, ficando ainda com seus bens. Aqui fica explicitada a coisificação do sujeito em nossa sociedade. Vale citarmos Bauman (2008, p. 108) que nos diz:

"O processo de auto identificação é perseguido e seus resultados são apresentados com a ajuda de 'marcas de pertença' visíveis, em geral encontráveis em lojas."

O teórico faz referência à sociedade do consumo, que exclui aquele que não pode pertencer ao grupo do consumismo.

É a lei do mercado determinando também as relações familiares. Talvez o bem maior considerado por ele, que é o carinho familiar, não é o mais valorado pelos mais jovens. Quando o idoso deixa de ser economicamente ativo, ele próprio inicia um processo psicológico de baixa estima, através de sentimentos de exclusão social. Pois, na cultura atual, da Era Industrial-Tecnológica, quem não produz e/ou não tem forças para trabalhar, parece não estar ativo para opinar e muito menos para conviver no meio da sociedade, inclusive da família. Ao perceberem as transformações da fase adulta, na qual são ativos, capazes, participantes e independentes, para a fase idosa, na qual sente a perda da vitalidade, essas pessoas tornam-se sensíveis, frágeis e impotentes. Isso os leva à baixa da autoestima, como relata Simone de Beauvoir (apud PAPALÉO NETTO, 1996, p. 74):

A velhice, como todas as situações humanas, tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, com o mundo e com sua pró-

pria história. "Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade a qual pertence." Ela ainda complementa: "A sociedade destina ao velho seu lugar e seu papel levando em conta sua idiossincrasia individual: sua impotência, sua experiência; reciprocamente, o indivíduo é condicionado pela atitude prática e ideológica da sociedade em relação a ele." Não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre todos os outros e é afetado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la.

O agravante disso é que o envelhecimento é muito mais visto pela sociedade contemporânea por seus aspectos decadentes, relacionados à improdutividade do que por sua experiência de vida e sabedoria, como acontecia em outras sociedades. Sabendo que nossa identidade se constrói a partir da alteridade, da relação com o outro, o movimento de reflexibilidade acontece na medida em que os idosos assim também se veem por seus aspectos decadentes, sentindo a "menos valia".

Uai... Tenho quatorze filhos, meu filhos moram pro lado de Vista Alegre... Eu não tenho família...

- Mas, e os filhos?

-Ah, meu pai e minha mãe já morreram. (Sr. A)

As palavras do Sr. A. parecem contraditórias, pois ao mesmo tempo em que ele diz ter 14 filhos, ele nega a sua geração. Quando perguntado sobre os filhos, ele des-conversa falando da perda dos pais. O pai e a mãe não abandonam, pelo menos não deveriam abandonar, como ensina nossa cultura.

É interessante notar que esta foi a única circunstância em que ouvimos a palavra "morte". Mesmo sentindo o fim da vida, os entrevistados não falam sobre a perspectiva da própria morte. "A leitura de Freud sobre a morte encontra sua originalidade a partir de pulsão de vida e de morte." (MUCIDA, 2004, p. 132). Assim, nas entrelinhas a morte aparece na relativa perspectiva morte/vida. Não falar a palavra morte é negá-la, porém ela desponta no discurso na medida em que percebemos que, como afirma Mucida (2004, p. 134), "Cada um morre de seu próprio modo, acentua Freud, ao que poderíamos acrescentar: cada um morre em conformidade à sua forma de gozar."

Dessa forma, se para alguns ficar velho é um processo evolutivo da vida, para muitos é um pesadelo, há muitos desafios a serem enfrentados. Um deles é admitir, naturalmente que ela comporta limitações, mais ou menos acentuadas, mais ou menos localizadas. Outro desafio é a pessoa admitir que esteja envelhecendo.

Os idosos, por constituírem hoje grupo etário política-

mente frágil, não tiveram vez ou voz no atendimento a suas reivindicações mais elementares. A sociedade, que hoje os exclui do contexto social, deverá viver num futuro bem próximo uma situação ainda pior. (PAPALÉO NETTO, 1996, p.5).

A propósito, essa intolerância em relação às diferenças é algo que precisa ser combatido. E a certa altura da conversa, o Sr A completa: "A vida a gente não sabe... A gente não sabe o fim da vida..." A voz arrastada parece ruídos abafados. Negando a pergunta da entrevistadora, responde com tristeza que os pais já haviam morrido. Essa manobra parece-nos entrever que, para esta pessoa, parente de fato é somente pai e mãe. Logo após, em um discurso fragmentado, mas muito significativo, ele revela que existe um problema e que existe também o outro "lado das coisas": o abandono da mulher, que lhe levou tudo, até os filhos, e o seu discurso sintetiza a sua condição: "É...a gente num sabe no que vai dá a vida...agora eu to assim". Não há conformismo nesta fala, nem revolta.

Entretanto, há nessas palavras a consciência da sua incapacidade de (re)ação. Há aqui um impasse: não basta a consciência de sua condição, uma vez que está desmotivado e limitado para mudar sua realidade. A questão é nos perguntarmos se seria utópico pensarmos, como diz Papaléo (1996, p. 76), que o fato de sabermos não incluídos no modelo ideológico de velhice indica que uma "...parte do longo caminho começou a ser trilhada pelos indivíduos idosos."

Não sei se podemos dizer que começamos uma mudança, pois para

"...mudar a concepção negativa da velhice, supõe-se como fundamental, mais que os diálogos, mais do que a troca de significados, uma mudança cultural para que velhos tornem-se sujeitos do seu próprio destino." Como ressalva o próprio autor. (PAPALÉO, 1996, p. 76).

O que nos pareceu é que estamos muito longe dessa concretização.

Todavia, há que considerarmos: mesmo neste universo frágil e ameaçado, as formas de resistências inerentes ao ser humano acontecem e nessa brecha as pessoas precisam descobrir um "outro lado das coisas". Diferentemente do relato acima, a entrevistada seguinte, aos seus 87 anos, demonstra alegria de viver:

"Eu tenho um louro que chama fofinho. Eu chamo ele de dengoso e ele ri. Este louro é da casa, eu resolvi cuidar dele... Não deixo ele sem água, sem comer... Eu tenho quase cem anos." diz a Sra. G.

Apegada à ave por estima, esta relação denota não entrega ao abandono. Para tanto, mantém-se ativa, cuidando do "dengoso", das plantas e do ambiente, como diz:

“Eu gosto de barrê, gosto de lavar roupas, gosto de cuidar das plantas. À noite eu assisto televisão, eu não gosto de ficar parada... Quando eu sento, as cadeiras começam a doer...”.

É interessante notar a capacidade de ludibriar os reveses da vida. A dor só aparece quando fica parada. Contudo, em sua condição de idosa, engendra um mundo seu, cercado pelo papagaio e pelas plantas. Assim, a Sra. G. cria estratégias adequadas para sobreviver à exclusão. Logo a seguir, ela nos conta de seu passado:

Eu não sei contar historia nenhuma, eu num sei nem assinar meu nome, não sei contar historia não... Eu sou analfabeta. Eu alembro quando morava na roça, eu saia com escuro, e voltava com escuro.

Minha mãe falou que ela trabalhava numa fazenda como cozinheira pros homem, que trabaiava na roça. E aí ela falou pra minha irmã, que ela não podia mi levar com ela, porque tinha muita maldade lá...

Ah, não sei não, ela só falo assim... Por isso eu fui morar com minha irmã... Meu cunhado sempre me respeitou.(Sra. G.).

É claro que ela sabe que a mãe a deixou com a irmã para protegê-la. Está implícito na sua narrativa que havia uma ameaça de abuso por parte dos homens no ambiente em que a mãe trabalhava. Para não ser objetificada pelo desejo dos homens, ela foi criada pela irmã e pelo cunhado que a “respeitava”. Talvez esse reconhecimento do amparo e o fato de ter sido preservada das experiências traumáticas, a tenham levado a mais tarde saber se defender também de outras situações da vida. Essa constatação nos leva a

crer que quando o indivíduo é amparado solidamente durante suas primeiras fases, ele ganhará em qualidade de vida. ‘

É necessário, assim, que para o sentimento de exclusão existam forças reativas. Esse é um movimento natural de sobrevivência. Nas casas visitadas, as pessoas são estimuladas a desenvolverem trabalhos, a participarem de terapias de grupos, a praticarem atividades diversas para se sentirem úteis, capazes, vivos. Por isso, durante as visitas aos asilos, foram alvo de nossos olhares alguns idosos que buscavam algum tipo ocupação, pois se percebe neles um movimento de resistência à exclusão. Os asilados empenham-se na criação de novas perspectivas através dos artesanatos, através da música, da dança, da religião, e até mesmo do estudo.

Embora os idosos estejam sujeitos à influência de fatores da idade, como certa lentidão e menor aceitação para aderir a novidades, essas alterações não os incapacitam, afirma a Psiquiatra Elisabeth Maria Sene (1998). Para a autora, é possível desenvolver alguma atividade, mesmo considerando suas debilitações. Sene (1998) comprova, através da prática intitulada “Psicodrama”, constituída de uma abordagem sócio-psicoterápica, que os idosos podem adquirir conhecimentos novos para resolverem conflitos até então sedimentados e estruturados. Muitas vezes, as intervenções podem ocorrer mediadas por alguma atividade que faz o idoso se superar. Citamos como exemplo as palavras de uma anciã: “Quando eu alembro, o que eu passei na vida... E to aí... Eu já passei...” A certeza de ter vencido e superado as intempéries do viver resulta a calma, como bem ilustra a foto abaixo:



Figura 1 - “...faço colcha de retalho, faço pano de prato...”²⁹

Fonte: elaborado pelos autores

A escolha desta foto, acompanhada da frase, "...faço colcha de retalhos, faço pano de prato", deu-se por duas razões: primeiro por percebermos a importância dos trabalhos manuais como forma de resistir à exclusão. Manter-se ocupado faz as pessoas sentirem-se úteis; segundo, porque a "colcha de retalhos" pode ser usada como metáfora dos relatos aqui registrados. Costurar esta colcha, feita de fragmentos de histórias, significou para nós uma tentativa de retratar a realidade dos idosos na luta para se manterem vivos. Os retalhos são metáforas das histórias. As histórias são metáforas dessas vidas:

Mas xô te falar: então, a vida é essa: tem que lutar, tem que vencer, né André?

A minha vida é só costurar.[...] É, porque essas aqui são muito bonita, né? Tá escondida. Não dá tempo não, depois ocê vem ver. Tem Natalia... não, primeiro Bianca, a pequeninha, loirinha dessas cor, lindinha, a mãe Natalia, desse tamanho, tem o nome bordado. Tem a... Luana e a Camila. (Sra. C. – 72 anos).

No cerzimento das histórias, a Sra. C. conta sobre sua arte de costurar os vestidos de suas bonecas. As roupas imitam a moda das personagens dos contos de fadas: saias longas com rodas, rendas e babados. Tecidos coloridos e enfeites detalham seu olhar para a vida. Ela se envolve com essa atividade, relembrando que sempre costurou os próprios vestidos. Da mesma forma, mas buscando outro entretenimento, o Sr. D, de 79 anos, apresenta-nos uma longa aula de Português:

O "S" entre vogais tem o som de "Z". Mas tem um "Q" aí. Os catedráticos têm uma cartilha. Tem uma letra aí, isso vai mudar toda a biblioteca brasileira. Essa tal da reforma. Tem os deputados, os políticos que tem um interesse nisso. Mas ninguém sabe nada, por um acaso o menino falou: Nem sei o que é pronome direito.

Se Deus quisé eu quero relembrar isso... Isso é muito bom. Acho que temos que corrigir os erros graves primeiro. A vogal mágica é só no Inglês. Pra nós é mágica... A gramática inglesa é muito fraca, você sabe disso, em termos de vocabulário.

Exemplo: A vogal "A" e "O" elas serve para singular e plural. Para nós isso é vogal mágica.

Eu fiquei mais de mil anos sem mexer com isso. Antes de ficar cego eu lia muito. Sem querer eu fazia uma coisa boa. Eu pegava o jornal de domingo, de quem já tinha lido e lia.

Os principais jornais do Brasil são: São Paulo e Rio. É preciso, eu prá formar minha opinião. Atualmente, eu tenho visto aí as pessoas ficam muito na Tv. E Tv é muita matéria paga... Uns de direita outros de esquerda... E se você não sabe você pergunta pro seu vizinho, seu amigo... As coisas que você vê, uai.

Se o motor do carro der problema, você pergunta um especialista... até pelo o ronco do motor ele sabe. Se você não sabe é só perguntar. O que eu acho esquisito, os meninos na escola não querem saber das coisas. Agora o professor de Português, que mexe com isso todo dia, deixa passar:

Exemplo: defasagem... Tem um sentido de um lado e um de outro. Por isso que hoje escreve errado. É porque hoje escreve com letra batida. Não é escrita na mão. O Português é mais nosso do que de Portugal... O Brasil é maior que Portugal... Eu lembro que tinha um livro, não sei se de ciência...era vermelhão... isso é jogada que fizeram: no livro de ciência tava escrito: "O átomo é a parte indivisível da matéria. Depois os alemães disseram que o átomo é super divisível". (Sr. D.).

Ter estudado e ainda se interessar pela Língua Portuguesa enche o Sr. D. de orgulho. Esse senhor, muito falante, assume o lugar do Professor no sentido amplo da palavra: professa seu conhecimento, diz orgulhoso que o Brasil é maior do que Portugal, denotando a importância quanto ao sentimento de pertença. Pela articulação dos elementos discursivos neste enunciado, podemos perceber a vida em movimento, quando o Sr. D. diz que precisa lembrar as regras do Português, antes dominadas pela leitura.

A lembrança, então, toma a dimensão da resistência. Não se entregando às limitações causadas pelo envelhecimento, o entrevistado procura estabelecer o diálogo com os entrevistadores e diz: "Vô te contar uma coisa. Vai pintá beleza pro cê. Você sabia que Guimarães Rosa era médico? Assim que formou ele foi para o norte de Minas. Ele veio antes de nós... ele é caso de noventa, cem anos prá trás." Este Sr., ao perceber que estávamos fazendo um trabalho com "histórias", imediatamente fez questão de associar a imagem de Guimarães Rosa.

Ao lembrar Rosa, o Sr. D. quis estabelecer a interação pela via do conhecimento, uma vez que os entrevistadores disseram que estavam fazendo um trabalho de pesquisa para a Universidade. Além disso, ele tenta um diálogo mais próximo quando utiliza da expressão jovial "...vai pintá beleza." A esse respeito, em "A linguagem dos idosos", Pretti (1991) observa também que muitas pessoas de mais idade tentam de toda forma inserir-se, muitas vezes substituindo vocábulos arcaicos por vocábulos mais "modernos" para interagir com outros grupos. De acordo com Pretti (1991, p. 15),

[...] características individuais de natureza psicológica, uma pessoa é tão velha quanto julga ser. E, portanto, alguns indivíduos se entregam muito cedo a um sentimento de marginalização por causa da idade, enquanto

outros, apesar das profundas marcas físicas da velhice, persistem em mostrarem-se jovens, acomodando-se aos novos comportamentos, inclusive na linguagem.

Esse pesquisador chama a atenção para um conjunto de ações que visa a um único objetivo: manter-se incluído na sociedade. O teórico fala também que a imagem que a sociedade muitas vezes tem dos idosos é formada pela mídia, instrumento crucial na formação de opiniões, que coloca a questão da “terceira idade” de forma caricata e distorcida, influenciando a visão que os jovens têm dessas pessoas. Assim, Pretti (1991) pontua que, independentemente da idade, cada ser humano tem o seu valor e que envelhecer é algo inevitável. Por essa razão, precisamos rever nossos conceitos a respeito do envelhecimento. Precisamos resgatar o valor dado para o ancião em outras sociedades.

Enquanto isso, os idosos vão resistindo às marginalizações. Nesse contexto, outra forma de resistência à exclusão percebida foi a forte presença da religião nos relatos. Podemos observar que praticamente todos os entrevistados usaram expressões religiosas em meio ao discurso. Parece-nos que a religião é tomada pelos idosos como válvula de escape para não se entregar às impotências e debilidades. Mesmo considerando que a religião pode ser algumas vezes “castradora”, no sentido da dominação, nessa fase da vida há que se considerar sua importância. A religião eleva a estima, alimenta a esperança e reforça o discurso destas pessoas, como nos trechos da entrevista da Sra. M.:

Entrevistadora: Que mais a senhora tem para contar?

-Ah... Gosto de ver na televisão missa, o terço e só... Novela não.

A vida sabendo levar, ela é boa... Eu gostava de escutar as histórias, mas não guardava na cabeça.

As veias ficam só cochilando, eu que sou esperta, não paro... É a natureza da gente. Tem gente que gosta de ficar sentada... “

“Isso é uma benção, trabalhei na enxada, chegava com escuro, com lombo dueno... É uma benção morar aqui... Graças a Deus... É como dizem: “Depois da tempestade, vem à bonança... Eu já passei por muita tempestade.

O seu momento de hoje é visto como calma.

Relembrando também a fé e as práticas religiosas da vida inteira, ela se sente integrada com o mundo da fé, que também tem a função de mantê-la viva. Quando lembra o tempo em que trabalhou na enxada, termina dizendo que depois “vem a bonança”. Assim também a religião está muito presente na narrativa do Sr. A.:

“Entrevistadora: Como vai o Sr.? -Na paz de Deus está tudo bem... Não está tudo bem não, porque minha vista escureceu, mas Deus está clareando ela prá mim... Deus é o único que pode.”(Sr. A).

Primeiro ele repete o discurso religioso, como aprendeu em catequese. Depois diz que nem tudo está bem, mas que Deus irá resolver o seu problema. Através da fé em Deus, ele crê na cura, representação própria da manifestação do fenômeno religioso. Sem perder as esperanças, entrega-se às dificuldades da perda da visão. As palavras “escurecer e clarear” aludem à dualidade cristã mal/bem, pecado/pureza, material/espiritual. Ter fé e buscar a religião é não “viver na escuridão”. Claramente é observada a força da fé e da religião, na vontade de viver de vários idosos. Logo a seguir o entrevistado lembra o Natal:

-Tá tudo bem, tudo na paz de Deus///

O natal, tô na expectativa de comemorações... Agradecer a Deus por mais um Natal. Vem o Natal e depois outro, e ano novo também... É o novo ciclo, né?

Eu gosto do Natal, é a melhor festa que temos. Todo mundo quer agradecer, organizar, o novo Jesus que nasce... Todo ano Jesus nasce...(Sr. A.- 84).

O Natal, festa Cristã, fortalece o vínculo com uma comunidade. Como ritual “Jesus nasce a cada ano”, momento de se refazer. Na história do ocidente cristão, a perspectiva de um paraíso perdido pode ser superada pela renovação. Daí a importância de se viver esse rito renovador. Esse movimento messiânico pode ser visto, neste caso, como movimento de resistência uma vez que alimenta a esperança de dias melhores. Talvez, por essa razão, o discurso religioso apareça quase na totalidade das entrevistas. Podemos citar também a Sra. G. cantando trecho de música religiosa no meio de seu relato: “De porta em porta, desejo entrar se alguém me acolhe com gratidão, faremos juntos a refeição.” (Sra. G.)



Figura 2 - "Eu faço a oração em nome de Deus, pedindo a força, não só para mim, mas pra todo o ser vivente..."

Fonte: elaborado pelos autores⁸

Muitos carregam símbolos religiosos, como medalhas, santinhos, imagens, e o mais interessante é o uso do terço dependurado no pescoço. A representação da fé, assim, torna-se explícita, tanto no discurso, como nos hábitos. Selecionamos mais algumas passagens, mostrando como o pensamento religioso permeia o discurso dos idosos:

-Graças a Deus aqui é muito bom, muitos funcionários, funcionários muito bem treinados enfim aqui é uma casa de Deus, uma casa muito boa.

A vida a gente ganha... Não tem muito o que contar, não... Só Deus...

-Quando a gente era pequeno, a gente contava história e falava muita mentira, mas agora tamos no caminho de Deus, devemos falar a verdade.

-Eu sou católico, mas eu não acredito em imagem de escultura. Coisa feita por homem eu não acredito... Acredito que existe Deus no céu e na terra... Mas adorar a imagem, eu não faço isso porque é um grande erro do homem praticar uma coisa dessa. Adorar a imagem, escultura...

Ah...meu Pai do céu...eu só acredito em N.S. Jesus Cristo, é o único que dá a vida, é o único que tira a vida, a não ser que tira com as próprias mãos..

-Muita gente matano, roubano...fazemo maldade...num tem Deus, né?/

-É ...eu sou devota de Santa Terezinha das rosas...ela carrega rosa nos braços...você já viu, que beleza? Eu gosto de rosas...vc gosta de flores?

Esse fervor é reatualizado todos os dias pelas missas, pela reza do terço. Não sabemos se há uma obrigatoriedade quanto à participação nesses momentos de oração. Porém, podemos afirmar que esses momentos são frequentados também por se tornarem um momento de interação. Pena que o mesmo não acontece, por exemplo, com a organização de um momento para contar histórias. Ocasões como estas poderiam ser extremamente ricas, já que as narrativas ficcionais podem servir de catarse para os medos, as angústias, para as inquietações da vida.

Sobre este assunto, durante o X Congresso Internacional de História Oral, intitulado "História Oral: Desafios para o Século XXI", realizado no Rio de Janeiro em junho de 1998, os conferencistas direcionaram suas reflexões para a importância da história oral e a sua relação como instrumento de ação social. Para Alistair Thomson,

"é fundamental garantir o envolvimento da história oral como propostas comunitárias que possam mapear a realidade e fornecer instrumentos de ação para políticas de saúde, educação e assistência social." (apud FERREIRA, FERNANDES, VERENA [orgs], 2000, p. 12)

Sabemos que a narrativa ficcional manifesta numa espécie de avaliação da história vivida por aquele que conta, assim como numa revelação do seu "lugar de fala" no presente. Sendo assim, as narrativas revelam elementos constitutivos da subjetividade e da identidade.

"Para a criança e para um adulto que, como Sócrates, sabe que ainda existe uma criança dentro do indivíduo

mais sábio, os contos de fadas exprimem verdades sobre a humanidade e sobre a própria pessoa.” (BETTLHEIM, 1980, p.83).

Podendo representar uma denúncia ou um desejo. Observemos uma das poucas histórias que conseguimos nas entrevistas:

- ah...sei...a da cinderela...que a madrasta dela era muito malvada...não queria que ela fosse ao baile porque o príncipe ia escolher uma moça prá casar com ele. A madrasta queria que ele casasse com uma das fias dela...aí a fada madrinha ajudou cinderela e ela foi toda bonita...é que ela já era muito bonita, né? Mas tinha a condição...ela tinha de voltar antes da meia noite...aí quando deu meia noite, ela saiu correndo e perdeu o seu sapatinho de cristal. O príncipe que tinha gostado dela saiu procurando a dona do sapatinho e fazia todas as moças da cidade experimentar ele. Até que ele descobriu que o sapato era da cinderela e se casou com ela e foram felizes para sempre...rs..

- Bonita a história, D. G. ...e a senhora acredita em amor assim?

-É acreditá, acreditá não, né, mas que é bom saber que pode aparecer um príncipe, isso é bom...kkkkkkkk

Vô falou uma coisa prá você, menina...a vida se a gente não acreditá em nada, fica muito triste...por isso eu namoro...

- a lá o bonitão que eu falei...oh...vamo lá conversá com ele também...

Bettelheim (1980, p. 46) diz que os acontecimentos dos mitos e dos contos de fadas exprimem nossos sonhos, como “– a realização de desejos, a vitória sobre todos os competidores, a destruição dos inimigos –”, tudo aquilo que por alguma razão não deixamos chegar à consciência. Na história da Cinderela, a personagem vence a exclusão social, vence seus inimigos e é recompensada ganhando o amor do príncipe.

A imagem do “príncipe encantado”, com toda sua força simbólica, ainda permeia o imaginário da Sra. G., que diz namorar. Gostar de namorar e não reprimir seus desejos pode ser a forma encontrada para resistir à exclusão, conseqüentemente, à solidão. Ela se alimenta de seus devaneios, o que impede o estabelecimento da tristeza e a faz sentir bem onde mora. Em outra entrevista, essa senhora revelou agradecida por morar ali. Por não ter família, ela temia a sua velhice. Agora ela reconhece este espaço como seu abrigo e seu amparo. Ali ela convive, faz terapia, namora, sonha e, por essa razão, não tem depressão, conforme relata.

Outra entrevistada lembrou-nos a famosa fábula “A formiga e a cigarra”. Nessa história, a formiga que sempre trabalha não passa necessidade. Como a linguagem é

concebida de um ponto de vista sócio-histórico-cultural, essa fábula, lembrada pela entrevistada, reafirma a importância dada, por nossa sociedade, à capacidade produtiva do homem, vejamos:

-Ah ...a formiga só ficava trabalhando e a cigarra cantano...vc já ouviu como a cigarra gosta de cantá...canta até estourá...enquanto a cigarra cantava as formiguinhas, em fila, carregavam as comidas prá dentro do buraco... aí chegou o inverno e a cigarra que ficou só cantano e não gostava de trabalhá ficou sem ter como sair pá buscá alimento e teve que pedir a formiga...aí a formiga falou: enquanto eu trabaei vc ficou cantano...agora vc tá com fome e vem tirar meu alimento...é assim....

-A formiga deixou a cigarra com fome?

- uai...deixou, né...quem mandou ela não trabalhá... kkkkkk

A palavra instaura o símbolo ideológico, neste caso a ideologia do trabalho. A imagem da vida social, idealizada por este relato, torna-se o espaço para confrontarmos os valores impingidos pela sociedade. A alienação pelo trabalho tem sua recompensa: a garantia da fartura. Por outro lado, esquece o lado fraterno do discurso religioso, pois não existe a partilha. O que nos revelaria esta história no contexto do idoso? É preciso sacrificar para merecer o descanso. Pelo seu relato, o abrigo é um descanso merecido: “Isso é uma benção, trabalhei na enxada, chegava com escuro, com lombo dueno...depois da tempestade, vem a bonança... Eu já passei por muita tempestade”.

As histórias em forma ficcional também desvelam relatos de vida, circulam em espaços também marginais, pois normalmente não são ouvidas. Talvez seja esta a razão do ficcional ter desaparecido do universo dessas pessoas. Uma vez que fizeram parte de uma sociedade que cultuava o contar histórias, o natural seria que essas lembranças viessem no momento das entrevistas. Todavia, isso não aconteceu. Poderíamos interpretar, a partir deste dado, que quiçá o ficcional não perpassa mais o as narrativas por diversas razões. Entre elas citamos o fato de vivermos impregnados da “realidade”. Lembramos também a força que possui a televisão no mundo contemporâneo. O ficcional está nas imagens televisas. Outro fator, que vem em consequência deste, seria o fato de as histórias orais não encontrarem mais espaço nos momentos de interação. Comentam-se muito as novelas, mas nunca histórias ficcionais.

Contar histórias da “carochinha” perdeu o seu valor e ganhou o tom pejorativo. Isso é coisa do passado. Dessa maneira, não toleramos mais nem a repetição das lembranças passadas. Assim, o discurso do idoso, muitas vezes desprezado pelos mais jovens, tem cada dia menos

espaço em nossa sociedade. Nesse contexto, acentua-se a vital necessidade de resgate do passado.

A repetição das histórias vividas também teve importância em nossas análises, pois consideramos que a memória constrói-se pelo lembrado, atravessado pela imaginação. Ou seja, não podemos negar que uma parcela importante da população idosa no Brasil vive em condições de extrema carência, presos ao passado, quase única forma de sobreviver, viver da recordação. Porém, quando abrimos este espaço de reflexão, queremos chamar a atenção para o fato de que, em um mundo de movimentos frenéticos, em busca da desmedida capacidade de produção, para alimentar o mundo capitalista, o contexto da exclusão e da violência, mascarados pelo discurso politicamente correto da sociedade, também camufla o descaso. Vejamos:

“Quando eu alembro, o que eu passei na vida... E to aí... Eu já passei... A vida a gente ganha... Não tem muito o que contá, não... Só Deus...A gente de velho é até custoso... Num se alembra não, de nada.” São frases ditas pelos entrevistados que corroboram a falta de espaço comunicativo.

Eles resistem em falar, quem sabe por reconhecerem-se incompreendidos.

Este silêncio também foi captado pelas inúmeras fotografias⁷ durante as entrevistas. As imagens podem falar tanto quanto as palavras⁸, pois se dão a ler em seu universo representativo. Fotografia e literatura: essa leitura interdisciplinar torna-se propícia uma vez que as fotos constituem-se verdadeiras narrativas de histórias de vidas em seus diferentes aspectos. A figura humana, o cenário do seu cotidiano, o velho expressando o abandono da vida são imagens

recorrentes, retratadas de maneira sensível. De acordo com Barthes (1984), o gesto essencial do operador da câmera é o de surpreender quem será retratado, pois o mesmo ao sentir-se observado preparar-se-ia para a pose e passaria a ser um ator, metamorfoseando-se em imagem. Esta observação serviu-nos de norteadora para que as imagens fossem capturadas com o mínimo de interferência de nossa parte, não causando desta forma qualquer constrangimento para os idosos além de capturarmos expressões significativas e naturais.

Para Dubois (2007), na fotografia a necessidade de ver para crer é satisfeita. A fotografia é percebida como uma espécie de prova que atesta a existência daquilo que mostra. O advento da fotografia e o desenvolvimento dos meios fotográficos permitiram vislumbrar uma nova relação da imagem fotográfica com o “real”, a lógica do índice. Outro ponto também importante desta questão é o exame da objetividade fotográfica, pois a imagem designa duas coisas diferentes, sendo uma a que produz a semelhança de um original, não sendo necessariamente sua cópia fiel, mas apenas algo que seja suficiente para tomar o seu lugar. Já a segunda produz aquilo que chamamos de arte, ou seja, uma alteração da semelhança. (RANCIÈRE, 2012).

As fotografias, muitas vezes, surpreenderam por captarem mais do que se pretendia. Mesmo considerando que os processos mecânicos são, na realidade, pontos de partida também subjetivos, como a nossa percepção, refletindo o caráter pessoal de cada artista, as fotos são ricas para as interpretações. Os ângulos escolhidos falam tanto do retratado como daquele que retrata. Assim, nossas lentes captaram instante como o abaixo apresentado:



Figura 3 - “Eu sou do tempo dos cativeiros... Era muito diferente de hoje...Minha terra...”

Fonte: elaborado pelos autores⁸

Nessa imagem, a Sra., com 104 anos, passa a mão pelo rosto como demonstração de cansaço e vergonha. Para além das evidentes correspondências entre as imagens e os relatos, as fotos aqui assumem um caráter textual quando se dão a ler. São de elementos sutis que estamos tratando, perscrutando os gestos e as fisionomias. Essa forma de contar a história em imagens faz do fotodocumentarismo uma possibilidade de reproduzir o tempo e o espaço miraculosamente, capturando instantes. Os elementos da linguagem fotográfica, “letras” de luz e sombra, acentuam as marcas do longo tempo vivido. Nessa perspectiva, a foto revela o que muitas vezes não queremos ver:

Exatamente por não sabermos o fim da vida é que

precisamos ser previdentes no que tange uma melhor atenção para o futuro. Para tanto, precisamos rever nossos conceitos a respeito da decrepitude da vida. A imagem acima bem a representa. Olhando-a, podemos pensar em como desenvolver uma cultura histórica de modo crítico e criativo, cultivando um espaço de valor em nossa sociedade para esta fase da vida. Devemos enfrentar o desafio de desarticular as lógicas capitalistas que excluem estas pessoas e lhes restituir sua condição de sujeitos plurais, experientes, com um acervo rico sobre o viver. Isto implica reconhecê-los como sujeitos, ouvindo suas experiências, deixando aflorar suas vozes.



Figura 4 - “A vida a gente não sabe... A gente não sabe o fim da vida...”

Fonte: elaborado pelos autores⁸⁴

⁸⁴ Durante a coleta das histórias, surgiu o interesse também de registrar essa experiência através de fotografias. Depois percebemos que as fotos, tanto quanto as narrativas, revelavam-nos aspectos importantes dos entrevistados. As imagens, na contramão de sua primeira concepção, imagem sem movimento, metonimicamente mostram-se ricas em significados e, por isso, passíveis de leituras. Assim, na fase das conversas com os idosos, foi de nosso interesse produzir registros fotográficos que retratassem não apenas o cotidiano dos idosos asilados, mas os seus hábitos, expressões e gestos. Isso nos permitiu fazer uma exposição pelos Campus do Centro Universitário para socializarmos nossa pesquisa.

⁸⁵ Durante a coleta das histórias, surgiu o interesse também de registrar essa experiência através de fotografias. Depois percebemos que as fotos, tanto quanto as narrativas, revelavam-nos aspectos importantes dos entrevistados. As imagens, na contramão de sua primeira concepção, imagem sem movimento, metonimicamente mostram-se ricas em significados e, por isso, passíveis de leituras. Assim, na fase das conversas com os idosos, foi de nosso interesse produzir registros fotográficos que retratassem não apenas o cotidiano dos idosos asilados, mas os seus hábitos, expressões e gestos. Isso nos permitiu fazer uma exposição pelos Campus do Centro Universitário para socializarmos nossa pesquisa.

⁸⁶ Durante a coleta das histórias, surgiu o interesse também de registrar essa experiência através de fotografias. Depois percebemos que as fotos, tanto quanto as narrativas, revelavam-nos aspectos importantes dos entrevistados. As imagens, na contramão de sua primeira concepção, imagem sem movimento, metonimicamente mostram-se ricas em significados e, por isso, passíveis de leituras. Assim, na fase das conversas com os idosos, foi de nosso interesse produzir registros fotográficos que retratassem não apenas o cotidiano dos idosos asilados, mas os seus hábitos, expressões e gestos. Isso nos permitiu fazer uma exposição pelos Campus do Centro Universitário para socializarmos nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o nosso país envelhece a passos largos, como já comentamos, é indispensável que a cada instante um novo movimento de conscientização se faça presente através dos meios de comunicação, das escolas, das entidades de classe ou no meio familiar. Efetivamente, não percebemos políticas de inclusão, por isso a pertinência desta pesquisa está no fato de este estudo criar um espaço (multiplicador) de discussão sobre este segmento social, assim como para repensar os conceitos de identidades, de democracia, de cidadania, de direitos humanos e de respeito com os mais velhos. Motivados, pois, por estas questões, propomos refletir sobre as narrativas dos idosos, a fim de perceber de que maneira as histórias poderão nos levar a entender melhor esse segmento social, já que as dimensões simbólicas da realidade, nelas representadas, revelaria significados outros, muitas vezes desveladores de elementos não perceptíveis, como uma suposta forma de lidar com a exclusão social.

Não podemos nos ilhar no nosso mundo, como se fôssemos eternamente produtores e consumidores, como quer o mundo capitalista, sem pensarmos nas especificidades do imutável: estamos também envelhecendo. Precisamos nos ater ao fato de que historicamente os desvalidos sempre estiveram entregues à própria sorte e mudar esta realidade. Essa mudança só poderá ocorrer na medida em que conscientizarmos nossa sociedade, nossos jovens, que ainda há nessas pessoas uma riqueza guardada, que se chama experiência e que nossa cultura precisa dela para construirmos uma sociedade com valores importantes para o nosso convívio.

Desde então, percebemos que há espaço para uma interessante investigação sobre as narrativas de idosos, uma vez que a pesquisa citada, tratou somente dos abrigados em ILPs e não se estendeu aos que, na terceira e quarta idade, estão por aí sofrendo outras formas de exclusão. Reafirmamos o momento de emergência desta reflexão, enquanto objeto cultural que deve ser desenvolvido entre os brasileiros. Questionamos as práticas sociais que resvalam na ética humana, uma vez que somos omissos quanto à situação do segmento social idoso.

Nosso objetivo principal foi incitar as pessoas, especialmente os jovens estudantes, a refletir sobre as situações adversas, responsáveis por comportamentos que impedem a vida digna na senilidade. Esperamos ainda, com esta pesquisa, desenvolver nos participantes o olhar crítico para o segmento social idoso, assim como o gosto pela pesquisa. Assim, ao realizar um estudo crítico sobre os segmentos sociais excluídos, a sociedade também se beneficia, uma vez que os pesquisadores tornar-se-

-ão agentes multiplicadores de consciência sobre o lugar delegado a essas pessoas no seio de nossa sociedade.

Pesquisar, estudar, debater, pois, na tentativa de conhecer melhor a senectude foi uma experiência enriquecedora para todos os componentes do grupo. O ato de ouvir como mediação entre o viver/o vivido desse cidadão pode representar nossa pequena contribuição, contudo relevante no sentido de ser mais um de muitos outros estudos. Relatos, biografias, confissões, histórias e histórias formam as letras "catadas" nesta etapa. Caminhamos a passos ainda trôpegos no desejo de lhes dar alguma atenção.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1992.
- BARTHES, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BONI, Valdete. QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 no. 3, Jan- Jul/2005, p. 68-80.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 12ª. Ed. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2011.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Trad. Maurício S. Dias e Javier Rapp. Rio de Janeiro: Editora da URFJ, 1995.
- COSTA, Elisabeth Maria Sene. *Gerontodrama: a velhice em cena*. São Paulo: Ágora, 1998.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. C.M. Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DUBOIS, P. *O ato fotográfico*. Campinas: Papyrus, 1998.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. FERNANDES, Tânia Maria. VERENA, ALBERTI. (orgs). *História oral: desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa, 2000.
- MACIEL, Arlindo. *Avaliação multidisciplinar do Paciente Geriátrico*. Rio de Janeiro: Recinter Ltda., 2002.
- MUCIDA, Ângela. *O sujeito não envelhece: Psicanálise e velhice*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NERI, Anita Liberalesso. FREIRE, Sueli Aparecida. (org.) *E por falar em velhice*. Campinas: Papyrus, 2000.
- GOLDFARB, Delia Catullo. *Corpo, Tempo e envelhecimento*. São Paulo: Casa do envelhecimento, 1998.
- GOMES, Renato Cordeiro. MARGATO, Izabel. (Org.) *Novos Realismos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

HERÉDIA, Vania Beatriz M. CASARA, Miriam Bonho. *Tempos Vivos: identidade, Memória e Cultura do idoso*. Caxias do Sul: EDUSCS, 2000. PRETI, Dino. *A linguagem dos idosos*. São Paulo: Contexto, 1991.

PAPALÉO NETTO, Matheus. *Gerontologia*. São Paulo: Editora Atheneu, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOUZA, Jessé. *A constituição Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TEIXEIRA, Gilberto. *O que é fazer pesquisa*. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/m%C3%B3dulos/metodologia-da-pesquisa/o-que-%C3%A9-fazer-pesquisa#.ULjkH-Q72DQ>>. Acesso em 07 Jul. 2012.

NOTAS

¹Pesquisa desenvolvida pelo programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva e com auxílio financeiro da FUNADESP.

²Discente do curso de psicologia, aluno do programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva.

³Discente do curso de psicologia, aluno do programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva.

⁴Discente do curso de psicologia, aluno do programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva.

⁵Coordenador da pesquisa, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

⁶<http://portaldoenvelhecimento.org.br/noticias/longevidade/censo-aponta-crescimento-da-populacao-idosa-inspira-cuidados.html>

⁷As fotografias foram realizadas, assim como esta parte da produção escrita, pelo aluno André Carvalho.

⁸Por sabermos da importância das imagens como representações, fizemos uma exposição de fotos tiradas durante nossa pesquisa de campo, a fim de socializarmos a pesquisa e começarmos o trabalho de conscientização dos jovens em relação à exclusão social do idoso.

PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE BELO HORIZONTE: ESTUDO DE CASO DO BAIRRO BURITIS

Marina Brandão Braga¹
Ana Caroline Lage Castilho²
Gracielle Mara Cruz³
Rita de Cássia Wardi Brasil Dias⁴
Rafael Márcio Horta⁵
Regina Andrea Martins⁶
Fernanda Palhares⁷
Wanessa Pires Lott⁸

Resumo: Belo Horizonte foi uma das primeiras cidades planejadas do país, juntamente com Aracaju, reflexo da política republicana da recém inaugurada República Federativa do Brasil, em 1889. No entanto, as questões de ordenação urbana inspiradas nos ideais positivistas, não foram suficientes para garantir o desenvolvimento ordenado da capital desde início de sua construção. Dentre as inúmeras áreas que sofrem com o fenômeno do crescimento desordenado, está o bairro Buritis. Localizado próximo à zona Sul da cidade, o bairro, vislumbra um aumento considerável da sua população local, seguido da expansão das áreas construídas. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o planejamento urbano belo-horizontino à luz das recentes alterações do referido bairro.

Palavras-chave: Planejamento urbano; urbanização; Belo Horizonte.

Abstract: Belo Horizonte was one of the first planned cities in the country, along with Aracaju, reflecting the republican politics of the newly inaugurated Federative Republic of Brazil, in 1889. However, the urban planning issues inspired by the positivist ideas, were not enough to ensure organized development for the capital since the beginning of its construction. Among the many areas that suffer from the sprawl phenomenon is the Buritis district. Located near the southern part of the city, the district sees a considerable increase in the local population, followed by the expansion of the construction's environment. In this sense, this paper aims at analyzing the Belo Horizonte urban planning, in light of recent changes to that district.

Key-words: Urban planning; urbanization; Belo Horizonte.

INTRODUÇÃO

A cidade Belo Horizonte foi construída entre 1894 e 1897 como símbolo de um novo tempo que recém iniciava no Brasil: a República. Com a finalidade de ressaltar os ideais republicanos e modernidade, possuía um desenho urbano que primava pela ordenação do espaço por meio do traçado em *tabuleiro de xadrez*. As ruas se entrecruzavam racionalmente, sobrepondo o traçado urbano da antiga capital de Minas Gerais Ouro Preto.

Tal planejamento sofreu diversas alterações no decorrer dos tempos, devido, principalmente, ao crescimento populacional inesperado para a ordenação da Comissão Construtora da nova capital do Estado. Neste contexto, inserem-se debates recorrentes sobre as novas formas de ordenamento urbano da cidade, levando em conta não só o aumento populacional como também as alterações nas leis urbanísticas da cidade.

Dentre as várias possibilidades de estudo de Belo Horizonte, o presente trabalho tem como objetivo analisar o bairro Burity. A escolha do bairro foi fundamentada devido à recente explosão demográfica local bem como nas diversas alterações nas normatizações urbanísticas que tangem o mesmo.

A metodologia utilizada perpassa pela análise documental e bibliográfica. Além deste trabalho de gabinete, uma pesquisa de campo foi realizada no bairro Burity, com intuito de dar voz aos agentes sociais que diretamente contribuem para a produção do espaço do bairro em questão.

OS PRIMEIROS PASSOS DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

A atual cidade Belo Horizonte foi planejada para ser construída no local do antigo Curral Del Rei. Este, provavelmente, foi inicialmente povoado entre 1701 e 1702. Sem minas de ouro ou engenhos próximos como os demais núcleos urbanos da Capitania das Minas, o arraial surgiu possivelmente ao acaso e com poucos habitantes.

[...] umas 30 ou 40 cabanas cobertas de sapé disseminadas, abrangendo, no centro, uma capelinha também coberta de sapé e de pyndoba, sita à beira do córrego Acaba-Mundo, em frente ao cruzeiro da atual Matriz (DIAS, 1897, p. 23)

No entanto, em 1889, a ideia de mudança da capital da atual cidade de Vila Rica, faz com que os olhares voltam para o Arraial do Curral Del Rey. No ano seguinte, o Clube Republicano do arraial em questão, agora com o nome de Belo Horizonte, propõe a localidade como candidata a ser a nova capital. Belo Horizonte vence a disputa

concorrida com as cidades de Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora, durante o Congresso Mineiro de 1893.

A partir de 1894 iniciam-se os estudos e planejamento da cidade que abrigará a capital do Estado. É formada uma comissão chefiada pelo engenheiro Aarão Reis que subdivide os trabalhos em 6 divisões:

1ª Divisão: Administração central/1ª Seção: Secretaria/2ª Seção: Almoarifado

2ª Divisão: Contabilidade/1ª Seção: Escrituração geral/2ª Seção: Tesouraria/3ª Seção: Tombamento

3ª Divisão: Escritório Técnico/1ª Seção: Cálculos, orçamentos, folhas de medição/2ª Seção: Desenhos topográficos, planta geral, projetos diversos/3ª Seção: Arquitetura

4ª Divisão: Estudo e preparo do solo/1ª Seção: Geodesia/2ª Seção: Topografia

5ª Divisão/1ª Seção: Águas, abastecimento/2ª Seção: Esgotos, drenagens

6ª Divisão: Viação férrea e edifícios/1ª Seção: Viação férrea/2ª Seção: Edificações (PENNA, 1997, p. 36) grifo nosso

Chama a atenção a este trabalho a 5ª Divisão/1ª Seção: Águas, abastecimento/2ª Seção: Esgotos, drenagens. A preocupação com a higienização da cidade remete-se às iniciativas pioneiras da Nova Paris de Eugène Haussmann, que privilegiou não só o embelezamento da cidade como também as novas condutas de salubridade de cidades nascentes no século XIX (BENEVOLLO, 2012). Tal ideal vai ao encontro dos ideais republicanos e de modernidade no Brasil deste período.

A cidade se mostrava ordenada como traçado urbano de *tabuleiro de xadrez* no qual as ruas possuíam nomes de estados brasileiros e tribos indígenas. Na planta geral de Belo Horizonte de 23 de março de 1895, os nomes das ruas e praças voltados para os personagens e datas republicanas já estavam denominados. No ofício nº 26 do engenheiro chefe da Comissão Construtora da Cidade de Belo Horizonte, Aarão Reis, destaque que

[...] vão denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos os nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União e, bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo. (BARRETO, 1995, p. 253)

Adiante, no referido documento tem-se a relação de todas as ruas e das 24 praças da zona urbana da nova capital.

[Praça] da República, Tiradentes, Marechal Deodoro, 15 de Junho, 15 de Novembro, José Bonifácio, Benjamim Constant, Cruzeiro, 7 de Setembro, 13 de Maio, Belo Horizonte, 14 de Julho, Progresso, 21 de Abril, Liberdade, Federação,

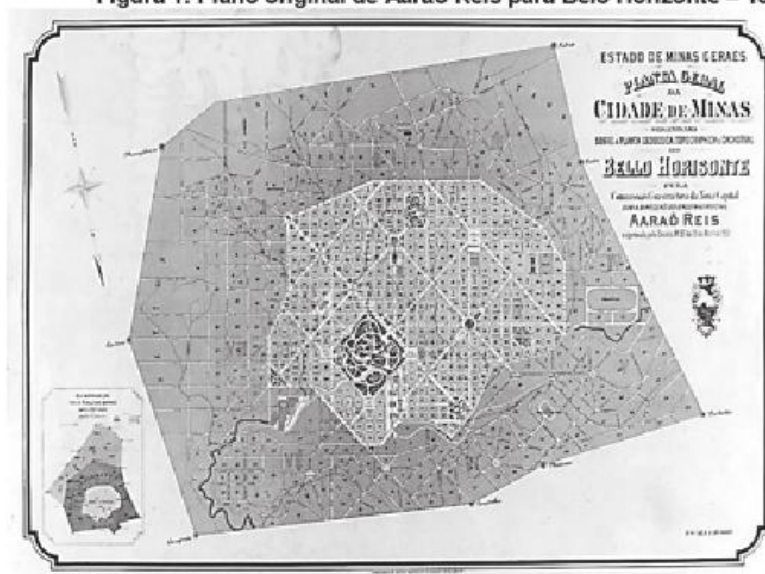
estação, 14 de Outubro, 24 de Fevereiro, 3 de Maio, América, 14 de Fevereiro, 3 de Maio, América, 14 de Fevereiro, 14 de Setembro, escolas (BARRETO, 1995, p. 253).

Além da organização das ruas e praças, a cidade seguia o planejamento de subdivisão em três espaços. De forma extremamente metódica, havia uma área rural com intuito de ser o cinturão verde para o suprimento coletivo com 17.474.619 m², uma área suburbana de 24.930.803 m² projetada para chácaras e uma área urbana com 8.815.382 m² que envolveria todo o aparato administrativo e as residências de funcionários públicos, abrigo em torno de 200 mil habitantes. A zona suburbana teria a função de interligação entre as duas outras áreas por meio de um bulevar circular denominado Av. 17 de Dezembro, atual Av. do Contorno (BARRETO, 1995). O zoneamento em forma de anéis como a *ringstrasse* de Viena (BENEVOLO, 2012) lembra o sistema organizacional composto de torre central e anéis periféricos, possibilitando um controle da cidade por meio de um modelo panóptico, bastante adotado pela modernidade (BAUMAN, 2003).

Desta forma, a objetividade do traçado urbano, bem como as nomenclaturas de ruas e praças torna-se o aporte para a produção do espaço urbano de Belo Horizonte. Neste ponto, faz-se necessário uma reflexão sobre a importância do urbanismo. Podemos datar a inauguração de Belo Horizonte como um marco relevante para utilização do urbanismo no Brasil. Este é entendido contemporaneamente como um campo do conhecimento que coloca a cidade como principal objeto de estudo e intervenção.

O início da utilização deste conhecimento data-se do final do século XIX, na Europa pós-revolução industrial, com intuito de buscar soluções necessárias à realidade caótica das cidades. No século XX o urbanismo ganha maior maturidade, ultrapassando a visão de apenas pautar-se em aspectos estético-funcionais, englobando questões que envolvem vários aspectos da comunidade que está ou será inserida no espaço urbano. Sendo assim, atualmente o planejamento urbano não se mostra como fixo e acabado, requer-se constantes alterações para acompanhar o desenvolvimento das sociedades (SANTOS, 2006).

Figura 1: Plano original de Aarão Reis para Belo Horizonte – 1894



Fonte: Curral Del Rey, 2012

O CRESCIMENTO DA CIDADE E A LEGISLAÇÃO URBANA

Apesar do planejamento da cidade de Belo Horizonte, houve um crescimento de forma não esperada pela Comissão Construtora. Enquanto esperava-se uma população de 30.000 habitantes na época de sua inauguração e uma previsão para o final do século XX de 200.000, nos deparamos com quase três milhões de habitantes no início do século XXI.

Apesar da inovação no Brasil de se fazer uma cidade planejada em todos os seus detalhes – ruas, praças, prédios públicos – e do intuito republicano de não haver privilégios entre os cidadãos, Belo Horizonte se apresenta, desde suas primeiras construções, como excludente e segregacionista no âmbito social. O traçado do espaço urbano, idealizado pela visão positivista dos membros da Comissão Construtora comandados pelo engenheiro Aarão Reis, subdividia-se em três espaços: uma área rural para o suprimento coletivo, que seria ocupada em sua

grande maioria por estrangeiros; uma área suburbana no entorno da Av. do Contorno e; uma área urbana no espaço interno da Av. do Contorno. Este último privilegiava as edificações voltadas para o poder civil e moradas da elite mineira, excluindo assim as classes populares.

O 'caráter preferencial' nos leilões, doação e venda de lotes da zona urbana permite, desde o início, a concentração da propriedade privada em mãos de grupos restritos: funcionários públicos e ex-proprietários em Ouro Preto, que, além, de ganharem um lote, podiam adquirir a preços baixos outro contíguo ao seu (SALGUEIRO, 1982, p.112).

A ideia de tal divisão visava o crescimento da cidade de dentro dos limites da Av. do Contorno para fora, fazendo com que o ideal estabelecido no setor urbano se expandisse para o suburbano.

Forçar a população quanto possível ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém a economia municipal, a manutenção da higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada pela avenida do Contorno (LE VEN, 1977, p.29).

Apesar do planejamento cuidadoso, o que se teve na prática foi o não seguimento destas propostas. O crescimento urbano se fez da zona periférica para o centro, desmoronando a utopia de 'cidade ideal' cunhada pelos ideais republicanos.

Pretendia-se implantar a cidade a partir do centro em direção a periferia (...) E Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, da periferia para o centro, num processo que se repetiu em inúmeras cidades planejadas no Brasil (MONTE-MÓR, 1994, p.15).

No entanto, o ideal republicano que foi desmotivado pela expansão populacional de forma inversa ainda encontrava aporte em outros aspectos da cidade. As disposições dos prédios públicos que abrigavam o poder político civil ganharam destaque em detrimento do poder religioso católico. Em épocas anteriores as Igrejas Católicas ocupavam os lugares mais altos nas cidades coloniais mineiras pelo poder secular que exerciam. Como exemplo desta alteração em Belo Horizonte temos a Praça da Liberdade, sede do governo estadual, que se localizava no até então ponto mais elevado da cidade, demonstrando na representação espacial, a supremacia do poder civil frente ao religioso. "A necessidade de distinguir-se da antiga ordem impunha um deslocamento, uma mudança de lugar, de modo a demarcar a emergência de um tempo de alteração social" (JULIÃO, 1996, p. 50).

Sendo assim, percebe-se que mesmo sem que todos os elementos planejados para a nascente capital fossem efetivamente implementados, a modernidade e a urbanização

se opuseram às velhas formas da Vila Rica, antiga capital mineira (atual Ouro Preto). O projeto de Belo Horizonte se distanciava de qualquer experiência urbanística mineira.

Desta forma, na esteira da premissa de organização da cidade, criou-se o primeiro Código de Postura da Cidade em 1898, no entanto apenas na década de 1920 que vemos a legislação urbana ganhar força não só na cidade com também no Brasil:

A legislação urbanística no Brasil baseia-se nos Códigos de Posturas de origem colonial, e só mais tarde, em 1920, é que começa a ser substituída por códigos de obras e por leis de zoneamento urbano. A lógica da reforma urbanística e sua relação com a legislação do início do século XX são decorrentes da criação de leis específicas para cada projeto de reforma e saneamento das cidades portuárias pelo Estado, tal como foi a concessão para os serviços públicos de transporte, energia e saneamento (QUINTO JR, 2003, p.190).

Em Belo Horizonte, os Códigos de Postura abarcavam as normas municipais que permeavam atuação do poder público no espaço urbano. O Código de Postura de 1921 seguiu a tendência de pensar a cidade como um todo, uniformizando os parâmetros de ocupação da Zona Urbana com as Zonas Rural e Suburbana. No entanto, a tendência de disciplinamento urbano se pautava com maior força na área central da cidade com foco na regulamentação do comércio e das pequenas indústrias, na higienização dos espaços públicos, na regulamentação das propagandas e publicidades e no loteamento da cidade.

Na década de 1940, devido ao crescente número de loteamentos que não apresentavam condições básicas de pavimentação, serviços de água e esgoto, iluminação, dentre outros, o poder público local criou o Código de Obras - Decreto Lei 84/1940 - que regulamentava os loteamentos apenas com a aprovação da Prefeitura. A tendência nesta época foi o crescimento da cidade para o norte na região da Pampulha e para o oeste na direção da cidade industrial (COSTA, 1994).

A partir da década de 1950, não só a cidade de Belo Horizonte como os demais centros do Brasil, são povoados pela a forte tendência migratória dos estados do Norte e Nordeste e do interior de Minas. De acordo com Monte-Mór (1980), mesmo com a explosão demográfica das cidades, o planejamento urbano ainda se mostrava tímido, sendo pautado quase que exclusivamente nos instrumentos normativos que muitas vezes não eram cumpridos. Os problemas das grandes cidades em crescimento eram pensados de forma desconexa com as realidades sócioeconômicas tornando o incipiente planejamento urbano ainda mais ineficaz.

Na década de 1960, após o Golpe Militar no Brasil, a questão urbanística sofre mais uma baixa. Com a crise financeira que assola o país no final de 1960 percebe-se uma tentativa do governo federal de institucionalizar e centralizar a organização urbana nacional. A linha motriz utilizada foram a de um planejamento progressista-funcionalista que por sua vez não se fez eficaz em Belo Horizonte.

O urbanismo brasileiro foi fortemente influenciado pelo urbanismo denominado progressista-funcionalista. Partindo da premissa da eficiência funcional, esta corrente propunha um espaço urbano acabado, desagregando o conceito clássico de cidade-aglomeração na medida em que fragmentava e especializava porções do espaço a partir das funções estruturantes: habitação, recreio, trabalho e circulação. Partindo desse fundamento, as funções urbanas eram, então, pensadas e tratadas isoladamente. O principal instrumento de política urbana era o zoneamento rígido, onde se definia a especialização funcional de cada espaço dentro da cidade. A circulação, por sua vez, era tratada como meio de ligação sem interpenetrar os espaços especializados. As ruas deixavam de ser consideradas instâncias de convivência, ficando limitadas à função de vias de circulação. Este urbanismo procurava contrapor às estruturas urbanas ditas espontâneas uma nova ordem, pautada pela lógica racional-arquitetônica, numa clara negação da cidade que existia até então. Nessa visão, nada melhor que se criar uma nova cidade que, no caso brasileiro se constituiu em Brasília (inaugurada em 21/04/1960), sem dúvida o coroamento, no Brasil, dessa influência. (EPAMINONDAS, 2006, p. 40-41).

Na década seguinte, identifica-se no Brasil uma mudança paradigma clássico do planejamento urbano para um estilo de um planejamento compreensivo que resultou em Belo Horizonte na criação da Lei de Uso e Ocupação do Solo e da PLAMBEL-Planejamento da Metropolitana de Belo Horizonte. (TONUCCI FILHO, 2012).

A história da PLAMBEL em Belo Horizonte tem uma nítida relação com o surgimento da Fundação João Pinheiro. Em 1962, houve a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) com objetivo de financiar projetos públicos e privados com foco no desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Para a análise dos projetos a serem financiados, tem-se a constituição do Departamento de Estudos e Projetos para a elaboração do “Diagnóstico da Economia Mineira”.

A partir deste diagnóstico, viu-se a necessidade de organização de um órgão central para planejar os financiamentos do BDMG. Desta forma, ocorre a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento que mais tarde

vincula-se à recém criada Fundação João Pinheiro. Nos primeiros anos de sua trajetória, a fundação em questão apresenta a elaboração do Planejamento Metropolitano para a região de Belo Horizonte, surgindo assim a PLAMBEL. Em 1974 esta foi transformada em autarquia, mas com forte vinculação com a Secretaria do Planejamento e a Fundação João Pinheiro (MATOS, 1982).

Dentre as realizações da PLAMBEL destaca-se o amplo conhecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, compilado no “Esquema Metropolitano de Estruturas” (EME) de 1973. Por meio deste, foi possível delimitar três áreas prioritárias de atuação: transporte, uso do solo e economia urbana. Na sequência de seu trabalho:

PLAMBEL realizou uma série de estudos e pesquisas básicas, além de planos, com destaque para o Esquema Metropolitano de Estruturas (EME), o Plano de Ocupação do solo da Aglomeração Metropolitana (POS), o Plano de Classificação Viária da Aglomeração Metropolitana, o Plano Metropolitano de Transportes e o Plano Metropolitanos de Drenagem Urbana. (TONUCCI FILHO, 2012, p. 114)

Além de tais projetos, a PLAMBEL iniciou um amplo debate com as cidades pertencentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), promovendo subsídios teóricos para o parcelamento do uso rural, uso integrado do Vale do Arrudas e a elaboração do projeto da Via Expressa Leste-Oeste de Belo Horizonte. Faz-se relevante ressaltar que a estes projetos estavam em concordância com criação da RMBH em 1976, por meio da Lei 2662/76, a saber:

Art. 1º - Esta Lei estabelece as normas de uso e ocupação do solo do Município, de acordo com as recomendações do Plano de Desenvolvimento Integrado Econômico e Social da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Plano de Ocupação do Solo da Aglomeração Metropolitana.

Art. 2º - Para os efeitos do artigo anterior, esta Lei regula o zoneamento do território do Município, disciplina o parcelamento do solo, estabelece as categorias de uso e os modelos de assentamentos urbanos e delimita áreas a reservar para as vias públicas e projetos especiais (PBH, Lei 2662/76)

Tanto a PLAMBEL como a Lei de Uso e Ocupação do Solo focavam no zoneamento, nos modelos de parcelamento e ocupação e nas categorias de uso do espaço urbano. Outra novidade da época foi a constituição da Comissão de Uso e Ocupação do Solo que tinha como função monitorar a aplicação da lei. Mesmo sendo composta com a maioria de membros do poder público, a comissão se mostrou como um avanço nas questões que tangem o planejamento urbano.

Sendo assim, a questão do planejamento urbano parecia ganhar força. No entanto, a crise que assola o país

na década de 1980 e a lenta abertura política faz com que as questões relativas ao urbano sejam colocadas em segundo plano. Não obstante a crise, Belo Horizonte lança uma segunda versão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 4034/1985) com três eixos principais: a Categoria de Uso, os Modelos de Assentamento e Modelos de Parcelamento. Esta revogou grande parte da Lei 2662/76

Art. 74 - Ficam revogados os artigos 1º e 2º, §§ 1º e 2º do artigo 3º, artigos 4º ao 12, artigos 14 ao 50 e artigos 52 e 61, da Lei Municipal nº 2662, de 29 de novembro de 1976, o artigo 2º da Lei Municipal nº 3291, de 6 de janeiro de 1981 e as disposições de leis gerais e especiais que regulem em contrário ou de forma diversa, matéria contida na presente Lei (PBH, Lei 4034/1985)

Delimitando, assim, de forma mais precisa, o parcelamento do solo da RMBH. Vejamos:

Art. 1º - Esta Lei estabelece as normas de uso e de ocupação do solo urbano do Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Constituem norma de uso e de ocupação do solo urbano do Município de Belo Horizonte: I - O zoneamento do território do Município; II - a disciplina do parcelamento do solo; III - a fixação de categorias de uso e dos modelos de assentamentos urbanos; IV - a delimitação de áreas reservadas às vias públicas e as destinadas à execução de projetos especiais (PBH, Lei 4034/1985).

Na esteira destas mudanças destaca-se a Constituição em 1988 que transfere a responsabilidade do planejamento para os municípios. (SOUZA, 2004). A Constituição Federal de 1988 no Capítulo II do Título VII destaca a necessidade de todos os entes federativos ordenarem os centros urbanos com intuito de possibilitar o bem-estar para os cidadãos. No entanto, o governo Federal ainda tem nas mãos a possibilidade de legislar por meio de normas gerais diretrizes para o desenvolvimento territorial brasileiro.

Art. 21. Compete à União: IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; XX- instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; § 1º. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (BRASIL, 1988)

É relevante destacar que o plano nacional e regional de ordenação do território não é fixo deve prever alterações diante de uma mudança no contexto social como mudanças tecnológicas, históricas e demográficas. Desta

forma, é a partir da década de 1990 que o planejamento urbanístico brasileiro ganha um novo direcionamento.

Em Belo Horizonte, aliados às transformações designadas pela Constituição, ocorre uma crescente participação popular propiciada pelo Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) e pela Conferência Municipal de Política Urbana, ambas criadas pelo Plano Diretor (Lei 7165/1996).

Art. 1º - O Plano Diretor do Município de Belo Horizonte é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano - sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, objetivando o desenvolvimento sustentado do Município, tendo em vista as aspirações da coletividade - e de orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada.

Art. 2º - A política de desenvolvimento urbano tem por objetivo o ordenamento do Município e o cumprimento das funções sociais da propriedade, assegurando o bem-estar dos munícipes.

(...)

Art. 80 - Fica criado o Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR -, com as seguintes atribuições:

I - realizar, quadrienalmente, a Conferência Municipal de Política Urbana; II - monitorar a implementação das normas contidas nesta Lei e na de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, sugerindo modificações em seus dispositivos; III - sugerir alterações no zoneamento e, quando solicitado opinar sobre propostas apresentadas; IV - sugerir a atualização da listagem de usos; V - opinar sobre a compatibilidade das propostas de obras contidas nos planos plurianuais e nos orçamentos anuais com as diretrizes desta Lei; VI - opinar sobre os casos omissos desta Lei e da de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, indicando soluções para eles; VII - deliberar, em nível de recurso, nos processos administrativos de casos decorrentes desta Lei ou da de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo; VIII - analisar as propostas apresentadas conforme o art. 78, I; IX - elaborar seu regimento interno (PBH, Lei 7165/1996).

O COMPUR apresenta a composição de 16 membros efetivos com mandato de dois anos. Dentre os representantes do Conselho estão os representantes do Executivo, da Câmara Municipal, do setor técnico (membros de universidades, entidades de profissionais liberais ou organizações não governamentais), do setor popular (membros organizações de moradores, as entidades religiosas e as entidades de movimentos reivindicativos setoriais específicos vinculados à questão urbana) e do setor empresarial (membros entidades patronais da indústria e do comércio ligadas ao setor imobiliário).

Todos os membros exercem suas funções gratuita-

mente e têm o suporte técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento. As reuniões são públicas, sendo possível a solicitação de qualquer tópico sobre a questão urbana de moradores de Belo Horizonte. Já a Conferência Municipal de Política Urbana, realizada no primeiro ano de gestão do Executivo, apresenta os seguintes objetivos:

Art. 82 (...) I - avaliar a condução e os impactos da implementação das normas contidas nesta Lei e na de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo; II - sugerir alteração, a ser aprovada por lei, das diretrizes estabelecidas nesta Lei e na de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo; III - sugerir alteração no cronograma de investimentos prioritários em obras (PBH, Lei 7165/1996).

As discussões nestas esferas resultaram em destacadas alterações nas leis urbanísticas locais:

Lei nº 8.137 de 21 de dezembro de 2000 altera as leis nº 7.165 /96, 7.166 /96, ambas de 27 de agosto de 1996 e lei nº 7.166 /96, revoga a Lei nº 1.301 /66 e dá outras providências (PBH, Lei 8137/2000).

Esta rápida descrição sobre a trajetória da legislação urbana de Belo Horizonte impacta significativamente o objeto de estudo deste trabalho: o Bairro Buritis. Por se tratar de um recente bairro na paisagem belo-horizontina, as alterações legais configuraram a estrutura do local desde o início de sua criação.

O BAIRRO BURITIS

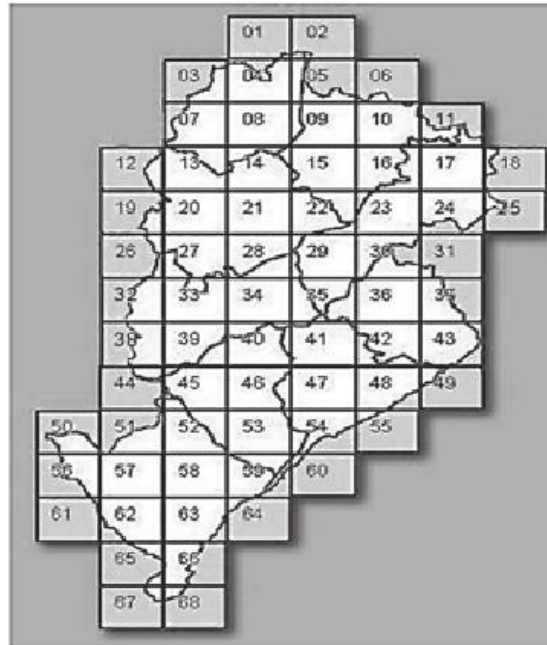
O bairro Buritis localiza-se na região Oeste de Belo Horizonte. Criado no final da década de 1970, teve sua trajetória extremamente vinculada às realizações do PLAMBEL.

Figura 2: Mapa das Regionais Administrativas de Belo Horizonte – Destaque para a regional Oeste.



Fonte: PBH, 2013

Figura 3: Mapa das Regionais Administrativas de Belo Horizonte – Destaque para o bairro Buritis (nº53)



Fonte: PBH, 2013

Não obstante, às já citadas transformações urbanas que tangenciam a criação do PLAMBEL, destaca-se, na década de 1970, a elevação dos preços de terrenos da RMBH, levando a criação 96 novos loteamentos na região. Os loteamentos do setor centro-sul de Belo Horizonte – que compreendia os bairros Mangabeiras e São Bento – foram os que tiveram maiores valorizações, devido à característica residencial dos lotes e a abertura das avenidas Raja Gabaglia e Prudente de Moraes. Nesta esteira, o local do bairro Buritis se beneficia devido sua aproximação limítrofe com o bairro São Bento.

Até então, no ano de 1973 não havia parcelamento no bairro e a única construção significativa na região era a Construtora Mendes Junior. Com a abertura da nova avenida Raja Gabaglia ligando a região central até a região sul – a mais rica da cidade – notou-se na região uma crescente demanda por novas moradias, um aumento do financiamento de casas próprias por meio do Banco Nacional da Habitação (BNH). Essa transformação provocou alterações significativas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, transformando a região de Zona Rural para Zona de Expansão Urbana 2. No ano de 1976 o bairro foi novamente classificado como Zona de Expansão Urbana 3, seguindo as seguintes especificações da lei que fora posteriormente revogada pela Lei 4034/1985:

Capítulo II - Perímetro Urbano - Art. 3º - O perímetro urbano do Município (...) compreende a área urbana e a de expansão urbana. § 1º - Considera-se área urbana a que possua, pelo menos, dois dos seguintes equipamentos mantidos pelo poder público: I - meio-fio ou pavimentação, com ou sem canalização de águas pluviais; II - abas-

tecimento de água; III - sistema de esgotos sanitários; IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V - escola primária ou posto de saúde a uma distância de 3 (três) quilômetros da parte considerada. § 2º - Considera-se área de expansão urbana a parte não urbanizada dentro do perímetro urbano (PBH, Lei 2662/1976).

Pela lei 2662/1976 estabeleceu-se uma área de 4 km² para a Zona de Expansão Urbana na região Oeste, compreendendo os bairros do Buritis e do Estoril. No mesmo ano da lei, iniciou-se um loteamento no Bairro Buritis no local de uma antiga fazenda.

O projeto de parcelamento foi desenvolvido seguindo o modelo tradicionalmente adotado em Belo Horizonte – reduzido número de vias, quarteirões extensos com o máximo de aproveitamento em lotes comercializáveis, áreas verdes e de equipamentos coletivos localizados em terrenos de relevo acidentado e de menor valor de mercado ou onde o parcelamento não era legalmente admitido. A topografia acidentada do local, a configuração dos quarteirões, a previsão de especialização dos espaços - maior diversidade de usos nas vias coletoras e arteriais, usos residenciais nas vias locais – todos estes fatores concorriam para a criação não de um novo “modo de morar”, mas para reprodução de um espaço economicamente eficiente para a reprodução do capital imobiliário (EPAMINONDAS, 2006, p. 83).

A primeira etapa de construção do bairro vai de 1979 até 1985, originando 1135 lotes divididos em 50 quarteirões. Dentre estes haviam 3 destinados à área verde. Em 1985 o zoneamento do bairro é alterado por meio

de decretos municipais:

Art. 1º - Ficam incluídos na Zona Comercial 2 (ZC-2) o lote 36 do quarteirão 9 e o lote 39 do quarteirão 39 do Bairro dos Buritis. Art. 2º - Ficam incluídos na Zona Residencial 4 (ZR-4) o quarteirão 86 e os lotes 24 a 34 do quarteirão 2, os lotes 18 a 27 do quarteirão 3, os lotes 34 a 36 do quarteirão 7, os lotes 37 a 46 do quarteirão 9, os lotes 31 a 38 do quarteirão 39 do Bairro dos Buritis (DECRETO 5004/85)

Art. 1º - Ficam incluídos na Zona Comercial 2 (ZC-2) os lotes 17 a 32 do quarteirão 21; os lotes 11 a 20 do quarteirão 27; os lotes 12 a 19 do quarteirão 29; os lotes 13 a 23 do quarteirão 30; os lotes 1 a 5 do quarteirão 33; os lotes 1 e 2 do quarteirão 35; os lotes 1 a 4 do quarteirão 36; os lotes 1 a 6 do quarteirão 37; os lotes 1, 2 e 36 a 43 do quarteirão 38; e os lotes 1 e 14 do quarteirão 39, do Bairro dos Buritis. Art. 2º - Ficam incluídos na Zona Comercial 1 (ZC-1) os lotes 20 a 31 do quarteirão 33 e o lote 1 do quarteirão 44, do Bairro dos Buritis. Art. 3º - Ficam incluídos na Zona Residencial 4A (ZR-4A) os

quarteirões 1 a 9, 11 a 16, 22 e 23, 25 e 26, 28, 46 a 50, 59 a 66 e os lotes 1 a 16 do quarteirão 21; os lotes 1 a 10 e 21 a 34 do quarteirão 27; os lotes 1 a 11 e 20 a 24 do quarteirão 29; os lotes 1 a 12 do quarteirão 30; os lotes 6 a 19 do quarteirão 33; os lotes 5 a 10 do quarteirão 36; os lotes 7 a 25 do quarteirão 37; os lotes 3 a 35 do quarteirão 38; os lotes 2 a 13 e 15 a 30 do quarteirão 39; os lotes 2 a 9 do quarteirão 44; e os lotes 16 a 31 do quarteirão 45, do Bairro dos Buritis (DECRETO 5013/85).

Art. 1º - Ficam incluídos na Zona Comercial-2 (ZC-2) os lotes 11 e 12 do quarteirão 24, e o lote 32 do quarteirão 45 do Bairro dos Buritis. Art. 2º - Ficam incluídos na Zona Residencial-4A (ZR-4A) os lotes 1 a 10 e 13 a 21 do quarteirão 24 e os lotes 3 a 31 do quarteirão 35 do Bairro dos Buritis (DECRETO 5061/85).

Não obstante o controle sobre o bairro realizado pelos decretos supra citados em sua íntegra, o Buritis teve uma explosão demográfica a partir do início da década de 1990 (que não cessa na década seguinte) como pode observar no gráfico abaixo:

Figura 4: Crescimento populacional do Buritis



Fonte: Gráfico elaborado pela equipe de pesquisa com dados da PBH (2013).

Esta realidade leva a requalificação do bairro pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS), em 1996, para Zona de Adensamento Preferencial. No entanto, esta reclassificação do bairro promove um grande aumento na verticalização do bairro, provocando grandes problemas no trânsito local. Tal situação provoca a alteração na LPOUS em 2000:

Art. 91 B - A ADE do Buritis é a área que, devido à precariedade de articulação viária da região com o restante da cidade, demanda a adoção de medidas visando

inibir o crescente adensamento, cujo processo deve ser objeto de constante monitorização por parte do Executivo (LEI 8137/00).

Desta maneira, o Bairro Buritis inicia uma segunda etapa de construção pautada em um maior controle da ocupação local e preocupada com os parâmetros de caráter ambiental:

Indo dos Setores Especiais das LUOS aos Zoneamentos de Proteção Ambiental, às ADEs de Interesse Ambiental, à Taxa de Permeabilização e à flexibilização de usos

mediante licenciamento ambiental previstos na LPOUS (EPAMINONDAS, 2006, p. 108).

Mesmo com tais preocupações, o bairro herda os problemas ocasionados pela explosão demográfica desordenada da década de 1990.

A PESQUISA DE CAMPO

Em pesquisa, realizada no Buritis no primeiro semestre de 2013, evidencia um perfil claro dos problemas provocados pelo grande adensamento populacional na década de 1990. No entanto, antes de apresentar os resultados da pesquisa de campo, sugere-se a apresentação de dados relevantes sobre Belo Horizonte e o Bairro Buritis.

Belo Horizonte tem uma população de 2.375.151 habitantes (29.374 habitantes correspondem ao bairro Buritis) e a cidade possui uma densidade demográfica de 7.177 habitantes por km². O bairro Buritis apresenta uma densidade demográfica maior que a da capital mi-

neira com o valor equivalente a 7.670 habitantes por km² (IBGE 2010).

O perfil do bairro, segundo o censo do IBGE de 2010, apresenta 29.374 pessoas residentes em domicílios particulares ocupados, 26.592 residentes em domicílios permanentes particulares ocupados e não há pessoas residentes em domicílios coletivos com morador. Por meio da entrevista realizada com 268 pessoas no Buritis, sendo 69% mulheres e 31% homens, foi constatado que 150 pessoas nasceram em Belo Horizonte, 106 pessoas nasceram no interior de Minas Gerais e apenas uma pequena parcela dos entrevistados, correspondente a 12 pessoas, nasceram em outro estado ou outro país.

No que diz respeito a renda, foi constatado que a maior parte dos entrevistados possuem uma renda média de 1 a 5 salários mínimos. A segunda maior parcela de entrevistados apresentam uma renda que varia de 6 a 20 salários mínimos

Figura 5: Renda dos entrevistados

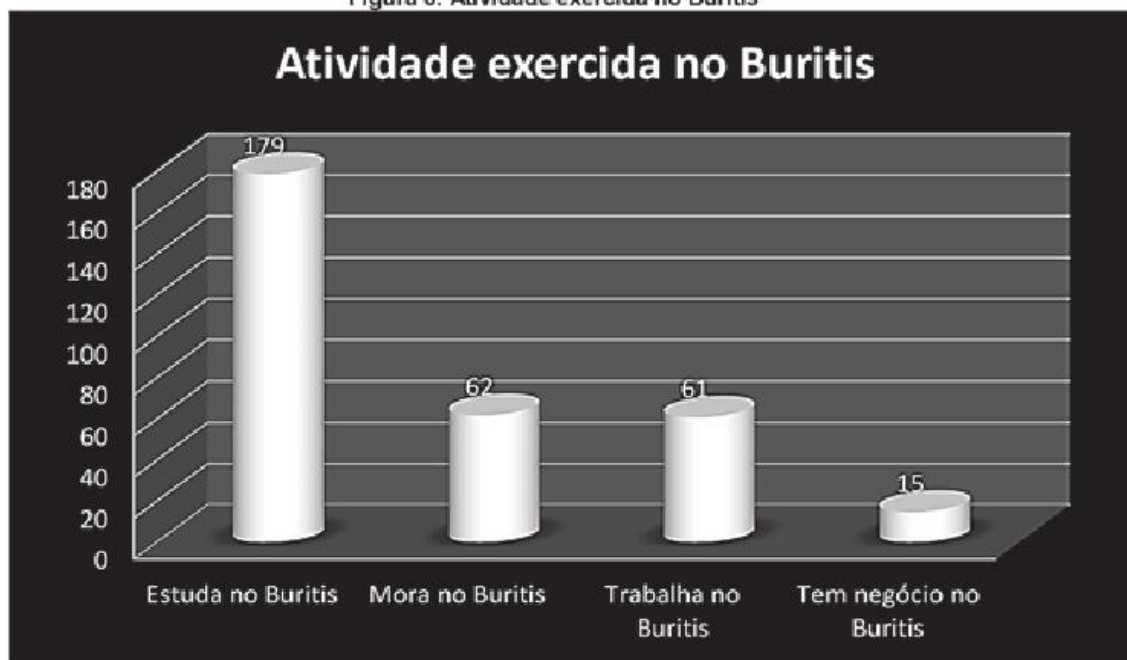


Fonte: Pesquisa de campo

Dos entrevistados, 61 apenas trabalham no bairro, 179 pessoas estudam no bairro e somente 15 pessoas tem o seu próprio negócio no bairro Buritis. Dessa forma, foi constatado que há uma maior parcela de pessoas que não moram no bairro, mas se deslocam

diariamente para o local a trabalho ou estudo e, há uma menor parcela de pessoas que, de fato, residem no bairro Buritis, correspondendo a apenas 62 pessoas do total de entrevistados.

Figura 6: Atividade exercida no Buritis



Fonte: Pesquisa de campo

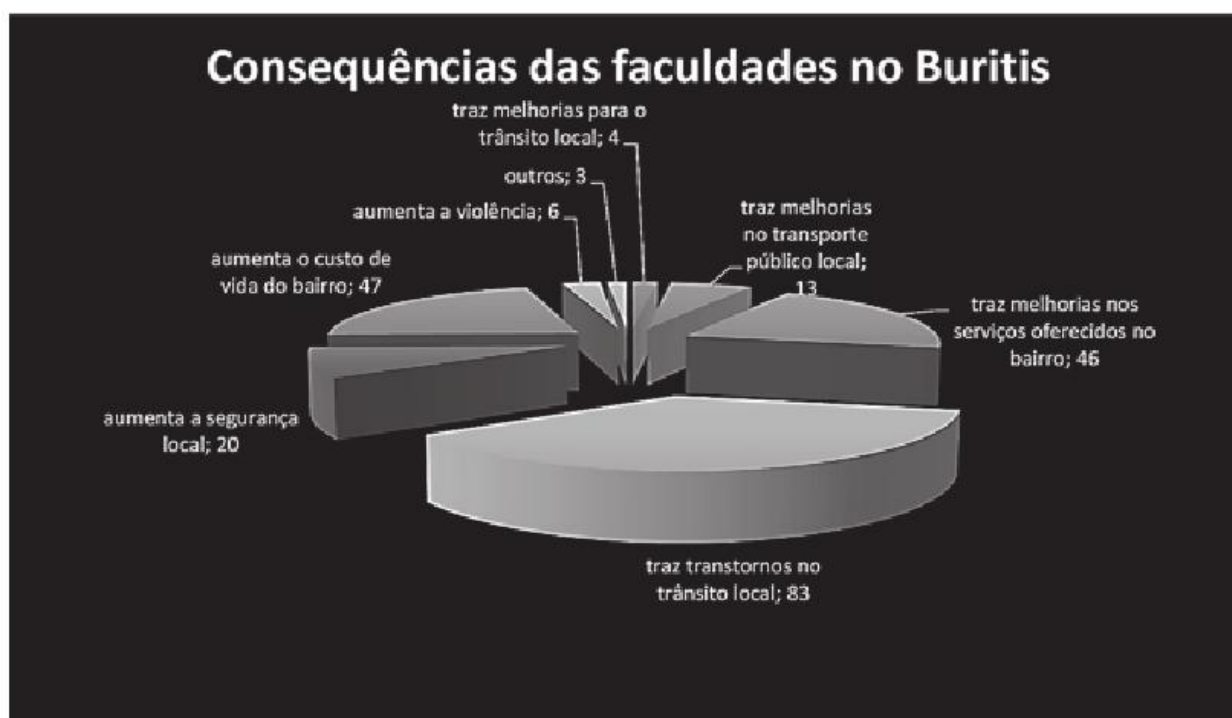
Dentre as motivações de se estudar no bairro, fator este relevante para a análise devido ao aumento de faculdades no local a partir da década de 2000, destaca-se os cursos oferecidos pelas instituições de ensino.

No que diz respeito ao impacto que as universidades trouxeram para o bairro Buritis, de acordo com a opinião dos entrevistados, foi constatado que o maior

impacto causado foi o transtorno causado ao trânsito, posteriormente a instalação de tais instituições de ensino.

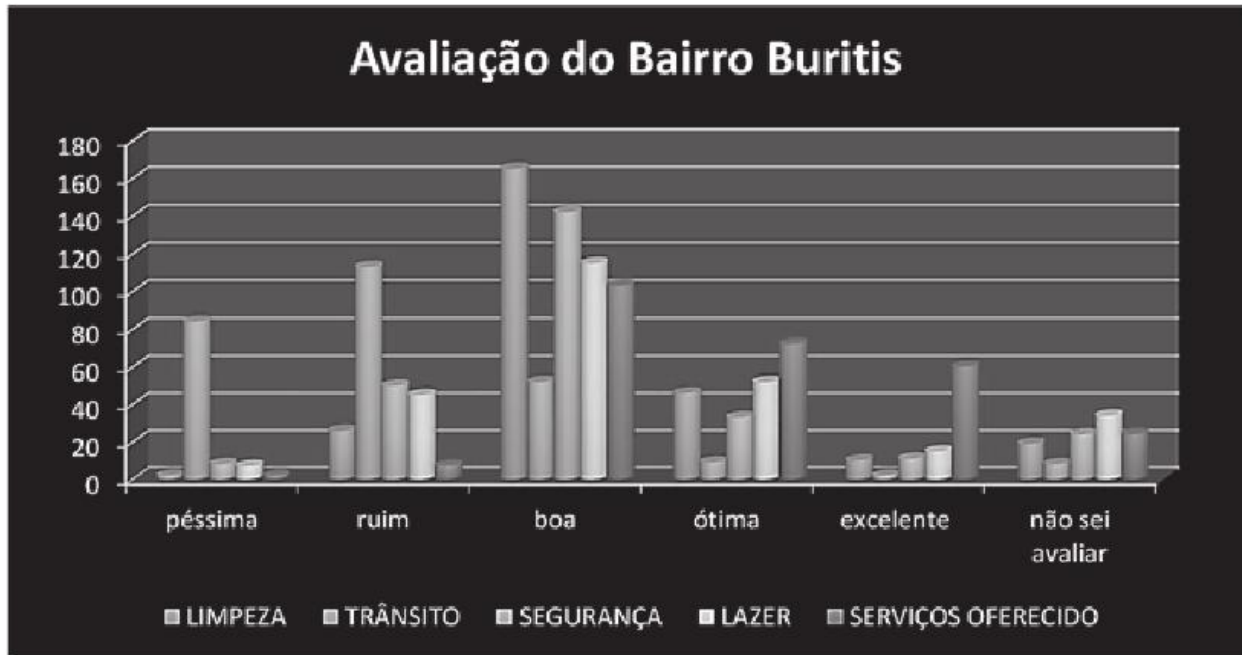
Com relação aos aspectos de infraestrutura no bairro Buritis, foi observado que, segundo a opinião dos entrevistados, a limpeza, segurança, lazer e serviços oferecidos foram classificados como bons, enquanto o trânsito foi classificado como ruim.

Figura 7: Consequências das faculdades no Buritis



Fonte: Pesquisa de campo

Figura 8: Avaliação do Bairro Buritis



Fonte: Pesquisa de campo

No entanto, percebe-se que mesmo com as dificuldades no trânsito o bairro continua sendo visto como um local bom para viver, principalmente pelo fato de ter os serviços necessários à população, evitando assim a necessidade de deslocamentos maiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar um estudo da ocupação e do adensamento urbano no bairro Buritis, localizado na zona oeste da cidade de Belo Horizonte. O histórico do Buritis apresenta as sucessíveis mudanças na legislação que tentou, de formas múltiplas, valorizar o adensamento local. Posteriormente, com o grande aumento da população e, conseqüentemente, com os problemas no trânsito local, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte limitou o crescimento do bairro. A região é considerada como razoavelmente segura, com boas opções e lazer e ótimos serviços oferecidos. É relevante ressaltar o impacto das faculdades no bairro. Para a grande maioria dos entrevistados as dificuldades no trânsito local se dão principalmente pelo grande fluxo de pessoas nos horários de início e término das aulas. Apesar disso, há uma grande procura por moradias no bairro devido, em grande medida, a localização privilegiada- (próximo à zona sul de Belo Horizonte).

Ao mesmo tempo, fica evidente os problemas revelados pela má gestão do planejamento urbano ao longo da história do município. As constantes alterações das diretrizes, reflexos da falta de um programa duradouro, “perene” e que permita pensar o município por

longos anos, permitiu o adensamento e o crescimento desorganizado, causador dos graves problemas urbanos citados pelos entrevistados e expostos pela pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Decreto 5004*. Belo Horizonte: PBH, 1985.
- _____. Prefeitura. *Decreto 5013*. Belo Horizonte: PBH, 1985.
- _____. Prefeitura. *Decreto 5061*. Belo Horizonte: PBH, 1985.
- _____. Prefeitura. *Lei 2662*. Belo Horizonte: PBH, 1976.
- _____. Prefeitura. *Lei 4034*. Belo Horizonte: PBH, 1985.
- _____. Prefeitura. *Lei 7165*. Belo Horizonte: PBH, 1996.
- _____. Prefeitura. *Lei 8137*. Belo Horizonte: PBH, 2000.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- COSTA. *Política e Gestão Urbanas Pós 88: contribuições para um balanço crítico*. 5o Congresso Brasileiro de Geógrafos – Velho Mundo – Novas Fronteiras. Anais, Volume 1. Curitiba – 17 a 22 de julho, 1994.
- CURRAL DEY REY. Disponível em <http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/09/avenida-do-contorno-um-exemplo-das.html>. Acesso em 13 mai. 2013.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasil, 1998.
- DIAS, Francisco Martins. *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Tipografia Belo Horizonte, 1897.
- EPAMINONDAS, Leticia Maria Resende. *A legislação urbanística e a produção do espaço: estudos do bairro Buritis em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

JULIÃO, Leticia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna. In: DUTRA, E. (Org.) *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte. 1996.

LEN VEM, M. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação de Mestrado. 1977.

MATOS, Josada Figueira de. *Aspectos políticos e institucionais da administração metropolitana no Brasil: o caso de Belo Horizonte* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8852/000021335.pdf?sequence=1>> Acesso em 1 abr. 2013.

MONTE-MÓR, Roberto L. *Espaço e Planejamento Urbano: considerações sobre o caso de Rondônia*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1980.

_____. *Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção*. Belo Horizonte – Espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH. 1994.

PENNA Octavio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro e Fapemig:1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Disponível em:<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/>> Acesso em 10 abr. 2013.

QUINTO JR., Luiz de Penedo. *Nova legislação urbana e os velhos fantasmas*. São Paulo: USP, 2003.

SALGEIRO, H. *O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930*. IN: FABRIS, A. (Org.) *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp. 1982.

SANTOS José Lázaro de Carvalho. *Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo*, 2006. Disponível em:<<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2174/87-254-1-PB.pdf?sequence=1>> Acesso em 12 mar. 2013.

pdf?sequence=1.> Acesso em 12 mar. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 3o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TONUCCI FILHO, João Bosco M. *Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH*. São Paulo: FAU/USP, 2012. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../dissertacao_planejamento_RMBH_jtonucci.pdf> Acesso em 4 mai. 2013.

NOTAS

¹Discente do Centro Universitário Newton Paiva, alunos voluntários do XIII programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva.

²Discente do Centro Universitário Newton Paiva, alunos voluntários do XIII programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva.

³Discente do Centro Universitário Newton Paiva, alunos voluntários do XIII programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva.

⁴Discente do Centro Universitário Newton Paiva, alunos voluntários do XIII programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva.

⁵Discente do Centro Universitário Newton Paiva, alunos voluntários do XIII programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva.

⁶Discente do Centro Universitário Newton Paiva, alunos voluntários do XIII programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva.

⁷Discente do Centro Universitário Newton Paiva, alunos voluntários do XIII programa de iniciação científica do Centro Universitário Newton Paiva.

*Coordenadora do projeto, docente do Centro Universitário Newton Paiva.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. A Revista Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva recebe os artigos resultantes das pesquisas do seu Programa de Iniciação Científica.

2. Os textos devem ser enviados para: inc@newtonpaiva.br.

3. A publicação reserva-se o direito de devolver aos autores os textos fora dos padrões descritos.

4. A publicação reserva-se o direito de executar revisão ortográfica e gramatical nos textos publicados.

5. A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.

6. Gráficos, imagens e fotos devem ser enviadas separadamente em arquivos com extensão .tif ou .jpg (qualidade máxima) com resolução de 300 dpi, no tamanho real que será aplicado. Quando da elaboração desses itens no artigo, levar em conta que a impressão será em preto e branco e tons de cinza.

- Imagens ou fotos contendo pessoas devem ter a devida autorização daqueles que compõem a imagem ou a foto.

- Todas as imagens que não sejam de domínio público devem ter o crédito do fotógrafo com a autorização deste.

- É proibida a reprodução de imagens retiradas da Internet sem a devida autorização do respectivo site ou proprietário da imagem.

7. Todos os artigos apresentados dentro das normas serão analisados pela comissão editorial.

8. O processo de avaliação segue as normas internacionais de peer review. Os textos recebidos são encaminhados a dois pareceristas integrantes do conselho editorial, consultivo ou a convidados ad hoc. Em casos especiais, pode-se consultar um terceiro revisor. É mantido o anonimato do autor e dos consultores.

9. Preparo do Manuscrito:

- Os artigos devem ser apresentados em papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitado no anverso das folhas com espaçamento 1,5 entrelinhas, utilizando fonte Arial tamanho 11 para todo o texto, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de fim, paginação e legendas das ilustrações e das tabelas que devem ser digitadas em tamanho 10.

- O trabalho deve ser configurado com margem esquerda e superior de 3 cm e margem direita e inferior de 2 cm.

- Os títulos das seções devem começar na parte superior da folha, sendo separados por dois espaços de 1,5 entrelinhas. Também os títulos das subseções devem ser separados por dois espaços dos textos que precede e os sucede.

- Recuo de 2 cm no início de cada parágrafo (não dar espaço duplo entre parágrafos);

- Destaque de palavras e expressões, no corpo do texto, em itálico;

- Citações de até três linhas inseridas no corpo do texto, entre aspas;

- Seguidas do sobrenome do autor, em caixa baixa, se estiver compondo a sintaxe da frase em que aparece.

- Em caixa alta, entre parênteses, seguido do ano da publicação e da página em que se encontra o trecho citado no final da citação.

- As citações com mais de três linhas deverão ser digitadas a 4 cm da margem, em tamanho 10 e espaço simples entre linha, em itálico, sem aspas, seguidas do sobrenome do autor, data da publicação e indicação das páginas entre parênteses, após o que será colocado no ponto final.

- Os destaques nas citações deverão vir em negrito e, caso não sejam atribuídos ao autor da citação, após a indicação da página, deverá constar a expressão “grifo nosso”, antecedida de vírgula.

- As notas, reduzidas ao estritamente necessário, deverão vir ao final do texto, contendo apenas as observações que o autor julga necessárias à compreensão do assunto.

- As referências bibliográficas deverão se resumir às obras citadas no texto e apresentadas por ordem alfabética do sobrenome dos autores, de acordo com as instruções contidas no Manual de Normalizações Técnicas do Centro Universitário Newton Paiva disponível em: http://www.newtonpaiva.br/NP_conteudo/file/Manual_aluno/Manual_Normalizacao_Newton_2011.pdf

10. Estrutura do manuscrito:

- Os artigos completos devem ter, no máximo, 25 páginas, excluindo-se as figuras, fotos, gráficos e referências bibliográficas. O texto deve conter as seguintes seções:

- i. Título em Português seguido pela tradução para o idioma inglês.
- ii. Resumo: máximo de 300 palavras.
- iii. Descritores: máximo de seis palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo.
- iv. Abstract: tradução do resumo para o idioma inglês.
- v. Key words: tradução dos descritores para o idioma inglês.
- vi. Introdução.
- vii. Metodologia.
- viii. Resultados.
- ix. Discussão e Conclusões.
- x. Agradecimentos (quando pertinente).
- xi. Referências.



Quem se prepara, não para.





Newton
Quem se prepara, não para.